CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE MINAS GERAIS
DIRETORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA

EVASÃO E PERMANÊNCIA NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO DO PRONATEC NO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MINAS GERAIS

Talitha Araújo Santos

Belo Horizonte

2017

Talitha Araújo Santos

EVASÃO E PERMANÊNCIA NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO DO PRONATEC NO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MINAS GERAIS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação Tecnológica do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação Tecnológica.

Linha de Pesquisa II: Processos Formativos em Educação tecnológica.

Orientadora: Profª Drª Sabina Maura Silva

Coorientadora: Profª Drª Maria Rita Neto Sales Oliveira

Belo Horizonte

2017

Santos, Talitha Araújo
S237e Evasão e permanência da educação profissional técnica de nível médio do Pronatec no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais. / Talitha Araújo Santos. – – Belo Horizonte, 2017.
230 f. : il.

Dissertação (mestrado) – Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação em Educação Tecnológica, 2017.
Orientador: Profa. Dra. Maria Rita Neto Sales Oliveira

Bibliografia

1. Ensino Profissional. 2. Evasão Escolar. 3.Educação – Aspectos Políticos. I. Oliveira, Maria Rita Neto Sales. II. Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais. III. Título

CDD 379.1

Elaboração da ficha catalográfica pela Biblioteca-Campus II / CEFET-MG

CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE MINAS GERAIS
DIRETORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA - PPGET
Portaria MEC n°. 1.077, de 31/08/2012, republicada no DOU em 13/09/2012

Talitha Araújo Santos

Evasão e permanência na educação profissional técnica de nível médio do Pronatec no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Educação Tecnológica do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais - CEFET-MG, em 23 de maio de 2017, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação Tecnológica, aprovada pela Comissão Examinadora de Defesa de Dissertação constituída pelos professores:

Prof.ª Dr.ª Sabina Maura Silva - Orientadora
Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais

Prof.ª Dr.ª Antônia Vitória Soares Aranha
Universidade Federal de Minas Gerais

Prof.ª Dr.ª Maria Rita Neto Sales Oliveira - Coorientadora
Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais

Prof. Dr. Marcelo Diniz Monteiro de Barros
Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

Ao meu marido William, aos meus pais Rosângela e Genival e a todas as pessoas que arduamente lutam por um país melhor e por uma educação de qualidade.

AGRADECIMENTOS

Essa não foi uma etapa fácil de ser concluída. Mas, com certeza, posso dizer que, depois de tantos desafios, eu venci! Venci, não apenas por estar hoje concluindo o mestrado, mas por vencer todo um “sistema”, que dizia que eu, uma mulher de classe média baixa, que morava no interior, não chegaria até aqui (sábias palavras do meu amigo Alexandro).

Em primeiro lugar, o meu agradecimento é a Deus, que me deu o dom da vida e que me acompanha em todos os momentos, sendo eles bons ou ruins. Sem Ele nada disso seria possível. A Ele toda honra e toda glória!

À minha orientadora Maria Rita Neto Sales Oliveira pelo conhecimento compartilhado e pela paciência em todos os instantes. Sem essa pessoa maravilhosa eu não teria conseguido alcançar essa vitória! Obrigada, querida professora.

Aos meus pais, Rosângela e Genival, por terem compartilhado comigo toda insegurança e impaciência. Por ser a base na qual eu sempre me sustentei. Vocês são tudo para mim!

Ao William, meu marido, por ser minha alma gêmea, por ser tudo o que eu sempre sonhei. Por compreender as minhas ausências, meus desesperos, minhas lamúrias e estar sempre ao meu lado, apoiando-me, proferindo palavras de incentivo e me amando do jeito que eu sou! Obrigada, meu amor!

Aos meus tios, tias, primos, primas e afilhados que sempre me apoiaram e torceram por mim! Amo vocês!

À Rosângela, minha querida amiga e “coorientadora”! Sem suas valiosas dicas, suas correções e seu apoio incondicional eu não teria terminado o mestrado, sinceramente. Mil vezes obrigada!

Aos amigos Sandro, Shahla e Silas, pelo companheirismo e pela contribuição sem tamanho nesta dissertação. Não tenho nem palavras para agradecer a vocês!

Ao Sândalo por ter o cuidado de ler e de corrigir toda a normalização da dissertação com todo carinho do mundo!

Ao professor Bruno Lima, meu querido amigo, que contribuiu imensamente nessa dissertação, dando sugestões sobre o estilo do texto e sua estrutura gramatical! Muito obrigada!

Às minhas amigas-madrinhas Denise, Fabíola, Gisele e Marina, inseparáveis, que contribuíram com palavras de incentivo e ofereceram o ombro amigo sempre que precisei!

À “Panelinha”, grupo constituído pelas amigas Camila, Érika, Tatiane, Lidiane e Viviane, que permanecerá para sempre em meu coração!

Um agradecimento especial às “Marinetes” (Camila, Valéria e Viviane), amigas tão queridas com as quais compartilhei conhecimentos não apenas acadêmicos, mas também de vida. Vocês são muito especiais para mim!

A todos os amigos do mestrado, tão queridos, como o Caio, o Alexandro, o Valdimir, a Giovana, a Zaine, a Sara, a Cláudia, a Fernanda e aos que não estão mais conosco como o Ulisses e o Wander. Somos mais que vencedores!

Aos professores da banca, Antônia, Marcelo e Sabina, por todas as sugestões e críticas, que tanto contribuirão para que o meu trabalho fique alinhado e digno de ser citado!

A todos os professores do programa, especialmente a professora Sabina, pelo estímulo intelectual e por ter nos tratado, desde o início do mestrado, com tanto carinho e compreensão. Muito obrigada por tudo.

Ao professor Tomasi por todos os momentos de discussão acadêmica e por me incluir carinhosamente no SITRE. Agradeço também pela amizade, que pretendo cultivar para sempre.

Ao IFMG *campus* Congonhas e aos amigos que nele se encontram por terem contribuído com esta pesquisa com tamanha boa vontade e disponibilidade.

Manifesto ainda os meus agradecimentos aos funcionários do CEFET-MG, em especial ao Fábio, por nos acolher e resolver tudo o que precisamos com simpatia e presteza!

Enfim, os meus sinceros agradecimentos a todas as pessoas que de alguma forma contribuíram para que esse sonho fosse realizado!

A educação é um processo social, é desenvolvimento. Não é a preparação para a vida, é a própria vida.

John Dewey

Educação não transforma o mundo. Educação muda as pessoas. Pessoas mudam o mundo.

Paulo Freire

RESUMO

O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), instituído pela *Lei n. 12.513, de 26 de outubro de 2011*, no governo de Dilma Rousseff, é executado pela União e tem por finalidade a ampliação da oferta de educação profissional e tecnológica, por meio de programas, projetos e ações de assistência técnica e financeira. O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais (IFMG), *campus* Congonhas, realizou a adesão ao programa no ano de 2012, quando iniciou a oferta de cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC), sendo estas suas primeiras turmas. É neste contexto que surge essa pesquisa, que objetivou compreender os motivos individuais e institucionais que levam os alunos do PRONATEC, por intermédio da Bolsa-Formação, ofertado pelo IFMG *campus* Congonhas, a evadirem do curso técnico subsequente ou nele permanecerem até o momento da realização da pesquisa de campo. É notório que a evasão escolar é atualmente um dos grandes problemas do ensino profissionalizante no Brasil. No PRONATEC – IFMG *campus* Congonhas, esse problema é evidenciado conforme indicam os altos níveis de abandono. Em relação à metodologia, realizou-se uma pesquisa qualitativa com ênfase no estudo de caso. A pesquisa teve como objetivo traçar o perfil dos alunos permanentes no PRONATEC – IFMG *campus* Congonhas, verificar a incidência da evasão e da permanência nas turmas dos cursos técnicos subsequentes do referido programa, além de identificar e analisar os fatores que levaram os alunos à evasão e à permanência e as ações para minimizar o índice de evasão nesses cursos. Para alcançar esses objetivos, foi realizada pesquisa em legislações e documentos internos do programa. Foram aplicados 85 questionários aos alunos matriculados e frequentes nos cursos técnicos subsequentes do PRONATEC – IFMG *campus* Congonhas nas cidades de Belo Vale, Congonhas, Desterro de Entre Rios, Entre Rios, Jeceaba e Moeda. Ademais, foram entrevistados os coordenadores geral e adjunto do programa, 4 orientadores pedagógicos e 4 supervisores. A análise e a interpretação dos dados coletados foram realizadas com base na Análise de Conteúdo, na perspectiva de Bardin (2011), criando-se cinco categorias de análise. A maioria dos alunos permanentes do programa estudado que responderam o questionário é do sexo feminino, tem entre 15 e 18 anos, é solteira, não tem filhos, mora com os pais, família ou cônjuge em casa própria dos pais, entre outras características. Sobre a evasão, os principais fatores causadores apontados foram: a paralisação dos cursos, os atrasos no início e no fim do curso, a falta e/ou demora na contratação de professores e a dificuldade em conciliar família, trabalho e estudos. Em relação à permanência, os fatores mencionados pelos participantes da pesquisa de campo foram: curso de boa qualidade, gestão e organização do programa, melhoria na infraestrutura e regularização do calendário acadêmico. Observou-se que até o momento o IFMG *campus* Congonhas não tem nenhuma ação para minimizar a evasão no PRONATEC. As críticas com a maior frequência de respondentes foram: falta, no programa como um todo, planejamento, organização, comprometimento e incentivo da instituição e dos governantes; o atraso no cronograma dos cursos e o atraso no pagamento das bolsas atrapalham o bom funcionamento do programa. Portanto, foi possível verificar, por meio das respostas tanto dos entrevistados, quanto dos alunos permanentes, que o PRONATEC – IFMG *campus* Congonhas apresenta questões muito positivas como a ampliação do acesso da educação profissional para cidades do interior, mas também é necessário que haja uma avaliação e um remodelamento do programa caso continue em vigor.

Palavras-chave: Educação Profissional. Evasão. Permanência. IFMG. PRONATEC.

ABSTRACT

PRONATEC, instituted by Law n. 12.513, of October 26, 2011, under the government of Dilma Rousseff, is executed by the Union and aims to expand the offer of professional and technological education, through programs, projects and technical and financial assistance actions. The IFMG, *campus* Congonhas, joined the program in 2012, when it began offering Initial and Continued Training (FIC) courses, these being its first classes. It is in this context that this research, which aims at understand the individual and institutional reasons that lead students of the National Program of Access to Technical Education and Employment (PRONATEC), through the Bolsa-Formação, offered by the Federal Institute of Education, Science and (IFMG) *campus* Congonhas, to evade or remain in the subsequent technical course until its completion. It is notorious that school dropout is currently one of the major problems of vocational education in Brazil. At PRONATEC - IFMG *campus* Congonhas, this problem is evidenced as indicated by the high levels of students' abandonment. Regarding the methodology, a qualitative research was carried out with emphasis on the case study. The aim of the research was to trace the profile of the permanent students at PRONATEC - IFMG *campus* Congonhas, to verify the incidence of evasion and permanence in classes of subsequent technical courses of said program, as well as to identify and analyze the factors that led the students to evasion or not and the actions to minimize the rate of evasion in those courses. In order to achieve the objectives, research was carried out on legislation and internal documents of the program, 85 questionnaires were applied to students enrolled and attending the subsequent technical courses in the cities of Belo Vale, Congonhas, Desterro de Entre Rios, Entre Rios , Jeceaba and Currency. In addition, the general and deputy coordinators of the program, 4 pedagogical guides and 4 supervisors were interviewed. Analysis and interpretation of collected data were carried out based on the Content Analysis from the perspective by Bardin (2011), creating five categories of analysis. Most of permanent students who answered the questionnaire are female, between 15 and 18 years old, single, has no children, lives with parents, family or spouse in its own parents' house, among others characteristics. Regarding evasion, the main causal factors mentioned were: interruption of the courses, delays at the beginning and end of the course, lack and / or delay in the hiring of teachers and difficulty in reconciling family, work and studies. Regarding the permanence, the factors mentioned by the participants of the field research were: good quality course, program management and organization, improvement in infrastructure and regularization of the academic calendar. It has been observed that, until the present date the IFMG *campus* Congonhas has no action to minimize evasion in PRONATEC. The positive and negative criticisms, as well as the suggestions, with the highest frequency of respondents were: lack of planning, organization, commitment and encouragement of the institution and the governors with students, stoppages and delay in completion of the courses and on payment of scholarship. Therefore, it was possible to verify, through the responses of both the interviewees and the permanent students, that the PRONATEC - IFMG *campus* Congonhas presents very positive issues such as expanding access to vocational education for inland cities, but also there is a need to evaluation and reshaping the program if it continues in force.

Keywords: Professional Education. Evasion. Permanence. IFMG. PRONATEC.

FIGURAS

Figura 1 Mapa das instituições que compõem a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. 1909 – 2016 28

Figura 2 Cerimônia de lançamento do PRONATEC em 28 de abril de 2011 pela Presidenta Dilma Rousseff 45

Figura 3 Ações integrantes do PRONATEC 46

Figura 4 Visita técnica dos alunos do PRONATEC – IFMG *campus* Congonhas a empresa Vale. 2015 82

Figura 5 Formatura dos cursos FIC do PRONATEC. 2014 83

Figura 6 Cerimônia de formatura dos cursos técnicos subsequentes do PRONATEC – IFMG *campus* Congonhas. 2016 83

Figura 7 Cerimônia de formatura dos cursos técnicos subsequentes do PRONATEC – IFMG *campus* Congonhas. 2016 84

Figura 8 Modelo conceitual de Soares *et al*, 2015 97

Figura 9 Modelo explicativo da evasão discente proposto por Tinto (1993) 98

Figura 10 Distribuição das unidades (*campi* e *campi* avançados) do IFMG. Dezembro/2016. 109

Figura 11 Foto aérea do IFMG *campus* Congonhas. 2015. 111

Figura 12 Área externa do IFMG *campus* Congonhas. 2016. 111

GRÁFICOS

Gráfico 1 Matrículas do PROEJA na Rede Federal de Educação Profissional. 2006 – 2012 43

Gráfico 2 Matrículas no PRONATEC. 2011 – junho/2014 51

Gráfico 3 Porcentagem dos alunos permanentes por estado civil 125

Gráfico 4 Faixa etária dos alunos permanentes 126

Gráfico 5 Taxa de frequência escolar da população entre 15 e 17 anos, referente aos anos de 2001 a 2012 126

Gráfico 6 Sexo dos alunos permanentes 127

Gráfico 7 Porcentagem dos alunos permanentes por quantidade de filhos 129

Gráfico 8 Ocupação no ano de 2016 dos alunos permanentes 131

Gráfico 9 Escolaridade dos pais dos alunos permanentes 134

QUADROS

Quadro 1 Caracterização das instituições que integram a Rede Federal 29

Quadro 2 Base Legal do PRONATEC. 2011 – 2016..... 52

Quadro 3 Parceiros demandantes do PRONATEC Bolsa-Formação e respectivas características 61

Quadro 4 Cursos técnicos subsequentes ofertados pelo PRONATEC no IFMG *campus* Congonhas..... 81

Quadro 5 Estudos realizados sobre evasão e permanência de estudantes. 1962 – 1993 . 95

Quadro 6 Modelo conceitual de performance escolar no ensino médio desenvolvido por Rumberger e Lim (2008) 99

Quadro 7 Fatores de evasão e a sua frequência nas produções acadêmicas pesquisadas. 2011 – 2016..... 101

Quadro 8 Síntese dos aspectos metodológicos 108

Quadro 9 Categorias das entrevistas e suas definições 122

Quadro 10 Fatores relacionados à evasão de estudantes segundo produção intelectual – 2011 – 2016..... 205

Quadro 11 Unidades Gestoras do IFMG e municípios de oferta do PRONATEC sob a responsabilidade das unidades 212

Quadro 12 Síntese de estudos relacionados à evasão de estudantes. Décadas de 1970 e 1980..... 226

Quadro 13 Síntese de estudos relacionados à evasão de estudantes. Década de 1990 227

Quadro 14 Síntese de estudos relacionados à evasão de estudantes. Década de 2000 228

TABELAS

Tabela 1 Total de vagas previstas e matrículas efetuadas pelo PRONATEC. 2011 – 2012... ..69

Tabela 2 Evolução anual do número absoluto de beneficiários do PRONATEC Bolsa-Formação, distribuídos por rede de ensino ofertante. 2011 – maio/2014.....69

Tabela 3 Número absoluto de beneficiários do PRONATEC Bolsa-Formação, distribuídos por rede ofertante e por cursos FIC e técnicos. 2011 – maio/2014.....70

Tabela 4 Transferências anuais aos parceiros ofertantes. 2011 – maio/2014 (R$) 71

Tabela 5 Publicações nacionais sobre "evasão e permanência no PRONATEC", "evasão na educação profissional" e "permanência na educação profissional". 2011-2016. 86

Tabela 6 Publicações sobre evasão e permanência na EP separadas por temas. 2011 – 2016. 87

Tabela 7 Cursos técnicos subsequentes, ofertados pelo PRONATEC no IFMG *campus* Congonhas, por meio do programa Bolsa-Formação. 2013 – 2016. 112

Tabela 8 Questionários respondidos e não respondidos pelos alunos permanentes do PRONATEC – IFMG *campus* Congonhas 118

Tabela 9 Características pessoais dos alunos permanentes do PRONATEC – IFMG *campus* Congonhas 124

Tabela 10 Matrículas na Educação Profissional por gênero, Brasil, 2002 e 2012 128

Tabela 11 Classificação dos alunos permanentes quanto à idade e sexo 128

Tabela 12 Informações sobre a renda e sobre o trabalho dos alunos permanentes 129

Tabela 13 Informações sobre a residência do aluno permanente 131

Tabela 14 Informações sobre escolaridade dos alunos permanentes e de seus pais..... 132

Tabela 15 Acesso à internet e atividades de lazer dos alunos permanentes 135

Tabela 16 Percentual de alunos evadidos por curso e por cidade 137

Tabela 17 Motivadores para que os alunos permanentes pensassem em abandonar o curso. 2016 144

Tabela 18 Síntese dos fatores relacionados à evasão no PRONATEC – IFMG *campus* Congonhas, segundo os participantes da pesquisa de campo. 2016 144

Tabela 19 Percentual de evasão e a sua relação com o recebimento da bolsa de estudos – Cursos COM Bolsa-Formação Estudante 148

Tabela 20 Percentual de evasão e a sua relação com o recebimento da bolsa de estudos – Cursos SEM Bolsa-Formação Estudante 148

Tabela 21 Síntese dos fatores relacionados à permanência no PRONATEC – IFMG *campus* Congonhas, segundo os participantes da pesquisa de campo. 2016 156

Tabela 22 Ações a serem desenvolvidas no âmbito do PRONATEC – IFMG *campus* Congonhas para minimizar/erradicar a evasão, segundo os participantes da pesquisa de campo 162

Tabela 23 Síntese das críticas, elogios e sugestões sobre o PRONATEC – IFMG *campus* Congonhas, segundo os participantes da pesquisa de campo. 2016 171

ABREVIATURAS E SIGLAS

ANPAE	Associação Nacional de Política e Administração da Educação
ANPEd	Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação
APL	Arranjos Produtivos Locais
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BDTD	Bibliotecas Digitais de Teses e Dissertações
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEFET	Centro Federal de Educação Profissional e Tecnológica
CGU	Controladoria Geral da União
CNCT	Catálogo Nacional de Cursos Técnicos
CNTE	Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação
CODEFAT	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador
CONTEE	Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimento de Ensino
CRAS	Centros de Referência de Assistência Social
DINTER	Doutorado Interinstitucional
EJA	Educação de Jovens e Adultos
EnANPAD	Encontro da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Administração
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
EPT	Educação Profissional e Tecnológica
FAT	Fundo de Amparo ao Trabalhador
FIC	Formação Inicial e Continuada
FIES	Financiamento Estudantil
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
GT	Grupo de Trabalho
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IES	Instituições de Ensino Superior
IF	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia
IFMG	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MEC	Ministério da Educação
MINTER	Mestrado Interinstitucional
MPOG	Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão
MTb	Ministério do Trabalho
MTUR	Ministério do Turismo
NI	Nota Informativa
OIT	Organização Internacional do Trabalho
ONG	Organização Não Governamental
PARC	Parcerias Nacionais e Regionais
PCS	Programa Conexão de Saberes
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
PEA	População Economicamente Ativa
PEP-MG	Programa de Educação Profissional de Minas Gerais
PEQ	Plano Estadual de Qualificação
PER	Plano de Expansão da Rede
PIPMO	Programa Intensivo de Preparação de Mão de Obra
PLANFOR	Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador
PNAES	Programa Nacional de Assistência Estudantil
PNE	Plano Nacional de Educação
PNQ	Programa Nacional de Qualificação
PPP	Parceria Público-Privada
PROEJA	Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos
PROEP	Programa de Expansão da Educação Profissional
ProJovem	Programa Nacional de Inclusão de Jovens
PRONATEC	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
PRONERA	Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
PROTEC	Programa de Expansão e Melhoria do Ensino Técnico
PUC	Pontifícia Universidade Católica
RFEPCT	Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
SEFOR	Secretaria de Formação e Desenvolvimento Profissional
SENAC	Sistema Nacional de Aprendizagem Comercial
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

SESC	Serviço Social do Comércio
SESI	Serviço Social da Indústria
SEMTEC	Secretaria de Educação Média e Tecnológica
SETEC	Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
SIAFI	Sistema Integrado de Administração Financeira
SINASEFE	Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica
SINE	Sistema Nacional de Emprego
SISTEC	Sistema Eletrônico de Informações da Educação Profissional
SISUTEC	Sistema de Seleção Unificada da Educação Profissional e Tecnológica
SNA	Serviço Nacional de Aprendizagem
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
TCU	Tribunal de Contas da União
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UTFPR	Universidade Tecnológica Federal do Paraná
UNED	Unidade de Ensino Descentralizada
VSB	Vallourec & Sumitomo Tubos do Brasil

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO **17**

CAPÍTULO 1 – A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL **22**
1.1 Breve histórico 22
1.2 Políticas públicas para a educação profissional 32
1.2.1 Dos planos e programas governamentais 36
1.3 O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) 44
1.3.1 O PRONATEC e a Bolsa-Formação 60
1.3.2 O PRONATEC no IFMG *campus* Congonhas 79

CAPÍTULO 2 – ASPECTOS TEÓRICOS: EVASÃO E PERMANÊNCIA NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL **85**
2.1 Panorama da produção intelectual nacional sobre o tema 85
2.2 Evasão e permanência na educação profissional 93
2.3 Evasão e permanência no PRONATEC 103

CAPÍTULO 3 – ASPECTOS METODOLÓGICOS **107**
3.1 Objetivos e questões correspondentes 107
3.2 *Lócus* e participantes da pesquisa de campo 109
3.3 Instrumentos e procedimentos de coleta de dados 113
3.3.1 A pesquisa bibliográfica e documental 115
3.3.2 O questionário 116
3.3.3 A entrevista 119
3.4 Instrumentos e procedimentos de tratamento, interpretação e análise dos dados 120

CAPÍTULO 4 – ANÁLISE DA EVASÃO E DA PERMANÊNCIA NO PRONATEC – IFMG *CAMPUS* CONGONHAS **123**
4.1 Perfil do aluno permanente 123
4.2 A Evasão e a Permanência no PRONATEC – IFMG *campus* Congonhas 136

À GUISA DE CONCLUSÃO **173**

REFERÊNCIAS **179**

APÊNDICES **205**

ANEXOS **224**

INTRODUÇÃO

O objetivo desta pesquisa é contribuir para a compreensão dos motivos individuais e institucionais que levam os alunos do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), por intermédio da Bolsa-Formação, ofertado pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais (IFMG) *campus* Congonhas, à evasão ou à expectativa de permanência até a conclusão do curso técnico subsequente.

Minha aproximação com o objeto da pesquisa ocorreu em 2012, quando iniciei o trabalho como professora junto ao referido programa, nos cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC) de Auxiliar Administrativo, Auxiliar de Recursos Humanos e Organizador de Eventos. No ano de 2015, exerci atividades administrativas no PRONATEC, desempenhando a função de apoio às atividades acadêmicas e administrativas. Dentre as minhas atribuições estava o acompanhamento da atuação de docentes e de estudantes, além de processos relacionados ao bom funcionamento dos cursos oferecidos. No ano de 2016, voltei a lecionar no curso técnico em Secretaria Escolar no mesmo programa.

No desempenho dessas atividades, fui sendo motivada a pesquisar alguns aspectos desse programa de ensino, principalmente os relacionados à alta taxa de evasão, tema que sempre me instigou.

O PRONATEC foi criado no ano de 2011, por meio da *Lei n. 12.513, de 26 de outubro de 2011* (Brasil, 2011), tendo como objetivo principal a ampliação da oferta de educação profissional e tecnológica, por meio de programas, projetos e ações de assistência técnica e financeira. O programa trouxe uma ideia de democratização da educação e ainda de inclusão de classes menos favorecidas na educação profissional e tecnológica, mas trouxe em seu bojo conceitos de privatização da educação e de capacitação aligeirada para o mercado de trabalho.

Em relação à evasão, essa tem se tornado um problema cada dia maior, não apenas na educação profissional técnica de nível médio, mas também em outras modalidades de ensino, tais como o ensino à distância e as licenciaturas, sejam elas presenciais ou não. O Tribunal de Contas da União (TCU) (Brasil, TCU, 2012) assegura o registrado a seguir.

> A evasão representa problema que alcança diferentes modalidades de ensino em maior ou menor medida. No Brasil, a educação profissional não foge a essa regra, sendo um importante vazamento que impede que boa parte dos alunos concluam seus respectivos cursos. A meta de 90% para a taxa de conclusão prevista no Projeto de Lei do Plano Nacional de Educação 2011-2020, ou mesmo da taxa de 80% para todas as modalidades de cursos ofertados pelos institutos prevista no Termo de Acordo de Metas, aparentemente, ainda é um ideal de longo-prazo. Quando se analisam as taxas de conclusão em nível nacional se situam em 46,8% para o Médio

> integrado, 37,5% para o Proeja, 25,4% para a Licenciatura, 27,5% para o Bacharelado e 42,8% para os cursos de tecnólogo (BRASIL, TCU, 2012, p. 10).

O aumento da evasão é uma preocupação generalizada, em especial na educação profissional técnica de nível médio, conforme asseguram Dore e Lüscher (2011) que concluíram seus estudos sobre evasão e permanência na educação técnica de nível médio em Minas Gerais, nos quais analisam o Programa de Educação Profissional (PEP-MG)[1].

> A existência de evasão tão elevada em cursos técnicos organizados a partir de uma política pública, que busca expressamente privilegiar a formação profissional como recurso de inserção dos jovens no mercado de trabalho, remete nossas reflexões, mais uma vez, para o contexto da política educacional brasileira na organização da escola média e da escola técnica. É indispensável que a atual política educacional para o ensino técnico, ao desenvolver suas estratégias de expansão, considere a evasão escolar e suas principais causas, de forma a evitar o risco de decisões equivocadas e onerosas (DORE; LÜSCHER, 2011, p. 785).

Em relação ao PRONATEC, Ionice Lorenzoni, do Ministério da Educação (MEC), afirmou no ano de 2013 que a evasão no programa é muito alta (Brasil, 2013). Especialmente nos cursos FIC, que têm cargas horárias mínimas de 160 horas, o problema está na ordem do dia, tanto nas redes públicas federal e estaduais, quanto no Sistema S[2]. Lorenzoni ainda afirma que a gestora do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), Rejane Leite, declara que o índice de evasão nos cursos ministrados pela entidade chega a 17%, o que é considerado muito alto. Com 568 unidades próprias para oferta de cursos, o SENAC pretendia matricular 550 mil jovens e adultos no ano de 2014, nas áreas de gestão e negócios, ambiente e saúde, turismo, hospitalidade e lazer. A gestora sugere que "demandantes de cursos técnicos e de Formação Inicial e Continuada (FIC) tenham preocupação não apenas com a abertura de vagas, mas com o aproveitamento posterior dos profissionais pelo mercado de trabalho". Segundo ela, muitos municípios pedem cursos, mas não oferecem a infraestrutura necessária, como, por exemplo, a solicitação para a oferta do curso técnico de enfermagem, um dos mais procurados pelas prefeituras. O SENAC providencia a parte teórica, de 1,2 mil horas, mas os alunos não têm onde fazer às 600 horas práticas. "Sem prática, não existe técnico de enfermagem qualificado", garante (BRASIL, 2013).

---

[1] Programa de Educação Profissional do Estado de Minas Gerais (PEP/MG), instituído pela Superintendência de Ensino Médio e Educação Profissional da Secretaria de Estado da Educação do Governo do Estado de Minas Gerais a partir do ano de 2007. O objetivo do PEP/MG é o de oferecer cursos técnicos de nível médio ao estudante de Minas Gerais (SILVA, 2013, p. 9).

[2] Termo que define o conjunto de organizações das entidades corporativas voltadas para o treinamento profissional, assistência social, consultoria, pesquisa e assistência técnica, que, além de terem seu nome iniciado com a letra S, têm raízes comuns e características organizacionais similares. Fazem parte do sistema S: Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI); Serviço Social do Comércio (SESC); Serviço Social da Indústria (SESI); e Serviço Nacional de Aprendizagem do Comércio (SENAC). Existem ainda os seguintes: Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR); Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (SESCOOP); e Serviço Social de Transporte (SEST) (BRASIL, 2015).

Um levantamento diagnóstico do índice de evasão foi realizado no PRONATEC ofertado pelo IFMG *campus* Congonhas para que pudesse ser proposta esta pesquisa. Os cursos aqui apresentados foram os primeiros a serem oferecidos pelo programa na referida instituição. As primeiras turmas iniciaram as atividades no ano de 2011 e as últimas no ano de 2013. Algumas dessas turmas ainda não concluíram o curso por motivos diversos, neste ano de 2017.

Percebe-se, já nas primeiras turmas, a alta evasão. Este trabalho procura adensar as discussões acerca da temática e provocar a comunidade acadêmica e a sociedade, na busca de soluções para o fenômeno da evasão, principalmente nos cursos técnicos de nível médio do PRONATEC – IFMG *campus* Congonhas.

Diante do exposto, as questões mobilizadoras desta pesquisa são:

- Qual o perfil dos alunos que permanecem no PRONATEC – IFMG *campus* Congonhas?
- Qual a taxa de evasão e a taxa de permanência nos cursos da educação profissional técnica de nível médio ofertados pelo IFMG *campus* Congonhas por meio do PRONATEC?
- Quais são os fatores que levam à evasão ou à permanência na educação técnica de nível médio descrita na produção acadêmica?
- Quais são os fatores responsáveis pela evasão e pela permanência nos cursos técnicos de nível médio, ofertados pelo IFMG *campus* Congonhas por meio do PRONATEC, segundo os participantes da pesquisa de campo?
- O quê o IFMG *campus* Congonhas tem feito para que a evasão nos cursos técnicos subsequentes, ofertados pelo PRONATEC, seja minimizada?

Para a pesquisa, foram adotados os seguintes procedimentos metodológicos: a) revisão bibliográfica sobre os temas relacionados à pesquisa, utilizando-se dos seguintes descritores: “Evasão e Permanência PRONATEC”; “Evasão Educação Profissional” e “Permanência Educação Profissional”; b) estudo sobre o contexto histórico da educação profissional no Brasil e políticas públicas voltadas para a educação profissional técnica de nível médio; c) estudo documental sobre o PRONATEC em documentos legais e infralegais, produções acadêmicas e documentos internos do IFMG *campus* Congonhas; d) identificação de estudos e aspectos teóricos que descrevem e analisam o fenômeno da evasão e as formas de prevenção desse fenômeno com base na revisão bibliográfica; e) identificação por meio de entrevistas e

questionários de fatores que levam o aluno dos cursos do PRONATEC à evasão; f) análise e interpretação dos dados coletados com base em Bardin (2011).

O trabalho de dissertação foi estruturado da seguinte forma: o primeiro capítulo, *A Educação Profissional no Brasil* conta, em linhas gerais, o contexto histórico da educação profissionalizante no Brasil, passando pela criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs), até chegar ao ano de 2011, ano de criação do PRONATEC. O capítulo ainda expõe o conceito de políticas públicas e apresenta os planos e os programas relacionados à educação profissional, particularmente voltados para a educação profissional técnica de nível médio, no recorte temporal de 1996 a 2011. Será apresentado também o PRONATEC, abordando a legislação que rege o programa, além das especificidades da Bolsa-Formação, uma das *iniciativas* do programa e as críticas presentes em produções acadêmicas relacionadas ao mesmo. Finalmente, serão abordados aspectos da implantação do PRONATEC no IFMG *campus* Congonhas.

O próximo capítulo, *A evasão e a permanência na educação profissional*, traz um apanhado geral dos estudos publicados entre os anos de 2011 a 2016, em algumas bases de dados no país, buscando situar a pesquisa no contexto da produção acadêmica. Os estudos selecionados tinham *Qualis*[3] entre A1 e B2 e foram, posteriormente, agrupados por temáticas para facilitar o desenvolvimento desta pesquisa. Serão ainda apresentados os aspectos teóricos relacionados à evasão e à permanência e que darão o suporte para a análise dos resultados encontrados.

Os *Aspectos metodológicos* estão presentes no capítulo 3. Nele são descritos os objetivos, geral e específicos, as questões levantadas, o *lócus* e os participantes da pesquisa de campo, além dos instrumentos e procedimentos de coleta, tratamento, interpretação e análise dos dados.

Por fim, no capítulo *Análise da evasão e da permanência no PRONATEC – IFMG campus Congonhas*, serão apresentados os dados coletados nas entrevistas e nos questionários, relacionando-os com os objetivos e aspectos teóricos mencionados.

Nas considerações finais, apresenta-se uma síntese dos conhecimentos construídos à luz dos objetivos e questões desta pesquisa. Serão ainda apontadas sugestões para minimizar a evasão no PRONATEC – IFMG *campus* Congonhas e sugestões para pesquisas futuras.

---

[3] *Qualis* é o conjunto de procedimentos utilizados pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) para estratificação da qualidade da produção intelectual dos programas de pós-graduação. Tal processo foi concebido para atender as necessidades específicas do sistema de avaliação e é baseado nas informações fornecidas por meio do aplicativo Coleta de Dados (CAPES, 2009).

Espera-se que este trabalho contribua tanto com a formulação de políticas públicas para a educação profissional, quanto, no âmbito do PRONATEC ofertado pelo IFMG *campus* Congonhas, no sentido de diminuir os índices de evasão escolar e promover a permanência, aperfeiçoando cada dia mais o programa como um todo. Dentro disso, os resultados da pesquisa podem ajudar as instituições educacionais a construírem e implementarem ações que motivem e auxiliem os estudantes a persistirem em seus estudos e, ainda, a construírem estratégias que possam predizer que tipo de estudante está mais propenso a evadir e que ações podem e devem ser tomadas previamente para evitar a evasão desse aluno.

CAPÍTULO 1 – A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL

A educação profissional no Brasil, de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)[4], alterada em 16 de julho de 2008 pela *Lei n. 11.741* (Brasil, 2008), "integra-se aos diferentes níveis e modalidades de educação e às dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia". Esta tem ganhado mais *espaço* no cenário educacional brasileiro. Segundo o documento *Políticas Públicas para a Educação Profissional e Tecnológica* (Brasil, 2004, p. 7), a educação profissional tecnológica, em termos universais e mais especificamente no Brasil, "reveste-se cada vez mais de importância como elemento estratégico para a construção da cidadania e para uma melhor inserção de jovens e trabalhadores na sociedade contemporânea, plena de grandes transformações e marcadamente tecnológica".

De acordo com esse último documento,

> suas dimensões, quer em termos conceituais, quer em suas práticas, são amplas e complexas, não se restringindo, portanto, a uma compreensão linear, que apenas treina o cidadão para a empregabilidade, nem a uma visão reducionista, que objetiva simplesmente preparar o trabalhador para executar tarefas instrumentais. No entanto, a questão fundamental da educação profissional e tecnológica envolve necessariamente o estreito vínculo com o contexto maior da educação, circunscrita aos caminhos históricos percorridos por nossa sociedade (BRASIL, 2004, p. 7).

Isto posto, mesmo que o foco desta pesquisa não esteja na realização de uma análise aprofundada da história da educação profissional no Brasil, considera-se relevante destacar alguns aspectos dessa modalidade de educação, a fim de contextualizar o objeto de estudo aqui abordado, como será apresentado a seguir.

1.1 Breve histórico

A história da educação profissional no Brasil, segundo Manfredi (2002), iniciou-se com os índios. De acordo com a autora,

> a história da educação profissional no Brasil iniciou-se com os povos indígenas que já estavam no Brasil, na época da chegada dos portugueses, que suas práticas educativas, em geral, e o preparo para o trabalho, se fundiam com as práticas cotidianas de socialização e de vivência, no interior das tribos, com os adultos. Muitas dessas práticas de aprendizagem persistem até nossos dias, ainda que outras práticas de educação escolar tenham sido incorporadas ao padrão civilizatório inicial. Tratava-se, portanto, de um processo de Educação Profissional que integrava (e ainda integra) "saberes" e "fazeres" mediante o exercício de múltiplas atividades da vida em comunidade (MANFREDI, 2002, p. 66-67).

---

[4] *Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996* (BRASIL, 1996).

A educação profissional evolui gradativamente no Brasil. Essa evolução perpassa por momentos históricos do país, iniciando com os povos nativos. Naquela época, as práticas de aprendizagem se davam pela observação e participação, passando pelo ensino jesuíta no Brasil Colônia e pela constituição dos aparelhos escolares, das casas de educandos artífices e dos liceus de artes e ofícios, até chegar ao momento da redemocratização da educação profissional a partir da década de 1945 (MANFREDI, 2002).

Almeida (2012, p. 22) afirma que a educação profissional no Brasil se "enquadra em uma dimensão histórica de subordinação ao ensino médio regular e, sobretudo, à educação superior". Além disso, Delphino (2010) declara que o "ensino técnico, especialmente os programas de formação profissional inicial, são mais voltados para o assistencialismo, funcionando como uma 'política de remendo', não investindo no desenvolvimento futuro e completo do país e de seu povo". Manfredi (2002) traz considerações a esse respeito, relatando as contradições e limitações da educação profissional no Brasil ao longo de sua história, demonstrando que as pesquisas privilegiam a educação superior e o ensino médio, ficando o ensino profissional em outros planos.

Além disso, observa-se outro problema: o dualismo escolar. Segundo Moreira (2013, p. 184) é possível identificar na literatura que se ocupa da educação profissional no Brasil (Dore, 1999; Cunha, 2000; Manfredi, 2002, dentre outros), a "existência, desde o Brasil colonial, do ensino propedêutico para as elites e básico-manual para os pobres".

Esse dualismo tem origem no Período Colonial (1500 – 1822), pois neste período foi introduzido o trabalho escravo de índios e, especialmente, de negros africanos para o desenvolvimento das atividades que empregavam predominantemente a força física e a utilização das mãos (Caires, 2016). Santos (2010, p. 205) declara que o preconceito contra o trabalho manual teve sua gênese "centrada muito mais no tipo de inserção do trabalhador na sociedade (se escravo ou homem livre), e muito menos na natureza da atividade em si".

Caires (2016, p. 53) esclarece que em 1549, com a chegada da Companhia de Jesus no Brasil, "o ensino ministrado pelos jesuítas, de caráter clássico, intelectual e humanista, era reservado à formação dos filhos dos colonizadores, de modo a instruir a camada mais elevada da sociedade e mantê-la afastada de qualquer trabalho físico ou profissão manual". Cordão (2006) também discute essa questão.

> Esse dualismo é fruto de nossa herança colonial e escravista, que influenciou negativamente, de forma preconceituosa, as relações sociais entre as chamadas 'elites condutoras' e os operários, em especial aqueles que executam trabalhos manuais. Essa visão de sociedade influenciou decisivamente a visão de educação profissional (CORDÃO, 2006, p. 49).

Até 1808, quase não houve progresso no que diz respeito à educação profissional. Contudo, com a vinda de Dom João VI com a família real para o Brasil, naquele mesmo ano, o sistema de ensino se ampliou e ganhou certa qualificação. Caires (2016, p. 55) afirma que "foi um marco histórico para a promoção de mudanças políticas, sociais, econômicas, culturais e educacionais que vieram a ocorrer, após o ano de 1808". Em 1809, foi instalado no Brasil o Colégio das Fábricas, pois houve permissão para que fossem instaladas e funcionassem empresas industriais, já que o Brasil teria se tornado sede do Reino Português. No entanto, como a indústria não prosperou na velocidade esperada, o Colégio funcionou até o ano de 1811 e foi terminantemente desativado no ano de 1812 (CAIRES, 2016, p. 55).

Fonseca (1986, v.1, p. 102-105) explicita o exposto a seguir.

> O Colégio das Fábricas representa, em ordem cronológica, o primeiro estabelecimento que o poder público instalava em nosso país, com a finalidade de atender à educação dos artistas e aprendizes, os quais vinham de Portugal atraídos pelas oportunidades que a permissão de indústrias criara no Brasil. Era uma espécie de reservatório de artífices e casa de ensino de aprendizes, devendo uns e outros, com o produto de seu trabalho, enquanto não se colocassem nas indústrias, fazer face às despesas da instituição que seriam auxiliadas pelo Real Erário durante o tempo em que a produção ainda não desse para cobrir os gastos.

Esse período compreendido entre 1808 e 1812 foi marcado pela carência de empreendimentos industriais e escassez de mão de obra para diversas ocupações necessárias para o desenvolvimento do país. A solução encontrada (que durou por mais de um século) foi "a adoção da aprendizagem compulsória, destinada às crianças e aos jovens socialmente excluídos, ou seja, aos pobres, órfãos e desvalidos" e o "Ensino de Ofícios passa a ser ofertado nos arsenais militares do Exército e da Marinha e, posteriormente, no interior dos estabelecimentos industriais" (Caires, 2016, p. 55-56). Segundo Fonseca (1986) têm-se as características a seguir.

> Na evolução do ensino de ofícios, a aparição do Seminário dos Órfãos [1819], da Bahia, representa um marco de incontestável importância. A própria filosofia daquele ramo de ensino foi grandemente influenciada pelo acontecimento e passou, daí por diante, a encarar o ensino profissional como devendo ser ministrado aos abandonados, aos infelizes, aos desamparados. Para o ensino de ofícios, com raras exceções, já se não vai mais falar em "todos os rapazes de boa educação que quiserem nele entrar", mas "nos desfavorecidos pela fortuna", "nos deserdados da sorte" (FONSECA, 1986, v.1, p. 14).

Na mesma década de 1808, de acordo com Manfredi (2002), foram criadas as primeiras instituições públicas que se destinavam à oferta de educação superior para a formação de pessoas para o Exército e para a administração do Estado. Depois disso é que surgiram as ofertas dos níveis de ensino primário e secundário, de caráter propedêutico, de preparação para o ensino superior. E ainda complementa que, "paralelamente à construção do

ensino público, o Estado procurava desenvolver um tipo de ensino apartado do secundário e do superior, com o objetivo específico de promover a formação da força de trabalho, diretamente ligada à produção". Eram os artífices para oficinas, fábricas e arsenais (MANFREDI, 2002, p. 75).

De 1840 a 1850, foram criadas as "casas de educandos artífices", que ofereciam instrução primária e ensino de alguns ofícios para crianças e jovens em situação de mendicância. Isto se deu porque a oferta de educação para o trabalho encontrava-se também articulada a uma perspectiva assistencialista, já que se fundamentava no objetivo de propiciar um tipo específico de educação para o pobre, de modo a tirar a população do ócio e da marginalidade. Na verdade, essas casas, fundadas por dez governos provinciais e mantidas pelo Estado, figuravam mais "como obras de caridade", do que como "obras de instrução pública" (MANFREDI, 2002, p. 77).

Entre os anos de 1858 a 1886, como descreve Manfredi (2002), as entidades da sociedade civil que recebiam recursos das quotas de sócios ou de doações de benfeitores membros da burocracia do Estado, nobres, fazendeiros e comerciantes, organizavam os "Liceus de Artes e Ofícios" em diversas cidades do Brasil. Essas entidades, que "funcionaram como difusoras do ensino primário", naquele período, eram mantidas pela iniciativa privada e ofertavam cursos profissionalizantes na área de artes, tais como escultura e arte cerâmica, pintura, desenho de máquinas, desenho de arquitetura civil e regras de construção e outros. No período republicano, esses Liceus eram "mantidos e, em alguns estados, ampliados, servindo de base para a construção de uma rede nacional de escolas profissionalizantes" (MANFREDI, 2002, p. 77-78).

Em 1875, foi inaugurado o "Asilo de Meninos Desvalidos". Souza (2008, p. 20) relata que a instituição foi criada para "abrigar crianças tidas como 'desvalidas', seja por iniciativas de particulares, religiosas e mesmo por iniciativas do Estado". Esse "asilo" tinha a função de casa, escola e oficina e existia nessa "experiência certa isomorfia nessas três funções, combinadas com o objetivo de abrigar para educar e profissionalizar a infância desvalida" (Souza, 2008, p. 46). Dessa forma, esta entidade tinha o caráter de escola profissional, pois os menores lá permaneciam em regime de internato e recebiam o ensino primário, além de serem capacitados profissionalmente em oficinas.

De 1889 a 1930, período denominado Primeira República, "emerge uma rede de escolas mantidas pelo Estado e por outras entidades da sociedade civil, dentre as quais a Igreja Católica" (Moreira, 2013, p. 185). Desde então, a educação profissional alcança um novo formato: "ela passa a ser direcionada não apenas para os 'desafortunados', mas também

para as pessoas que pertenciam aos ‘setores populares urbanos’ e que ‘iriam se transformar em trabalhadores assalariados’” (Manfredi, 2002, p. 78-79). Sobre essa questão, Manfredi (2002) descreve:

> Durante o período chamado de Primeira República, que vai da proclamação da República, até os anos 30, o sistema educacional escolar e a Educação Profissional ganharam nova configuração. As poucas e acanhadas instituições dedicadas ao ensino compulsório de ofícios artesanais e manufatureiros cederam lugar a verdadeiras redes de escolas, por iniciativa de governos estaduais, do governo federal e de outros protagonistas: a Igreja Católica, trabalhadores organizados em associações, [...] e membros da elite cafeeira (MANFREDI, 2002, p. 79-80).

Em 1909, foi assinado o *Decreto Presidencial n. 7.566, de 23 de setembro de 1909* (Brasil, 1909), pelo Presidente em exercício Nilo Peçanha, conforme registram Pacheco e Rezende (2009). Esse documento normativo instituía 19 (dezenove) instituições de ensino federal denominadas “Escolas de Aprendizes Artífices”, inicialmente subordinadas ao Ministério dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio e, em 1930, migraram para a supervisão do Ministério da Educação e Saúde Pública. Estas escolas, de caráter assistencialista, “foram criadas não apenas para habilitar os ‘desfavorecidos da fortuna’, mas também para afastá-los do ócio e do crime”. Dessa forma, constituíam “um sistema desvinculado da organização escolar existente, que se destinava à formação da elite” (DORE (1999) citada por MOREIRA (2013, p. 186)).

Em 1937, essas escolas se transformaram em Liceus industriais e, em 1942, um ano após o ensino profissional ter sido considerado de nível médio, os Liceus foram chamados de escolas industriais e técnicas. Somente em 1959 as escolas técnicas federais foram configuradas como autarquias. Em 1967, as escolas fazendas, vinculadas ao Ministério da Agricultura e que já vinham se constituindo em uma rede ao longo desse mesmo tempo, passaram a fazer parte do Ministério da Educação e se transformam em escolas agrícolas. No ano de 1978, a partir da transformação de três escolas federais, do Rio de Janeiro, de Minas Gerais e do Paraná, foram criados os Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs), que se equipararam aos centros universitários (PACHECO; REZENDE, 2009).

Diversas escolas técnicas e agrotécnicas federais tornam-se CEFETs ao longo da década de 90, mas em 1998, o governo federal proíbe a construção de novas escolas federais e somente altera essa medida em 2005. Em 2004, após sete anos de uma série de atos normativos que direcionavam as instituições mencionadas para a oferta também de cursos superiores, iniciou-se a reorientação das políticas federais para a educação profissional e tecnológica, com a retomada da possibilidade da oferta de cursos técnicos integrados com o ensino médio. Em 2005, antes da ampla expansão da Rede Federal de Educação Profissional,

esta contava com 144 unidades distribuídas entre centros de educação tecnológica e suas unidades de ensino descentralizadas, uma universidade tecnológica e seus *campi*, escolas agrotécnicas e escolas técnicas vinculadas a universidades federais, além do Colégio Pedro II no Rio de Janeiro (PACHECO; REZENDE, 2009).

Com a promulgação da *Lei n. 11.892, de 29 de dezembro de 2008* (Brasil, 2008a), pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, houve uma grande reestruturação da então Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT)[5], surgindo um novo modelo de instituição, os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Nesse ano, "31 centros federais de educação tecnológica (Cefets), 75 unidades descentralizadas de ensino (Uneds), 39 escolas agrotécnicas, 7 escolas técnicas federais e 8 escolas vinculadas a universidades" foram extintas para que pudessem ser formados os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (BRASIL, 2016).

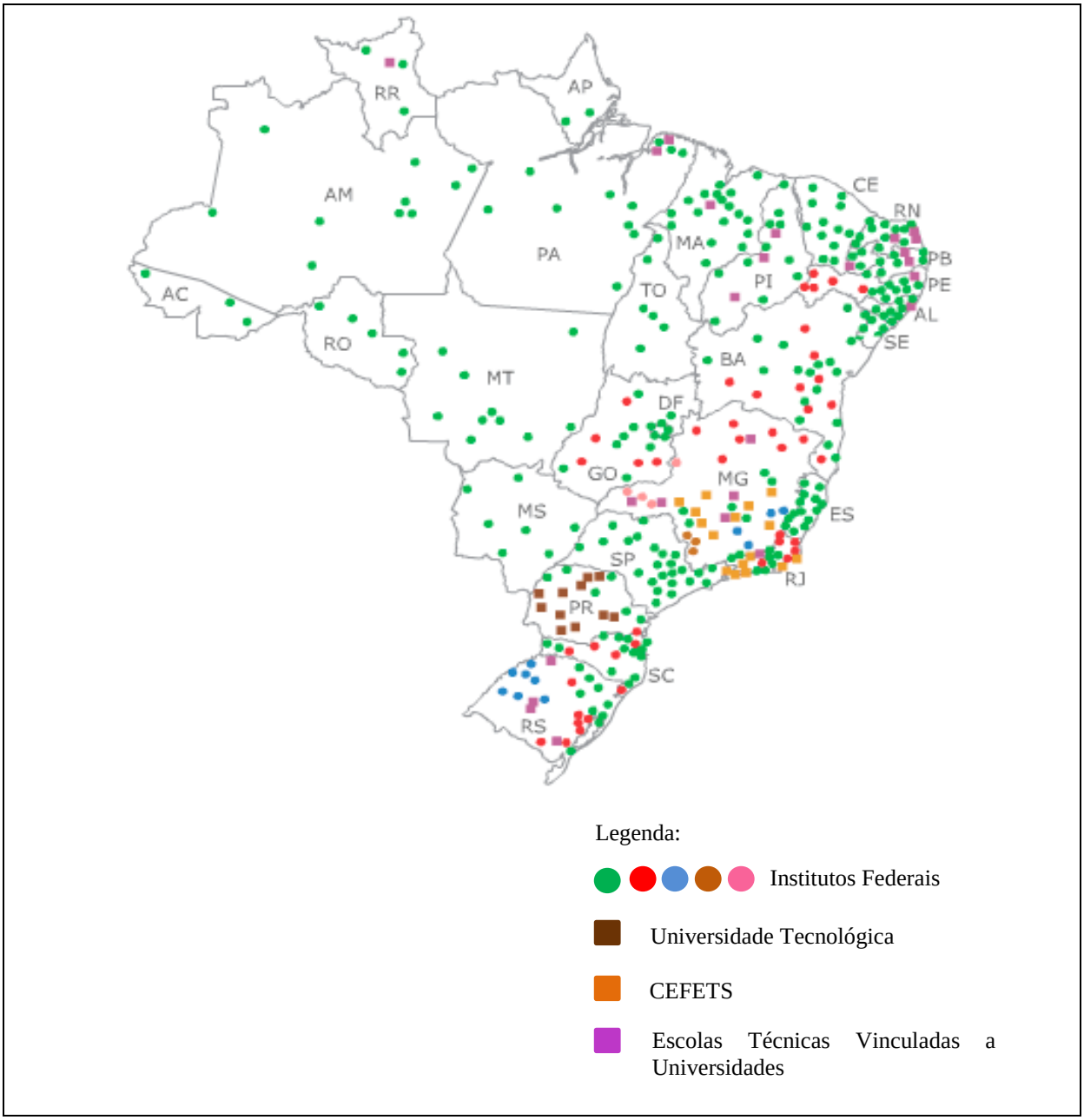
Pereira (2008), afirma que

> o surgimento dos Institutos Federais estabelece vínculo com a valorização da educação e das instituições públicas, aspectos centrais nas atuais políticas e assumidos como fundamentais para a construção de uma nação soberana e democrática, o que pressupõe o combate às desigualdades estruturais de toda ordem, daí a imprescindibilidade do fortalecimento das ações e das instituições públicas. [...] o papel que está previsto para os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia é o de garantir a perenidade das ações que visem incorporar, antes de tudo, setores sociais que historicamente foram alijados dos processos de desenvolvimento e modernização do Brasil, o que legitima e justifica a importância de sua natureza pública e afirma uma Educação Profissional e Tecnológica como instrumento realmente vigoroso na construção e resgate da cidadania e transformação social (PEREIRA, 2008, p. 1-3).

A Rede Federal é composta pelos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), pelos Centros Federais de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (CEFET-RJ) e de Minas Gerais (CEFET-MG), pelas Escolas Técnicas Vinculadas às Universidades Federais e pelo Colégio Pedro II (BRASIL, 2008a). De 1909 até o ano de 2016, o processo de expansão da Rede Federal alcançou 644 unidades em 568 cidades, conforme exposto na Figura 1 (BRASIL, 2016).

[5] Neste texto a Rede poderá ser identificada pela sigla RFEPCT ou apenas pela expressão "Rede Federal".

Figura 1 – Mapa das instituições que compõem a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. 1909 – 2016[6].



Fonte: BRASIL (2016).

Apenas os Centros Federais de Educação Tecnológica de Minas Gerais e do Rio de Janeiro não aderiram ao novo modelo e permaneceram com as antigas estrutura e denominação. O Quadro 1 traz as características e a legislação de criação ou transformação das instituições da Rede Federal.

[6] Na presente dissertação, figuras, gráficos, quadros e tabelas retirados de produções acadêmicas de forma literal, estarão delimitados por uma borda e trarão o seu título original dentro desta e o título dado pela autora na parte exterior da borda. Constarão ainda a fonte original e a fonte na qual foram retiradas as ilustrações, tabelas e quadros.

Quadro 1 – Caracterização das instituições que integram a Rede Federal.

INSTITUIÇÃO	CARACTERÍSTICAS	LEGISLAÇÃO DE CRIAÇÃO OU TRANSFORMAÇÃO
Institutos Federais	Instituição de natureza pluricurricular e *multicampi* (reitoria, *campus*, *campus* avançado, polos de inovação e polos de educação à distância). Atuação vinculada ao desenvolvimento local. Oferta de cursos de qualificação profissional, de cursos técnicos de nível médio, de cursos superiores de graduação – licenciatura, tecnologia e bacharelado –, de cursos superiores de pós-graduação *lato* e *stricto sensu* – especialização, mestrado e doutorado. Desenvolvimento da inovação, da pesquisa aplicada e da extensão e desenvolvimento tecnológico, em uma mesma unidade de ensino.	Lei nº 11.892, de 2008 (Brasil, 2008a) e Portaria MEC nº 1.291, de 2013 (BRASIL, 2013h).
Universidade Tecnológica Federal do Paraná	Universidade especializada, pluridisciplinar, de formação dos quadros profissionais de nível superior, de pesquisa, de extensão e de domínio e cultivo do saber humano. Produção intelectual institucionalizada mediante o estudo sistemático dos temas e problemas mais relevantes, tanto do ponto de vista científico e cultural, quanto regional e nacional.	Lei nº 11.184, de 2005 (BRASIL, 2005f).
Centros Federais de Educação Tecnológica	Instituição de regime especial, de natureza plurricular e multiunidade (unidade sede e unidades de ensino descentralizada). Oferta de cursos de qualificação profissional, de cursos técnicos de nível médio, de cursos superiores de graduação – licenciatura, tecnologia e bacharelado -, de cursos superiores de pós-graduação *lato* e *stricto sensu* – especialização, mestrado e doutorado. Desenvolvimento da pesquisa aplicada e da extensão e desenvolvimento tecnológico, em uma mesma unidade de ensino.	Lei nº 6.545, de 1978 (BRASIL, 1978).
Escolas Técnicas Vinculadas	Unidades de ensino pertencentes à estrutura organizacional das universidades federais. Oferta de cursos de educação profissional técnica de nível médio e de cursos de Formação Inicial e Continuada, em suas respectivas áreas de atuação.	Lei nº 11.892, de 2008 (Brasil, 2008a) e Portaria MEC nº 907, de 2013 (BRASIL, 2013g).
Colégio Pedro II	Instituição de natureza pluricurricular e *multicampi* (reitoria, *campus* e *campus* avançado). Oferta de educação básica – ensino fundamental, ensino médio e cursos técnicos -, de cursos superiores de licenciatura e de cursos superiores de pós-graduação lato e stricto sensu em educação. Desenvolvimento da inovação, da pesquisa aplicada e da extensão e desenvolvimento tecnológico, em uma mesma unidade de ensino.	Decreto Imperial, de 1837 (Brasil, 1837), Lei nº 11.892, de 2008 (Brasil, 2008a) e Portaria MEC nº 1.291, de 2013 (BRASIL, 2013h).

Fonte: BRASIL (2014, p. 9-10).

Pacheco e Rezende (2009) afirmam que, estruturados a partir do potencial instalado nos CEFET's, os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, também denominados "novas instituições", geraram e fortaleceram condições estruturais necessárias

ao desenvolvimento educacional e socioeconômico brasileiro. E ainda complementam o exposto a seguir.

> O foco dos institutos federais é a promoção da justiça social, da equidade, do desenvolvimento sustentável com vistas a inclusão social, bem como a busca de soluções técnicas e geração de novas tecnologias. Estas instituições devem responder, de forma ágil e eficaz, às demandas crescentes por formação profissional, por difusão de conhecimentos científicos e de suporte aos arranjos produtivos locais (PACHECO; REZENDE, 2009, p. 8).

Os Institutos Federais têm organização *multicampi* e foram criados para contemplar e incluir todos, visto que os mesmos ofertam cursos em todas as modalidades de ensino, caracterizando uma formação ao longo da vida, conforme descrito nos objetivos no art. 7º da Lei de sua criação:

> I - ministrar educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos;
> II - ministrar cursos de Formação Inicial e Continuada de trabalhadores, objetivando a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização de profissionais, em todos os níveis de escolaridade, nas áreas da educação profissional e tecnológica;
> III - realizar pesquisas aplicadas, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade;
> IV - desenvolver atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, e com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos;
> V - estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional; e
> VI - ministrar em nível de educação superior:
> a) cursos superiores de tecnologia visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia;
> b) cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas na formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional;
> c) cursos de bacharelado e engenharia, visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia e áreas do conhecimento;
> d) cursos de pós-graduação lato sensu de aperfeiçoamento e especialização, visando à formação de especialistas nas diferentes áreas do conhecimento; e
> e) cursos de pós-graduação stricto sensu de mestrado e doutorado, que contribuam para promover o estabelecimento de bases sólidas em educação, ciência e tecnologia, com vistas no processo de geração e inovação tecnológica (BRASIL, 2008a).

Silveira (2014) cita Ball (2013) ao afirmar em sua tese que os IFs têm, como característica fundamental, o princípio da formação continuada ao longo da vida, ou seja, uma formação que pode ser iniciada pela Educação de Jovens e Adultos e se estender até um número ilimitado de especializações e cursos de pós-graduações, que poderão ocorrer na modalidade presencial ou à distância. De acordo com a autora,

> essa característica do aprendizado ao longo da vida tem uma relação direta com a consolidação do aspecto profissionalizante da educação técnica. A partir da

> conjugação de vários projetos sociais e educacionais ligados aos princípios do governamento neoliberal, como o imperativo da inclusão, a formação profissional de toda uma população, a educação ao longo da vida e a empregabilidade, surgiu com essa instituição de ensino que colocou todos esse princípios em prática ao mesmo tempo. Em síntese, o aspecto que norteia os IFs é o ensino profissionalizante em suas diferentes configurações formativas e que contempla múltiplas formações, além de investir em pesquisas que contemplem o desenvolvimento tecnológico. A narrativa oficial exalta os IFs como instituições de excelência, entretanto, os IFs sofrem críticas na medida em que ficaram conhecidos popularmente como 'colegiões', isto é, instituições que abrigam a 'todos' indistintamente, sem qualidade nem distinção, porque ofertam tudo à todos. Em um país como o Brasil, que possui uma história educacional marcada pela exclusividade e a distinção, todo e qualquer projeto de grande abrangência populacional será rechaçado por parcelas da população. Também o novo Ensino Técnico precisava superar as suas "origens baixas", ou como é chamado pela narrativa oficial, os "estigmas de origem" (SILVEIRA, 2014, p. 134-135).

Pacheco e Rezende (2009, p. 10) afirmam que os IFs trazem em sua proposta o entendimento que a educação é um "instrumento de transformação e enriquecimento do conhecimento, capaz de modificar a vida social e atribuir maior sentido e alcance ao conjunto da experiência humana". Essa nova instituição deve ser pensada segundo as exigências do mundo contemporâneo, podendo alterar de forma positiva a realidade do país. Nesse sentido, os IFs "devem possibilitar aos trabalhadores a formação continuada ao longo da vida, reconhecendo competências profissionais e saberem adquiridos informalmente em suas vivências, conjugando-os com aqueles presentes nos currículos formais" (PACHECO; REZENDE, 2009, p. 10).

Isto posto, essas instituições têm como finalidades:

> I - ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional;
> II - desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais;
> III - promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior, otimizando a infraestrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão;
> IV - orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal;
> V - constituir-se em centro de excelência na oferta do ensino de ciências, em geral, e de ciências aplicadas, em particular, estimulando o desenvolvimento de espírito crítico, voltado à investigação empírica;
> VI - qualificar-se como centro de referência no apoio à oferta do ensino de ciências nas instituições públicas de ensino, oferecendo capacitação técnica e atualização pedagógica aos docentes das redes públicas de ensino;
> VII - desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica;
> VIII - realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico;
> IX - promover a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais, notadamente as voltadas à preservação do meio ambiente (BRASIL, 2008a).

A criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, assim como as políticas públicas voltadas para a educação, tais como o PRONATEC, visam ampliar o acesso e minimizar o dualismo que ainda está presente na educação profissional, buscando assim, uma educação cada vez mais inclusiva e próxima da politécnica[7]. É importante que a educação profissional e tecnológica seja concebida como um processo de construção social que ao mesmo tempo qualifique o cidadão e o eduque em bases científicas, bem como ético-políticas, permitindo que este participe ativamente da construção social e adquira capacidade de se exercitar cognitiva e tecnicamente (BRASIL, 2004).

1.2 Políticas públicas para a educação profissional

Neste capítulo serão abordados conceitos relacionados ao termo "política pública" e também serão analisadas as que são voltadas para a educação profissional técnica de nível médio no Brasil. Para realizar essa análise, foram adotados dois procedimentos metodológicos. O primeiro diz respeito ao tempo, pois o recorte temporal foi feito do ano de 1996, ano em que o termo Educação Profissional foi inserido na LDB, em seu Capítulo III, artigo 39[8]: "A educação profissional, integrada às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia, conduz ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva" (Brasil, 1996); até o ano de 2011, quando foi instituído o PRONATEC. O segundo refere-se à escolha dos programas e dos planos que ofertam cursos técnicos de nível médio, visto que este é o foco desta pesquisa.

Para se conceituar o termo 'política pública', primeiro torna-se necessário conceituar os termos 'Estado' e 'Governo'. 'Estado' é um "conjunto de instituições permanentes – como órgãos legislativos, tribunais, exército e outras que não formam um bloco monolítico necessariamente – que possibilitam a ação do governo"; já 'Governo' define-se como o

---

[7] Termo que surgiu no século XIX com Karl Marx e tem a sua maturidade e chegada ao campo da educação brasileira nos séculos posteriores pelas mãos de Demerval Saviani, que traz uma ampla discussão sobre a concepção e o conceito do termo politecnia e afirma que este integra a tradição socialista e que, na "abordagem marxista, o conceito de politecnia implica a união entre escola e trabalho ou, mais especificamente, entre instrução intelectual e trabalho produtivo". Ligado a omnilateralidade, ou seja, a unidade entre teoria e prática. (Saviani, 2003). Para Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005, p.36), a politecnia "buscava e busca romper com a dicotomia entre educação básica e técnica, resgatando o princípio da formação humana em sua totalidade; em termos epistemológicos e pedagógicos, esse ideário defendia um ensino que integrasse ciência e cultura, humanismo e tecnologia, visando o desenvolvimento de todas as potencialidades humanas. Por esta perspectiva, o objetivo profissionalizante não teria um fim em si mesmo nem se pautaria pelos interesses do mercado, mas constituir-se-ia numa possibilidade a mais para os estudantes na construção de seus projetos de vida, socialmente determinados, possibilitados por uma formação ampla e integral".

[8] Atualmente o referido artigo foi alterado pela *Lei n. 11.741, de 16 de julho de 2008* (Brasil, 2008) e tem a seguinte redação: "A educação profissional e tecnológica, no cumprimento dos objetivos da educação nacional, integra-se aos diferentes níveis e modalidades de educação e às dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia".

conjunto de programas e projetos que parte da sociedade (políticos, técnicos, organismos da sociedade civil e outros) proposto para a sociedade como um todo, configurando-se a orientação política de um determinado governo que assume e desempenha as funções de Estado por um determinado período (Höfling, 2001, p. 31). A autora continua, alegando que:

> O Estado não pode ser reduzido à burocracia pública, aos organismos estatais que conceberiam e implementariam as políticas públicas. As políticas públicas são aqui compreendidas como as de responsabilidade do Estado – quanto à implementação e manutenção a partir de um processo de tomada de decisões que envolve órgãos públicos e diferentes organismos e agentes da sociedade relacionados à política implementada. Neste sentido, políticas públicas não podem ser reduzidas a políticas estatais [...]. Nestes termos, entendo educação como uma política pública social, uma política pública de corte social, de responsabilidade do Estado, mas não pensada somente por seus organismos (HÖFLING, 2001, p. 31).

Em relação ao tema políticas públicas, verifica-se que existe uma pluralidade de pensamentos e discussões, e, de acordo com Secchi (2010), qualquer definição de política pública é arbitrária, pois não há entendimento comum na literatura especializada sobre o tema. Segundo Theodoulou (1995), o único consenso entre os autores é que a mesma afeta profundamente a vida cotidiana de cada indivíduo na sociedade.

É importante frisar que, conforme Gobert e Muller (1987) citado por Höfling (2001, p. 31), "políticas públicas são aqui entendidas como o 'Estado em ação'; é o Estado implantando um projeto de governo, por meio de programas, de ações voltadas para setores específicos da sociedade". Para Rua (1998),

> as políticas públicas são públicas e não são privadas ou apenas coletivas. A dimensão pública das políticas é dada não pelo tamanho do agregado social sobre o qual incidem e sim pelo seu caráter imperativo, que é uma característica central da atividade política, e pelo fato de que as decisões e ações estão revestidas de soberania do poder público (RUA, 1998, p. 233).

Saravia (2006) define política pública como

> um sistema de decisões públicas que visa a ações ou omissões, preventivas ou corretivas, destinadas a manter ou modificar a realidade de um ou vários setores da vida social, por meio da definição de objetivos e estratégias de atuação e da alocação dos recursos necessários para atingir os objetivos estabelecidos (SARAVIA, 2006, p. 28-29).

Mincato (2012) também traz considerações a esse respeito, assegurando que as políticas públicas, na sociedade capitalista,

> podem ser compreendidas como estratégias de ação governamental que buscam compatibilizar as duas grandes fontes do Poder Público: os recursos econômicos provenientes do processo de produção e de acumulação privada do capital, obtidos, sobretudo por meio de impostos e tributações e que asseguram um dos elementos necessários para a produção de Políticas Públicas; e a legitimidade política dos poderes públicos, advinda quer dos pleitos eleitorais que autorizam os poderes

> públicos constituídos a agirem, pelo menos em regimes político democráticos, quer das próprias políticas públicas (MINCATO, 2012, p. 84).

Logo, as políticas públicas são iniciativas que têm como objetivo a sustentação do modo de produção e do desenvolvimento capitalista, "além de ainda poder articular-se como forma de perpetuar a legitimidade do poder do Estado. Contudo, mesmo visando o capitalismo, a execução de tais políticas é precedida e também permeada por muitos conflitos e lutas entre classes" (ZAMBONI; SANTOS; OLIVEIRA, 2016, p. 3).

De acordo com o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) (2006, p.165), as políticas públicas envolvem todos os grupos de necessidades da sociedade civil, que são as Políticas Sociais. São elas que determinam o padrão de proteção social implementado pelo Estado, voltadas em princípio à redistribuição dos benefícios sociais, dentre eles o direito à educação. Para que esse direito seja garantido com qualidade e de forma universal, é implementada a Política Educacional.

Höfling (2001, p. 31) entende a educação como "uma política pública social, uma política pública de corte social, de responsabilidade do Estado – mas não pensada somente por seus organismos". E complementa afirmando que:

> As políticas sociais – e a educação – se situam no interior de um tipo particular de Estado. São formas de interferência do Estado, visando a manutenção das relações sociais de determinada formação social. Portanto, assumem "feições" diferentes em diferentes sociedades e diferentes concepções de Estado. É impossível pensar Estado fora de um projeto político e de uma teoria social para a sociedade como um todo. Pensando em termos concretos, minha reflexão sobre política educacional se insere no contexto do Estado Capitalista, entendido de maneira ampla, sem se considerar definições mais apuradas do que seria este Estado: se democrático liberal, se social democrático etc., etc. (HÖFLING, 2001, p. 31-32).

Pode-se ainda refletir sobre o fato de que as políticas públicas educacionais têm como objetivo a inclusão, a ampliação da participação e, consequentemente, a redução das desigualdades sociais. No entanto, Arroyo (2011, p. 93) afirma o registrado a seguir.

> Não é por acaso que em tempos de ocultar as desigualdades que se espalham e aprofundam terminam enfraquecidos os ideais de sua superação e se privilegia a inclusão e as políticas escolares inclusivas. Por sua vez, não é por acaso que os mecanismos de regulação da inclusão se tornam centrais nas políticas educativas. Predominam políticas não tanto de inclusão, mas de regulação das tentativas de inclusão. Parâmetros mínimos de qualidade, requeridos para a inclusão-excludente. As políticas de inclusão se distanciam em radicalidade política das políticas de igualdade (ARROYO, 2011, p. 90).

No que diz respeito à educação profissional, Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005, p.1089) declaram que "o tratamento a ser dado à educação profissional, anunciado pelo Ministério da Educação ao início do Governo Lula, seria de reconstruí-la como política pública" e também o que consta no documento *Subsídios para o processo de discussão da*

proposta de anteprojeto de lei da educação profissional e tecnológica do Ministério da Educação (Brasil, 2005e, p. 2), que seria

> corrigir distorções de conceitos e de práticas decorrentes de medidas adotadas pelo governo anterior, que de maneira explícita dissociaram a educação profissional da educação básica, aligeiraram a formação técnica em módulos dissociados e estanques, dando um cunho de treinamento superficial à formação profissional e tecnológica de jovens e adultos trabalhadores.

Os referidos autores ainda continuam, assegurando que entre as correções mencionadas, a propósito do *Decreto n. 2.208, de 17 de abril de 1997* (Brasil, 1997), "um novo decreto seria um dispositivo transitório que, enquanto garantisse a pluralidade de ações a sistemas e instituições de ensino, mobilizasse a Sociedade Civil em torno do assunto". Nesse momento, pretendia-se que houvesse uma (re)construção de princípios e fundamentos da formação dos trabalhadores para uma concepção emancipatória dessa classe, acreditando-se que uma forte mobilização da sociedade pela defesa do ensino médio unitário e politécnico, "a qual conquanto admitisse a profissionalização, integraria em si os princípios da ciência, do trabalho e da cultura, promoveria um fortalecimento das forças progressistas para a disputa por uma transformação mais estrutural da educação brasileira" (Frigotto, Ciavatta e Ramos, 2005, p. 1090). Todas essas transformações com certeza levariam

> a uma revisão profunda e orgânica da atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e não a uma lei específica para a educação profissional. O fato é que, após um ano de vigência do Decreto nº 5.154/2004, a mobilização esperada não ocorreu. O que se viu, logo a seguir, foi o inverso. De uma política consistente de integração entre educação básica e profissional, articulando-se os sistemas de ensino federal e estaduais, passou-se à fragmentação iniciada internamente, no próprio Ministério da Educação (FRIGOTTO; CIAVATTA; RAMOS, 2005, p. 1090-1091)[9].

Portanto, percebe-se que muitas das políticas públicas voltadas para a educação profissional não têm conseguido superar o dualismo além da formação aligeirada.

Em síntese, apesar da expressão política pública não ter um consenso em relação ao seu conceito, sabe-se que a mesma pode afetar a vida dos indivíduos na sociedade em que vivem. Nesta pesquisa, o conceito utilizado será o exposto por Gobert e Muller (1987), que afirma que as políticas públicas podem ser entendidas como o 'Estado em ação', ou seja, é o Estado implantando um projeto de governo, por meio de programas e/ou de ações voltadas para setores específicos da sociedade.

---

[9] É importante salientar que neste ano de 2004, "passou-se a enfrentar uma nova e complicada conjuntura: a reestruturação do MEC colocou a política do ensino médio na Secretaria de Educação Básica, separando-a da política de educação profissional", colocando esta na Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC) (FRIGOTTO; CIAVATTA; RAMOS, 2005, p. 1091). Foi então, extinta a Secretaria de Educação Média e Tecnológica (SEMTEC).

Desta forma, o subtópico seguinte abordará alguns dos planos e programas voltados para a capacitação profissional de curta duração e as que são voltadas para a educação profissional técnica de nível médio, implantadas no Brasil no período de 1996 a 2011.

1.2.1 Dos planos e programas governamentais

De 1996 até o ano de 2017, muitos foram os programas e os planos voltados para a educação profissional e tecnológica, mas que em nada contribuem para diminuir as desigualdades sociais e só aumentam a inclusão excludente, conforme declara Ribeiro (2014):

> Ao grupo majoritário destina-se formação pontual orientada pelo pretenso mercado, como diagnostica a Carta de Natal 2013: cursos que não promovem a elevação da escolaridade e geram a ilusão, de maneira especial, quanto ao sucesso de em 160h preparar alguém para assumir um emprego como, por exemplo, o de torneiro mecânico ou auxiliar administrativo. O que nos leva a crer numa precária inserção profissional, numa inclusão excludente às relações salariais capitalistas (RIBEIRO, 2014, p. 17).

O autor ainda acrescenta, citando Acácia Kuenzer (2007), que "a inclusão excludente [...] é a lógica que rege as relações entre trabalho e educação no regime de acumulação flexível" (RIBEIRO, 2014, p. 17). Muitos desses planos e programas referem-se particularmente a cursos de qualificação profissional, ou seja, cursos de curta duração, com baixa carga horária e que não aumentam o nível de escolaridade. Na inviabilidade de analisar todas as políticas nessa pesquisa, algumas delas foram apenas mencionadas, conforme explicado na metodologia expressa no início do capítulo.

No âmbito federal, de 1996 até 2011 foram aprovadas as políticas a seguir, voltadas para capacitação profissional de curta duração.

a) O Programa Nacional de Qualificação (PNQ) foi instituído pela *Resolução n. 333, de 10 de julho de 2003* (Brasil, 2003), com o objetivo de contribuir com a integração das políticas e com a articulação das ações de qualificação social e profissional do Brasil e, em conjunto com outras políticas e ações vinculadas ao emprego, ao trabalho, à renda e à educação, promover gradativamente a universalização do direito dos trabalhadores à qualificação. Segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT), desde a sua instituição no ano de 2003 até o ano de 2009, o PNQ qualificou 790 mil trabalhadores (OIT, 2017). A OIT ainda afirma que o programa encerrou a sua oferta no ano de 2012.

b) O Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem) foi instituído no ano de 2005, durante o mandato do Presidente Luís Inácio Lula da Silva, pela *Lei n. 11.129, de 30 de junho de 2005* (Brasil, 2005a) e regulamentado pelo *Decreto n. 5.557, de 5 de outubro de*

2005 (Brasil, 2005b). Em 2008, por sua vez, a iniciativa passou por uma restruturação[10], que unificou ações como Empreendedorismo Juvenil, Escola de Fábrica e Juventude Cidadã. No ano de 2016 o programa ainda está vigente e tem sido desenvolvido em conjunto com os municípios e governos estaduais.

c) O Programa Escola da Fábrica, também criado no ano de 2005, pela *Lei n. 11.180, de 23 de setembro de 2005* (Brasil, 2005c), para ser executado pelo Ministério da Educação. Tal programa tem a finalidade de "ampliar as possibilidades de formação profissional básica, favorecendo o ingresso de estudantes de baixa renda no mercado de trabalho" (Brasil, 2005). Na primeira fase do projeto, foram abertas 558 escolas em fábricas de diferentes segmentos da economia, com o intuito de beneficiar 11.500 jovens de 16 a 24 anos em 17 estados do país[11]. De acordo com informações disponíveis no sítio eletrônico do MEC, o programa esteve em vigor até o ano de 2007, quando foi publicada a sua última Resolução/CD/FNDE n. 30, 22 de junho de 2007 (Brasil, 2007b), contendo orientações e diretrizes relacionadas ao programa.

Em relação ao ProJovem e ao Programa Escola de Fábrica, Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005) fazem a análise que se segue.

> Outro ponto controverso de que tratamos diz respeito aos Programas Escola de Fábrica e PROJOVEM. Entre as distorções das políticas educacionais, que o atual governo pretendia corrigir, estava a revogação do Decreto nº 2.208/97 e o redirecionamento do PROEP dos setores privados e comunitários para os segmentos públicos. Enquanto se discutia o novo decreto que tomou forma no Decreto nº 5.154 em julho de 2004 e que veio permitir a integração do ensino médio com a educação profissional, anuncia-se um novo programa de educação profissional, o Programa Escola de Fábrica, utilizando o modelo de parceria público-privado, iniciado com recursos do PROEP e em parceria com empresas e indústrias de todo país. Em resumo, pelo novo decreto restabelece-se a possibilidade do ensino integrado entre educação geral e formação específica; e pelo novo programa, salvo outros rumos que possa tomar, coloca-se sob a tutela da lógica empresarial a formação dos jovens excluídos do mercado de trabalho e que não tiveram acesso à educação regular (FRIGOTTO; CIAVATTA; RAMOS, 2005, p. 1105-1106).

Assim como na esfera federal, no Estado de Minas Gerais, foi desenvolvido o Plano Estadual de Qualificação (PEQ), programa que ofertava apenas cursos de capacitação ou de qualificação, de curta duração. O PEQ foi implantado no ano de 1996 nos Estados brasileiros

---

[10] A reestruturação do ProJovem foi instituída pela *Medida Provisória n. 411, de 28 de dezembro de 2007* (Brasil, 2007a), unificando seis programas já existentes (ProJovem, Agente Jovem, Saberes da Terra, Consórcios Sociais da Juventude, Juventude Cidadã e Escola de Fábrica), sob quatro novos eixos: ProJovem Adolescente, ProJovem Urbano, ProJovem Campo e ProJovem Trabalhador. A gestão do ProJovem é compartilhada entre a Secretaria-Geral da Presidência da República, por meio da Secretaria Nacional de Juventude, e os ministérios do Trabalho e Emprego, do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e da Educação, materialidade da descentralização e flexibilização da educação da classe trabalhadora (PARANHOS, 2013, p. 38).

[11] Informações disponíveis em: <http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=3266:sp-958386849>. Acesso em 20 dez. 2016. Não foram encontradas informações sobre o quantitativo de jovens que foram capacitados por este programa.

como um mecanismo do Plano de Formação Profissional do Ministério do Trabalho (PLANFOR) e era coordenado pela Secretaria Estadual de Trabalho, sob orientação e supervisão das Comissões Estaduais e Municipais de Emprego e as Parcerias Nacionais e Regionais com toda rede de educação profissional do país, mediante convênios e termos de cooperação técnica (DIAS; OLIVEIRA, 2000).

Ao lado das políticas mencionadas, têm-se as políticas públicas federais voltadas para a educação profissional que se referem a cursos técnicos de nível médio. Dentro disso, têm-se: o Plano de Formação Profissional do Ministério do Trabalho (PLANFOR); o Programa de Melhoria e Expansão da Educação Profissional (PROEP); o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA); o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA).

O PLANFOR foi elaborado pela Secretaria de Formação e Desenvolvimento Profissional (SEFOR) do Ministério do Trabalho (MTb) no ano de 1995 e era financiado com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador[12] (FAT), mas passou a vigorar efetivamente a partir de 1996. A partir dessa implantação, passou-se a "tratar a questão da qualificação profissional como política pública, integrada ao conjunto de ações destinadas a estimular oportunidades de geração de trabalho e renda" (JORGE, 2010, s.p.).

O objetivo desse plano, de acordo com a *Resolução n. 194, de 23 de setembro de 1998* (Brasil, 1998), era construir, de forma gradativa, a oferta de educação profissional permanente, com o foco na demanda do mercado de trabalho, de modo a qualificar ou requalificar, a cada ano, articulado à capacidade e à competência existente nessa área, pelo menos 20% da População Economicamente Ativa (PEA), maior de 14 anos de idade. Buscava-se contribuir para o aumento da probabilidade de obtenção de trabalho e de geração ou elevação de renda, reduzindo os níveis de desemprego e subemprego; o aumento da probabilidade de permanência no mercado de trabalho, reduzindo os riscos de demissão e as taxas de rotatividade e a elevação da produtividade, da competitividade e da renda.

Além dos objetivos mencionados, o PLANFOR também se propunha a: elevar o nível de escolaridade, tendo em vista a erradicação do analfabetismo e a ampliação do número de pessoas com, pelo menos, o nível básico de escolaridade; contribuir para a redução das desigualdades sociais e regionais bem como para a preservação da natureza e a construção da

[12] Fundo de Amparo ao Trabalhador é um fundo contábil-financeiro destinado ao custeio do programa do seguro-desemprego, do abono salarial e ao financiamento de programas de desenvolvimento econômico (BRASIL, 2014a).

solidariedade e cidadania; combater todas as formas de discriminação, com ênfase para a discriminação de gênero, idade, raça e cor, buscando, assim, a garantia do respeito à diversidade; a estimular a ampliação da oferta de empregos e oportunidades de geração de renda assim como a busca por alternativas de trabalho autogestionado, associativo ou em micro e pequenos empreendimentos (JORGE, 2010, s.p.).

De acordo com Jorge (2010), houve a criação de dois instrumentos geridos pelo Ministério do Trabalho[13] para a implementação do PLANFOR. São eles: os Planos Estaduais de Qualificação, que contemplavam projetos e ações de educação profissional em cada unidade federativa do país, sendo executados e geridos pelas Secretarias Estaduais de Trabalho e as Parcerias Nacionais e Regionais (PARCs), promovidas e geridas por sindicatos de trabalhadores, fundações, universidades, outros ministérios, entidades internacionais. Tinham como objetivo a realização de projetos e ações inovadoras de educação profissional em escala nacional, ou cobrindo mais de uma unidade federativa, mediante convênios entre a entidade parceira e o Ministério do Trabalho. O PLANFOR ficou em vigor até o ano de 2002 e foi substituído pelo PNQ a partir de 2003 (JORGE, 2010, s.p.).

No tocante ao PLANFOR e já iniciando as discussões sobre o PROEP, Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005) registram o exposto a seguir.

> O suporte jurídico a este e a outros programas de Educação Profissional do governo do presidente Fernando Henrique Cardoso foi conferido pelo Decreto nº 2.208/97. Além de fornecer os fundamentos para o PLANFOR, esse decreto apresentou as concepções e normas sobre as quais se desenvolveu o Programa de Expansão da Educação Profissional (PROEP), vinculado ao Ministério da Educação. É sempre bom lembrar que esse decreto, atendendo ao acordo realizado entre o MEC e o Banco Mundial, teve como principal proposta a separação entre o ensino médio e a Educação Profissional, que a partir de então passaram a percorrer trajetórias separadas e não equivalentes. E que foi por meio dele que se criaram as condições para a negociação e implementação do PROEP, em atenção às exigências do Banco Mundial (FRIGOTTO; CIAVATTA; RAMOS, 2005, p. 887-888).

O PROEP, que segundo Cardoso (2007) visava à implantação da reforma da educação profissional[14] determinada pela LDB, foi instituído no ano de 1997, pela *Portaria MEC n.*

---

[13] Esses instrumentos eram geridos pelo Ministério do Trabalho, por meio das Secretarias de Políticas Públicas de Emprego e a partir de diretivas definidas pelo Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (CODEFAT).

[14] O *Decreto n. 2.208, de 17 de abril de 1997* (Brasil, 1997), o Programa de Expansão da Educação Profissional (PROEP) e as ações deles decorrentes ficaram conhecidos como a Reforma da Educação Profissional. Nesse contexto, o ensino médio retoma legalmente um sentido puramente propedêutico, enquanto os cursos técnicos, agora obrigatoriamente separados do ensino médio, passam a ser oferecidos de duas formas. Uma delas é a Concomitante ao ensino médio, em que o estudante pode fazer ao mesmo tempo o ensino médio e um curso técnico, mas com matrículas e currículos distintos, podendo os dois cursos serem realizados na mesma instituição (concomitância interna) ou em diferentes instituições (concomitância externa). A outra forma é a Sequencial, destinada a quem já concluiu o ensino médio e, portanto, após a educação básica (MOURA; GARCIA; RAMOS, 2007, p. 19).

1.005, de 10 de setembro de 1997 (Brasil, 1997a), por meio de uma iniciativa do Ministério da Educação em parceira com o Ministério do Trabalho e Emprego. Esse programa teve por objetivo o financiamento de projetos de Centros de Educação Tecnológica, com o propósito de construir novas unidades ou transformar e reformar unidades existentes. Dos recursos financeiros, 40% eram destinados às instituições públicas das redes federal e estaduais e 60% para Parcerias Público-Privadas (PPP)[15] e para projetos: do chamado "segmento comunitário", no qual se incluem as iniciativas privadas, tais como projetos empresariais, do ramo educacional ou não; de associações patronais do campo industrial, agrícola e de serviços e do Sistema S; de Organizações Não Governamentais (ONG´s) e instituições escolares da esfera municipal. Nesse sentido, Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005) afirmam que:

> Entre as distorções que a política de educação profissional do atual governo pretendia corrigir estava, além da revogação do Decreto nº 2.208/97, o redirecionamento dos recursos do PROEP para os segmentos públicos. De fato, no início do ano de 2004, o MEC anunciou a reativação de projetos anteriormente apresentados, iniciada pela destinação de R$ 8 milhões a mais para o segmento estadual do que para o comunitário. Não obstante, é nesse mesmo período que se vê divulgada a política da parceria público-privado do governo federal, com ressonância na política de educação profissional. Anuncia-se então um novo programa de educação profissional usando o modelo de parceria público-privado. Esse projeto envolveria a União, o "Terceiro Setor" (Montaño, 2002) e a iniciativa privada na oferta de formação técnica de jovens em cursos de qualificação profissional (FRIGOTTO; CIAVATTA; RAMOS, 2005, p. 1101).

Os financiamentos eram voltados para construção, reforma ou ampliação, ou ainda compra de equipamentos de laboratórios e material pedagógico e também para ações de desenvolvimento técnico-pedagógico e de gestão das escolas. Neste último caso, contemplando a capacitação de docentes e de pessoal técnico, a implantação de laboratórios, de currículos e de metodologias de ensino e de avaliação inovadoras, envolvendo flexibilização curricular, adoção de modernos sistemas de gestão que contemplassem a autonomia, a flexibilidade e a captação de recursos e parcerias (CARDOSO, 2007).

Conforme Christophe (2005), o PROEP se constituiu no principal instrumento da implantação da reforma da educação profissional da época, por meio da utilização de um grande montante de recursos. Esses provinham de dotações orçamentárias do Governo Federal, sendo 25% do Ministério da Educação, 25% do Fundo de Amparo ao Trabalhador, do Ministério do Trabalho e Emprego, e os 50% restantes do Acordo de Empréstimo nº 1.052/0C-BR, assinado entre o MEC e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). O

[15]A Parceria Público-Privada (PPP) é um contrato de prestação de obras ou serviços não inferior a R$ 20 milhões, com duração mínima de 5 e no máximo 35 anos, firmado entre empresa privada e o governo federal, estadual ou municipal (BRASIL, 2014b).

valor total de investimentos era de US$ 312 milhões, mas, entre 1997 e 2003, a utilização de recursos foi da ordem de 500 milhões de dólares.

Kuenzer e Ferreti (1999) alegam que tanto o PROEP quanto os programas financiados por ele reforçam a ideia de duas redes: uma para os acadêmicos e outra para os trabalhadores. Isso aprofunda ainda mais a divisão taylorista[16] que separa dirigentes de especialistas, o que corrobora a ruptura entre o teórico e o prático representado pelo tecnológico. Trata-se, portanto, de uma posição arcaica, apoiada em métodos e técnicas conservadores, que retrocede aos anos 40, reconhecidos como tais até mesmo pela organização capitalista de produção (KUENZER; FERRETI, 1999).

O PROEP tinha como meta, ao encerrar as suas atividades em 2007, ter financiado ações em 262 escolas de educação profissional, que terão a capacidade de atender 926.994 alunos(as) em cursos técnicos, tecnológicos e de formação inicial ou continuada. De acordo com o *PROEP 2006 - Relatório Anual de Progresso*[17], o programa ofereceu mais de um milhão e trezentas mil vagas em cursos da educação básica, técnica e tecnológica em todo o Brasil, por meio de 260 projetos escolares.

Já o PRONERA, foi criado em 16 de abril de 1998 pelo Ministério Extraordinário de Política Fundiária[18], por meio da *Portaria n. 10, de 16 de abril de 1998* (Brasil, 1998a), "a partir da mobilização dos trabalhadores do campo em articulação com universidades na I Conferência Nacional: por uma educação básica do campo, realizada em Luziânia (GO), em 1997" (Kuenzer, 2006, p. 888). No ano de 2001, foi incorporado ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). O seu objetivo era a democratização do conhecimento no campo, oferecendo, aos jovens e adultos assentados, acesso a cursos de educação básica (alfabetização, ensinos fundamental e médio), técnicos profissionalizantes de nível médio, superiores e de especialização. Além disso, o PRONERA capacitava educadores para que atuassem nos assentamentos e coordenadorias locais, tornando-se multiplicadores e organizadores de atividades educativas comunitárias.

Em convênio com mais de 50 universidades públicas e comunitárias, os cursos garantiam a chamada alternância regular de períodos de estudos com tempos diferenciados de aprendizados, de maneira que os assentados pudessem estudar sem sair do campo. O

---

[16] O taylorismo reduzia, na medida em que separava gerência científica e execução, o trabalhador a um executor brutalizado, uma vez que esse trabalhador ou trabalhadora executava operações rigidamente programadas, definidas e controladas (ANTUNES, 1999, p. 56).

[17] Disponível em: <ftp://ftp.fnde.gov.br/web/proep/relatorio_progresso_anual_2006.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2016.

[18] Esse Ministério sofreu várias alterações e no ano de 2016 foi transformado em Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário – Casa Civil da Presidência da República (BRASIL, 2016a).

envolvimento das comunidades onde esses trabalhadores e trabalhadoras residiam, muito contribuiu para o desenvolvimento sustentável da região[19].

De acordo com o *Manual de Operações*[20], o PRONERA qualificou em assentamentos da reforma agrária federal, entre 1998 e 2011, 164.894 alunos pela Educação de Jovens e Adultos (EJA), 9.116 alunos em nível médio (EJA médio, nível médio concomitante com técnico profissionalizante e técnico profissionalizante), 5.347 alunos em nível superior, 1.765 alunos em especializações e 1.527 alunos na Residência Agrária Nacional. Nesse período, foram realizados 320 cursos por meio de 82 instituições de ensino em todo o País, sendo 167 de EJA fundamental, 99 de nível médio e 54 de nível superior. Os 320 cursos foram realizados em 880 municípios, em todas as unidades da federação (Brasil, 2016b). As últimas informações encontradas sobre o programa referem-se ao ano de 2016 e estão disponíveis no sítio eletrônico do INCRA[21].

Já o PROEJA, conforme o *Decreto n. 5.840, de 13 de julho de 2006* (Brasil, 2006), tem por objetivo aumentar a escolaridade de jovens e adultos por meio da educação básica integrada à educação profissional. A denominação original era "Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos", instituída pelo *Decreto n. 5.478, de 24 de junho de 2005* (Brasil, 2005d), que cria o programa, mas o restringe ao âmbito das instituições federais. Renomeado pelo *Decreto n. 5.840/2006* (Brasil, 2006) como Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos, o programa pode ser articulado ao ensino fundamental ou ao ensino médio e adotado pelas instituições públicas estaduais e municipais e pelas entidades privadas vinculadas ao "Sistema S" (ZAMBONI; SANTOS; OLIVEIRA, 2016).

Segundo o *Documento Base do PROEJA* (Brasil, 2007, p. 5), o programa apresenta como fundamento a "integração entre trabalho, ciência, técnica, tecnologia, humanismo e cultura geral" e contempla a crescente necessidade de políticas públicas visando ao desenvolvimento de ações que respeitem as dimensões sociais, econômicas, culturais,

---

[19] Disponível em: <http://www.incra.gov.br>. Acesso em: 10 jul. 2016.

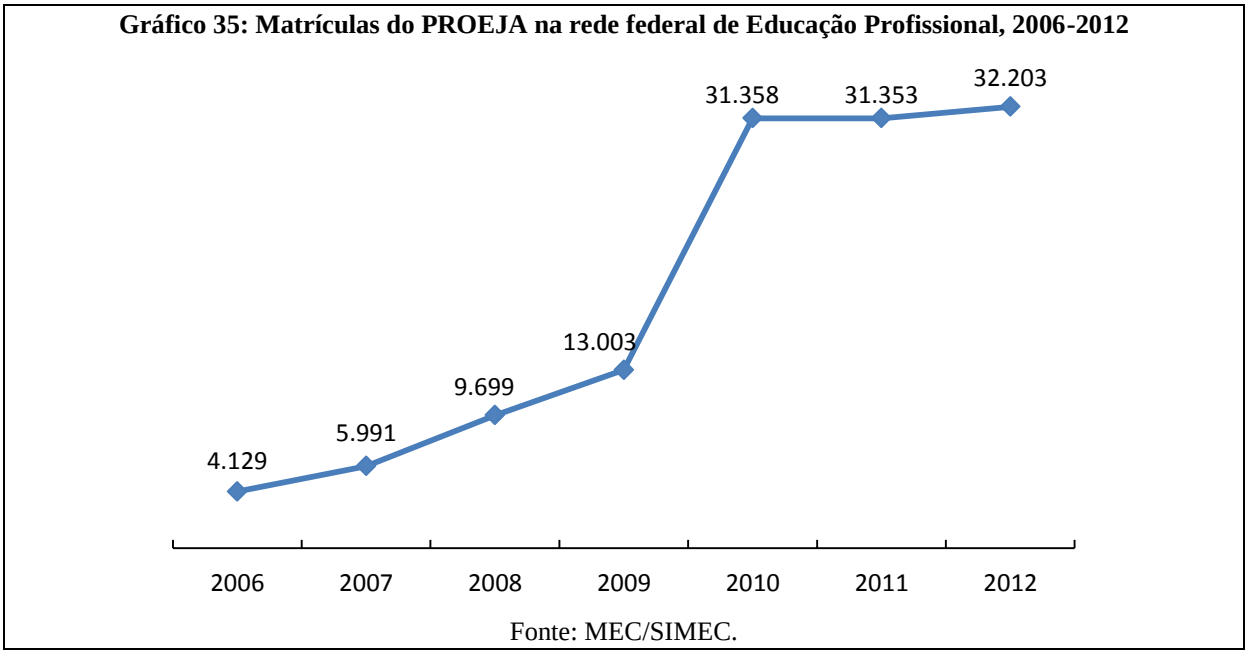
[20] O *Manual de Operações do PRONERA* é o documento base que define a estrutura operacional e as orientações pedagógicas do Programa. Desde sua criação, foram produzidas quatro versões: a primeira foi aprovada com a criação do Programa (*Portaria MEPF/Nº 10/1998*), a segunda incorporou as deliberações oriundas das medidas extremas do Governo, a partir de meados de 2001 (*Portaria INCRA/Nº 837/2001*); a terceira edição constituiu o resgate da essência do Programa, retomando, desde o processo de reformulação, seus princípios e pressupostos (*Portaria INCRA/Nº 282/2004*); a quarta e atual edição foi instituída pela *Portaria/INCRA/P/Nº 19, de 15/01/2016*.

[21] Disponível em: <http://www.incra.gov.br/sites/default/files/uploads/reforma-agraria/projetos-e-programas/pronera/manual_pronera_-_18.01.16.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2016.

cognitivas e afetivas do seu alunado. O PROEJA, portanto, sustentado pela LDB e pelo *Decreto n. 5.154, de 23 de julho de 2004* (Brasil, 2004a), tenta romper com a dualidade existente entre o ensino propedêutico (científico) e o ensino técnico, integrando a educação profissional à educação básica, com o intuito de fortalecer a formação humana, concedendo aos seus sujeitos o acesso aos saberes e conhecimentos científicos e tecnológicos ao mesmo tempo em que os capacita para o mercado de trabalho. De acordo com Silva (2011), citado por Zamboni, Santos e Oliveira (2016, p. 4), "a integração entre conhecimentos científicos e tecnológicos implicaria a superação da mera justaposição de disciplinas, e ainda a tentativa de promover uma articulação entre saber científico e saber técnico".

De acordo com o Gráfico 1, o quantitativo de matrículas no PROEJA teve um aumento progressivo desde a sua criação.

Gráfico 1 – Matrículas do PROEJA na Rede Federal de Educação Profissional. 2006 – 2012.



Fonte: BRASIL (2014c, p. 35).

Nota-se que, desde a sua implantação no ano de 2006 até o ano de 2012, foram contabilizadas mais de 30 mil matrículas no programa, nas instituições de ensino da Rede Federal. Em 2013, o PROEJA foi integrado às ações do PRONATEC, a fim de estimular a ampliação das matrículas na Rede Federal, bem como a implantação dos cursos nas redes estaduais e em todo "Sistema S". Segundo o *Relatório Educação para Todos no Brasil 2000-2015* (Brasil, 2014c), essa proposta de integração tinha o objetivo de ofertar cursos de Educação Profissional articulados à EJA, por intermédio da Bolsa-Formação, buscando

proporcionar a elevação da escolaridade e a formação profissional de jovens e adultos com vistas à sua participação como cidadãos no mundo do trabalho.

Além disso, os cursos ofertados pelo PRONATEC EJA devem levar em consideração a pessoa em sua integralidade cognitiva, afetiva, biológica, social e profissional, sem fragmentá-la. Isso tendo em vista um desenvolvimento humano efetivo na participação política, social, cultural e econômica no mundo do trabalho, provendo a continuidade de estudos e não se constituindo em um fim em si mesmo (BRASIL, 2014c).

Observa-se, portanto, que, nos programas aqui descritos, conforme afirma Kuenzer (2006, p. 903), mais especificamente sobre os programas criados até 2005, a opção pela implementação de projetos de Educação Profissional é apenas uma forma de ocultar a "falta de efetividade social dos programas que vêm sendo desenvolvidos, que se revestem de caráter fragmentado, assistencialista e compensatório, sem que se configurem de fato como política pública". A autora também relata que:

> Além da concepção de ação *pública não-estatal* que justificou o repasse de recursos públicos para instituições privadas, os programas aqui referenciados se caracterizaram pela desarticulação e pela fragmentação das ações a que deram origem, por meio de uma profusão de projetos similares espalhados por diferentes unidades gestoras, particularmente no governo do presidente Lula (KUENZER, 2006, p. 902).

Nesse contexto foi que surgiu o PRONATEC. O próximo tópico traz uma análise mais detalhada sobre esse programa, como tem sido a implantação no Brasil e no IFMG *campus* Congonhas.

1.3 O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC)

O PRONATEC, instituído pela *Lei n. 12.513, de 26 de outubro de 2011* (Brasil, 2011), é executado pela União e tem por finalidade a "ampliação da oferta de educação profissional e tecnológica, por meio de programas, projetos e ações de assistência técnica e financeira".

No ano de instituição do programa, a Presidenta Dilma Roussef, em uma entrevista dada ao programa *Café com a Presidenta*, explicou o que significava o PRONATEC:

> O PRONATEC será um conjunto de ações voltadas para os estudantes e trabalhadores que querem fazer um curso técnico e que não têm como pagar. Será um programa, tanto de bolsas quanto de financiamento estudantil. O Novo FIES, por exemplo, estará dentro do PRONATEC e, assim, também o estudante do ensino médio vai poder ter seu financiamento para estudar em escolas técnicas privadas. (...) Hoje, no Brasil, quem tem formação tem emprego, por isso, no âmbito do PRONATEC também ofereceremos formação profissional em cursos com carga horária a partir de 160 horas para o trabalhador e a trabalhadora brasileira (ROUSSEFF, 2011).

Figura 2 – Cerimônia de lançamento do PRONATEC em 28 de abril de 2011 pela Presidenta Dilma Rousseff.

Figura 11 - Dilma Rousseff durante cerimônia de lançamento do Pronatec em 28/04/2011

Fonte: FALCÃO; COSTA; PINHO, 2011

Fonte: CONTARINE (2011, p. 72).

Os objetivos do programa estão expressos no artigo 1º da referida lei, sendo eles bastante abrangentes:

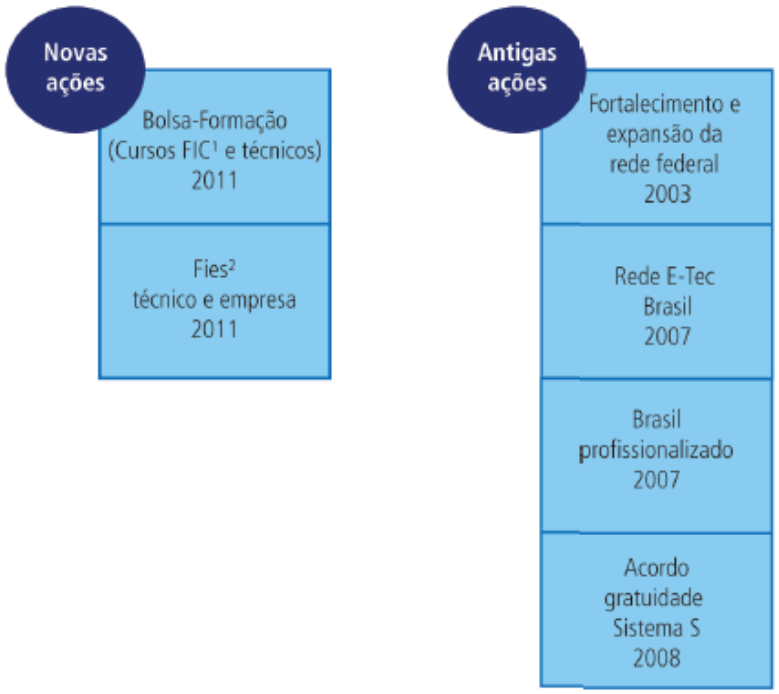
> I - expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos de educação profissional técnica de nível médio presencial e a distância e de cursos e programas de Formação Inicial e Continuada ou qualificação profissional;
> II - fomentar e apoiar a expansão da rede física de atendimento da educação profissional e tecnológica;
> III - contribuir para a melhoria da qualidade do ensino médio público, por meio da articulação com a educação profissional;
> IV - ampliar as oportunidades educacionais dos trabalhadores, por meio do incremento da formação e qualificação profissional;
> V - estimular a difusão de recursos pedagógicos para apoiar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica.
> VI - estimular a articulação entre a política de educação profissional e tecnológica e as políticas de geração de trabalho, emprego e renda (BRASIL, 2011).

O PRONATEC é composto por cinco iniciativas: expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica; Programa Brasil Profissionalizado, por meio do qual o governo federal repassa recursos aos governos estaduais para equipagem de laboratórios e construção, reforma e ampliação de escolas técnicas estaduais; Rede e-Tec Brasil, por meio da qual são ofertados cursos técnicos e de qualificação profissional na modalidade à distância; acordo de Gratuidade com o Sistema S, por meio do qual o SENAI, SENAC, SESC e SESI passaram a aplicar os recursos recebidos da contribuição compulsória em cursos gratuitos oferecidos para estudantes de baixa renda e trabalhadores; e Bolsa-

Formação, por meio da qual o governo federal oferta cursos técnicos e de qualificação profissional gratuitos, em instituições que atuam na educação profissional e tecnológica[22]. De acordo com a Figura 3, apenas duas dessas iniciativas mencionadas são novas. As demais são ações já desenvolvidas anteriormente, mas que foram abarcadas pelo PRONATEC.

Figura 3 – Ações integrantes do PRONATEC.

Figura 2 – Ações integrantes do PRONATEC



Fonte: Elaboração dos autores.

Fonte: CASSIOLATO E GARCIA (2014, p. 34).

De acordo com a sua lei de criação, o PRONATEC oferece cursos gratuitos no âmbito federal, financiados pelo governo federal, nas escolas federais, estaduais e municipais, nas unidades de ensino do Sistema S, em instituições privadas de ensino superior e de educação profissional técnica de nível médio, devidamente habilitadas pelo Ministério da Educação (Brasil, 2011). Esse tipo de oferta de cursos foi regulamentado pela *Lei n. 11.741/2008* (Brasil, 2008). Os cursos disponibilizados podem ser de: Formação Inicial e Continuada ou qualificação profissional, Educação Profissional técnica de nível médio e Educação Profissional tecnológica de graduação e pós-graduação (Art. 39, § 2º, I, II e III).

Os cursos oferecidos pelo programa são divididos em três tipos: o técnico para quem concluiu o ensino médio, com duração entre um e três anos e carga horária entre 800 e 1.200

[22] Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/pronatec>. Acesso em: 20 dez. 2016.

horas; o técnico para quem está matriculado no ensino médio, com duração mínima entre um e três anos e carga horária entre 800 e 1.200 horas; e os de Formação Inicial e Continuada ou qualificação profissional, para trabalhadores, estudantes de ensino médio e beneficiários de programas federais de transferência de renda, com duração entre 3 e 6 meses e carga horária entre 160 e 400 horas (Brasil, 2011). De acordo com a *Portaria MEC n. 12, de 03 de maio de 2016* (Brasil, 2016c), o PRONATEC tem em seu catálogo 646 cursos de qualificação, na modalidade FIC e, de acordo com *a Resolução CNE/CEB n. 01, de 5 de dezembro de 2014* (Brasil, 2014d), 227 cursos técnicos de nível médio, constantes no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos[23].

O PRONATEC atenderá, de acordo com a lei, prioritariamente, os estudantes do ensino médio da rede pública, inclusive da educação de jovens e adultos; os trabalhadores, incluídos os agricultores familiares, silvicultores, aquicultores, extrativistas e pescadores; os beneficiários dos programas federais de transferência de renda e o estudante que tenha cursado o ensino médio em escola da rede púbica ou em instituições privadas na condição de bolsista integral. Serão contemplados e será estimulada a participação dos povos indígenas, comunidades quilombolas e adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas. Além disso, será estimulada a participação de pessoas com deficiência e as mulheres responsáveis pela unidade familiar beneficiárias de programas federais de transferência de renda (BRASIL, 2011).

O programa é abrangente e contempla as seguintes ações:

> I - ampliação de vagas e expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica;
> II - fomento à ampliação de vagas e à expansão das redes estaduais de educação profissional;
> III - incentivo à ampliação de vagas e à expansão da rede física de atendimento dos serviços nacionais de aprendizagem;
> IV - oferta de bolsa-formação, nas modalidades:
> a) Bolsa-Formação Estudante; e
> b) Bolsa-Formação Trabalhador;
> V - financiamento da educação profissional e tecnológica;
> VI - fomento à expansão da oferta de educação profissional técnica de nível médio na modalidade de educação a distância;
> VII - apoio técnico voltado à execução das ações desenvolvidas no âmbito do Programa;
> VIII - estímulo à expansão de oferta de vagas para as pessoas com deficiência, inclusive com a articulação dos Institutos Públicos Federais, Estaduais e Municipais de Educação;
> IX - articulação com o Sistema Nacional de Emprego, e
> X - articulação com o Programa Nacional de Inclusão de Jovens PROJOVEM, nos termos da Lei nº 11.692, de 10 de junho de 2008 (BRASIL, 2011).

[23] Essas informações podem ser consultadas em: <http://pronatec.mec.gov.br>. Acesso em: 20 dez. 2016.

Quanto ao financiamento da educação profissional e tecnológica (EPT) expresso no artigo 4º, item V, da *Lei n. 12.513/2011* (Brasil, 2011), este é uma nova modalidade de financiamento estudantil e poderá, de acordo com a lei, ser contratado pelo estudante em caráter individual (FIES Técnico) ou por empresa (FIES Empresa), para custeio da formação de trabalhadores nas instituições habilitadas. Para a solicitação deste benefício, deverão ser observadas as regras constantes na *Lei n. 10.260, de 12 de julho de 2001* (Brasil, 2001) que institui o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES).

A Lei de instituição do PRONATEC, em seu artigo 12, alterou os artigos os seis primeiros artigos da Lei do FIES, incluindo assim, a possibilidade de custeio de cursos da EPT, bem como em Programas de Mestrado e Doutorado, desde que haja disponibilidade de recursos (BRASIL, 2011).

De acordo com Guimarães (2013, p. 12), citando o Secretário de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação (SETEC/MEC), Marco Antônio de Oliveira, o FIES Empresa se constitui em

> uma forma de incentivar empresas que queiram investir na qualificação dos seus funcionários. Primeiro, a empresa monta, ela própria, um plano de qualificação profissional, em que define não só a área da formação como também carga horária, tempo de duração do curso e o montante que quer gastar, por exemplo. Depois ela procura uma escola privada credenciada – do Sistema S, técnica ou de ensino superior – e, juntas, montam o plano do curso que será oferecido. O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) aprova o plano e a escola recebe os recursos necessários na forma de papéis do tesouro, que podem ser usados para abater dívidas ou serem recomprados pelo MEC, numa operação feita com a mediação do Banco do Brasil. Esse dinheiro que foi repassado para a escola é, na verdade, um empréstimo à empresa, com a mesma taxa de juros praticada com o estudante individual no Fies técnico – 3,4% ao ano –, embora com um prazo de carência menor (GUIMARÃES, 2013, p. 12).

Essa modalidade de Financiamento Estudantil é regida pela *Portaria n. 161, de 6 de março de 2013* (Brasil, 2013a), que, em seus artigos 5º e 6º, traz informações relevantes.

> **Art. 5º** São passíveis de financiamento pelo FIES, modalidade de educação profissional e tecnológica, até 100% (cem por cento) dos encargos educacionais cobrados das empresas ou dos estudantes por parte das unidades de ensino mantidas pelas entidades mantenedoras devidamente cadastradas nos órgãos de educação competentes e que tenham realizado adesão ao FIES.
>
> **Parágrafo único.** Para cálculo dos encargos educacionais a serem financiados pelo FIES deverão ser deduzidos do valor da mensalidade, semestralidade ou anuidade informada, em qualquer hipótese, todos os descontos regulares e de caráter coletivo oferecidos pela unidade de ensino, inclusive os concedidos em virtude da pontualidade no pagamento.
>
> **Art. 6º** A concessão de financiamento aos estudantes (FIES Técnico) poderá ser fixada de acordo com a renda familiar mensal bruta per capita do estudante, na forma estabelecida pelo Ministério da Educação (BRASIL, 2013a).

O aluno matriculado no programa conta com uma Bolsa-Formação Estudante, que de acordo com a *Lei n. 12.816, de 05 de junho de 2013* (Brasil, 2013b), será destinada a: beneficiários estudantes do ensino médio da rede pública, inclusive da educação de jovens e adultos; trabalhadores; beneficiários dos programas federais de transferência de renda; e estudante que tenha cursado o ensino médio completo em escola da rede pública ou em instituições privadas na condição de bolsista integral, nos termos do regulamento, para cursos de educação profissional técnica de nível médio, nas formas concomitante, integrada ou subsequente, nos termos definidos em ato do Ministro de Estado da Educação.

A Bolsa-Formação Trabalhador destina-se ao trabalhador e aos beneficiários dos programas federais de transferência de renda, para que realizem cursos de Formação Inicial e Continuada ou de qualificação profissional. Os requisitos e critérios de priorização para concessão dessas bolsas serão definidos pelo Poder Executivo, considerando-se a capacidade de oferta, identificação da demanda, nível de escolaridade, faixa etária, existência de deficiência, entre outros, observados os objetivos do programa.

O PRONATEC é demandado por um órgão e ofertado por outro. As instituições demandantes são responsáveis pela identificação das necessidades de cursos de educação profissional e por realizarem a mobilização e seleção de candidatos em seu âmbito de atuação, identificando os beneficiários de acordo com o perfil definido para o curso, que pode incluir acesso de públicos prioritários, idade e escolaridade mínima, por exemplo. São elas: Ministério da Educação; Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Ministério da Cultura; Ministério da Justiça; Secretaria de Direitos Humanos; Ministério das Comunicações; Secretaria da Micro e Pequena Empresa da Presidência; Ministério do Turismo; Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Ministério do Desenvolvimento Agrário; Ministério do Trabalho e Previdência Social; Ministério do Meio ambiente; Ministério da Defesa; Ministério do Desenvolvimento Industrial e Comércio; Ministério da Saúde; e Secretarias Estaduais e distrital de educação[24].

Já as instituições ofertantes têm o desafio de articular novas estratégias que contribuam para a redução do analfabetismo e para o aumento da formação profissional com elevação da escolaridade de brasileiros que se encontram à margem do mercado competitivo de empregos e da cadeia produtiva como um todo. São elas: Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e demais instituições da RFEPCT (CEFETs, escolas técnicas vinculadas a Universidades Federais e Colégio Pedro II); instituições públicas das redes estaduais,

[24] As competências detalhadas de tais parceiros estão estabelecidas na *Portaria MEC n. 817/2015* (Brasil, 2015a). Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/pronatec/instituicoes-parceiras>. Acesso em: 20 dez. 2016.

distrital e municipais e fundações públicas precipuamente dedicadas à educação profissional e tecnológica; instituições dos Serviços Nacionais de Aprendizagem (SNA): SENAC, SENAI, SENAR, SENAT; instituições de Ensino Superior estaduais, distrital e municipais com cursos técnicos; e Instituições de Ensino Superior (IES) e escolas técnicas de nível médio privadas devidamente habilitadas pelo MEC (BRASIL, 2016d).

A disponibilização de vagas é feita por meio do site do PRONATEC, no formato *online*. Para os cursos técnicos subsequentes, as vagas são ofertadas por meio do Sistema de Seleção Unificada da Educação Profissional e Tecnológica (SISUTEC)[25] e o acesso dá-se pela nota do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). Já os cursos de qualificação profissional têm como instituições responsáveis pelas inscrições e ofertas de vagas as mencionadas no Quadro 3, da página 62. No que se refere ao público a que esses cursos se destinam, pode-se dizer que é bastante diversificado. É importante frisar que os IFs, o SENAI e o SENAC apresentam oferta contínua de vagas ao longo do ano (BRASIL, 2016d).

Em relação ao controle acadêmico e administrativo, o Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica (SISTEC) é o sistema que executa e acompanha as ações do PRONATEC, uma vez que promove mecanismos de registro e controle dos dados da educação profissional e tecnológica no país (Brasil, 2012). As instituições participantes do programa devem estar ativas ou se cadastrar no SISTEC, visto que os procedimentos operacionais e de controle acadêmico, tais como lançamento de frequências, matrículas, dentre outros são realizadas via sistema.

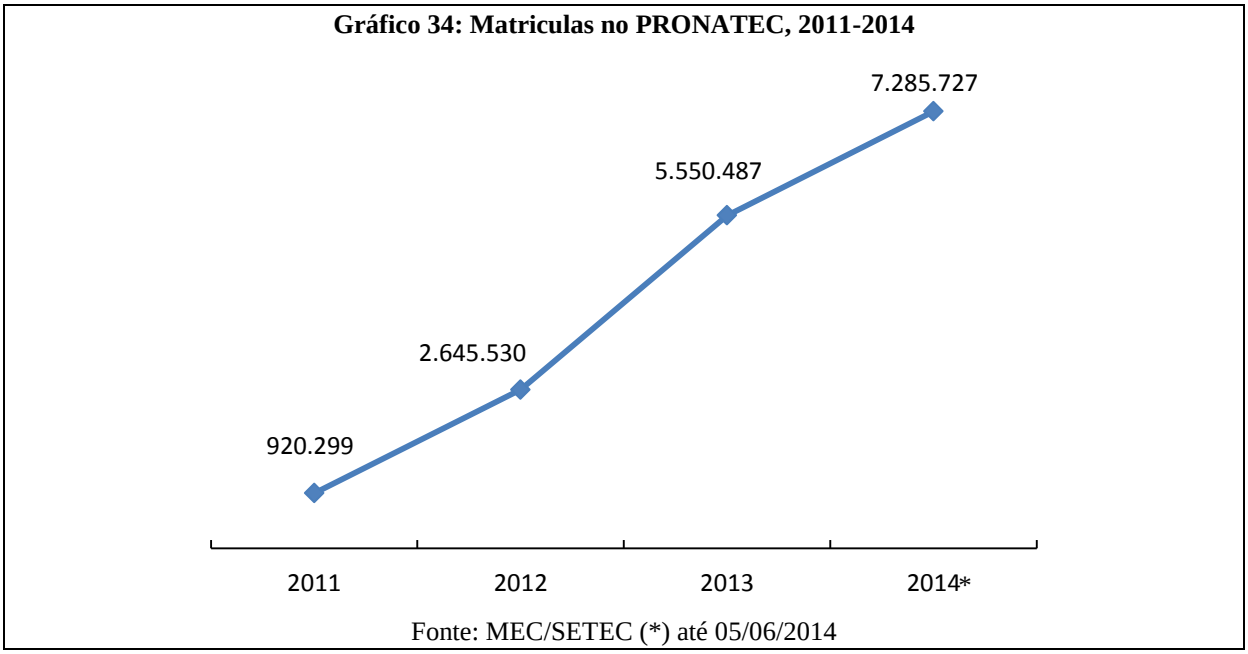
A lei de instituição do PRONATEC ainda prevê que o programa funcionará em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, com a participação voluntária dos Serviços Nacionais de Aprendizagem de instituições privadas e públicas de ensino superior, de instituições de educação profissional e tecnológica e de fundações públicas de direito privado precipuamente dedicadas à educação profissional e tecnológica, devidamente habilitadas (BRASIL, 2013b).

Em relação à quantidade de matrículas efetuadas no programa, englobando todas as iniciativas previstas na lei de criação, o Gráfico 2 demonstra a evolução desse montante entre os anos de 2011 e 2014.

---

[25] O SISUTEC utiliza os resultados do ENEM para permitir que candidatos se matriculem em cursos técnicos de nível médio na forma subsequente em instituições de ensino que aderiram a essa forma de seleção de candidatos. Até o ano de 2014, 937 unidades de ensino integrantes das redes públicas e privadas de educação e instituições de ensino do SENAI e SENAC participam do SISUTEC (CGU, 2014, p. 3).

Gráfico 2 – Matrículas no PRONATEC. 2011 – junho/2014.



Fonte: BRASIL (2014c, p. 34).

Desde a sua criação no ano de 2011, até abril de 2014, foram registradas 6,2 milhões de matrículas no PRONATEC, com 2,7 milhões de jovens e adultos recebendo Bolsa-Formação e mais 2,6 milhões de vagas obtidas por acordo de gratuidade com instituições privadas (Brasil, 2014c). "A expansão da Rede Federal foi responsável por 413 mil novas vagas no período e o Brasil Profissionalizado por 233 mil novas vagas" (Brasil, 2014c, p. 79). Entre os anos de 2011 a 2015, por meio do PRONATEC, foram realizadas mais de 9,4 milhões de matrículas, entre cursos técnicos e de Formação Inicial e Continuada (Brasil, 2016d). No ano de 2016, a expectativa era de matricular mais de 2 (dois) milhões de pessoas, sendo 350 mil vagas em cursos técnicos e 1,6 milhão de vagas em cursos de qualificação profissional (BRASIL, 2016d).

O PRONATEC tem um vasto número de normas legais e infralegais, elaboradas pelo MEC em conjunto com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) que dispõem sobre diversos aspectos do programa, tais como a Bolsa- Formação, o FIES na modalidade de EPT, mapeamento de cursos, dentre outros. É importante ressaltar que o MEC é o responsável pelo planejamento, coordenação, monitoramento e avaliação da política, além de executar a análise técnica em relação à prestação de contas. Já o FNDE é responsável pelo financiamento das bolsas-formação e realiza a análise financeira da prestação de contas, e também transfere recursos às redes não federais de educação e, em cumprimento às normas da

contabilidade pública da União, transfere o orçamento às redes de ensino federais, via Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI)[26] (CGU, 2014).

O Quadro 2 traz a base legal que rege o programa desde a sua lei de criação até o ano de 2016.

Quadro 2 – Base Legal do PRONATEC. 2011 – 2016.

(Continua)

LEGISLAÇÃO	EMENTA
Decreto n° 7.589, de 26 de Outubro de 2011.	Institui no âmbito do Ministério da Educação, a Rede e-Tec Brasil com a finalidade de desenvolver a educação profissional e tecnológica na modalidade de educação à distância, ampliando e democratizando a oferta e o acesso à educação profissional pública e gratuita no País.
Lei nº 12.513, de 26 de Outubro de 2011.	Institui o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC).
Portaria nº 1.568, de 3 de Novembro de 2011.	Aprova o Guia PRONATEC de Cursos de Formação Inicial e Continuada.
Resolução/CD/FNDE nº 61, de 11 de novembro de 2011.	Estabelece orientações, critérios e procedimentos para a transferência de recursos financeiros e prestação de contas visando à oferta de Bolsa-Formação em cursos vinculados aos serviços nacionais de aprendizagem, no âmbito do PRONATEC.
Resolução/CD/FNDE nº 62, de 11 de novembro de 2011.	Critérios e procedimentos para a transferência de recursos e prestação de contas para a oferta da bolsa-formação em cursos vinculados aos serviços nacionais de aprendizagem, no âmbito do PRONATEC.
Resolução/CD/FNDE nº 72, de 20 de dezembro de 2011.	Altera a Resolução CD/FNDE nº 62, de 11 de novembro de 2011.
Resolução/CD/FNDE nº 66, de 25 de novembro de 2011.	Altera a Resolução CD/FNDE nº 61, de 11 de novembro de 2011.
Resolução/CD/FNDE nº 74, de 28 de dezembro de 2011.	Altera o § 1º do Art. 9º e a numeração dos artigos finais, a partir do Art. 20 da Resolução CD/FNDE nº 61 de 11 de novembro de 2011.
Portaria MEC N° 185, de 12 de março de 2012.	Fixa diretrizes para execução da Bolsa-Formação no âmbito do PRONATEC.
Resolução/CD/FNDE nº 3, de 16 de março de 2012.	Altera a Resolução CD/FNDE nº 61, de 11 de novembro de 2011.
Resolução/CD/FNDE nº 4, de 16 de março de 2012.	Altera a Resolução CD/FNDE nº 62, de 11 de novembro de 2011.
Decreto nº 7.721, de 16 de abril de 2012.	Dispõe sobre o condicionamento do recebimento da assistência financeira do Programa de Seguro-Desemprego à comprovação de matrícula e frequência em curso de Formação Inicial e Continuada ou de qualificação profissional.

[26] O SIAFI é um sistema informatizado que processa e controla, por meio de terminais instalados em todo o território nacional, a execução orçamentária, financeira, patrimonial e contábil dos órgãos da Administração Pública Direta Federal, das autarquias, fundações e empresas públicas federais e das sociedades de economia mista que estiverem contempladas no Orçamento Fiscal e/ou no Orçamento da Seguridade Social da União (BRASIL, 2017).

Quadro 2 – Base Legal do PRONATEC. 2011 – 2016.

(Continua)

LEGISLAÇÃO	EMENTA
Resolução/CD/FNDE nº 23, de 28 de junho de 2012.	Estabelece orientações, critérios e procedimentos para a transferência de recursos financeiros e prestação de contas, ao Distrito Federal e aos Estados visando à oferta de Bolsa-Formação no âmbito do PRONATEC.
Resolução/CD/FNDE nº 33, de 15 de agosto de 2012.	Altera o § 4º do art. 8º da Resolução CD/FNDE nº 3, de 16 de março de 2012.
Portaria MEC nº 1.232, de 05 de outubro de 2012.	Aprovar o Guia PRONATEC de Cursos de Formação Inicial e Continuada.
Portaria MEC nº 160, de 5 de março de 2013.	Dispõe sobre a habilitação das instituições privadas de ensino superior e de educação profissional técnica de nível médio e sobre a adesão das respectivas mantenedoras ao PRONATEC.
Portaria nº 161, de 6 de março de 2013.	Dispõe sobre o FIES, na modalidade de Educação Profissional e Tecnológica.
Portaria MEC nº 168, de 7 de março de 2013.	Dispõe sobre a oferta da Bolsa Formação no âmbito do PRONATEC.
Resolução/CD/FNDE nº 6, de 12 de março de 2013.	Altera a Resolução CD/FNDE nº 04, de 16 de março de 2012, que estabelece critérios e procedimentos para a descentralização de créditos orçamentários às Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, visando à oferta de Bolsa-Formação no âmbito do PRONATEC.
Resolução/CD/FNDE nº 7, de 20 de março de 2013.	Estabelece orientações, critérios e procedimentos para a transferência de recursos financeiros e prestação de contas visando à oferta de Bolsa-Formação em cursos vinculados aos serviços nacionais de aprendizagem, no âmbito do PRONATEC, a partir de 2013.
Resolução/CD/FNDE nº 8, de 20 de março de 2013.	Estabelece orientações, critérios e procedimentos para a transferência de recursos financeiros e prestação de contas, ao Distrito Federal e aos Estados visando à oferta de Bolsa-Formação no âmbito do PRONATEC.
Portaria MEC nº 362, de 26 de abril de 2013.	Dispõe sobre alteração no Art. 74 da Portaria MEC nº 168, de 07 de março de 2013.
Lei nº 12.816, de 5 de junho de 2013.	Altera as Leis nos 12.513, de 26 de outubro de 2011(PRONATEC); 9.250, de 26 de dezembro de 1995 (bolsas recebidas pelos servidores das redes públicas de educação profissional, científica e tecnológica, no âmbito do PRONATEC); 8.212, de 24 de julho de 1991 (incidência da contribuição previdenciária sobre planos educacionais e bolsas de estudo); dispõe sobre o apoio da União às redes públicas de educação básica na aquisição de veículos para o transporte escolar; e permite que os entes federados usem o registro de preços para a aquisição de bens e contratação de serviços em ações e projetos educacionais.
Portaria SETEC/MEC nº 20, de 27 de junho de 2013.	Aprova a Tabela de Mapeamento de Cursos Técnicos para oferta na forma subsequente pela Bolsa-Formação Estudante, no âmbito do PRONATEC.

Quadro 2 – Base Legal do PRONATEC. 2011 – 2016.

(Continua)

LEGISLAÇÃO	EMENTA
Resolução/CD/FNDE nº 30, de 5 de julho de 2013.	Estabelece procedimentos para o pagamento da Bolsa-Formação Estudante às mantenedoras de instituições privadas de ensino superior e de educação profissional técnica de nível médio, ofertada na forma subsequente, no âmbito do PRONATEC.
Portaria MEC Nº 671, de 31 de julho de 2013.	Dispõe sobre o Sistema de Seleção Unificada da Educação Profissional e Tecnológica (SISUTEC), para acesso a vagas gratuitas em cursos técnicos na forma subsequente.
Portaria MEC nº 899 de 20 de setembro de 2013.	Aprovar o Guia PRONATEC de Cursos de Formação Inicial e Continuada.
Portaria MEC nº 1.007, de 9 de outubro de 2013.	Altera a Portaria MEC nº 168, de 07 de março de 2013, que dispõe sobre a oferta da Bolsa-Formação no âmbito do PRONATEC.
Decreto nº 8.118, de 10 de outubro de 2013.	Altera o Decreto nº 7.721/2012, que dispõe sobre o condicionamento do recebimento da assistência financeira do Programa de Seguro-Desemprego à comprovação de matrícula e frequência em curso de Formação Inicial e Continuada ou de qualificação profissional.
Resolução/CD/FNDE nº 39, de 10 de outubro de 2013.	Altera a Resolução CD/FNDE nº 8, de 20 de março de 2013, que estabelece orientações, critérios e procedimentos para a transferência de recursos financeiros e prestação de contas, ao Distrito Federal e aos Estados visando à oferta de Bolsa-Formação no âmbito do PRONATEC.
Resolução/CD/FNDE nº 50, de 11 de dezembro de 2013.	Altera os arts. 2º, 3º, 5º e 6º da Resolução CD/FNDE nº 30, de 5 de julho de 2013, que estabelece procedimentos para o pagamento da Bolsa-Formação Estudante a mantenedoras de instituições privadas de ensino superior e de educação profissional técnica de nível médio, ofertada na forma subsequente, no âmbito PRONATEC.
Resolução/CD/FNDE nº 55, de 13 de dezembro de 2013.	Estabelece procedimentos para a transferência de recursos financeiros da Bolsa-Formação do PRONATEC aos serviços nacionais de aprendizagem participantes da Rede e-Tec Brasil, para que estes ofertem educação profissional e tecnológica na modalidade a distância, executem e prestem contas desses recursos, a partir de 2013.
Portaria SETEC/MEC nº 1, de 29 de janeiro de 2014.	Altera a Portaria SETEC/MEC nº 20, de 27 de junho de 2013, que aprova a Tabela de Mapeamento de cursos técnicos para oferta no âmbito do PRONATEC.
Edital nº 01, de 29 de janeiro de 2014.	Edital de Adesão ao SISUTEC. Apresentação de Propostas para a oferta de vagas gratuitas em cursos técnicos na forma subsequente – 1/2014.
Portaria MEC nº 114, de 7 de Fevereiro de 2014.	Altera a Portaria MEC nº 168, de 7 de março de 2013, que dispõe sobre a oferta da Bolsa-Formação no âmbito do PRONATEC.
Resolução/CD/FNDE nº 2, de 6 de março de 2014.	Altera o art. 3º da Resolução nº 7, de 20 de março de 2013, que estabelece procedimentos para a transferência de recursos financeiros aos serviços nacionais de aprendizagem, visando à oferta de Bolsa-Formação no âmbito do PRONATEC.

Quadro 2 – Base Legal do PRONATEC. 2011 – 2016.

(Continua)

LEGISLAÇÃO	EMENTA
Resolução/CD/FNDE nº 3, de 6 de março de 2014.	Altera o art. 3º da Resolução nº 8, de 20 de março de 2013, que estabelece orientações, critérios e procedimentos para a transferência de recursos financeiros e prestação de contas, ao Distrito Federal e aos Estados visando à oferta de Bolsa-Formação no âmbito do PRONATEC.
Portaria MEC nº 197, de 7 de março de 2014.	Dispõe sobre a obrigatoriedade das instituições de Educação Básica, de Educação Superior e de Educação Profissional e Tecnológica ofertantes de cursos de educação profissional técnica de nível médio e de cursos de Formação Inicial e Continuada ou qualificação profissional articulados à educação básica a responder anualmente o Censo Escolar da Educação Básica.
Portaria nº 701, de 13 de agosto de 2014.	Altera a Portaria MEC nº 160, de 5 de março de 2013, que dispõe sobre a habilitação de instituições e sobre a adesão das respectivas mantenedoras ao PRONATEC.
Portaria nº 26, de 05 de agosto de 2014.	Institui Comissão para analisar oferta de Cursos Técnicos do PRONATEC.
Portaria nº 991, de 25 de novembro de 2014.	Altera a Portaria MEC nº 168, de 7 de março de 2013, que dispõe sobre a oferta da Bolsa-Formação no âmbito do PRONATEC.
Nota Técnica nº 278/2014/SETEC/MEC.	Dispõe sobre o balanço do PRONATEC e perspectivas para o período 2012-2015.
Portaria nº 01, de 11 de fevereiro de 2015.	Dispõe das instituições, na condição de parceiros ofertantes de vagas em cursos de educação profissional técnica de nível médio e cursos de Formação Inicial e Continuada ou qualificação profissional, aptas a receber recursos financeiros no total de R$ 187.000.000,00 (cento e oitenta e sete milhões de reais).
Portaria nº 02, de 02 de março de 2015.	Torna público as instituições, na condição de parceiros ofertantes de vagas em cursos de educação profissional técnica de nível médio e cursos de Formação Inicial e Continuada ou qualificação profissional, aptas a receber recursos financeiros no total de R$ 21.679.079,81 (vinte e um milhões, seiscentos e setenta e nove mil, setenta e nove reais e oitenta e um centavos).
Portaria nº 04, de 01 de abril de 2015.	Torna público as instituições, na condição de parceiros ofertantes de vagas em cursos de educação profissional técnica de nível médio e cursos de Formação Inicial e Continuada ou qualificação profissional, aptas a receber recursos financeiros no total de R$ 131.393.229,20 (cento e trinta e um milhões, trezentos e noventa e três mil, duzentos e vinte e nove reais e vinte centavos).
Portaria nº 05, de 01 de abril de 2015.	Torna público as instituições, na condição de parceiros ofertantes de vagas em cursos de educação profissional técnica de nível médio e cursos de Formação Inicial e Continuada ou qualificação profissional, aptas a receber recursos financeiros no total de R$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais).

Quadro 2 – Base Legal do PRONATEC. 2011 – 2016.

(Continua)

LEGISLAÇÃO	EMENTA
Portaria nº 06, de 09 de abril de 2015.	Torna público a instituição, na condição de parceira ofertante de vagas em cursos de educação profissional técnica de nível médio e cursos de Formação Inicial e Continuada ou qualificação profissional, apta a receber recursos financeiros no total de R$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais).
Resolução/CD/FNDE nº 3, de 6 de março de 2014.	Altera o art. 3º da Resolução nº 8, de 20 de março de 2013, que estabelece orientações, critérios e procedimentos para a transferência de recursos financeiros e prestação de contas, ao Distrito Federal e aos Estados visando à oferta de Bolsa-Formação no âmbito do PRONATEC.
Portaria MEC nº 197, de 7 de março de 2014.	Dispõe sobre a obrigatoriedade das instituições de Educação Básica, de Educação Superior e de Educação Profissional e Tecnológica ofertantes de cursos de educação profissional técnica de nível médio e de cursos de Formação Inicial e Continuada ou qualificação profissional articulados à educação básica a responder anualmente o Censo Escolar da Educação Básica.
Portaria nº 701, de 13 de agosto de 2014.	Altera a Portaria MEC nº 160, de 5 de março de 2013, que dispõe sobre a habilitação de instituições e sobre a adesão das respectivas mantenedoras ao PRONATEC.
Portaria nº 26, de 05 de agosto de 2014.	Institui Comissão para analisar oferta de Cursos Técnicos do PRONATEC.
Portaria nº 991, de 25 de novembro de 2014.	Altera a Portaria MEC nº 168, de 7 de março de 2013, que dispõe sobre a oferta da Bolsa-Formação no âmbito do PRONATEC.
Nota Técnica nº 278/2014/SETEC/MEC.	Dispõe sobre o balanço do PRONATEC e perspectivas para o período 2012-2015.
Portaria nº 01, de 11 de fevereiro de 2015.	Dispõe das instituições, na condição de parceiros ofertantes de vagas em cursos de educação profissional técnica de nível médio e cursos de Formação Inicial e Continuada ou qualificação profissional, aptas a receber recursos financeiros no total de R$ 187.000.000,00 (cento e oitenta e sete milhões de reais).
Portaria nº 02, de 02 de março de 2015.	Torna público as instituições, na condição de parceiros ofertantes de vagas em cursos de educação profissional técnica de nível médio e cursos de Formação Inicial e Continuada ou qualificação profissional, aptas a receber recursos financeiros no total de R$ 21.679.079,81 (vinte e um milhões, seiscentos e setenta e nove mil, setenta e nove reais e oitenta e um centavos).
Portaria nº 04, de 01 de abril de 2015.	Torna público as instituições, na condição de parceiros ofertantes de vagas em cursos de educação profissional técnica de nível médio e cursos de Formação Inicial e Continuada ou qualificação profissional, aptas a receber recursos financeiros no total de R$ 131.393.229,20 (cento e trinta e um milhões, trezentos e noventa e três mil, duzentos e vinte e nove reais e vinte centavos).

Quadro 2 – Base Legal do PRONATEC. 2011 – 2016.

(Continua)

LEGISLAÇÃO	EMENTA
Portaria nº 05, de 01 de abril de 2015.	Torna público as instituições, na condição de parceiros ofertantes de vagas em cursos de educação profissional técnica de nível médio e cursos de Formação Inicial e Continuada ou qualificação profissional, aptas a receber recursos financeiros no total de R$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais).
Portaria nº 06, de 09 de abril de 2015.	Torna público a instituição, na condição de parceira ofertante de vagas em cursos de educação profissional técnica de nível médio e cursos de Formação Inicial e Continuada ou qualificação profissional, apta a receber recursos financeiros no total de R$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais).
Portaria nº 07, de 27 de abril de 2015.	Torna público a instituição, na condição de parceira ofertante de vagas em cursos de educação profissional técnica de nível médio e cursos de Formação Inicial e Continuada ou qualificação profissional, apta a receber recursos financeiros no total de R$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais).
Portaria nº 10, de 04 de maio de 2015.	Torna público instituições, na condição de parceiros ofertantes de vagas em cursos de educação profissional técnica de nível médio e cursos de Formação Inicial e Continuada ou qualificação profissional, aptas a receber recursos financeiros no total de R$ 57.000.000,00 (cinquenta e sete milhões de reais).
Portaria nº 11, de 05 de maio de 2015.	Torna público a instituição, na condição de parceiro ofertante de vagas em cursos de educação profissional técnica de nível médio e cursos de Formação Inicial e Continuada ou qualificação profissional, apta a receber recursos financeiros no total de R$ 2.064.827,00 (dois milhões, sessenta e quatro mil, oitocentos e vinte e sete reais).
Portaria nº 12, de 06 de maio de 2015.	Institui a Comissão de Habilitação de Instituições Privadas de Ensino Profissional Técnico de Nível Médio.
Portaria nº 14, de 03 de junho de 2015	Ajuste orçamentário de repasse de recursos para Redes Públicas de Educação Profissional e Tecnológica e dos Serviços Nacionais de Aprendizagem no âmbito do Programa Nacional de Acesso ao Ensino e Emprego – PRONATEC.
Portaria nº 15, de 08 de junho de 2015.	Torna público as instituições, na condição de parceiros ofertantes de vagas em cursos de educação profissional técnica de nível médio e cursos de Formação Inicial e Continuada ou qualificação profissional, aptas a receber recursos financeiros no total de R$ 180.000.000,00 (cento e oitenta milhões de reais).
Portaria nº 16, de 22 de junho de 2015.	Torna público as instituições, na condição de parceiros ofertantes de vagas em cursos de educação profissional técnica de nível médio e cursos de Formação Inicial e Continuada ou qualificação profissional, aptas a receber recursos financeiros no total de R$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais).
Portaria nº 17, de 22 de junho de 2015.	Torna público as instituições, na condição de parceiros ofertantes de vagas em cursos de educação profissional técnica de nível médio e cursos de Formação Inicial e Continuada ou qualificação profissional, aptas a receber recursos financeiros no total de R$ 20.000.000,00 (vinte milhões).

Quadro 2 – Base Legal do PRONATEC. 2011 – 2016.

(Continua)

LEGISLAÇÃO	EMENTA
Portaria nº 22, de 09 de julho de 2015.	Torna público as instituições, na condição de parceiros ofertantes de vagas em cursos de educação profissional técnica de nível médio e cursos de Formação Inicial e Continuada ou qualificação profissional, aptas a receber recursos financeiros no total de R$ 108.000.000,00 (cento e oito milhões de reais).
Portaria nº 24, de 06 de agosto de 2015.	Torna público as instituições, na condição de parceiros ofertantes de vagas em cursos de educação profissional técnica de nível médio e cursos de Formação Inicial e Continuada ou qualificação profissional, aptas a receber recursos financeiros no total de R$ 11.500.000,00 (onze milhões e quinhentos mil reais).
Portaria nº 817, de 13 de agosto de 2015.	Dispõe sobre a oferta da Bolsa-Formação no âmbito do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - PRONATEC, de que trata a Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011, e dá outras providências.
Portaria nº 27, de 20 de agosto de 2015.	Torna público as instituições relacionadas no quadro abaixo, na condição de parceiros ofertantes de vagas em cursos de educação profissional técnica de nível médio e cursos de Formação Inicial e Continuada ou qualificação profissional, aptas a receber recursos financeiros no total de R$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais).
Portaria nº 30, de 02 de setembro de 2015.	Torna público as instituições, na condição de parceiros ofertantes de vagas em cursos de educação profissional técnica de nível médio e cursos de Formação Inicial e Continuada ou qualificação profissional, aptas a receber recursos financeiros no total de R$ 100.000.000,00 (trinta milhões de reais).
Portaria nº 34 de 13 de outubro de 2015.	Torna público as instituições relacionadas, na condição de parceiros ofertantes de vagas em cursos de educação profissional técnica de nível médio e cursos de Formação Inicial e Continuada ou qualificação profissional, aptas a receber recursos financeiros no total de R$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais).
Portaria nº 36 de 26 de outubro de 2015.	Torna público as instituições relacionadas, na condição de parceiros ofertantes de vagas em cursos de educação profissional técnica de nível médio e cursos de Formação Inicial e Continuada ou qualificação profissional, aptas a receber recursos financeiros no total de R$ 120.000.000,00 (cento e vinte milhões de reais).
Portaria nº 38 de 09 de novembro de 2015.	Torna público as instituições relacionadas, na condição de parceiros ofertantes de vagas em cursos de educação profissional técnica de nível médio e cursos de Formação Inicial e Continuada ou qualificação profissional, aptas a receber recursos financeiros no total de R$ 110.000.000,00 (trinta milhões de reais).
Portaria MEC n° 1.152, de 22 de Dezembro de 2015.	Dispõe sobre a Rede e-Tec Brasil e sobre a oferta de cursos a distância por meio da Bolsa-Formação.
Portaria nº 11, de 14 de abril de 2016.	Retifica o art. 2º da Portaria nº 14 de 03 de junho de 2015, publicada no Diário Oficial da União – Seção no. 1 – Pag. 19, de 05 de junho de 2015.Ajusta a Portaria nº 07, de 29 de abril de 2014, publicada no Diário Oficial da União do dia 02/05/2014, seção I, página 17.

Quadro 2 – Base Legal do PRONATEC. 2011 – 2016.

(Conclusão)

LEGISLAÇÃO	EMENTA
Portaria nº 10, de 07 de abril de 2016.	As instituições relacionadas, na condição de parceiros ofertantes de vagas em cursos de educação profissional técnica de nível médio e cursos de Formação Inicial e Continuada ou qualificação profissional, estão aptas a receber recursos financeiros.
Portaria nº 07, de 16 de março de 2016.	Dispõe sobre o repasse de recursos financeiros às Instituições de Ensino, visando à execução da Bolsa-Formação, no âmbito do PRONATEC.
Portaria nº 06, de 02 de fevereiro de 2016.	Torna público que as instituições relacionadas, na condição de parceiros ofertantes de vagas em cursos de educação profissional técnica de nível médio e cursos Formação Inicial e Continuada ou qualificação profissional, na forma presencial, estão aptas a receber recursos financeiros no total de R$ 111.500.000,00 (cento e onze milhões e quinhentos mil reais).
Portaria nº 02, de 07 de janeiro de 2016.	Torna público que as instituições relacionadas, na condição de parceiros ofertantes de vagas em cursos de educação profissional técnica de nível médio e cursos de Formação Inicial e Continuada ou qualificação profissional, na forma presencial, estão aptas a receber recursos financeiros no total de R$ 78.500.000,00 (setenta e oito milhões e quinhentos mil reais).
Portaria nº 01, de 07 de janeiro de 2016.	Torna público que as instituições relacionadas, na condição de parceiros ofertantes de vagas em cursos de educação profissional técnica de nível médio e cursos de Formação Inicial e Continuada ou qualificação profissional, estão aptas a receber recursos financeiros no total de R$ 3.000.000,00 (três milhões de reais).

Fonte: Adaptado de Contarine (2014, p. 87-88). BRASIL (2016e).

Em relação às Notas Informativas (NI)[27], não mencionadas no Quadro 2, foram expedidas 139 de 2013 até 2016, relacionadas a diversos assuntos referentes à Bolsa-Formação, tais como pactuação de vagas, esclarecimentos, confirmação de frequência, manuais, ofertas de cursos, dentre outros. Há uma grande quantidade de legislações que amparam o programa, nos seus múltiplos aspectos, principalmente no que diz respeito à transferência de recursos para algumas instituições parceiras.

A seguir, uma análise do PRONATEC, mais especificamente sobre a Bolsa-Formação e também algumas críticas relacionadas ao programa, expressas em produções acadêmicas.

[27] Disponível em: <https://map.mec.gov.br/projects/parceiros-demandantes-e-ofertantes-da-bolsa-formacao/wiki/Notas_Informativas>. Acesso em: 29 dez. 2016.

1.3.1 O PRONATEC e a Bolsa-Formação

Além das quatro iniciativas voltadas ao fortalecimento das redes de educação profissional e tecnológica existentes no país, o PRONATEC criou a Bolsa-Formação. De acordo com a Controladoria Geral da União (CGU), a Bolsa-Formação consiste:

> em um modelo de gestão flexível, descentralizado e colaborativo de prestação de serviços de EPT. Flexível porque o regime de parceria entre órgãos/entes públicos (parceiros demandantes) e redes de ensino (parceiros ofertantes) dispensa a realização de convênio, acordo, contrato, ajuste ou instrumento congênere. Para financiar a bolsa-formação, as redes de ensino firmam termo de adesão (se rede pública não federal) ou termo de cooperação (se Rede Federal) com o MEC, assumindo o compromisso de ofertar vagas gratuitas e de prestar contas das matrículas realizadas. O modelo é descentralizado porque envolve parcerias entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios com as redes de ensino de todas as esferas do governo (federal, estadual e municipal), públicas e privadas. De acordo com a Lei do PRONATEC, podem manifestar interesse em aderir ao projeto os Serviços Nacionais de Aprendizagem (SNA), as instituições privadas e públicas de ensino superior, as instituições de educação profissional e tecnológica e as fundações públicas de direito privado dedicadas à educação profissional e tecnológica, devidamente habilitadas nos termos da Lei nº 12.513/2011, todos denominados "parceiros ofertantes". O regime é colaborativo porque envolve a participação voluntária de parceiros demandantes e ofertantes. Os entes públicos demandantes são ministérios, órgãos públicos da Casa Civil e secretarias estaduais que estão em busca de pessoas com qualificação profissional, para garantir o desempenho sustentável das políticas públicas pelas quais são responsáveis (CGU, 2014, p. 4).

A Bolsa-Formação não oferta apenas cursos técnicos de nível médio. São disponibilizados também cursos de qualificação profissional em diversas áreas, que serão mencionados para que se compreenda o contexto da oferta dessa bolsa e a abrangência do PRONATEC.

A Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC), com o objetivo de identificar os demandantes em função das características do público a ser atendido, classificou as Bolsas-Formação por "modalidade de demanda". Até 2014, a iniciativa era composta por 41 modalidades que poderiam ser oferecidas de acordo com três tipos (exclusiva, prioritária ou compartilhada), sendo elas: PRONATEC Brasil sem Miséria, PRONATEC Mulheres Mil, PRONATEC Sistema Socioeducativo Aberto, PRONATEC Vira Vida, PRONATEC Copa, PRONATEC Jovem Técnico Concomitante, entre outras.

O Quadro 3 traz os parceiros demandantes do PRONATEC Bolsa-Formação, a modalidade e o tipo de demanda, o público beneficiário e as suas respectivas características. Nessas informações é possível perceber que o PRONATEC é bastante amplo e envolve diversos setores da economia brasileira, cumprindo com a finalidade do programa, descrita no artigo 1º da *Lei n. 12.513/2011* (Brasil, 2011): "ampliar a oferta de educação profissional e tecnológica, por meio de programas, projetos e ações de assistência técnica e financeira".

Quadro 3 – Parceiros demandantes do PRONATEC Bolsa-Formação e respectivas características.

(Continua)

Demandante	Modalidade da Demanda	Tipo de Demanda	Público Beneficiário[28]	Unidade Demandante
Secretarias de Estado e do Distrito Federal de Educação	PRONATEC Jovem Técnico Concomitante	Compartilhada	Estudantes do ensino médio da rede pública	Unidades de ensino da educação básica, que tenha ensino médio, e/ou secretaria estadual ou distrital de educação.
	PRONATEC Jovem FIC			
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	PRONATEC Brasil sem Miséria	Compartilhada	Cadastrados no CadÚnico	Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), vinculados às prefeituras e/ou secretarias estaduais de assistência social.
	PRONATEC Mulheres Mil	Exclusiva	Mulheres cadastradas no CadÚnico	
	PRONATEC Sistema Socioeducativo Aberto	Compartilhada	Jovens/adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto	
	PRONATEC Vira Vida	Exclusiva	Jovens em situação de vulnerabilidade social que participam do Projeto Vira Vida	
Ministério do Trabalho e Emprego	PRONATEC Seguro-Desemprego	Prioritária	Beneficiários do Seguro-Desemprego	Sistema Nacional de Emprego (SINE) e outras agências do trabalhador.
	PRONATEC Aprendiz	Exclusiva	Participantes do Programa Jovem Aprendiz	
	PRONATEC Certific		Cidadãos interessados em realizar processo de certificação de saberes	
	PRONATEC Jovem Trabalhador		Jovens que participam do Projovem Trabalhador	
	PRONATEC Trabalhador	Compartilhada	Trabalhadores	
Ministério do Turismo	PRONATEC Copa	Compartilhada	Trabalhadores que atuam ou pretendem atuar nos setores de turismo, hospitalidade ou lazer.	Secretarias estaduais e municipais de turismo que tenham ensino médio, e/ou secretaria estadual e distrital de educação.
	PRONATEC Copa Empresa	Exclusiva	Trabalhadores que atuam nos setores de turismo, hospitalidade ou lazer.	Empresas do setor de turismo, hospitalidade e lazer que tenham ensino médio, e/ou secretaria estadual e distrital de educação.

[28] De acordo com o artigo 8º da *Portaria n. 817, de 13 de agosto de 2015* (Brasil, 2015a), a Bolsa-Formação atenderá prioritariamente: "estudantes do ensino médio da rede pública, inclusive da educação de jovens e adultos; trabalhadores, inclusive agricultores familiares, silvicultores, aquicultores, extrativistas e pescadores; beneficiários titulares e dependentes dos programas federais de transferência de renda; pessoas com deficiência; povos indígenas, comunidades quilombolas, adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas; e públicos prioritários dos programas do governo federal que se associem à Bolsa-Formação".

Quadro 3 – Parceiros demandantes do PRONATEC Bolsa-Formação e respectivas características.

(Continua)

Demandante	Modalidade da Demanda	Tipo de Demanda	Público Beneficiário	Unidade Demandante
Ministério do Turismo	PRONATEC Copa Social	Compartilhada	Jovens em situação de vulnerabilidade social, no âmbito do Projeto Vira Vida.	SESI
Ministério da Defesa	PRONATEC Exército	Exclusiva	Praças do Exército, Aeronáutica e Marinha em prestação de Serviço Militar. Praças do Exército que deram baixa do Serviço Militar, nos últimos 12 meses, e Atiradores de Tiro de Guerra.	Comando local do Exército
	PRONATEC Aeronáutica			Comando local da Aeronáutica
	PRONATEC Marinha			Comando local da Marinha
	PRONATEC Exército Reserva	Compartilhada		Organizações militares
	PRONATEC Aeronáutica Reserva		Praças da Aeronáutica que deram baixa, do Serviço Militar, nos últimos 12 meses.	Comando local da Aeronáutica
	PRONATEC Marinha Reserva		Praças da Marinha que deram baixa, do Serviço Militar, nos últimos 12 meses.	Comando local da Marinha
	PRONATEC Marinha Mercadante		Trabalhadores que trabalham ou pretendem atuar no setor aquaviário.	Órgãos de execução do sistema de ensino profissional marítimo
Ministério da Cultura	PRONATEC Cultura		Trabalhadores para atender as demandas do mercado cultural	Secretarias estaduais e municipais de cultura
Ministério da Pesca e Aquicultura	PRONATEC Pesca e Aquicultura		Pescadores e aquicultores que atuam ou pretendem atuar no setor pesqueiro e aquícola.	Superintendências federais da pesca e aquicultura
Ministério da Previdência Social	PRONATEC Reabilitação Profissional		Trabalhadores em processo de reabilitação profissional	Postos do INSS
Ministério da Agricultura	PRONATEC Agro	Não informado	Não informado	Não informado
Ministério do Desenvolvimento Agrário	PRONATEC Campo	Compartilhada	Público da agricultura familiar, povos e comunidades tradicionais e da Reforma Agrária.	EMATER, ATER, SEAPROF, Sindicatos.

Quadro 3 – Parceiros demandantes do PRONATEC Bolsa-Formação e respectivas características.

(Continua)

Demandante	Modalidade da Demanda	Tipo de Demanda	Público Beneficiário	Unidade Demandante
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior	PRONATEC Brasil Maior	Compartilhada	Trabalhadores para os setores relacionados ao Plano Brasil Maior	Entidades representativas da indústria
Ministério das Comunicações	PRONATEC Comunicações	Compartilhada	Trabalhadores que atuam ou pretendem atuar nas áreas de produção, programação e distribuição de inf/dados sobre plataformas de radiodifusão ou telecom.	Prefeituras participantes do programa Cidades Digitais, associações/ federações de empresas do setor convenentes do programa de Conteúdos Digitais Criativos.
Ministério da Justiça	PRONATEC Sistema Prisional		Privados de liberdade em regimes aberto e semiaberto e egressos de estabelecimentos penais.	Unidades prisionais, secretarias estaduais de administração prisional ou órgãos congêneres. Grupo de Monitoram. da Execução Penal vinculado ao Conselho Nacional de Justiça.
	PRONATEC Sistema Prisional em Regime Fechado	Exclusiva	Cumpridores de penas sistemas penitenciários em regime fechado	
Ministério da Integração Nacional	PRONATEC Defesa Civil		Pessoas que atuam, direta ou indiretamente, em atividades relacionadas à defesa civil.	Coordenações locais de defesa civil
SETEC e SESu/MEC	PRONATEC Serviços Públicos	Não informado	Não informado	Não informado
Secretaria de Portos/PR	PRONATEC Portuários	Compartilhada	Trabalhadores que atuam ou pretendem atuar no setor portuário	Órgãos de execução do sistema de ensino profissional marítimo, órgão de gestão de mão de obra portuária.
Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão/MEC.	PRONATEC Projovem Urbano	Exclusiva	Jovens que participam do ProJovem Urbano	Secretarias municipais e estaduais de educação

Quadro 3 – Parceiros demandantes do PRONATEC Bolsa-Formação e respectivas características.

(Conclusão)

Demandante	Modalidade da Demanda	Tipo de Demanda	Público Beneficiário	Unidade Demandante
Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão/MEC.	PRONATEC EJA FIC	Compartilhada	Alunos matriculados no ensino fundamental EJA, com idade ≥ a 15 anos, e no ensino médio EJA, com idade ≥ a 18 anos.	Secretarias municipais e estaduais (órgãos gestores da EJA)
	PRONATEC EJA Técnico Concomitante		Egressos do ensino fundamental, inclusive na modalidade EJA e do ProJovem Urbano, com idade ≥ a 18 anos.	Secretarias municipais e estaduais (órgãos gestores da EJA e do ProJovem)
	PRONATEC EJA Técnico Integrado	Exclusiva		
Secretaria de Direitos Humanos/PR	PRONATEC Sistema Socioeducativo Aberto	Compartilhada	Jovens e adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto.	Órgãos estaduais de execução do sistema socioeducativo
	PRONATEC Sistema Socioeducativo Fechado	Exclusiva	Jovens e adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa em meio fechado.	Órgãos estaduais de execução do sistema socioeducativo
	PRONATEC Viver sem Limite	Prioritária	Pessoas com deficiência	Órgãos de gestão da política e entidades representativas da sociedade civil.
	PRONATEC Pop Rua	Exclusiva	Pop. em situação de rua	Não informado
Secretaria Nacional da Juventude/PR	PRONATEC Juventude Viva		Jovens em situação de vulnerabilidade social	

Fonte: CGU (2014, p. 26-29).

Diversas são as legislações e as alterações nas leis, descritas no Quadro 2, desde a implantação da Bolsa-Formação em 2011 e a sua regulamentação pela *Lei n. 12.816, de 05 de junho de 2013* (Brasil, 2013b). Dessa forma, serão apontados alguns aspectos relevantes relacionados à Bolsa-Formação, de acordo com os documentos normativos: *Lei n. 12.816/2013 (*Brasil, 2013b)*; Portaria n. 168, de 07 de março de 2013* (Brasil, 2013e)*; Portaria n. 817, de 13 de agosto de 2015* (Brasil, 2015a) e as respectivas alterações destas; e 139 Notas Informativas até 2016.

De acordo com a legislação, a iniciativa oferece vagas gratuitas de Educação Profissional e Tecnológica, sendo composta por duas modalidades: a Bolsa-Formação Trabalhador e a Bolsa-Formação Estudante. A primeira será destinada ao trabalhador e aos

beneficiários dos programas federais de transferência de renda, para cursos de Formação Inicial e Continuada ou qualificação profissional. Esses cursos só poderão ser ofertados pelas Instituições Públicas e as instituições que compõem o SNA (BRASIL, 2015a).

Já a Bolsa-Formação Estudante será destinada aos beneficiários previstos no art. 2º[29] para cursos de educação profissional técnica de nível médio, nas formas concomitante[30], integrada ou subsequente, e para cursos de formação de professores em nível médio na modalidade normal, nos termos definidos em ato do Ministro de Estado da Educação. Os cursos podem ser ofertados por instituições públicas, SNA e instituições privadas de educação profissional técnica de nível médio, no caso dos cursos técnicos concomitantes e técnicos integrados na modalidade EJA; e por instituições públicas, SNA e instituições privadas, no caso dos cursos técnicos subsequentes (BRASIL, 2015a).

Os cursos são oferecidos utilizando-se de estruturas já existentes nas redes de educação profissional e tecnológica do país (Brasil, 2016d), mas observando-se a obrigatoriedade de: projeto pedagógico; corpo técnico e docente; completa infraestrutura; políticas acadêmicas; e critérios de atendimento que garantam qualidade. Além disso, esses cursos poderão compor, de acordo com o artigo 24 da *Portaria n. 817/2015* (Brasil, 2015a), itinerários formativos que possibilitem o aproveitamento contínuo e articulado dos estudos, conforme previsto no *Decreto n. 5.154/2004* (Brasil, 2004a). Para que as especificidades de programas de aprendizagem profissional sejam atendidas, os itinerários formativos também poderão ser estruturados na forma de Itinerários Formativos de Aprendizagem, cuja carga-horária mínima será de quatrocentas horas (BRASIL, 2015a).

Outra possibilidade de oferta de cursos está inserida na modalidade à distância. Esses cursos poderão ser oferecidos pelas instituições que compõem a Rede e-Tec Brasil, instituída pelo *Decreto n. 7.589, de 26 de outubro de 2011* (Brasil, 2011a); e serão disciplinados pela SETEC, por meio de Portaria específica e dos Manuais de Gestão da Bolsa-Formação e da Rede e-Tec Brasil, orientações complementares à oferta de cursos na modalidade à distância. Cabe aos parceiros ofertantes realizar o registro e assegurar o bom funcionamento desses cursos (BRASIL, 2015a).

Em relação aos recursos recebidos pelas instituições ofertantes do PRONATEC/Bolsa-Formação, eles abrangem todas as despesas de custeio das vagas, incluindo as mensalidades,

---

[29] De acordo com o art. 2º, o PRONATEC "atenderá prioritariamente os estudantes do ensino médio da rede pública, inclusive da educação de jovens e adultos; os trabalhadores; os beneficiários dos programas federais de transferência de renda; e o estudante que tenha cursado o ensino médio completo em escola da rede pública ou em instituições privadas na condição de bolsista integral, nos termos do regulamento" (BRASIL, 2011).

[30] De acordo com a legislação, esta modalidade "se aplica aos estudantes regularmente matriculados no ensino médio, a partir do segundo ano, prioritariamente em instituições da rede pública" (BRASIL, 2015a).

os encargos educacionais, o fornecimento de alimentação, de transporte e de material didático aos estudantes, sendo vedada a cobrança direta ao estudante de quaisquer taxas ou valores pela prestação do serviço (BRASIL, 2011).

De acordo com a *Lei n. 12.513/2011* (Brasil, 2011), é de competência do Poder Executivo a disposição sobre valores, normas e definição de requisitos sobre a Bolsa-Formação (art. 4º); e de competência do MEC, a avaliação da iniciativa, tanto nas instituições públicas quanto nas privadas (art. 6º-B). Nessa mesma lei, em seu artigo 6º, a União autoriza a transferência de recursos financeiros às instituições de educação profissional e tecnológica das redes públicas estaduais e municipais ou dos serviços nacionais de aprendizagem; dispensada a realização de convênio, acordo, contrato, ajuste ou instrumento congênere, mas observada a obrigatoriedade de prestação de contas da aplicação dos recursos. Os valores transferidos, por meio da Bolsa-Formação, correspondem ao número de vagas pactuadas por cada instituição de ensino ofertante, que serão posteriormente confirmadas como matrículas no SISTEC, que é mantido pelo MEC, devendo ser observada a obrigatoriedade de devolução de recursos em caso de vagas não ocupadas (BRASIL, 2011).

De acordo com a *Portaria n. 815/2015* (Brasil, 2015a), em seu artigo 2º, a Bolsa-Formação tem como objetivos:

> I – potencializar a capacidade de oferta de cursos das redes de educação profissional e tecnológica;
> II – formar profissionais para atender às demandas do setor produtivo e do desenvolvimento socioeconômico e ambiental do País;
> III – ampliar e diversificar as oportunidades educacionais e a oferta de educação profissional e tecnológica gratuita no País;
> IV – contribuir para a melhoria da qualidade do ensino médio público, por meio da articulação com a educação profissional;
> V – incentivar a elevação de escolaridade;
> VI – integrar programas, projetos e ações de formação profissional e tecnológica;
> VII – democratizar as formas de acesso à educação profissional e tecnológica; e
> VIII – estimular a articulação entre a política de educação profissional e tecnológica e as políticas de geração de trabalho, emprego e renda (BRASIL, 2015a).

Conforme já mencionado, a Bolsa-Formação corresponde, de acordo com o artigo 7º da referida Portaria, **ao** custeio de todas as despesas relacionadas ao curso por estudante, incluindo eventual assistência estudantil (pagamento de auxílio para transporte e alimentação para alunos dos cursos FIC e técnicos nas modalidades concomitante e integrada, considerando ainda as necessidades específicas de pessoas com deficiência), e os insumos necessários para a participação nos cursos, tais como materiais didáticos, materiais escolares gerais e específicos e uniformes, quando adotados pela instituição de ensino, e, por opção do ofertante, seguro contra acidentes pessoais para os beneficiários, no caso de cursos ofertados

pelas instituições públicas e pelos SNA; ou ao pagamento de bolsa de estudo na forma de mensalidades, no caso de cursos técnicos subsequentes ofertados por instituições privadas; ou ao pagamento de bolsa de estudo na forma de mensalidades, no caso de cursos técnicos concomitantes ofertados por instituições privadas de educação profissional técnica de nível médio, incluindo eventual assistência estudantil (BRASIL, 2015a).

Tanto os cursos técnicos, quanto os cursos FIC ofertados por meio da Bolsa-Formação devem se submeter a algumas regras, tal como a seguir.

> **Art. 12**. Os cursos técnicos ofertados por meio da Bolsa-Formação devem constar do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos – CNCT e submetem-se às diretrizes curriculares estaduais, quando couber, bem como às demais condições estabelecidas em legislação aplicável.
>
> **Art. 13**. Os cursos FIC ofertados por meio da Bolsa-Formação devem constar do Guia PRONATEC de Cursos FIC, ou documento orientador equivalente, editado pela SETEC-MEC, e submetem-se às Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Profissional Técnica de Nível Médio, no que couber.
>
> **Art. 14**. Para atender ao projeto pedagógico do curso aprovado pelas instâncias competentes, as instituições de ensino poderão promover a oferta da carga horária superior à prevista no CNCT e no Guia PRONATEC de Cursos FIC, com o devido registro da carga horária total do curso no Sistema Nacional de Informações de Educação Profissional e Tecnológica – SISTEC, sem financiamento da carga-horária adicional por meio da Bolsa-Formação.
>
> **Art. 15**. Os programas de educação profissional e tecnológica implementados no âmbito da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica – EPCT e articulados à oferta de cursos FIC poderão ser desenvolvidos por intermédio da Bolsa-Formação, conforme critérios, diretrizes e procedimentos definidos em ato do Secretário de Educação Profissional e Tecnológica (BRASIL, 2015a).

No que diz respeito ao preenchimento das vagas nos referidos cursos, a seleção dos beneficiários para as vagas aprovadas pela SETEC-MEC poderá ocorrer da seguinte forma (art. 54):

> I – a partir de processo seletivo realizado pelos demandantes, para as vagas aprovadas por meio de processo de pactuação para cursos técnicos e FIC;
> II – por processo seletivo organizado pelas Secretarias Estaduais e Distrital de Educação para cursos técnicos concomitantes e integrados na modalidade EJA;
> III – por processo seletivo unificado regido por edital específico, para cursos técnicos subsequentes, considerando o previsto na Portaria MEC nº 671, de 2013; ou
> IV – por meio de inscrições **on-line**, para as vagas remanescentes, conforme procedimentos definidos no Manual de Gestão da Bolsa-Formação e/ou edital específico (BRASIL, 2015a).

Nos incisos I e II acima, os critérios e os mecanismos utilizados na seleção de beneficiários são de inteira responsabilidade dos parceiros demandantes e deverão ser oficialmente informados à SETEC-MEC, para divulgação aos parceiros ofertantes. Ademais, a SETEC-MEC poderá definir outras formas de seleção de beneficiários para atendimento de casos específicos, respeitados a publicidade e o atendimento do público prioritário do

PRONATEC (art. 54). É importante destacar que todos os beneficiários da Bolsa-Formação estarão regidos pelas mesmas normas e regulamentos internos da instituição, desde que não estejam em desacordo com as normas do PRONATEC e da Bolsa-Formação (art.55) (BRASIL, 2015a).

Outro fator relevante em relação à Bolsa-Formação diz respeito aos cargos. O funcionamento da iniciativa está embasado em quatro cargos, relacionados às partes administrativa e pedagógica do programa, conforme expressa a *Resolução CD/FNDE n. 4, de 16 de março de 2012* (Brasil, 2012a). De acordo com essa resolução e com a Lei de criação do PRONATEC, os bolsistas não criam vínculo empregatício por desempenharem algum cargo no programa. Os valores, pagos a título de bolsa, são atrativos, geralmente acima dos estabelecidos pelas categorias[31] e despertam grande interesse nas pessoas, sendo eles:

> **Art. 15** O pagamento das bolsas aos profissionais que atuam na Bolsa-Formação deve obedecer aos seguintes valores por hora de trabalho:
> I - Coordenador-geral: R$ 50,00 (cinquenta reais por hora);
> II - Coordenador-adjunto: R$ 44,00 (quarenta e quatro reais por hora);
> III - Supervisor de curso: R$ 36,00 (trinta e seis reais por hora);
> IV – Professor: R$ 50,00 (cinquenta reais) por hora (60 minutos) de aula, em conformidade com as cargas horárias dos cursos.
> V - Apoio às atividades acadêmicas e administrativas: R$ 18,00 (dezoito reais por hora)
> VI – Orientador: R$ 36,00 (trinta e seis reais por hora) (BRASIL, 2012a).

Os professores que atuam no programa, em outra pesquisa sobre o PRONATEC (Contarine, 2014), são denominados instrutores, por não terem vínculo empregatício e serem apenas bolsistas, como já mencionado. De acordo com a resolução em pauta, as pessoas que lecionam são chamadas de professores, mesmo que atuem apenas como bolsistas e que seu ingresso no programa não crie vínculos empregatícios. A Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimento de Ensino (CONTEE) pronuncia a esse respeito.

> No PL, o Sistema S assume responsabilidade de destaque. No entanto, **é** sabido que o Sistema S contrata, na grande maioria dos Estados do país, mesmo no oferecimento de cursos regulares de educação fundamental e média, professores como instrutores, contratados como pessoas jurídicas (PJ), desrespeitando as leis educacionais e trabalhistas. Por este motivo, a CONTEE sugeriu a elaboração de emenda aditiva na qual seja incluída a exigência da contratação de professores para ministrar os cursos oferecidos pelo PRONATEC (CONTEE, 2011, p. 3).

Em relação às matrículas, em dezembro de 2012, o Secretário de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação, Marco Antônio de Oliveira, apresenta o relatório *PRONATEC Resultados e Perspectivas*, referente aos anos de 2011 e 2012.

[31] Por exemplo, o valor estabelecido para a hora-aula de um professor licenciado da Rede Estadual Mineira, segundo a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), está em torno de R$ 13,47 (treze reais e quarenta e sete centavos) (CNTE, 2014).

Segundo esse relatório, o quantitativo de vagas previstas, no geral, foi menor que o quantitativo de matrículas realizadas nesses anos. As únicas iniciativas que o quantitativo de vagas previstas superou as matrículas realizadas foram: em relação aos cursos técnicos na Rede Federal e em relação aos cursos FIC no acordo de gratuidade com o Sistema S. Percebe-se, portanto, que a maior oferta está com as instituições pertencentes aos Sistemas Nacionais de Aprendizagem (Tabela 1)**.**

Tabela 1 – Total de vagas previstas e matrículas efetuadas pelo PRONATEC. 2011 – 2012.

INICIATIVAS	TOTAL 2011-2012	
	VAGAS PREVISTAS	MATRÍCULAS REALIZADAS
CURSOS TÉCNICOS		
Bolsa-Formação Estudante	108.564	103.978
Brasil Profissionalizado	123.858	97.465
E-TEC Brasil	224.000	209.485
Acordo Sistema S	132.535	125.335
Rede Federal de EPCT	151.560	252.716
Total	740.517	788.979
CURSOS FIC		
Bolsa-Formação Trabalhador	817.358	548.626
Acordo Sistema S	991.743	1.183.813
Total	1.809.101	1.732.439

Fonte: OLIVEIRA (2012).

A Tabela 2 evidencia a grande participação do SNA na oferta tanto da Bolsa-Formação Trabalhador, quanto na da Bolsa-Formação Estudante. Segundo o documento *A Bolsa-Formação do PRONATEC* (BRASIL, MEC, 2014, p. 21), de 2011 a 2014, por meio dessas iniciativas, "foram realizadas mais de 3 milhões de matrículas em cursos de educação profissional, alcançando mais de 4 mil municípios em todos os estados da Federação". Além disso, o documento também demonstra a evolução anual dos beneficiários da Bolsa-Formação, de acordo com a rede de ensino ofertante, confirmando o número de matrículas mencionado.

Tabela 2 – Evolução anual do número absoluto de beneficiários do PRONATEC Bolsa-Formação, distribuídos por rede de ensino ofertante. 2011 – maio/2014.

(Continua)

REDES DE ENSINO	2011	2012	2013	2014	TOTAL GERAL
SENAI	12.123	295.427	265.862	578.569	1.151.981

Tabela 2 – Evolução anual do número absoluto de beneficiários do PRONATEC Bolsa-Formação, distribuídos por rede de ensino ofertante. 2011 – maio/2014.

(Conclusão)

REDES DE ENSINO	2011	2012	2013	2014	TOTAL GERAL
SENAC	9.469	198.781	248.656	403.722	860.628
Rede Federal	1.133	82.932	147.980	215.268	447.313
Rede Privada	-	-	116.496	176.054	292.550
Rede Estadual	-	29.458	47.566	76.291	153.315
SENAR	-	18.345	26.819	37.149	82.313
SENAT	-	5.841	47.233	80.231	133.305
Rede Municipal	-	-	95	367	462
TOTAL GERAL	22.725	630.784	900.707	1.567.651	3.121.867

Fonte: CGU (2014, p. 8).

Separando-se o quantitativo de beneficiários por modalidade de ensino, verifica-se um quantitativo de oportunidades educacionais bem maiores nos cursos FIC que nos cursos técnicos, conforme Tabela 3.

Tabela 3 – Número absoluto de beneficiários do PRONATEC Bolsa-Formação, distribuídos por rede ofertante e por cursos FIC e técnicos. 2011 – maio/2014.

PARCEIRO OFERTANTE	CURSO FIC	TÉCNICO	TOTAL GERAL
SENAI	978.189	173.792	1.151.981
SENAC	781.633	78.995	860.628
Rede Federal	425.482	21.831	447.313
Rede Privada	-	292.550	292.550
Rede Estadual	99.038	54.277	153.315
SENAR	133.058	247	133.305
SENAT	82.313	-	82.313
Rede Municipal	-	462	462
Total Geral	2.499.713	622.154	3.121.867

Fonte: CGU (2014, p. 9).

Os dados mostram que a Bolsa-Formação apresentou um alto índice de matrículas durante os períodos mencionados. Observou-se também que houve uma evolução significativa em relação ao número de matrículas nas categorias ofertadas nessa iniciativa.

Em síntese, percebe-se que, com uma ideia ampla de inclusão, “o PRONATEC se constitui como uma política pública que engloba diversas ações e iniciativas que vêm requerendo um grande investimento financeiro” do país (Contarine, 2014, p. 89). E por ser uma política pública, é alvo de discussões, avaliações, debates e produções acadêmicas.

As críticas versam sobre a transferência de recursos públicos e de responsabilidades para instituições privadas, a formação para o mercado de trabalho, a reciclagem de políticas

públicas voltadas para a educação profissional e o PRONATEC em meio à quantidade de iniciativas que não contribuem para o aumento da escolaridade dos brasileiros.

A mais frequente das críticas está expressa nos artigos 3º e 6º da lei de criação do PRONATEC, pois assegura que o programa cumprirá suas finalidades e objetivos em regime de colaboração entre os SNA, instituições privadas de ensino superior e fundações públicas de direito privado precipuamente dedicadas à educação profissional e tecnológica. Além disso, prevê a possibilidade de transferência de recursos financeiros, correspondentes aos valores das Bolsas-Formação, às instituições não apenas públicas, mas também privadas e às que compõem o SNA, devidamente habilitadas pelo MEC e ativas no SISTEC (Brasil, 2011). Essa transferência dispensa a realização de convênio, acordo, contrato, ajuste ou instrumento congênere, embora exija a prestação de contas da aplicação dos recursos (Brasil, 2011).

Para Lima, Marcelo (2012) e Lima, Marcos (2014), os artigos mencionados apresentam uma proposta de expansão da educação profissional por meio do PRONATEC, encontrando sustentação nas parcerias público-privadas, que na verdade não deixam de ser a privatização da educação profissional. Silva, Moura e Souza (2016, p. 161) ressaltam que "um dos objetivos explícitos do PRONATEC é a expansão da educação profissional, mas implicitamente há o objetivo de privatizar a educação profissional com utilização de recursos públicos".

Essa transferência e essa privatização ficam evidenciadas na Tabela 4, que apresenta os valores relativos às transferências de recursos públicos para além das redes federal, estadual e municipal, SNA e às redes privadas de ensino.

Tabela 4 – Transferências anuais aos parceiros ofertantes do PRONATEC. 2011 – maio/2014 (R$).

REDE DE ENSINO	2011	2012	2013	2014	TOTAL POR REDE DE ENSINO
SNA	208.261.704,50	1.054.161.444,18	2.065.021.070,00	1.200.822.145,00	4.528.266.363,68
Rede Federal	39.827.005,00	338.789.930,90	742.501.736,80	193.924.454,25	1.315.043.126,95
Rede Estadual	-	92.648.000,00	228.482.150,00	83.393.000,00	404.523.150,00
Rede Municipal	-	-	14.681.000,00	3.380.000,00	18.061.000,00
Rede Privada	-	-	51.681.163,63	138.113.463,01	189.794.626,64
Total anual	248.088.709,50	1.485.599.375,08	3.102.367.120,43	1.619.633.062,26	6.455.688.267,27

Fonte: CGU (2014, p. 6).

Tanto no *caput* dos artigos 3º e 6º da lei de instituição do programa (Brasil, 2011), quanto na Tabela 4, fica clara a transferência de responsabilidade do governo do Estado com

o ensino profissional e tecnológico para a escola privada, o que constitui um dos indícios da redução da ação do poder público na área social, compreensão que está em concordância com a teoria do *Estado Mínimo*[32]. Governantes que se utilizam dessa teoria para justificar político-economicamente as ações planejadas, assim como o governo de Minas Gerais quando planejava políticas públicas voltadas para a educação profissional como o PEP, procuram não intervir nas políticas públicas educacionais que contemplem o ensino profissionalizante de nível técnico. A ação de diminuir, ou quase extinguir o ensino público estadual profissionalizante, é uma escolha política, pois, ao não oferecer tal modalidade de ensino, deixaria de atender a milhões de jovens pobres que necessitam dessa especialização (SILVA, 2013).

Marcos Lima (2014) critica esse repasse de verbas públicas, afirmando que

> a Lei 12.513/2011 alterou configurações do FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador), do seguro desemprego, do FIES (Fundo de Financiamento do Estudante de Ensino Superior) e dos programas de transferências de renda. O PRONATEC é a materialização das recomendações da UNESCO de que os governos da América Latina deveriam utilizar o modelo do Sistema "S" para a formação profissional. O governo brasileiro completa o ciclo da privatização, precarização e aligeiramento da formação técnica de nível médio. O que antes era apenas enunciado, com o PRONATEC a educação explicitamente torna-se uma atividade central no processo de transferência de recursos públicos na tentativa de contenção da crise estrutural do capital (LIMA, Marcos, 2013, p. 10).

O caráter privatista do PRONATEC também é analisado por Silva (2012) citado por Contarine (2014, p. 92), que afirma que o Programa "parece suscitar uma competição entre as instituições públicas e privadas de ensino, por recursos financeiros, oriundos do orçamento da União"; e que nas últimas duas décadas, referindo-se a "uma concepção de políticas públicas e, com efeito, a uma dada perspectiva sobre os contornos e o papel do Estado", este tem privilegiado a gestão privada de serviços de interesse público (CONTARINE *apud* SILVA, 2012, p. 9).

---

[32]Essa teoria focaliza os teóricos da denominada Escola de Chicago, tais como, Milton Friedman (1946), Robert Stigler (1948) e Gary Becker e Robert Lucas (1960). "Friedman (1977) ao analisar o capitalismo e a questão da liberdade das pessoas dentro desse sistema econômico, defende a total separação e liberdade dos cidadãos em relação ao Estado. Indica a total responsabilidade que as pessoas de uma nação devem ter em relação ao Estado que os governam. [...] Parece que o pressuposto de Friedman, é que todos os cidadãos sejam iguais em renda, porém, não se trata de o Estado fazer ou não fazer igualmente tudo por todos, existem demandas e carências específicas e variadas. As classes subalternas precisam de apoio econômico e melhoria educacional e cultural. Não possuindo essas condições para superarem sozinhas questões financeiras, cabe ao Estado fazê-lo. Não se trata de o Estado fazer tudo ou nada pelo cidadão e sim verificar quem, de fato, necessita do seu auxílio. O Estado Mínimo que Friedman (1977) defende justifica a limitação ou isenção do governo nas ações coletivas dos cidadãos através do princípio filosófico da liberdade humana. Mas essa condição de afastamento do Estado não significa liberdade para todos. Nesse modelo, a liberdade constitui apenas uma justificativa para a ação dos que possuem recursos econômicos e culturais exercerem seu poder político" (SILVA, 2013, p. 37-38).

A esse respeito, Jung e Silva (2014) também trazem considerações, abordando as opiniões de Grabowski (2013) e Máximo (2013) sobre a questão.

> Nas palavras de Grabowski (2013), em entrevista concedida a revista Valor Econômico S.A.: "O Sistema S acaba virando um braço de gestão privada do Estado. O governo do Rio Grande do Sul, por exemplo, entregou 100% das vagas estaduais do Pronatec ao Sistema S." De acordo com reportagem de Máximo (2013), também na revista Valor Econômico S.A, "o maior ofertante das vagas do Pronatec é o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), juntamente com outras entidades educacionais do Sistema S, como o (SENAC), (SENAT) e (SENAR). Das 2,5 milhões de matrículas criadas em 2011 e 2012, 1,309 milhão estão na conta das entidades empresariais, que recebem transferências por cada matrícula" (JUNG e SILVA, 2014, p. 16).

A crítica se dá não apenas pela transferência de recursos, mas também pela autonomia dada aos SNA, no que diz respeito à criação e à oferta de cursos e programas da EPT, conforme expresso nos artigos 20 e 20-A da *Lei n. 12.513/2011* (BRASIL, 2011).

> **Art. 20**. Os serviços nacionais de aprendizagem integram o sistema federal de ensino na condição de mantenedores, podendo criar instituições de educação profissional técnica de nível médio, de Formação Inicial e Continuada e de educação superior, observada a competência de regulação, supervisão e avaliação da União, nos termos dos incisos VIII e IX do Art. 9º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e do inciso VI do Art. 6º-D desta Lei (BRASIL, 2011).
>
> **Art. 20**. Os serviços nacionais sociais terão autonomia para criar unidades de ensino para a oferta de educação profissional técnica de nível médio e educação de jovens e adultos integrada à educação profissional, desde que em articulação direta com os serviços nacionais de aprendizagem, observada a competência de supervisão e avaliação dos Estados (Incluído pela Lei nº 12.816, de 2013) (BRASIL, 2011).

Essa mesma lei facilita o repasse de recursos públicos de forma direta, sem a necessidade de realização de convênios, acordos, contrato, ajuste ou instrumento congênere, ou seja, desobriga essas instituições de seguirem as diretrizes das políticas públicas da educação profissional e tecnológica, "devido à permanência de sua autonomia pedagógica, financeira e administrativa" (Santos; Rodrigues, 2012, p. 11). Contarine (2014) reitera que:

> Essa questão é criticada, também, tanto por Silva (2012), quanto por Santos e Rodrigues (2012) que enfatizam que com o ingresso do Sistema S, no Sistema Federal, o mesmo passa a ter autonomia didático-pedagógica, para organizar e oferecer cursos e, além disso, facilita o repasse de recursos públicos, diretamente, sem a necessidade de realização de convênios, ou de seguir as demais diretrizes das políticas públicas da EPT. Nesse sentido, outra Confederação, a CONTEE (2013, p. 1) assim se posiciona sobre a parceria público/privada: "[...] o PRONATEC destina grande aporte de recursos públicos para o setor privado, tornando-o quase, exclusivamente, responsável pela Educação Profissional e Tecnológica do nosso país". Segundo a CONTEE (2013), esses recursos públicos são destinados para a iniciativa privada, por meio da isenção fiscal e através de bolsas de estudos (CONTARINE, 2014, p. 92).

Sobre a questão em pauta, Ramos (2016, p. 138) afirma o exposto a seguir.

> O PRONATEC, com essas medidas, torna-se, em grande parte, um programa de financiamento público de vagas em instituições privadas. Elas são justificadas, no discurso oficial, pela incapacidade de o setor público no Brasil não atender toda a demanda por educação profissional, apesar da expansão que ocorreu nos últimos anos. Ainda que possamos concordar com o diagnóstico, discordamos da solução. Outro caminho político para se garantir o acesso do jovem à educação profissional seria o fortalecimento de políticas voltadas para a implantação do ensino médio integrado nos sistemas estaduais de ensino, tentativa feita pelo Programa Brasil Profissionalizado (RAMOS, 2016, p. 138).

Além da privatização do ensino profissional e da autonomia dada às instituições privadas, ainda são discutidas outras questões que chamam a atenção de alguns autores, como a criação da nova modalidade de Financiamento Estudantil, o FIES Técnico, expresso na *Lei n. 12.513/2011*, nos artigos de 10 a 13. Esse tipo de financiamento abriu a possibilidade da realização de cursos da EPT em instituições particulares, podendo ser contratado pelo estudante, em caráter individual ou pela empresa para custeio da formação de trabalhadores (Brasil, 2011). Marcos Lima (2013) afirma que essa também é uma possibilidade de transferência de recursos públicos para a iniciativa privada. O autor traz considerações sobre o FIES Empresa, dizendo que

> também foi criado o FIES Empresa para a formação de trabalhadores que já estejam empregados, ou seja, o dinheiro público financiará os programas de atualização/capacitação/formação continuada/treinamento de empresas privadas que poderão solicitar diretamente os recursos do FIES. Assim, uma empresa que esteja implantando um programa de reestruturação produtiva pode contar com financiamento público para precarizar e superexplorar seus trabalhadores (LIMA, Marcos; 2013, p. 11).

O autor ainda complementa as suas críticas, afirmando que

> esse aspecto é bastante temerário, pois joga a EP no processo de mercantilização, visto que as empresas que vão financiar bolsas podem optar preferencialmente ou exclusivamente por cursos técnicos não integrados ou formas de qualificação mais rápidas e focadas nos seus processos produtivos jogando o papel mediador da educação no pragmatismo do imediatismo. Por outro lado, pode vir a criar um mercado já bem forte de oferta paga e privada de educação profissional. (LIMA, Marcelo, 2012, p. 83).

Ramos (2016, p. 137) expõe sua opinião a respeito do FIES e reitera que os "estudos já nos demonstraram o quanto o Fies é oneroso para o Estado", pois se constitui em um empréstimo tomado do governo federal, subsidiado a juros de 3,5% ao ano, enquanto a Taxa Selic[33] básica de juros é de 11,5%. Ainda continua: "essa diferença é custeada pelo Estado e o gasto, hoje, já ultrapassa R$ 500 milhões por ano e se ampliará face à expansão para as escolas técnicas privadas".

---

[33] Define-se Taxa Selic como "a taxa média ajustada dos financiamentos diários apurados no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic) para títulos federais". Para fins de "cálculo da taxa, são considerados os financiamentos diários relativos às operações registradas e liquidadas no próprio Selic e em sistemas operados por câmaras ou prestadores de serviços de compensação e de liquidação" (BACEN, 2017).

A CNTE (2011) acrescenta mais algumas considerações, abordando não apenas o FIES, mas também a desoneração de impostos para as empresas que ofertam cursos FIC e a instauração do PROUNI Técnico/Tecnológico, tal como a seguir.

> Ao mesmo tempo em que cria mercado para empresas educacionais, também prevê onerar o estudante que não teve acesso ao ensino básico de qualidade, direcionando-o para o ingresso no FIES-Técnico/Profissional (programa de financiamento estudantil do governo federal). Outro contrassenso refere-se à desoneração de impostos empresariais para cursos de qualificação profissional de mínima duração (160 horas), que não apresentam nenhuma perspectiva de atendimento dos requisitos de qualidade da educação (Art. 205 e seguintes da Constituição). Outra distorção do PRONATEC consiste na instauração do Prouni-Técnico/Tecnológico, onde instituições privadas de ensino se credenciarão para ministrar cursos concomitantes ao ensino médio. Embora esta modalidade tenha previsão legal, não é o que se espera do Poder Público, que pode e deve ampliar, continuamente, os cursos integrados de ensino médio à formação técnico-profissional (CNTE, 2011, p. 180).

O novo Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024, aprovado pela *Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014*, prevê ações que tratam do PRONATEC, especialmente as dispostas nas Metas 3, 8, 10 e 11 (BRASIL, 2014e):

> **Meta 3** - universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 (quinze) a 17 (dezessete) anos e elevar, até o final do período de vigência deste PNE, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 85% (oitenta e cinco por cento), em relação a estratégia 3.7;
>
> **Meta 8** - elevar a escolaridade média da população de 18 (dezoito) a 29 (vinte e nove) anos, de modo a alcançar, no mínimo, 12 (doze) anos de estudo no último ano de vigência deste Plano, para as populações do campo, da região de menor escolaridade no País e dos 25% (vinte e cinco por cento) mais pobres, e igualar a escolaridade média entre negros e não negros declarados à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, em relação a estratégia 8.4;
>
> **Meta 10** - oferecer, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) das matrículas de educação de jovens e adultos, nos ensinos fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional; em relação ao conjunto de estratégias (10.1 a 10.11); e
>
> **Meta 11** - triplicar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e pelo menos 50% (cinquenta por cento) da expansão no segmento público, em relação ao conjunto de estratégias (11.1 a 11.14) (BRASIL, 2014e).

Segundo Leher (2014), o PNE traz em seu bojo “a consagração do setor privado no financiamento da educação”, que fortalece as ações do PRONATEC de incentivar e estruturar os repasses de recursos financeiros aos “homens de negócio” da educação.

Ligada à crítica de privatização da educação e da transferência de recursos públicos para instituições privadas, está a legitimação do Estado Capitalista e a formação para o mercado de trabalho, contribuindo cada vez mais com o modelo de escola dual.

Silva, Moura e Souza (2016) colocam que

> o PRONATEC tem dentre seus objetivos implícitos: contribuir para a legitimação do Estado Capitalista, principalmente por meio dos cursos FIC (Formação inicial e Continuada de Trabalhadores), que cumprem papel importante, desde a ótica do capital, de conformação da classe trabalhadora à ordem vigente. Além disso, a pesquisa manifesta, também, embora em menor escala, o cumprimento da função de acumulação, por meio da chamada parceria público-privada voltada para a dinamização/fortalecimento do mercado de educação profissional, com a utilização dos recursos públicos. Outra questão latente que a avaliação política do Programa permitiu apontar é a de que este contribui para acentuar a dualidade social, ao reforçar a separação entre a educação propedêutica e a profissional (SILVA; MOURA; SOUZA, 2016, p. 20).

Franzoi, Silva e Costa (2013) ainda alegam que o PRONATEC tem-se assemelhado às políticas do governo Fernando Henrique Cardoso e representa, na opinião delas, um retrocesso nas políticas de formação de trabalhadores, pois "as principais medidas do governo do presidente Fernando Henrique Cardoso estabeleciam, de forma inequívoca, a dualidade entre ensino médio acadêmico e ensino técnico" (FRANZOI; SILVA; COSTA, 2013, p. 9).

Nesse sentido, Ramos (2016) afirma que o programa oferta vagas para cursos técnicos concomitantes e subsequentes, mas pretende uma formação de pessoas centrada no mercado de trabalho.

> O PRONATEC, porém, investe em ofertas de vagas de educação profissional subsequente ou concomitante ao ensino médio nas instituições privadas. Quando se trata do ensino médio integrado, temos visto, na verdade, o ensino médio profissionalizante, não muito diferente do que existia sob a égide da Lei nº 5.692/71, largamente criticada e à qual a concepção de ensino médio integrado se contrapõe frontalmente. O retorno a uma lógica simplesmente profissionalizante do ensino médio se aporta em pressupostos perigosos da educação profissional. Um deles é a vinculação dessa modalidade de ensino exclusivamente ao exercício produtivo, em substituição ou minimização da formação básica. Outro é a ideologia novo desenvolvimentista que exploramos anteriormente, regulando a formação profissional de acordo com o tipo e a quantidade de empregos que podem ser gerados na economia. Esses, porém, como Ruy Braga (2012) nos apontou, tendem a ser de natureza simples e "baratos" (RAMOS, 2016, p. 138-139).

Moura, Lima Filho e Silva (2012, p. 33), também tratam dessa questão destacando que o PRONATEC prioriza "a parceria com a iniciativa privada, a oferta de cursos temporários e de caráter precário, em sua Rede Federal, bem como a qualificação profissional através dos cursos FIC". E acrescentam que a prioridade do programa não é o ensino técnico, e sim os cursos FIC ou de qualificação profissional que não elevam a escolaridade, haja vista a meta para matrícula nos cursos técnicos para o período de 2011-2014 ser de 3,6 milhões e para os cursos FIC, de 5,6 milhões. Para eles, "o programa estabelece diretrizes claramente contraditórias em relação ao movimento do início dos anos 2000, que sinalizava, ainda que timidamente, na formação humana integral ou politécnica no ensino médio" (MOURA; LIMA FILHO; SILVA, 2012, p. 33).

Há ainda uma comparação do PRONATEC com outros programas anteriores, como o PLANFOR. Segundo Franzoi, Silva e Costa (2013), o PRONATEC busca apenas preparar para o trabalho, de forma aligeirada, com a maioria de suas ações voltadas para atender às demandas imediatas do mercado de trabalho.

> A concepção que pauta o PRONATEC é a urgência de preparação para o mercado de trabalho, apoiado nos mesmos pressupostos do PLANFOR: a linearidade entre formação e colocação no mercado de trabalho; a estreita articulação entre público e privado, com ênfase no Sistema S; cursos de formação aligeirados, voltados estritamente para a preparação restrita para ocupação imediata de postos de trabalho. Novamente, e desta vez talvez com mais força, aparecem as demandas imediatas do mercado de trabalho: aos trabalhadores cabe novamente prepara-se para adaptar-se a suas demandas; e às políticas públicas cabe, mais do que oferecer-lhes uma formação, oferecer imediatamente a um país em franco desenvolvimento econômico, mão de obra qualificada, para que um suposto "apagão de mão de obra" não venha a impedir esse crescimento. Percebe-se, portanto, que, embora haja ações voltadas à elevação de escolaridade, esta não é a ênfase do programa (FRANZOI; SILVA; COSTA, 2013, p. 10).

As autoras ainda mencionam o PROEJA, que atualmente foi transformado em PRONATEC/EJA, afirmando que houve um "'esquecimento' do PROEJA diante do PRONATEC", o que "pode pôr a perder os ganhos que esse programa trouxe ao público da EJA, tanto em qualidade quanto em acesso às escolas federais onde antes não tinham vez nem lugar". E ainda completam:

> A intencionalidade de oferecer o PROEJA dentro do PRONATEC é outra perspectiva que preocupa, com o agravante de que esta possibilidade pode condená-lo ao seu fim tendo em vista que o PRONATEC possui caráter emergencial e pode ser substituído a qualquer tempo por um novo programa de governo para formação aligeirada de trabalhadores (FRANZOI; SILVA; COSTA, 2013, p. 12).

Já a pesquisa de Montalvão (2015) compara o PRONATEC a outros três programas governamentais instituídos de 1960 até a atualidade, sustentando que todos eles apresentam características quase idênticas. São eles: o Programa Intensivo de Preparação de Mão de Obra (PIPMO), concebido no governo João Goulart e apropriado pelos governos militares; o PLANFOR, instituído no governo de Fernando Henrique Cardoso; e o PNQ, criado no primeiro mandato do Presidente Luís Inácio Lula da Silva.

Machado e Garcia (2013) também comparam o PRONATEC ao PIPMO[34]. Os autores alegam que "o diálogo possível se dá no âmbito das suas proposições que nos remetem, (...) a

[34] O PIPMO foi instituído pelo *Decreto n. 53.324, de 18 de dezembro de 1963* (Brasil, 1963) para funcionar por 20 meses, mas foi mantido por 19 anos. O objetivo do programa era responder ao crescimento do parque industrial no Brasil com formação de mão-de-obra. *O Decreto n. 70.882, de 27 de julho de 1972* (Brasil, 1972) o reestrutura dando um novo nome e dando outras providências sobre a organização, orçamento e outro objetivo, a saber: "O PIPMO terá como objetivo promover habilitações profissionais a nível de 2º grau e a qualificação e treinamento de adolescentes e adultos em ocupações para os diversos setores econômicos, em consonância com as diretrizes da Lei n. 5.692, de 11 de agosto de 1971" (MACHADO; GARCIA, 2013).

indagar se estamos de ‘volta’ a um passado de precarização da oferta de cursos profissionalizantes para jovens e adultos trabalhadores” e reiteram o mencionado a seguir.

> [...] em que pese a representatividade desse movimento, observamos os pressupostos do PRONATEC, operando pela lógica de cursos concomitantes, vestindo o presente com roupagens emprestadas de um passado no qual engendraram determinações regressivas à extensão do direito à educação para os jovens e adultos trabalhadores, como a experiência do PIPMO, que privilegiou o treinamento de mão-de-obra (MACHADO; GARCIA, 2013, p. 3).

E concluem que:

> Identifica-se, na relação passado e presente dos programas analisados, duas tendências constitutivas de suas lógicas: a primeira trata-se da reedição da privatização do público pelo financiamento das ações de qualificação profissional na iniciativa privada e a segunda repõe a negação da oferta de uma educação integral, com a permanência de cursos de qualificação isolados da escolarização para maioria dos jovens e adultos, o que nos faz concluir que está distante a efetivação da educação como direito e da qualificação profissional na perspectiva da formação humana integral dos trabalhadores (MACHADO; GARCIA, 2013, p. 1).

Castioni (2013) critica outra questão que tem uma relação com a crítica anterior sobre as políticas recicladas: a proliferação de ações que são voltadas para a educação profissional e que apresentam frágil coordenação no âmbito do governo federal, encarando com ceticismo a possibilidade de o programa suprir essa necessidade de coadunação: “Poderá o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) desempenhar este papel? A julgar pelo passado, não. Por isso, é importante aprender com os erros e acertar daqui em diante” (Castioni, 2013, p. 40). O autor esclarece que essas várias ações estão ligadas aos Ministérios da Educação e do Trabalho e Emprego, principalmente, mas também a outros, como ao da Ciência, Tecnologia e Inovação, e à Secretaria Nacional da Juventude[35].

O autor ainda sustenta que a “persistência na separação da educação profissional em diversos Ministérios e agências especializadas em nada contribuirá para a elevação da escolaridade e, particularmente, para a busca da promoção do trabalho qualificado no Brasil” (CASTIONI, 2013, p. 39-40).

Nessa mesma lógica, Cassiolato e Garcia (2014) apresentam a fala de um dirigente da SETEC/MEC, ressaltando que um dos objetivos do PRONATEC é justamente integrar e coordenar as várias iniciativas anteriores e novas ações propostas.

> O PRONATEC não se resume ao projeto Bolsa-Formação, como ficou conhecido por muitos por ser uma nova ação criada pela lei de 2011, ou ao Plano de Expansão da Rede (PER). Ele é uma tentativa de amalgamar um conjunto de iniciativas preexistentes. Originariamente, essas iniciativas foram desenhadas como programas isolados e com lógica própria. O desafio agora é trabalhar todas as iniciativas de

[35] Ver Quadro 3, página 70.

> forma integrada. (Entrevista com gestor 1, SETEC/MEC) (CASSIOLATO; GARCIA, 2014, p. 32).

Marcelo Lima, em matéria publicada no Portal Gazeta do Povo em 2012, afirmou:

> O Pronatec não deveria ofertar ao mesmo tempo cursos de qualificação e técnicos; ele deveria ser focado só nos técnicos. A questão é que não se definiu quantas matrículas seriam abertas para cada modalidade, por isso o receio é que o número de vagas seja reflexo apenas dos cursos rápidos. Aí posso dizer que regredimos (LIMA, Marcelo, 2012).

Enfim, o PRONATEC, tal como explícito, tem sido alvo de diversas críticas no que diz respeito à privatização da educação, à formação para o mercado de trabalho e prevalência da velha concepção capitalista de educação profissional que historicamente orienta as políticas públicas brasileiras. Percebe-se também que há no PRONATEC uma reciclagem de políticas públicas voltadas para a educação profissional anteriores. Em síntese, o programa tem cumprido seu objetivo de ampliar a oferta da educação profissional e tecnológica no país, entretanto tem tido um alto custo para o governo federal, que poderá não conseguir mantê-lo por muito tempo.

No tópico a seguir, uma breve exposição sobre a implantação do PRONATEC no IFMG *campus* Congonhas, evidenciando os desafios, as dificuldades e a situação atual do programa.

1.3.2 O PRONATEC no IFMG *campus* Congonhas

No que diz respeito ao PRONATEC, o IFMG realizou a adesão ao programa em 2012, quando iniciou a oferta das suas primeiras turmas. Nesse ano, a oferta de curso foi viabilizada por meio do PRONATEC Turismo[36], medidas desenvolvidas pelo governo brasileiro para a realização da Copa das Confederações FIFA 2013 e da Copa do Mundo FIFA 2014 no Brasil (Brasil, 2012c). Os primeiros cursos ofertados em Congonhas, por meio da ação PRONATEC Copa[37], na modalidade FIC foram: Inglês para a Copa, Auxiliar Administrativo e Auxiliar de Recursos Humanos. Esses cursos eram ministrados no próprio *campus* Congonhas no período noturno. Posteriormente foram disponibilizados 67 cursos FIC nas mais diversas áreas e, em

---

[36] O PRONATEC Turismo tinha como objetivo a promoção da qualificação dos profissionais que desejassem entrar no mercado de trabalho do turismo, atendendo a demanda crescente do setor e a especialização dos profissionais que já trabalham no setor. O programa foi subdividido em três linhas de ação: PRONATEC COPA; PRONATEC COPA na EMPRESA e PRONATEC COPA SOCIAL. A meta do PRONATEC TURISMO era oferecer 240 mil vagas até 2014, sendo 56 mil vagas em 2012, 114 mil até o final de 2013 e 80 mil até julho de 2014 (BRASIL, 2012c).

[37] O PRONATEC COPA foi criado no âmbito do PRONATEC TURISMO, buscando qualificar pessoas que desejam ser inseridas no setor turístico. Os cursos de qualificação são ministrados pelo Sistema S, nos Institutos federais e estaduais de educação profissional (BRASIL, 2012c).

2013, foram pactuados os primeiros cursos técnicos da modalidade subsequente[38] para a unidade gestora de Congonhas.

Ainda em 2013 foram pactuados cursos técnicos na modalidade concomitante, mas estes não foram analisados, visto que não são objetos desta pesquisa. Tanto os cursos concomitantes, quanto os subsequentes e os FIC, ocorriam, em sua maioria, no período noturno e não apenas no *campus* Congonhas, mas em diversas escolas municipais da cidade e das unidades remotas, visto que a oferta de cursos pelo PRONATEC requer parcerias firmadas com as Prefeituras Municipais, que disponibilizam a infraestrutura completa para o programa, baseado no artigo 3º da lei de criação.

> **Art. 3º** O PRONATEC cumprirá suas finalidades e objetivos em *regime de colaboração entre a União*, os Estados, o Distrito Federal e os *Municípios*, com a participação voluntária dos serviços nacionais de aprendizagem, de instituições privadas e públicas de ensino superior, de instituições de educação profissional e tecnológica e de fundações públicas de direito privado precipuamente dedicadas à educação profissional e tecnológica, habilitadas nos termos desta Lei (BRASIL, 2011. Grifos da autora).

No total foram ofertados 43 cursos técnicos de nível médio[39], 29 na modalidade subsequente e 14 na modalidade concomitante. Em relação aos cursos FIC, foram 55 cursos disponibilizados.

No ano de 2016, o IFMG contemplava, por meio do PRONATEC, 241 cidades mineiras (Anexo B) e tinha mais de 8.000 alunos matriculados[40] entre cursos técnicos e FIC's. Os *campi* do IFMG foram denominados Unidades Gestoras e as cidades com as quais eles realizavam parcerias eram designadas Unidades Remotas. Congonhas é uma das unidades gestoras e contempla 16 (dezesseis) cidades, sendo essas denominadas Unidades Remotas: Belo Vale, Catas Altas da Noruega, Congonhas, Cristiano Otoni, Desterro de Entre Rios, Entre Rios de Minas, Itaverava, Jeceaba, Lamim, Moeda, Piedade dos Gerais, Resende Costa, Rio Espera, Santa Cruz de Minas, Santana dos Montes, São Brás do Suaçuí[41].

---

[38] Segundo a *Lei n. 11.741/2008* (Brasil, 2008) e a LDB (Brasil, 1996), a Educação Profissional Técnica de Nível Médio é uma das três modalidades de Educação Profissional e Tecnológica previstas pela legislação educacional brasileira e a sua oferta pode ser articulada com o Ensino Médio ou subsequente para aqueles que já tenham concluído essa etapa educacional. Expressam ainda que na forma articulada, poderá ser integrada (habilitação profissional técnica de nível médio na mesma instituição de ensino com matrícula única) ou concomitante (para quem ingresse ou já esteja cursando o nível médio, com matrícula distinta para cada curso), sendo que esta poderá ocorrer na mesma instituição ou em instituições de ensino distintas, aproveitando-se as oportunidades disponíveis ou ainda em instituições distintas mediante convênios de intercomplementaridade.

[39] Portarias do IFMG relacionadas à autorização dos cursos técnicos do PRONATEC: *Portarias n. 1.214, 1.215 e 1.216*, todas do dia 16 de novembro de 2016 (IFMG, 2016).

[40] Informação no SISTEC (http://sistec.mec.gov.br/index/index#). Acesso em: 10 fev. 2016.

[41] Informação disponível no SISTEC (http://sistec.mec.gov.br/index/index#). Acesso em: 12 jan. 2017.

O Quadro 4 traz apenas os cursos técnicos subsequentes ofertados pelo PRONATEC, os municípios onde os cursos ocorrem, os eixos tecnológicos a que pertencem e as respectivas cargas horárias dos cursos.

Quadro 4 – Cursos técnicos subsequentes ofertados pelo PRONATEC no IFMG *campus* Congonhas. 2013 – 2016.

UNIDADE REMOTA	CURSO	EIXO TECNOLÓGICO[42]	CARGA HORÁRIA DO CURSO
Belo Vale	Eventos	Turismo, Hospitalidade e Lazer	1020
	Segurança do Trabalho	Segurança	1320
	Saúde Bucal	Ambiente e saúde	1305
	Agropecuária	Recursos naturais	1320
	Informática	Informação e comunicação	1140
Congonhas	Segurança do Trabalho	Segurança	1320
	Meio Ambiente	Ambiente e saúde	1020
	Nutrição e Dietética	Ambiente e saúde	1290
	Saneamento	Infraestrutura	1300
	Logística	Gestão e negócios	920
	Computação Gráfica	Informação e comunicação	1560
	Secretaria Escolar	Desenvolvimento educacional e social	1320
	Biblioteca	Desenvolvimento educacional e social	920
	Conservação e Restauro	Produção cultural e design	880
	Equipamentos de Engenharia	Militar	880
Desterro de Entre Rios	Meio Ambiente	Ambiente e saúde	1020
	Informática	Informação e comunicação	1140
	Logística	Gestão e negócios	920
	Segurança do Trabalho	Segurança	1320
Entre Rios	Edificações	Infraestrutura	1320
	Enfermagem	Ambiente e saúde	1920
Jeceaba	Enfermagem	Ambiente e saúde	1920
	Mecânica	Controle e processos industriais	1320
Moeda	Informática	Informação e comunicação	1140
	Mineração	Recursos naturais	1320
São Brás do Suaçuí	Segurança do Trabalho	Segurança	1320
	Meio Ambiente	Ambiente e saúde	1020
	Informática	Informação e comunicação	1140
	Logística	Gestão e negócios	920

Fonte: Dados da pesquisa documental organizados pela autora.

[42] Os eixos tecnológicos dos cursos técnicos deveriam estar de acordo com a *Portaria SETEC/MEC n. 01, de 29 de janeiro de 2014*, que aprovava a Tabela de Mapeamento, que tem como objetivo o estabelecimento da correlação entre os cursos técnicos constantes no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos e os cursos de graduação constantes na *Instrução Normativa n. 4, de 31 de maio de 2013* (Brasil, MEC, 2013a). Segundo o MEC os eixos tecnológicos são instrumentos que disciplinam a oferta de cursos de educação profissional técnica de nível médio, para orientar as instituições, estudantes e a sociedade em geral. São referenciais para subsidiar o planejamento dos cursos e correspondentes qualificações profissionais e especializações técnicas de nível médio. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=41271-cnct-3-edicao-pdf&category_slug=maio-2016-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 10 dez. 2016.

As turmas dos cursos técnicos em Agropecuária (Belo Vale), Equipamentos de Engenharia (Congonhas) e Mineração (Moeda) foram encerradas antes do término do primeiro módulo, visto que não foram encontrados profissionais qualificados que ministrassem as disciplinas técnicas para os cursos nas cidades mencionadas.

Figura 4 – Visita técnica dos alunos do PRONATEC – IFMG *campus* Congonhas a empresa Vale. 2015.

Fonte: Acervo do IFMG *campus* Congonhas.

Até o mês de dezembro do ano de 2016, 10 (dez) turmas já haviam concluído o curso técnico subsequente, sendo elas: na cidade de Belo Vale, Eventos e Saúde Bucal; na cidade de Congonhas, Segurança do Trabalho, Meio Ambiente, Logística e Biblioteca; na cidade de Moeda, Informática; na cidade de São Brás do Suaçuí, Segurança do Trabalho, Meio Ambiente e Logística. Foram 94 alunos qualificados em cursos técnicos subsequentes nesses quatro anos de funcionamento do programa. No total, entre cursos técnicos, subsequentes e concomitantes, e cursos FIC, o IFMG *campus* Congonhas já capacitou aproximadamente 850[43] alunos pelo Programa.

[43] O cálculo foi feito com base nos alunos que já concluíram os cursos. As demais turmas serão concluídas até o mês de março de 2017. Ao final serão mais de 1.000 alunos capacitados.

Figura 5 – Formatura dos cursos FIC do PRONATEC. 2014.[44]

Fonte: <http://www.ifmg.edu.br>. Acesso em: 10 dez. 2016.

Figura 6 – Cerimônia de formatura dos cursos técnicos subsequentes do PRONATEC – IFMG *campus* Congonhas. 2016.

Fonte: Acervo do IFMG *campus* Congonhas.

[44] De acordo com o sítio eletrônico do IFMG (www.ifmg.edu.br), nesta cerimônia de formatura dos cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC) do Pronatec, realizada na capital Belo Horizonte, no dia 07 de abril de 2014, estiveram presentes mais de 900 alunos do IFMG, que residiam em 21 cidades do Estado de Minas Gerais. Ao todo, 1500 estudantes participaram da solenidade, realizada no Minascentro, com representantes do IFMG, SENAI, SENAT e SENAC. O evento contou com a presença da Presidenta Dilma Rousseff.

Figura 7 – Cerimônia de formatura dos cursos técnicos subsequentes do PRONATEC – IFMG *campus* Congonhas. 2016.

Fonte: Acervo do IFMG *campus* Congonhas.

Em relação ao programa Bolsa-Formação no IFMG, foi elaborado um Regimento Interno no ano de 2015 para disciplinar as suas ações e o seu funcionamento. Esse regimento, que está em vigor até a presente data[45], foi aprovado pelo Conselho Superior do IFMG e tem por objetivo "normatizar e sistematizar as metodologias operacionais de execução dos trabalhos envolvidos no processo de gestão do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – PRONATEC – e disciplinar as atividades e o pagamento da Bolsa-Formação no âmbito do IFMG". As disposições expressas nesse documento legal estão de acordo com a Lei de criação do PRONATEC e com as suas alterações (IFMG, 2015a).

[45] Até janeiro de 2017.

CAPÍTULO 2 – ASPECTOS TEÓRICOS: EVASÃO E PERMANÊNCIA NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL

2.1 Panorama da produção intelectual nacional sobre o tema

A iniciativa em pesquisar a evasão e a permanência no PRONATEC surgiu quando ingressei como bolsista nesse programa em 2012. Na ocasião, notei que o programa era muito abrangente, mas possuía lacunas e aspectos que poderiam ser investigados e, futuramente, corrigidos e aprimorados, particularmente no que diz respeito aos temas da evasão e da permanência escolar. No entanto, mesmo com a vivência no programa, faltava-me a estruturação metodológica e o suporte teórico para tratar desses temas.

Para situar a evasão e a permanência no âmbito da produção científica, foi feito um estudo bibliográfico. Nas buscas foram usados os descritores: "Evasão e Permanência no PRONATEC", "Evasão na Educação Profissional" e "Permanência na Educação Profissional". O recorte temporal foi 2011, ano de instituição do programa por meio da *Lei n. 12.513, de 26 de outubro de 2011* (Brasil, 2011), até 2016, ano em que foi realizado o estudo bibliográfico.

As bases de dados consultadas foram: Portal de Periódicos CAPES; Banco de Teses CAPES/MEC; Bibliotecas Digitais de Teses e Dissertações (BDTD), CEFET-MG, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG) e Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG); sítio eletrônico Domínio Público. Os periódicos também consultados foram: Educação & Sociedade; Revista Brasileira de Educação; Trabalho & Educação. Consultaram-se ainda os trabalhos relativos aos simpósios bianuais da Associação Nacional de Política e Administração da Educação (ANPAE); os trabalhos apresentados nas Reuniões Anuais da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd), particularmente nos Grupos de Trabalho Estado e Políticas (GT 05), Trabalho e Educação (GT 09), Política de Educação Superior (GT 11) e Educação de Jovens e Adultos (GT 18); e os trabalhos apresentados no IV Colóquio Internacional sobre Educação Profissional e Evasão Escolar e no XXXVIII Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração (EnANPAD).

A Tabela 5 mostra o quantitativo de publicações encontradas em cada uma das fontes mencionadas, no recorte temporal mencionado.

Tabela 5 – Publicações nacionais sobre "evasão e permanência no PRONATEC", "evasão na educação profissional" e "permanência na educação profissional". 2011 – 2016.

FONTE	N	EVASÃO E PERMANÊNCIA NO PRONATEC	EVASÃO NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL	PERMANÊNCIA NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL
Banco de Teses & Dissertações CAPES	14	-	8	6
Biblioteca Digital de Dissertações do CEFET-MG	2	-	-	2
Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD)	13	1	4	8
Biblioteca de Teses e Dissertações da PUC Minas	0	-	-	-
Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da UFMG	2	-	2	-
Educação & Sociedade	0	-	-	-
IV Colóquio Internacional sobre Educação Profissional e Evasão Escolar	35	-	31	4
Portal de Periódicos CAPES	4	-	4	-
Revista Brasileira de Educação	0	-	-	-
ANPEd	2	1	1	-
ANPAE	1	-	1	-
Trabalho & Educação	3	-	3	-
XXXVIII EnANPAD	1	1	-	-
TOTAL	**77**	**3**	**54**	**20**

Fonte: Sítios eletrônicos: bancodeteses.capes.gov.br/; www.biblioteca.cefemg.br; www.bdtd.ibict.br; www2.pucminas.br/biblioteca; www.bibliotecadigital.ufmg.br; www.scielo.br/es; 4coloquiointernacional.weebly.com; www.periodicos.capes.gov.br; www.scielo.br/rbedu; www.anped.org.br; www.anpae.org.br; www.fae.ufmg.br/nete/revista.htm; www.anpad.org.br[46]. Acesso em: 01 nov. 2016.

Foram encontradas 77 produções nacionais, incluindo artigos, teses e dissertações. Nesses, foram tratados diferentes temas relacionados à evasão, à permanência escolar e à educação profissional em seus diversos aspectos.

No Portal de Periódicos CAPES foram encontrados textos e notícias que mencionavam o PRONATEC propriamente dito, sem caráter científico[47], mas também foram encontrados dois artigos sobre o tema evasão, publicados em periódicos com *Qualis* A1.

Foram selecionadas três instituições de ensino de Belo Horizonte que têm pós-graduação *stricto sensu* na área de Educação, sendo elas o CEFET-MG, a UFMG e a PUC-MG. Na Biblioteca Digital do CEFET-MG foram encontradas duas dissertações relacionadas ao tema "Permanência na Educação Profissional". Na UFMG foram encontradas apenas uma

[46] A elaboração da tabela foi feita com os dados obtidos na consulta aos sítios eletrônicos das instituições e dos periódicos (acesso em 01 nov. 2016). Foram selecionadas as publicações em periódicos e em anais que possuíam *Qualis* entre A1 e B2.

[47] Não mencionados na Tabela 5.

tese e uma dissertação relacionadas à “Evasão na Educação Profissional”. Na PUC-MG não foi encontrada nenhuma publicação sobre o tema.

Não foram encontrados registros para nenhum dos descritores mencionados nos bancos de dados dos periódicos Revista Brasileira de Educação e Educação & Sociedade. No Trabalho & Educação foram encontrados artigos referentes à evasão na educação profissional.

Nos bancos de teses CAPES e BDTD, nas Reuniões e Simpósios da ANPAE e ANPEd, foi encontrada uma grande quantidade de pesquisas sobre a evasão e permanência na educação profissional, abordando os mais diversos aspectos da evasão e da permanência no PRONATEC.

O IV Colóquio Internacional sobre Educação Profissional e Evasão Escolar foi o local de buscas com a maior quantidade de publicações. Nesse, foram apresentados estudos sobre a evasão nas mais diversas instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica do Brasil, além de estudos comparativos do Brasil com outros países.

No XXXVIII EnANPAD foi encontrada apenas uma pesquisa relacionada ao PRONATEC, que particularmente tratava dos principais fatores de evasão no programa na cidade de Ituiutaba, no Estado de Minas Gerais.

Encontradas as publicações, a próxima etapa consistiu na leitura do título e do resumo dessas, com o intuito de classificá-las e dividi-las por temáticas. A Tabela 6 traz essa separação por temas.

Tabela 6 – Publicações sobre evasão e permanência na EP separadas por temas. 2011 – 2016.

TEMA	N
Permanência escolar nos cursos técnicos do PRONATEC	1
Evasão escolar nos cursos técnicos do PRONATEC	2
Fatores/motivos relacionados à evasão	17
Evasão nos Institutos Federais e CEFETs	16
Evasão na EJA	3
Prevenção, diagnóstico, acompanhamento e controle da evasão	15
Evasão, currículo e práticas pedagógicas	2
Permanência e auxílios estudantis	6
Permanência nos Institutos Federais	4
Fatores relacionados à permanência	9
Permanência e prática pedagógica	1
Permanência e desigualdades sociais	1
TOTAL	**77**

Fonte: Dados da pesquisa bibliográfica organizados pela autora, 2016.

No que se refere à permanência e à evasão escolar nos cursos técnicos do PRONATEC, foram encontrados três pesquisas: Basso (2014); Andreolla (2014) e Franco, Gandolfi e Gandolfi (2014). O tópico 2.3 abordará de forma mais detalhada essas publicações.

Sobre o tema "Fatores/motivos relacionados à evasão" foram encontrados os seguintes estudos: Gomes e Laudares (2016); Melo e Rocha (2015); Rodrigues, Rodrigues e Viroli (2015); Paixão, Dore e Margiotta (2015); Queiroz, Brandão e Santos (2015); Sales (2014); Araújo (2013); Geglio e Silva (2013); Cruz (2013); Aguiar (2012); Geglio, Rosa e Dias (2012); Detregiachi Filho (2012); Almeida (2012); Barlem *et al* (2012); Lüscher e Dore (2011); Dore e Lüscher (2011); Borges (2011). Esses estudos tiveram como objetivo principal a investigação de fatores ou de motivos relacionados à evasão nas mais diversas instituições do Brasil, sendo elas privadas ou públicas. Os resultados foram os mais diversos, mas os principais diziam respeito à necessidade do aluno de trabalhar; a dificuldade em conciliar o trabalho, os estudos e a família e dificuldades financeiras.

O tema Evasão nos Institutos Federais e CEFETs foi discutido pelos autores: Matos, Vasconcelos e Santos (2015); Costa, Soeira e Brasileiro (2015); Valverde e Coutinho (2015); Figueiredo (2015); Leite e Guimarães (2015); Andrade *et al* (2015); Silva (2015); Castro e Dore (2015); Duarte, Rocha e Rego (2015); Costa e Silva (2015); Almeida, Souza e Diniz (2015); Menezes e Schimitt (2015); Araújo (2012); Oliveira (2011); Rocha (2011); Silva (2011). Os objetivos dessas pesquisas estavam ligados ao diagnóstico e a busca de fatores relacionados à evasão; além da sua repercussão no processo educacional nos Institutos Federais espalhados pelo país. Os resultados das pesquisas apontaram para:

a) a necessidade da construção e implantação de ações, por parte das instituições educacionais, que contribuam para a permanência e conclusão dos cursos. As pesquisas sobre Evasão Escolar podem contribuir nesse processo;

b) a pouca correspondência entre expectativa discente e currículo, o cansaço ocasionado pelo trabalho, além do custeio com transporte, apontados como causas intra e extraescolares da evasão.

Sobre a Evasão na EJA foram encontrados os estudos dos autores Beatrici e Gallina (2014); Silva (2014) e Moreira (2012). Esses estudos tratavam de teorias relacionadas à EJA, tais como as de Pierre Bourdieu e as de Bernard Charlot, e também da investigação de fatores relacionados à evasão na EJA. Os resultados apontaram que deverá haver a busca por reflexões mais profundas, pois percebe-se que o olhar sobre a situação do fracasso escolar, na sua maioria, reporta-se à evasão e repetência indistintamente como fatores de fracasso. Além disso, o conjunto de fatores que contribuem para a evasão na EJA são diversos e relacionam-

se a questões específicas da situação dos indivíduos, mas também à estrutura dos cursos para atender às peculiaridades dos sujeitos incluídos no universo denominado “educação de jovens e adultos”.

Caprio *et al* (2015), Passedes (2015), Silva, Silva e Lopes (2015), Gugelmin, Santos e Pontarolo (2015), Dutra, Castelo Branco e Brom (2015), Oliveira *et al* (2015), Silva e Lima (2015), Carrasco, Costa e Rambo (2015), Silva, Queiroz e Santos (2015), Chagas, Santos e Faria (2015), Rambo, Carrasco e Costa (2015), Silveira e Azeredo (2015), Temoteo *et al* (2015), Mantoanelli e Mattedi (2015) e Rodrigues (2012) desenvolveram estudos que tiveram como objetivo relatar algumas experiências sobre instrumentos de prevenção, diagnóstico, acompanhamento e controle da evasão em instituições públicas e privadas; municipais, estaduais e federais nas diversas cidades de Minas Gerais e do restante do Brasil. A maior parte das pesquisas apontou como resultado o alto índice de evasão nos cursos pesquisados. As demais trouxeram sugestões para a prevenção, o acompanhamento e o controle da evasão, a saber:

- professor como peça fundamental no combate à evasão;
- ampliação dos trabalhos do Núcleo de Estudo e Combate à Evasão;
- identificação e acompanhamento de alunos com necessidades especiais;
- institucionalização de uma avaliação diagnóstica da evasão, por meio de sistemas computacionais ou outras formas mais simples;
- implementação do conjunto projetos, monitorias, assistência pedagógica e psicológica à família e ao aluno como forma de auxílio para a permanência do aluno na escola; e,
- implantação de um modelo de informação que garanta dados necessários para criar e gerenciar os Modelos de Decisão para melhorar a tomada de decisão e otimizar a ferramenta de Modelo de Informação, concluindo o ciclo de controladoria, ambientados para a linha de acompanhamento estudantil (Perfil, ingresso, etc.).

Os autores Canesso e Oliveira (2015) e Silveira e Brittes (2015) trataram de evasão, currículo e práticas pedagógicas. Os objetivos dessas pesquisas foram:

a) subsidiar a ampliação do entendimento da especificidade da prática didática e da evasão escolar na Educação Profissional, tal como presente no discurso e na prática de alunos e professores da área, e

b) compreender as ações apontadas no Programa Permanência e Êxito, e sobre o currículo escolar.

Os resultados evidenciaram que, sob a perspectiva do corpo discente, a boa prática docente (como conduz suas aulas e avalia seus alunos), associada à estrutura pedagógica sólida da instituição, constituem fatores que contribuem para a permanência escolar; além de que são observadas questões políticas, sociais, culturais, econômicas inseridas no contexto escolar de forma a reproduzir a exclusão e discriminação presentes no sistema econômico atual. Foi ainda possível compreender as dimensões que o currículo assume nas práticas da escola, uma necessidade de excluir os processos de fragmentação. O ensino por meio de disciplinas e os movimentos ideológicos que interferem diretamente no fazer na escola.

Sobre o tema "Permanência e auxílios estudantis" foram encontradas as seguintes publicações: Santos, Queiroz e Silva (2015); Barros (2015); Oliveira (2015); Souza (2015); Mariz (2014); Barros (2013). Os objetivos principais desses estudos foram:

a) apreender os sentidos e as relações que o estudante bolsista e os gestores possuem sobre a permanência escolar e os programas de bolsas e as ações implementados;

b) analisar quais os desdobramentos de programa de assistência estudantil na assistência ao estudante implantados em várias instituições;

c) identificar os avanços e/ou retrocessos para a efetivação do direito de acesso e permanência à/na universidade ou à/na Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica (RFEPT);

d) conferir se os auxílios estudantis são suficientes para garantirem a permanência dos alunos nos cursos técnicos ou superiores.

Os resultados desses estudos mostram que os bolsistas atribuem a sua permanência nos cursos ao apoio financeiro recebido, pois podem se dedicar integralmente aos estudos, mas não relacionam o suporte financeiro ao desempenho escolar, porque acreditam que o desejo de aprender e de obter bons resultados são anteriores ao apoio econômico. Outros estudos mostram que os auxílios favorecem a permanência, mas que outros fatores também contribuem para isso. Nos demais estudos é possível inferir que a política de assistência estudantil vem sendo operacionalizada como as demais políticas sociais, com fortes contestações do ideário neoliberal e da contra reforma do Estado e que, apesar da implantação de políticas, não foram percebidas alterações significativas no que diz respeito à assistência estudantil.

A permanência nos Institutos Federais apareceu em 4 (quatro) trabalhos: Coelho (2014); Ferreira (2014); Katrein (2012) e Pereira (2011). O objetivo principal foi conhecer as

motivações, as razões e os fatores que favorecem, dificultam, justificam ou explicam a permanência dos estudantes dos diversos Institutos Federais e em alguns deles, no Proeja. Os resultados sinalizaram que a permanência dos estudantes pode ser fortalecida com o apoio institucional, com a qualidade do trabalho docente, com o acolhimento, com a qualidade da estrutura da instituição e do serviço de assistência ao estudante, com práticas pedagógicas e didáticas mais capazes de preocupar-se com os educando em processos de aprendizagem e em sua lógica de enfrentamento das dificuldades já inventariadas por diversas pesquisas. Os estudos ainda mostraram a importância do respeito aos diferentes tempos de aquisição de aprendizagens, da comunicação aberta entre estudantes e professores, do convívio e do apoio de colegas e professores, e do compartilhamento de espaços e materiais.

As 9 (nove) publicações: Pessanha e Carmo (2015); Sansil, Francisco e Silva (2015); Vieira, Guimarães e Costa (2015); Souza (2014); Faria (2014); Noro (2011); Palácio (2012); Faria (2011); Inácio (2011) discutiram os fatores relacionados à permanência. Os trabalhos tiveram como objetivos:

a) investigar junto a estudantes, gestores e professores sobre os fatores relacionados à permanência e consequentemente à evasão escolar; e,

b) avaliar políticas públicas de permanência implementadas nas instituições.

Os resultados evidenciaram que é importante que haja uma articulação entre os atores sociais envolvidos no processo pedagógico para que a permanência se efetive. Ademais, ficou evidenciado que em relação às políticas públicas implantadas, o atraso no repasse de recursos por parte do governo e a falta desse para o pagamento de bolsas dos estudantes tiveram um impacto negativo quanto à permanência. Por fim, concluiu-se que políticas de assistência estudantil, formação de professores e de infraestrutura qualificada nas escolas são fundamentais na garantia da permanência dos estudantes. Além disso, a organização curricular fragmentada, ainda com o privilégio das disciplinas, compõe dificuldades na aprendizagem, podendo resultar em evasão, sendo necessário considerar o sujeito trabalhador na composição dos currículos.

O estudo de Canesso (2015) trouxe a permanência e prática pedagógica e teve como objetivo fornecer subsídios para se compreender a relação entre o fenômeno da permanência escolar na educação profissional técnica de nível médio e a prática pedagógica de sala de aula desenvolvida na modalidade de ensino em questão, abordando-se as razões de permanência no âmbito da educação profissional técnica de nível médio. Os resultados obtidos evidenciaram que há relação sólida entre a prática pedagógica de sala de aula e a permanência escolar na educação profissional e que a falta de formação pedagógica dos professores não tem

influência negativa durante o processo de ensino e aprendizagem, desde que os docentes sejam orientados e acompanhados pela coordenação pedagógica da escola.

O estudo de Conceição (2012) versou sobre permanência e desigualdades sociais e teve como propósito desvelar a lógica da instituição bem como reafirmar a importância de pensar a partir da realidade e do cotidiano dos estudantes para formular políticas institucionais que defendam uma educação pública e de qualidade ao alcance de todos. Os resultados revelaram que os participantes reconhecem a existência de dificuldades, das mais diversas ordens, sendo que as mais citadas foram o cansaço e a distância entre a residência e a escola, além de problemas de aprendizagem, que podem causar entraves à permanência dos alunos.

Os resultados de pesquisas realizadas são fundamentais para subsidiar o processo de formulação e implementação de ações públicas na área, trazendo contribuições para a construção de novas perspectivas da educação profissional técnica de nível médio. Tanto os envolvidos no programa quanto a sociedade em geral podem se beneficiar com os resultados das pesquisas e, de certa forma, ampliar os conhecimentos sobre o tema. Apesar de haver muitos debates sobre evasão e permanência escolar, o tema ainda não encontra grande espaço na literatura especializada. Dore (2011) reforça essa questão em seu projeto *Educação Profissional no Brasil e Evasão Escolar* e afirma que os estudos sobre a evasão no ensino técnico ainda são escassos.

Importa registrar que, pela pesquisa bibliográfica realizada, não foram encontrados estudos sobre a evasão e a permanência escolar nos cursos da educação profissional técnica de nível médio do PRONATEC ofertado por uma instituição que integra a RFEPCT, mais especificamente pelos IFs.

Diante disso, um dos objetivos desta pesquisa é contribuir com as discussões sobre evasão e permanência, mais especificamente dos alunos dos cursos técnicos subsequentes do PRONATEC, por intermédio da Bolsa-Formação. Esse novo programa do governo federal ainda está carente de pesquisas e necessita de investigações mais aprofundadas. Outra finalidade é a busca de mecanismos que possam minimizar o abandono nesse tipo de ensino. Abandonando o curso, o aluno perde a oportunidade de se formar e de se qualificar para o mercado de trabalho, além de gerar um desperdício financeiro. Pretende-se também destacar a permanência do aluno com o intuito de sinalizar ações que possam minimizar a problemática da evasão na educação profissional técnica de nível médio, oferecida pelo PRONATEC realizado no IFMG – *campus* Congonhas. Espera-se com isso que seja oferecida uma educação de qualidade, envolvente e não excludente.

Segundo Dore (2011), o acesso e a permanência do aluno na escola é uma dimensão da democratização da educação. A expansão das escolas técnicas no governo do Presidente Michel Temer pode ser feita com apoio das pesquisas sobre evasão escolar para tentar solucionar o problema antes que ele ocorra nessas novas instituições de qualificação profissional.

Dos autores estudados, alguns sugerem temas para pesquisas futuras como a permanência em cursos técnicos; a elaboração de um modelo integrado de intervenção, incluindo o maior número de sujeitos, tais como pais, familiares, professores, coordenadores, orientadores, em cursos de diferentes áreas e sistemas de ensino público e privado; pesquisa aplicada em outras unidades do SENAC presentes no Brasil e também em outras instituições que ofertam cursos técnicos do PRONATEC, como os IFs, o SNA e as escolas estaduais, possibilitando, futuramente, o comparativo entre as instituições ofertantes do programa no que diz respeito à evasão; o motivo pelo qual recursos públicos que são transferidos para as instituições privadas não são investidos na ampliação das redes federal, estaduais e municipais da educação profissional e tecnológica; e os egressos da educação profissional. (BASSO, 2014; FRANCO, GANDOLFI, GANDOLFI, 2014; RAMOS, 2014; BRASIL, 2004).

Dore, Sales e Castro (2014, p. 381) complementam o exposto.

> Particularmente, sobre a evasão no ensino técnico regular de nível médio, nota-se que não há uma quantidade relevante de estudos. Essa carência de pesquisas também foi identificada por Dore & Lüscher (2011), em levantamento realizado na base de dados da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, que demonstrou o número escasso de estudos e informações sistematizadas sobre a temática da evasão na educação técnica de nível médio. Trata-se, portanto, de um campo de pesquisa a ser solidificado no país.

Reitera-se que a ampliação dos conhecimentos acerca do PRONATEC, as lacunas e sugestões de pesquisa apontadas pelos estudos aqui discutidos e outros fatores descritos na introdução e justificativas no Capítulo 4 motivaram o desenvolvimento da presente pesquisa.

Feito o levantamento das produções intelectuais, o próximo tópico abordará fundamentações teóricas e conceitos relacionados à evasão e à permanência escolar na educação profissional.

2.2 Evasão e permanência na educação profissional

A evasão escolar representa um problema de ordem mundial que tem ganhado cada dia mais força nas pesquisas nacionais e nas internacionais (Tinto, 1975; Bean, 1980; Kovacs, 2004; Caetano, 2005; Bratti, 2007; Rumberger, 2008, 2011; Mahuteau e Mavromaras, 2013;

entre outros). Segundo Silva, Pimentel e Finardi (2014, p. 239-240), “a evasão deveria ser um objeto de estudo privilegiado na academia”, pois “trata-se de um fenômeno que traz consequências sociais, como o aumento do desemprego e dos problemas que o acompanham, como a criminalidade e o aumento da demanda por serviços sociais”. Rumberger (1987) complementa a afirmação, alegando que a evasão acarreta também consequências individuais, como o baixo nível de habilidades acadêmicas, efeitos na saúde psicológica do indivíduo, tais como baixa autoestima e falta de motivação.

Almeida (2012), nesse mesmo sentido, afirma que o reflexo da evasão incide em áreas além da escolar, tais como autoconfiança, autoestima, motivação de um aluno ou de um ex-aluno. Esses fatores devem ser levados em conta para explicar a evasão desses alunos. O autor acrescenta:

> Um evadido escolar tem pouca confiança em suas possibilidades e um baixo interesse em participar de programas de formação. Além disto, tem dificuldades de se empregar e até mesmo de permanecer neste, devido principalmente às crescentes exigências profissionais (MARCHESI; PÉREZ, 2004). De acordo com Lyche (2010), a evasão escolar precoce pode levar os indivíduos a terem uma posição mais frágil na sociedade e no mercado de trabalho (ALMEIDA, 2012, p. 40).

O fenômeno da evasão escolar tem sido alvo de diversos estudos na literatura. De acordo com Lozano (2012), percebe-se que a teoria da evasão escolar está dividida em duas perspectivas de análise distintas: a que busca explicar o fato por meio teórico, por meio da psicologia e da sociologia e a que busca medir o problema, utilizando-se da forma empírica.

A fim de facilitar o entendimento desse fenômeno, os estudiosos criaram alguns conceitos, pois para que a questão seja abordada com profundidade, o primeiro aspecto a ser analisado é o conceito. Dore (2011) considera que a evasão pode se referir à retenção e repetência do aluno na escola, à saída do aluno da instituição, do sistema de ensino, da escola e posterior retorno, ou a não conclusão de um determinado nível de ensino. Para a autora, a evasão ou abandono escolar é um processo que tem natureza multiforme.

> A escolha de abandonar ou permanecer na escola é fortemente condicionada por características individuais, por fatores sociais e familiares, por características do sistema escolar e pelo grau de atração que outras modalidades de socialização, fora do ambiente escolar, exercem sobre o estudante (DORE, 2013, p. 5).

Basso (2014) afirma que existem três modalidades principais de evasão, sendo elas as seguintes:

> De acordo com a Comissão Especial de Estudos sobre a Evasão nas Universidades Públicas Brasileiras (1997), o estudante que sai do curso de origem sem concluí-lo é considerado *evadido do curso*. Quando o estudante desliga-se da IES é denominado *evadido da instituição.* Aquele estudante que abandona a formação de nível superior e não retorna mais é considerado *evadido do sistema*. Estas distinções da evasão na

> educação de nível superior também podem ser estendidas ao contexto da educação de nível técnico (BASSO, 2014, p. 29).

As autoras Baggi e Lopes (2011, p. 357) ainda afirmam que além das três modalidades mencionadas, deve-se acrescer a existência de mais duas para se mensurar a evasão, ou seja, a "evasão anual média", que mede a porcentagem de alunos matriculados em um curso ou instituição e que no ano seguinte não se matricularão; e a "evasão total", que apresenta a quantidade de alunos matriculados que não concluíram o curso, após o seu período de oferecimento regular. Sobre esse aspecto, Gilioli (2016, p. 8) registra que

> Se a primeira já é significativa, apontando para forte tendência de subaproveitamento de vagas, a segunda chega a ser percentualmente majoritária em alguns cursos e áreas do conhecimento, revelando assimetrias severas e profunda desestruturação do sistema para o enfrentamento desse desafio.

Em outras pesquisas, os autores abordam a evasão por meio de conceitos diferentes, a saber: exclusão da escola, abandono da escola ou desistência de prosseguir com os estudos, abandono sem transferir para outra escola, abandono a partir do primeiro mês de início do curso e reflexo da exclusão e do esvaziamento do sentido da escola (ALMEIDA, BARBOSA, 2010; MACHADO, 2009; MATIAS, 2003; NUNES *et al*, 2007; SILVA, PELISSARI, STEIMBACH, 2013)[48].

Freitas (2009) realizou um levantamento sobre pesquisas que tratam da evasão escolar. O Quadro 5 a seguir traz uma síntese do foco de alguns dos estudos teóricos relacionados com a persistência ou evasão de estudantes nos sistemas presencial e à distância no período de 1962 a 1993.

Quadro 5 – Estudos realizados sobre evasão e permanência de estudantes. 1962 – 1993.

(Continua)

AUTOR, ANO, TEORIA	FOCO DO ESTUDO	COMENTÁRIO
Astin (1977, 1983) – Teoria do envolvimento	Quanto mais envolvido com a instituição, maior probabilidade de permanência.	A satisfação é uma forte variável com efeito positivo na permanência.
Bean (1980, 1983) – Teoria organizacional sobre falta e evasão de trabalhadores aplicada à educação	Usa conceitos de estudos organizacionais sobre a falta de trabalhadores ao emprego e sua evasão. Examina como os atributos das organizações organizacionais e a estrutura de recompensa afetam a satisfação e a persistência dos estudantes.	Estabelece uma forte relação entre satisfação e persistência de estudantes e trabalhadores.

[48] DORE; SALES; CASTRO (2014, p. 381-382).

Quadro 5 – Estudos realizados sobre evasão e permanência de estudantes. 1962 – 1993.

(Conclusão)

AUTOR, ANO, TEORIA	FOCO DO ESTUDO	COMENTÁRIO
Bean e Metzner (1985) – Evasão de estudantes não tradicionais	Fatores ambientais têm mais impacto do aluno adulto de deixar de estudar do que as variáveis acadêmicas.	Estudantes não tradicionais podem estar em uma faixa etária acima da regularmente considerada adequada ao nível estudado.
Price (1977) – Evasão dos trabalhadores na indústria	Seis variáveis sobre o controle da organização: integração social no emprego, pagamento, participação na tomada de decisões, rotina de trabalho, conhecimento do que deve fazer no trabalho e tratamento justo.	Adaptado e muito usado em educação.
Kamen (1971, 1974) – Tamanho da instituição	Dados multi-institucionais para demonstrar como instituições de ensino superior de grande porte e complexidade têm, comparativamente, a menor taxa de evasão.	-
McNeely (1973) – Desistência do estudante do ensino superior.	Múltiplos fatores, inclusive o tempo do curso até a graduação, quando ocorre a evasão e impacto do tamanho da evasão.	-
Spady (1970) – Interação	Interação entre as características do estudante e ambiente institucional.	-
Summerskill (1962) – Atributos pessoais	Relação entre atributos pessoais e motivo para evadir.	-
Tinto (1975, 1993) – Integração social e acadêmica	Integração social e acadêmica formal e informal, com ambos os sistemas (acadêmico e social).	Modelo largamente usando nas pesquisas sobre educação presencial e a distância.

Fonte: FREITAS (2009, p. 254-256).

Freitas (2009) destaca que na contemporaneidade as pesquisas na área têm ganhado atenção no Brasil, pois até a década de 1970, o foco dos pesquisadores sobre a evasão, concentrava-se apenas nas razões que levam os jovens a abandonar a escola. No início da década de 1980, as pesquisas passaram a incorporar outros aspectos significativos ao estudo do problema, focalizando os motivos que levaram os estudantes a persistirem na escola. “O objetivo de tais pesquisas é o de prevenir o abandono e identificar formas para encorajar a permanência do aluno na escola” (SILVA, 2013, p. 21).

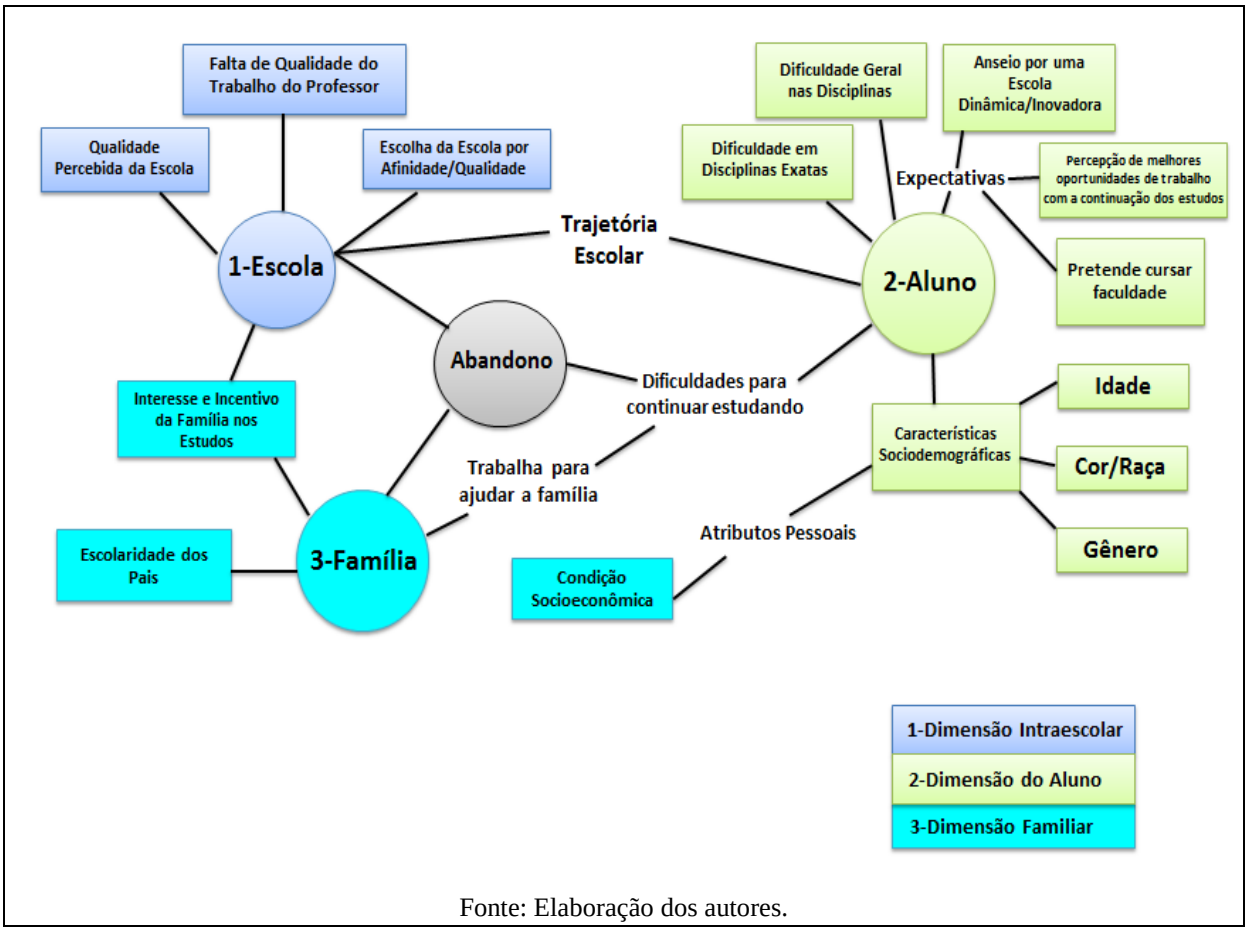
Soares *et al* (2015, p. 764) desenvolveram um modelo conceitual que resume “os fatores e suas interconexões, que se mostraram associados ao abandono no ensino médio”. Os

autores explicam que esses fatores foram divididos conceitualmente em três grupos, que foram denominados dimensões, a saber:

> Na primeira dimensão, encontram-se os fatores ligados à escola como: a qualidade da escola percebida pelo aluno, a falta de qualidade do trabalho do professor percebida pelo aluno e a escolha da escola por qualidade/afinidade. Na dimensão do aluno, têm-se os fatores característicos dos alunos, como as dificuldades nas disciplinas, as expectativas futuras e características sociodemográficas. Por último, elencaram-se os fatores ligados à família, como condição socioeconômica, escolaridade dos pais e o interesse e incentivo dos responsáveis nos estudos (SOARES *et al*, 2015, p. 764).

A Figura 8 a seguir é uma representação simplificada do modelo teórico elaborado pelos autores.

Figura 8 – Modelo conceitual de Soares *et al*. 2015.



Fonte: Elaboração dos autores.

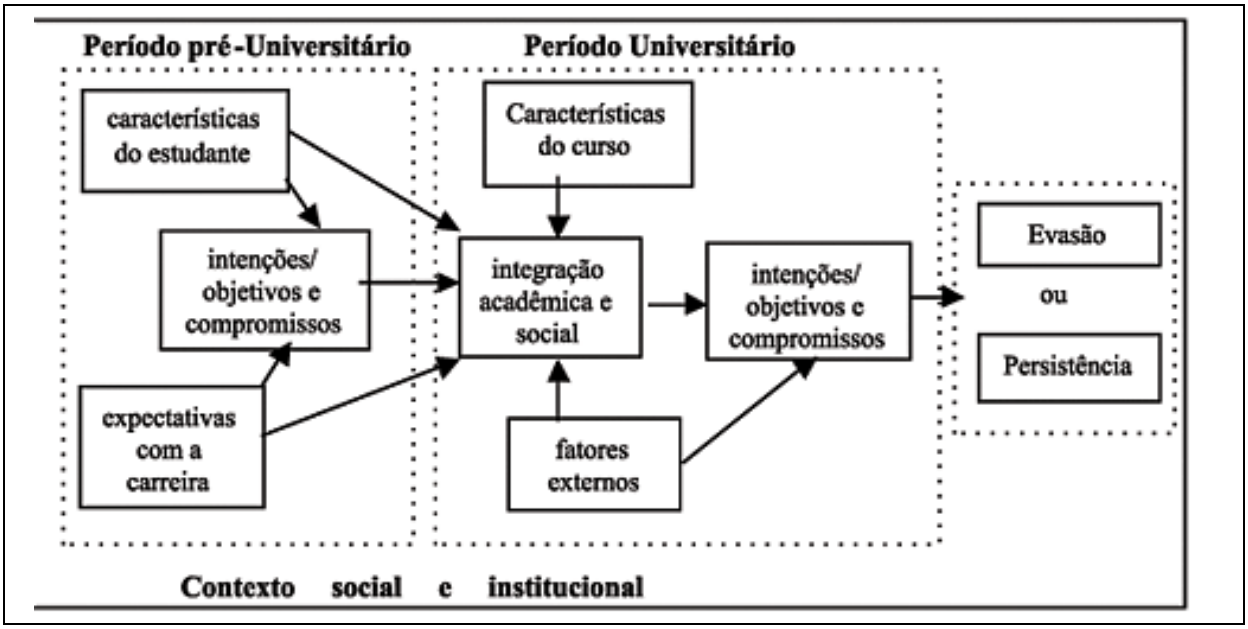
Fonte: SOARES *et al* (2015, p. 764).

Em relação aos modelos teóricos, o de Tinto (1975), aprimorado posteriormente por Bean (1980), é amplamente utilizado. Segundo (Cruz 2013, p. 27), o modelo explica que o "comportamento de evadir-se consiste num processo de interações", ou seja, "o aluno chega ao sistema de ensino com intenções, objetivos e compromissos institucionais predefinidos e

interage no sistema social e acadêmico da instituição de ensino". O resultado desse processo de integração é que lhe permite redefinir suas intenções e seus compromissos, a permanência ou as variadas formas de evasão. A ideia central desse modelo, segundo Tinto (1993, p. 130), é que "quanto maior o comprometimento do aluno com a instituição e com os seus próprios objetivos, e elevado for o nível de integração acadêmica e social desse aluno, menor a probabilidade de evasão".

O autor ainda menciona em seus estudos que a permanência está fortemente determinada pela integração social acadêmica e ligada diretamente às expectativas do aluno, ou seja, quanto maior a expectativa, ao mesmo tempo em que a integração social acadêmica for satisfatória, menor é a probabilidade de evasão escolar (CRUZ, 2013). A Figura 9 a seguir representa o modelo desenvolvido por Tinto (1993).

Figura 9 – Modelo explicativo da evasão discente proposto por Tinto (1993).



Fonte: TINTO (1993, p. 114).

Canesso (2016) à luz de Adachi (2009) afirma que, sintetizando os fatores ligados à permanência escolar descritos no modelo teórico, Tinto (1975) examinou, em primeiro lugar, as características individuais que parecem associar a persistência dos indivíduos à faculdade e, posteriormente, as características associadas às interações individuais no contexto da faculdade e, finalmente, as características das instituições de educação superior que também têm sido associadas à evasão universitária.

Bean (1980) aprimorou o modelo teórico de Tinto (1975) e desenvolveu seu próprio modelo que sugeria que a decisão de evadir ou não estava ligada às atitudes do aluno, sua

adaptação e também a fatores externos, tais como aprovação da família, encorajamento dos amigos, qualidade da instituição, situação financeira e oportunidade de transferir-se para outra instituição de ensino (Cruz, 2013, p. 29). O modelo de Bean (1980) não contempla a persistência do aluno.

Cruz (2013) elaborou três quadros síntese a fim de compreender a magnitude do fenômeno da evasão na visão de alguns pesquisadores (Anexo C). Os estudos foram organizados de acordo com a época em que foram publicados. As conclusões sobre os períodos determinados foram: nas décadas de 1970 e 1980, a abordagem sobre a permanência dos estudantes na universidade dividia-se, principalmente, em duas correntes, ou seja, uma sob abordagem educacional interna, focando o modelo de integração do estudante e a outra sobre o relacionamento do aluno com o ambiente. Já na década de 1990 são apontados os fatores internos e externos como causas da evasão escolar. Por fim, os estudos da década de 2000, além das variáveis internas e externas, apontam os problemas financeiros como principal causa de evasão.

Diversos são os modelos teóricos e conceituais que buscam esclarecer o fenômeno da evasão escolar. Neste estudo, o modelo utilizado como base foi o desenvolvido por Rumberger e Lim (2008), que será apresentado a seguir. Este modelo conceitual, amplamente utilizado nas pesquisas sobre evasão escolar, está relacionado à performance escolar, conforme exposto no Quadro 6 a seguir.

Quadro 6 – Modelo conceitual de performance escolar no ensino médio desenvolvido por Rumberger e Lim (2008).

(Continua)

FATORES	**CATEGORIAS**	
Individuais	Performance escolar	Desempenho
		Persistência
		Escolaridade
	Comportamentos	Engajamento
		Aulas frequentadas
		Desvios
		Relação com os colegas
		Empregos
	Atitudes	Objetivos
		Valores
		Autopercepção
	Background	Demografia
		Saúde
		Experiências passadas

Quadro 6 – Modelo conceitual de performance escolar no ensino médio desenvolvido por Rumberger e Lim (2008).

(Conclusão)

FATORES	CATEGORIAS	
Institucionais	Família	Estrutura
		Recursos
		Práticas
	Escola	Composição
	Escola	Estrutura
		Recursos
		Práticas
	Comunidade	Recursos
		Composição

Fonte: SALES (2014, p. 405).

Explicando o modelo de Rumberger e Lim (2008), Lüscher e Dore (2011, p. 151), argumentam que o fenômeno da evasão "trata-se de algo difícil de resolver porque, de forma análoga a outros processos vinculados ao desempenho escolar", ela é "influenciada por um conjunto de fatores relacionados tanto ao estudante e à sua família quanto à escola e à comunidade em que vive". Segundo as autoras, no modelo exposto a perspectiva individual abrange o estudante e as circunstâncias de seu percurso escolar e a perspectiva institucional leva em conta a família, a escola, a comunidade e os grupos de amigos (LÜSCHER; DORE, 2011).

Especificamente sobre a perspectiva individual, Lüscher e Dore (2011) fazem as considerações a seguir.

> No âmbito individual, encontram-se os valores, os comportamentos e as atitudes que promovem um maior ou menor engajamento (ou pertencimento) do estudante na vida escolar. Ainda que existam diferentes teorias sobre a evasão, a maior parte delas afirma a existência de dois tipos principais de engajamento escolar: o engajamento acadêmico ou de aprendizagem e o engajamento social ou de convivência do estudante com os colegas, com os professores e com os demais membros da comunidade escolar. A forma como o estudante se relaciona com essas duas dimensões da vida escolar interfere de modo decisivo sobre a sua deliberação de se evadir ou de permanecer na escola (RUMBERGER, 1987). Na perspectiva do indivíduo, o background familiar (nível educacional dos pais, renda familiar e estrutura da família) é, reconhecidamente, o mais importante fator isolado para o sucesso ou para o fracasso do estudante, em algum ponto do seu percurso escolar. Outro fator que contribui para a evasão, relacionado à família e que tem sido muito enfatizado pelas pesquisas, refere-se ao capital social, conceituado como a qualidade das relações que os pais mantêm com seus filhos, com outras famílias e com a própria escola (LÜSCHER; DORE, 2011, p. 151-152).

Sobre a perspectiva institucional, as autoras ressaltam que nos fatores relacionados à evasão ou à permanência escolar, "distinguem-se a composição do corpo discente, os recursos escolares, as características estruturais da escola, bem como os processos e as práticas escolares e pedagógicas". E cada um desses fatores se desdobram em diversos outros e, "no

seu conjunto, compõem o quadro escolar que podem favorecer a evasão ou a permanência do estudante". Por fim, "as pesquisas indicam que a comunidade e os grupos de amigos também têm grande influência sobre os processos de evasão" (LÜSCHER; DORE, 2011, p. 152).

Em síntese, relacionando esses fatores à educação técnica de nível médio no Brasil, Lüscher e Dore (2011) asseguram o exposto a seguir.

> Do vasto e intricado conjunto de circunstâncias individuais, institucionais e sociais presentes na análise da evasão, destaca-se a explicação de que a evasão é um processo complexo, dinâmico e cumulativo de desengajamento do estudante da vida da escola (NEWMANN; WEHLAGE; LAMBORN, 1992; FINN, 1989). A culminância desse processo é a saída do estudante da escola. No caso da educação técnica de nível médio no Brasil, a evasão pode ser considerada sob várias perspectivas, o que torna mais difícil sua compreensão, seja quantitativa ou qualitativamente. Entre os percursos de formação profissional disponíveis no nível médio, o estudante pode, por exemplo, escolher um curso em uma determinada área, interrompê-lo e mudar de curso, mas permanecer na mesma área ou no mesmo eixo tecnológico. Pode também mudar de curso e de área/eixo ou, ainda, permanecer no mesmo curso e mudar apenas a modalidade do curso (integrado, subsequente ou concomitante) e/ou a rede de ensino na qual estuda. Outra opção é a de interromper o curso técnico para ingressar no ensino superior e, até mesmo, abandonar definitivamente qualquer proposta de formação profissional no nível médio (LÜSCHER; DORE, 2011, p. 152-153).

Em relação aos fatores relacionados à evasão, elaborou-se um quadro síntese com os fatores identificados nas produções acadêmicas descritas no tópico 2.1 (Apêndice A)[49]. A análise desses fatores aponta que as causas mais frequentes estão relacionadas ao trabalho, tais como a incompatibilidade de horários, a dificuldade de conciliação e a necessidade de se trabalhar para sustentar a família. No Quadro 7 a seguir esses fatores foram agrupados e destacou-se a frequência com que cada um apareceu nos estudos analisados.

Quadro 7 – Fatores de evasão e a sua frequência nas produções acadêmicas pesquisadas. 2011 – 2016.

(Continua)

FATOR DE EVASÃO	FREQUÊNCIA
Relação com o trabalho (necessidade, conciliação, área de atuação diferente, cansaço, jornadas excessivas, desemprego, aprovação em concurso público)	34
Fatores familiares e/ou pessoais (casamento, gravidez, filhos, falta de apoio)	31
Identificação com o curso (desinteresse, desmotivação, etc.)	24
Problemas com transporte (locomoção, distância, moradia, acessibilidade, ausência)	19
Dificuldade com o curso e/ou com disciplinas específicas	17
Problemas econômicos (dificuldades financeiras, alto valor do curso)	15
Estrutura curricular do curso (teoria-prática, extensão)	12
Conciliação entre horários (cursos, aulas, estudos)	12
Ingresso no ensino superior ou mudança de curso	11
Estrutura organizacional e política-pedagógica da instituição de ensino (avaliações, coordenação, etc.)	11

[49] Neste Quadro foram abordados apenas os estudos constantes na revisão bibliográfica descrita no capítulo 2, tópico 2.1, que traziam em seu conteúdo fatores relacionados à evasão.

Quadro 7 – Fatores de evasão e a sua frequência nas produções acadêmicas pesquisadas. 2011 – 2016.

(Conclusão)

FATOR DE EVASÃO	FREQUÊNCIA
Problemas com docentes (não preparado, desmotivado, não comprometido, sem experiência, desvalorização)	11
Reprovação, repetência ou notas baixas	8
Relação professor-aluno-pares	7
Problemas relacionados à infraestrutura (laboratórios, materiais)	6
Corpo docente insuficiente	5
Excesso de atividades e/ou exigência extrema no curso	5
Mudança de cidade ou de domicílio	5
Relação com o mercado de trabalho (não atrativo, incoerência entre curso e trabalho, desvalorização)	4
Problemas de saúde	4
Problemas com estágio	3
Problemas com a modalidade EAD	3
Violência e/ou falta de segurança	3
Qualificação insuficiente	2
Formação precária procedente das séries anteriores e consequente desinteresse no curso	2
Despreparo, imaturidade	2
Atraso no pagamento das bolsas e/ou falta de assistência estudantil	2
Transferência geracional, influência dos pais	1
Dificuldade de cumprir o percentual mínimo de frequência	1
Material didático inadequado	1
Problemas no processo seletivo	1
Falta de opção de cursos	1
Relação da escola com a cultura jovem	1

Fonte: Dados da pesquisa bibliográfica organizados pela autora.

A permanência é o lado oposto da evasão. A Constituição Federal de 1988 define, em seu artigo 6º, a educação como um direito social, sendo direito de todos e dever do Estado e da família (art. 205), devendo ser "promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho" (Brasil, 1988). Mas, de acordo com o *Documento Orientador para a Superação da Evasão e Retenção na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica* (BRASIL, 2014),

> não basta admitir a educação como um direito fundamental. É necessário concretizar e prover as ações que permitam a garantia desse direito. Nesse sentido, tanto a CF, em seu art. 206, quanto a LDB, em seu art. 3º, indicam os seguintes princípios, com relação direta com o sucesso escolar, para que o processo educacional ocorra de forma efetiva: a igualdade de condição para o acesso e permanência na escola, a garantia do padrão de qualidade, a valorização do profissional da educação escolar e a vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais. (BRASIL, 2014, p. 15).

É importante salientar que a permanência escolar tem sido um desafio para a educação brasileira, não apenas na educação profissional, mas também em outras modalidades de educação. Saviani (1998) ressalta que, considerando a história educacional e a política

brasileira, desde que foi atribuída ao Estado a missão de promover o acesso à escolarização, garantindo a permanência e o êxito, o fazer político e pedagógico passou a ser mediado por políticas educacionais cujas tônicas explicitam projetos políticos e sociais que expressam a articulação entre as forças que nele coexistem.

Feitas as considerações anteriores, o próximo tópico aborda a evasão e a permanência no PRONATEC segundo os três estudos encontrados na revisão bibliográfica realizada.

2.3 Evasão e permanência no PRONATEC

Os estudos sobre a evasão e a permanência no PRONATEC ainda são incipientes. Assim como exposto no tópico do panorama da produção intelectual, foram encontradas três produções sobre o tema, realizadas no âmbito de instituições particulares, mais especificamente nas que compõem o SNA (ANDREOLLA, 2014; FRANCO, GANDOLFI, GANDOLFI, 2014; BASSO, 2014).

Em relação à evasão no PRONATEC, os estudos de Andreolla (2014) e Franco, Gandolfi, Gandolfi (2014) buscavam diagnosticar e analisar as causas do abandono existente nos cursos ofertados pelas instituições que integram ao SNA, mais especificamente nos cursos técnicos de nível médio e FIC do PRONATEC.

A pesquisa de Andreolla (2014) constatou que a média de abandono dos Cursos do PRONATEC na instituição estudada está na proporção de 30%; em outras Unidades Operacionais chega, em alguns casos, a 40%; a média de abandono de todas as Unidades Operacionais é de 24%; e a que apresenta melhor resultado tem somente 4%.

No que se refere às causas da evasão, tanto nos cursos técnicos, quanto nos FIC, a maior causa de abandono estava ligada à prioridade dada ao trabalho. Ao aprofundar a pesquisa, o autor observou que os alunos que se afastavam por esse motivo passavam a trabalhar em turno integral e recebiam remuneração entre um e dois salários mínimos. Sobre essa questão, Andreolla (2014) evidenciou duas possibilidades de interpretação: primeiro, os educandos abandonam pela necessidade de sustentação; ou, segundo, os alunos ainda não construíram a consciência de que a formação em Educação Profissional é um investimento que exige tempo, empenho e dedicação para possuir a titulação e de que, posteriormente, poderão disputar vagas em empregos cuja remuneração, possivelmente, será mais elevada. Nota-se, que há uma ansiedade para se obter um retorno imediato com a realização do curso.

O estudo de Franco, Gandolfi, Gandolfi (2014), teve como objetivo analisar os principais fatores em seis cursos técnicos do PRONATEC, vinculados ao programa na

Unidade Educacional do SENAC na cidade de Ituiutaba-MG, sendo eles: Técnico em Administração, Técnico em Enfermagem, Técnico em Estética, Técnico em Contabilidade, Técnico em Redes de Computadores e Técnico em Secretariado. De acordo com os dados coletados, o curso que apresentou o maior índice de evasão foi o Técnico em Redes de Computadores, com uma média de evasão de 56,5%. Em contrapartida, o que obteve a menor média de evasão foi o Técnico em Enfermagem (12,5%).

Os autores utilizaram a entrevista estruturada com 65 alunos evadidos para a coleta de dados. Em relação ao perfil, 70,8% dos alunos eram do sexo feminino e 29,2% do sexo masculino; 78,5% estavam na faixa etária entre 16 e 18 anos; 58,5%, informou que nunca foram, ou ainda não são atendidos por algum programa social, voltados à distribuição de renda, como o Programa Bolsa Família; 64,6% da amostra pesquisada declarou nunca ter trabalhado com carteira assinada, porém 35,38% admitiu ter trabalhado ou estar trabalhando com carteira assinada; 66,1% disse não possuir outras fontes de renda além da bolsa auxílio que o PRONATEC oferece.

No que tange à evasão, detectou-se que 15,4% frequentaram o curso por mais de seis meses. Essa mesma porcentagem, que representa 10 alunos, disse nunca ter comparecido às aulas. Já 36,9% afirmaram ter frequentado as aulas por um período de até três meses. Outros 32,3% afirmaram que frequentaram por um período de três a seis meses. Verificou-se que o maior índice de desistência ocorreu nos primeiros três meses de curso e o desinteresse pelo curso justificou 50% desses casos. Em relação à explicação dada pelos alunos para justificar a desistência dos cursos, o desinteresse e a opção "outras justificativas[50]", representam juntas 61,5% das justificativas. 30,8% desses saíram, pois não se interessaram pelo curso. Quando se considera o período de frequência, 60% dos desinteressados permaneceram frequentes por até três meses.

Em relação aos fatores de evasão, os resultados apontaram que a desistência está relacionada a fatores externos ao curso, como a conciliação entre o curso técnico e as outras atividades que o aluno desempenha, como trabalho, vida pessoal e o ensino regular.

Sobre a permanência no PRONATEC, Basso (2014) buscou compreender os aspectos pessoais e contextuais da permanência de estudantes da área da tecnologia em cursos técnicos do PRONATEC no SENAI/SC. A pesquisa tinha natureza qualitativa e contou com uma amostra de 41 participantes, sendo 27 homens (65,8%) e 14 mulheres (34,2%), com idades entre 15 e 34 anos, estudantes do 2º semestre nos cursos Técnico em Informática (34,2%),

[50] Nessa opção alguns alunos citaram o motivo de ordem pessoal, como serem casados, gravidez, dificuldade de locomoção até o local das aulas e mudança de cidade (FRANCO; GANDOLFI; GANDOLFI, 2014).

Técnico em Automação (34,2%) e Técnico em Manutenção e Suporte em Informática (31,6%). Os dados foram coletados a partir da aplicação de um questionário aberto e analisados com base na *Grounded Theory*[51].

Os resultados da pesquisa apontaram que a permanência dos estudantes no programa está relacionada à satisfação, à integração, ao desenvolvimento psicossocial e cognitivo, ao comprometimento com a profissão e o curso, que envolvem aspectos de pré-ingresso. Em relação às vivências pessoais, os estudantes se referiram à identificação com a profissão e com o curso, as condições físicas e psicológicas e ao desenvolvimento de competências cognitivas. Quanto às vivências contextuais mais importantes, foram apontados no ambiente familiar a convivência e o relacionamento entre pais e filhos e a percepção de apoio recebido; no ambiente social o apoio de amigos, professores e colegas e os relacionamentos interpessoais; no ambiente educacional a qualidade do curso e o uso de estratégias autorreguladas de aprendizagem e; no aspecto vocacional/profissional, além da identificação com a profissão, as oportunidades do mercado de trabalho e as necessidades de emprego. Também foram apontadas outras variáveis intervenientes, como as dificuldades financeiras, a mudança de cidade e a gratuidade do curso.

Em síntese os estudos mencionados apontam que o PRONATEC apresenta um alto índice de evasão, variando entre 30% e 50%, aproximadamente. Em relação aos fatores referentes à esta, as pesquisas indicam que o desinteresse pelo curso, "outras justificativas" e aspectos ligados ao trabalho apresentaram a maior frequência de respostas. No que diz respeito à permanência, o estudo mostrou diversas causas relacionadas à esta, tais como o ambiente familiar, satisfação, integração, desenvolvimento psicossocial e cognitivo, comprometimento com a profissão e com o curso.

No próximo capítulo serão apresentados os objetivos, geral e específico, e os aspectos metodológicos da pesquisa, descrevendo-se o *lócus* e os participantes da pesquisa de campo[52],

---

[51] A *Grounded Theory* tem por objetivo central gerar uma teoria indutivamente derivada do estudo do fenômeno social e psicológico que ela representa, ou seja, os conceitos teóricos emergem dos dados. A expressão *Grounded Theory*, traduzida para o português, significa "Teoria Fundamentada em Dados". Trata-se de um método qualitativo de análise dos dados, desenvolvida nas ciências sociais, especificamente, no Interacionismo Simbólico da Psicologia Social e da Sociologia, na década de 1967, por Anselm Strauss e Barney Glaser, como reação à insatisfação com outros modelos de análise dominantes na época. Eles desenvolveram esta metodologia com o objetivo de estudar modelos fundamentais como um processo sociopsicológico básico, que descrevesse variações na interação do fenômeno ou problema (BASSO, 2014).

[52] A pesquisa de campo é uma fase que é realizada após o estudo bibliográfico, para que o pesquisador tenha um bom conhecimento sobre o assunto, pois é nesta etapa que ele vai definir os objetivos da pesquisa, as hipóteses, o meio de coleta de dados, o tamanho da amostra e como os dados serão tabulados e analisados (Carnevalli; Miguel (2001) *apud* Markoni e Lakatos (1996)). Neste tipo de pesquisa, "as observações são relatadas em linguagem não técnica, por meio de palavras e conceitos familiares, que possibilitam a compreensão do fenômeno minimizando o papel de pressuposições admitidas *a priori*" (GODOY, 1995, p. 58).

além dos instrumentos e procedimentos utilizados, como análise documental, entrevista e questionários. Serão indicados também os instrumentos e procedimentos de coleta, tratamento, interpretação e análise dos dados.

CAPÍTULO 3 – ASPECTOS METODOLÓGICOS

Neste capítulo serão apresentados os aspectos metodológicos desta pesquisa, expondo os objetivos, geral e específicos, e as questões correspondentes, o *lócus* e os participantes da pesquisa de campo, além dos instrumentos e procedimentos de coleta, tratamento, interpretação e análise dos dados. Será apresentado ainda, o quadro de categorias construídas pela análise das entrevistas.

A pesquisa foi aprovada pela Plataforma Brasil no dia 10 de outubro de 2016, conforme o Anexo A. Ressalta-se também que a pesquisa foi autorizada[53] pela direção do *campus* Congonhas e pelo coordenador adjunto do PRONATEC – IFMG *campus* Congonhas como consta no Anexo B, no dia 01 de julho de 2015.

3.1 Objetivos e questões correspondentes

Como objetivo geral tem-se: contribuir para a compreensão dos motivos individuais e institucionais que levam os alunos do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), por intermédio da Bolsa-Formação, ofertado pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais (IFMG) *campus* Congonhas, à evasão ou à permanência até o momento da pesquisa de campo no curso técnico subsequente.

Quanto aos objetivos específicos, são:

- identificar o perfil socioeconômico dos alunos permanentes;
- verificar a incidência da evasão e da permanência nas turmas dos cursos técnicos subsequentes do PRONATEC – IFMG *campus* Congonhas;
- identificar os fatores de evasão descritos no panorama da produção acadêmica;
- identificar e analisar os fatores que levam os alunos à evasão ou à permanência no PRONATEC ofertado pelo IFMG *campus* Congonhas, segundo os participantes da pesquisa de campo;
- identificar e analisar as posições dos participantes da pesquisa quanto à evasão, à permanência, a Bolsa-Formação e as ações para minimizar o índice de evasão no PRONATEC – IFMG *campus* Congonhas.

O Quadro 08 foi elaborado para apresentar os objetivos gerais e específicos, relacionando-os com as questões elaboradas e com as categorias que orientaram a construção dos instrumentos de coleta de dados da pesquisa.

[53] A autorização refere-se à coleta de dados e à utilização do nome da instituição na presente dissertação.

Quadro 8 – Síntese dos aspectos metodológicos.

OBJETIVO GERAL	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	QUESTÕES	ASPECTOS DE ANÁLISE	PROCEDIMENTOS E INSTRUMENTOS METODOLÓGICOS
Contribuir para a compreensão dos motivos individuais e institucionais que levam os alunos do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), por intermédio da Bolsa-Formação, ofertado pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais (IFMG) campus Congonhas, à evasão ou à permanência até o momento da pesquisa de campo no curso técnico subsequente.	Identificar o perfil socioeconômico dos alunos permanentes.	Qual o perfil dos alunos que permanecem no PRONATEC – IFMG *campus* Congonhas?	Perfil do aluno	Questionário – Questões da Primeira parte (1 a 20)
	Verificar a incidência da evasão e da permanência nas turmas dos cursos técnicos subsequentes do PRONATEC.	Qual a taxa de evasão e a taxa de permanência nos cursos da educação profissional técnica de nível médio ofertados pelo IFMG *campus* Congonhas por meio do PRONATEC?	Taxa de evasão e de permanência no programa	Análise documental – Diários de classe Listas de presença
	Identificar os fatores de evasão e de permanência descritos no panorama da produção acadêmica.	Quais são os fatores que levam à evasão ou à permanência na educação técnica de nível médio descrita na produção acadêmica?	Fatores que levam à evasão ou à permanência	Pesquisa bibliográfica
	Identificar e analisar os fatores que levaram os alunos à evasão e à permanência no PRONATEC ofertado pelo IFMG *campus* Congonhas, segundo os participantes da pesquisa.	Quais são os fatores responsáveis pela evasão e pela permanência nos cursos técnicos de nível médio, ofertados pelo IFMG *campus* Congonhas por meio do PRONATEC, segundo os participantes da pesquisa?	Posição dos participantes da pesquisa sobre a temática*	Entrevista semiestruturada – Questões 1, 4, 5 e 7 Questionários – Questões da Segunda Parte (1 a 14)
	Identificar e analisar as posições dos participantes da pesquisa quanto à evasão, à permanência, a Bolsa-Formação e as ações para minimizar o índice de evasão no PRONATEC – IFMG *campus* Congonhas.	O que o IFMG *campus* Congonhas tem feito para que a evasão nos cursos técnicos subsequentes, ofertados pelo PRONATEC, seja minimizada e consequentemente a permanência maximizada?	Caracterização institucional Políticas de combate/prevenção da evasão	Entrevista semiestruturada – Questões 2, 3 e 6

*A posição dos participantes refere-se às categorias presentes no Quadro 9 da página 123.

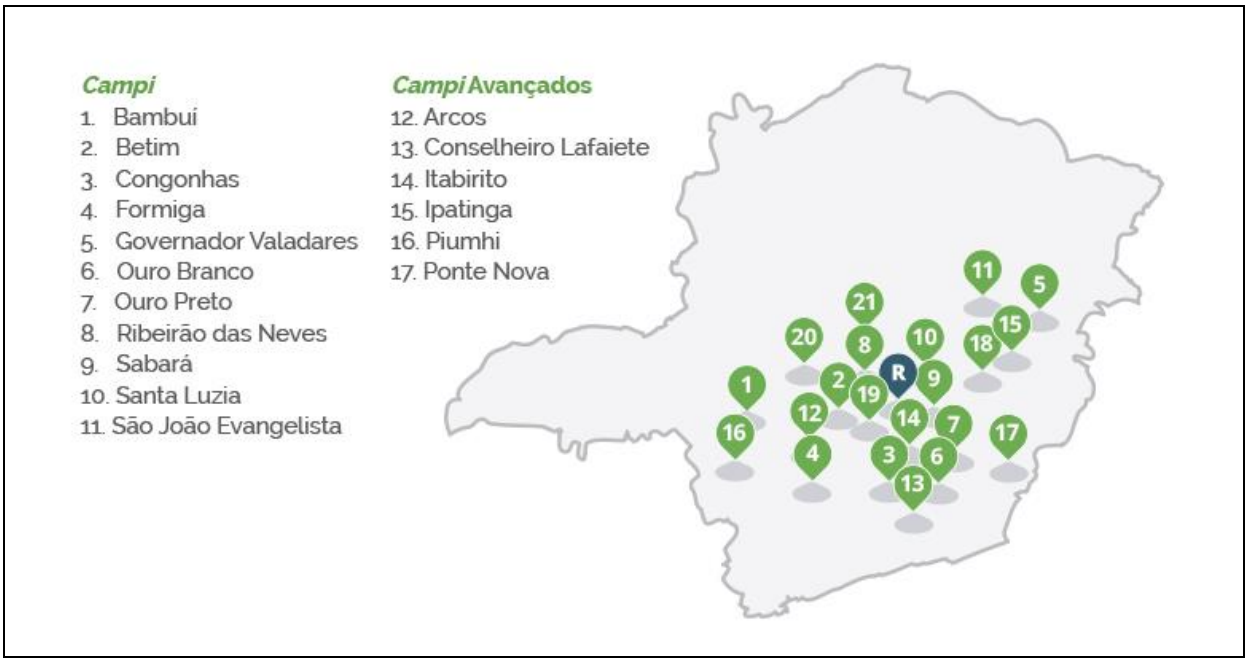
Fonte: Dados dos aspectos metodológicos organizados pela autora.

3.2 *Lócus* e participantes da pesquisa de campo

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais está entre os 38 institutos que a *Lei n. 11.892, de 29 de dezembro de 2008* (Brasil, 2008a) criou. Segundo o *Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) – IFMG 2014-2018*, ele é uma "autarquia formada pela incorporação da Escola Agrotécnica Federal de São João Evangelista, dos CEFET's de Ouro Preto e Bambuí e das Unidades de Ensino Descentralizadas (UNED's[54]) de Formiga e Congonhas" (IFMG, 2015, p. 20).

Até dezembro de 2016, o IFMG tinha em sua composição dezessete *campi*, sendo eles nas cidades de Bambuí, Betim, Congonhas, Formiga, Governador Valadares, Ouro Branco, Ouro Preto, Ribeirão das Neves, Sabará, Santa Luzia, São João Evangelista, além dos *campi* avançados de Arcos, Conselheiro Lafaiete, Itabirito, Ipatinga, Piumhi e Ponte Nova (IFMG, 2015). A Figura 10 traz a distribuição das unidades do IFMG no Estado de Minas Gerais.

Figura 10 – Distribuição das unidades (*campi* e *campi* avançados) do IFMG. Dezembro/2016.



Fonte: <http://www2.ifmg.edu.br>. Acesso em: 05 out. 2016.

[54] Instituição educacional vinculada ao Ministério da Educação (MEC), com autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didática, técnica e disciplinar, caracterizada por situar-se no interior das Unidades da Federação com o propósito de viabilizar a interiorização do ensino técnico, atendendo os vários polos geoeconômicos dos Estados, ministrando cursos técnicos em nível médio, nas áreas industrial e de serviços. Os cursos e currículos desses estabelecimentos visam atender às necessidades regionais e ao avanço tecnológico do País. As UNEDs foram criadas no governo José Sarney, através da implantação do Programa de Expansão e Melhoria do Ensino Técnico (PROTEC), em julho de 1986, que previa a construção de dezenas de novas escolas técnicas com o objetivo de formar polos tecnológicos nas várias regiões abrangidas pelo Programa (MENEZES, 2001).

A instituição planeja criar até o ano de 2018, oito cursos técnicos à distância, distribuídos nos *campi* Bambuí, Betim, Congonhas, Formiga, Governador Valadares, Ouro Branco, Ouro Preto, Ribeirão das Neves, Santa Luzia e Sabará. Serão ofertados os seguintes cursos técnicos: Informática, Administração, Informática para Internet, Mecânica, Rede de Computadores, Manutenção e Suporte de Informática, Serviços Jurídicos, Soldagem, Segurança do Trabalho, Eventos, Marketing, Finanças, Desenho de Construção Civil e Transações Imobiliárias (IFMG, 2015).

São disponibilizados mais de 70 cursos, divididos entre as modalidades de Formação Inicial e Continuada, Ensino Técnico (Integrado ao Ensino Médio, Concomitante, Subsequente e Educação de Jovens e Adultos), Ensino Superior (Bacharelado, Licenciatura e Tecnologia) e Pós-Graduação *Lato* e *Stricto Sensu*. São promovidas também parcerias entre o IFMG e outras instituições de Ensino Superior para a realização de programas de Mestrado e Doutorado Interinstitucional (MINTER e DINTER)[55].

O IFMG *campus* Congonhas faz parte do *Plano de Expansão I*[56] e está situado na Região do Vale do Alto Paraopeba, integrada por 23 municípios, perfazendo uma população de aproximadamente 330 mil habitantes. Essa região faz parte do Quadrilátero Ferrífero de Minas Gerais e se caracteriza por conter diversos complexos industriais, principalmente do ramo da indústria de mineração[57].

A cidade e a região têm a economia voltada para a indústria, com uma parcela significativa no contexto financeiro do Estado de Minas Gerais. A ampliação e a construção de fábricas, com um investimento previsto na região no ano de 2017, em torno de R$ 15 bilhões de reais, criam expectativas em municípios da região e a qualificação dos trabalhadores passa a ser encarada como prioridade pelos agentes sociais regionais.

Com a implantação da Unidade de Ensino em 2006, o agora *campus* do IFMG, priorizou a implantação de cursos voltados para os eixos tecnológicos de infraestrutura, produção industrial, bem como de controle de processos industriais, visando ao desenvolvimento de *Arranjos Produtivos Locais (APL)*[58]. A instituição atualmente oferece cursos nas áreas de Edificações, Mecânica, Mineração, Engenharia de Produção e Física.

---

[55] Disponível em: <http://www2.ifmg.edu.br/sobre-o-ifmg/historico-e-missao>. Acesso em: 20 dez. 2016.

[56] A Fase I, lançada em 2005 (MEC/SETEC, 2010), anuncia a construção de 64 novas unidades. Neste primeiro momento, estão previstas 37 novas Unidades de Ensino Descentralizadas – UNEDs, 9 (nove) novas autarquias, além da federalização de 18 novas escolas que não pertenciam a Rede Federal (BRASIL, 2011b).

[57] Disponível em:<http://www.cng.ifmg.edu.br>. Acesso em: 10 jul. 2016.

[58] Arranjos Produtivos Locais são aglomerações de empresas, localizadas em um mesmo território, que apresentam especialização produtiva e mantêm vínculos de articulação, interação, cooperação e aprendizagem entre si e com outros atores locais, tais como: governo, associações empresariais, instituições de crédito, ensino e pesquisa (BRASIL, 2010).

Além desses, oferta por meio do PRONATEC, outros cursos FIC e técnicos já mencionados no Capítulo 1, item 1.3.2.

Figura 11 – Foto aérea do IFMG *campus* Congonhas. 2015.

Fonte: Acervo do IFMG *campus* Congonhas.

Figura 12 – Área externa do IFMG *campus* Congonhas. 2016.

Fonte: Acervo do IFMG *campus* Congonhas.

O IFMG *campus* Congonhas, foi definido como *lócus* da pesquisa. Alguns motivos justificam essa escolha. Em primeiro lugar ela se deu pela tranquilidade de negociação para obtenção dos dados da pesquisa, visto que a pesquisadora trabalha na instituição mencionada.

Posteriormente, ressalta-se que Congonhas foi a única UNED de Ouro Preto e teve um grande número de alunos matriculados, inclusive no PRONATEC nos anos de 2011 a 2016. O

IFMG está presente em 29 municípios do Estado de Minas Gerais e o PRONATEC, ofertado pelo IFMG, em 241. Dessas cidades em que o programa está presente, o *campus* Congonhas gerencia dezessete, dividindo-as em quatro regiões. A Tabela 7 demonstra a quantidade de cursos técnicos de nível médio que são ofertados.

Por fim, o município abriga importantes empresas de grande porte, economicamente relevantes para o Estado. Elas, por sua vez, fazem com que Congonhas tenha um alto índice de população flutuante, que também se matricula nos cursos do IFMG e do PRONATEC.

Os participantes da pesquisa[59] foram definidos de acordo com a relação mantida com o curso pesquisado. Para a pesquisa da evasão, definiu-se que os participantes seriam os gestores acadêmicos do programa, totalizando 10 (dez) participantes. De acordo com a *Resolução CD/FNDE n. 04/12* (Brasil, 2012a), compete a esses profissionais o acompanhamento das atividades e da frequência dos estudantes, atuando em conjunto com as demais áreas para prevenir a evasão e aplicar estratégias que favoreçam a permanência. Para a pesquisa da permanência, definiu-se que seriam todos os alunos matriculados e frequentes nos cursos técnicos subsequentes do programa pesquisado. No total foram 85 questionários aplicados aos alunos matriculados.

Tabela 7 – Cursos técnicos subsequentes, ofertados pelo PRONATEC no IFMG *campus* Congonhas, por meio do programa Bolsa-Formação. 2013 – 2016.

UNIDADE REMOTA[60]	**N**
Belo Vale	5
Congonhas	10
Desterro de Entre Rios	4
Entre Rios	2
Jeceaba	2
Moeda	2
São Brás do Suaçuí	4
TOTAL	**29**

Fonte: Dados da pesquisa documental organizados pela autora.

[59] A identidade dos participantes entrevistados e respondentes dos questionários foi preservada com o intuito de evitar quaisquer tipos de constrangimentos. Cabe destacar que "as identidades dos sujeitos devem ser protegidas, para que a informação que o investigador recolhe não possa causar-lhes qualquer tipo de transtorno ou prejuízo. O anonimato deve contemplar não só o material escrito, mas também os relatos verbais da informação recolhida durante as observações" (BOGDAN; BIKLEN, 1999, p.77).

[60] De acordo com a *Portaria n. 817/2015* (Brasil, 2015a), "são consideradas Unidades Remotas, os locais utilizados pelos parceiros ofertantes para a oferta de cursos que não fazem parte da sua estrutura física permanente, visando expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos de educação profissional".

A Tabela 7 traz a quantidade de cursos da modalidade técnico subsequente, ofertados pelo PRONATEC no IFMG campus Congonhas, por meio do programa Bolsa-Formação, no período de 2013 a 2016. No total foram 29 cursos oferecidos.

3.3 Instrumentos e procedimentos de coleta de dados

Esta pesquisa é mista, ou seja, é quali-quantitativa. É qualitativa, pois apresenta as características descritas por Alves-Mazzotti e Gewandsznajder (1999, p. 163) expressas a seguir.

> As pesquisas qualitativas são caracteristicamente multimetodológicas, isto é, usam uma grande variedade de procedimentos e instrumentos de coleta de dados. Podemos dizer, entretanto, que observação (participante ou não), a entrevista em profundidade e a análise de documentos são os mais utilizados, embora possam ser complementados por outras técnicas.

Alves-Mazzotti (1999, p. 148) ainda complementa que, no estudo qualitativo, "a coleta sistemática de dados deve ser precedida por uma imersão do pesquisador no contexto a ser estudado".

Em relação à pesquisa quantitativa, diz-se que esta se enquadra nessa modalidade, pois apresenta diversos dados numéricos, tabelas e médias. Nesse sentido, Gatti (2004, p. 13) afirma que "a combinação deste tipo de dados com dados oriundos de metodologias qualitativas, podem vir a enriquecer a compreensão de eventos, fatos, processos". Essa combinação de dados contribuiu para a apreensão do fenômeno da evasão e da permanência escolar no PRONATEC – IFMG *campus* Congonhas.

No que diz respeito à natureza, a presente pesquisa é de natureza exploratória e explicativa, uma vez que "além de registrar e analisar os fenômenos estudados busca identificar suas causas, seja através da aplicação do método experimental/matemático, seja através da interpretação possibilitada pelos métodos qualitativos" (SEVERINO, 2007, p. 123).

Como estratégia, utilizou-se o estudo de caso, também fundamentado no trabalho de Yin (1984), que afirma que em geral o estudo de caso representa a estratégia preferida quando se colocam questões do tipo "como", e "por que", quando o pesquisador tem pouco controle sobre os acontecimentos, consciente de suas vantagens e desvantagens. Alves-Mazzotti (2006) citando Yin (1984), ainda acrescenta que:

> estudos de caso são também usados como etapas exploratórias na pesquisa de fenômenos pouco investigados ou como estudos-piloto para orientar o design de estudos de casos múltiplos. Note-se que, aqui, aparece um outro critério que justifica a escolha do estudo de caso como abordagem adequada de um problema de pesquisa: tratar-se de fenômeno pouco investigado, o qual exige estudo aprofundado de poucos casos, que leve à identificação de categorias de observação ou à geração

> de hipóteses para estudos posteriores (ALVES-MAZZOTTI, 2006, p. 644 *apud* YIN, 1984).

Segundo Merriam (1988, *apud* Bogdan; Biklen, 1999, p. 89), o estudo de caso "consiste na observação detalhada de um contexto, ou indivíduo, de uma única fonte de documentos ou de um acontecimento específico". Stake (1978) exemplifica o estudo de caso instrumental da seguinte forma:

> [...] se um pesquisador quer investigar como se dá o processo de apropriação de uma reforma educacional no cotidiano escolar, pode escolher uma escola para conduzir a investigação. O foco não é a escola em si, mas os *insights* que o estudo exaustivo de uma unidade podem trazer para o entendimento dos modos de apropriação das reformas pelos atores escolares (STAKE, 1978 *apud* ANDRÉ, 2005, p.20).

Assim, "pode-se utilizar como métodos de coleta de dados: entrevista individual e coletiva com professores, análise de documentos legais e de documentos escolares, observação de reuniões dentro e fora da escola" (Stake, 1978 *apud* André, p.20). Merrian (1988) explica que, na percepção de Stake, o conhecimento gerado a partir do um estudo de caso:

> é diferente do conhecimento derivado de outras pesquisas, porque o conhecimento gerado pelo estudo de caso é: Mais concreto [...] Mais contextualizado [...] Mais voltado para a interpretação do leitor [...] Baseado em populações de referência determinadas pelo leitor (MERRIAN, 1988, *apud* ANDRÉ, 2005, p.16).

A propósito, Bourdieu (1989) acrescenta que é preciso saber converter os problemas abstratos em operações cientificamente práticas a fim de pôr em causa os objetos pré-construídos. Nesse sentido, serão investigados os fatores individuais, intra e extraescolares, buscando identificar elementos que permitam vincular os acontecimentos aos dados registrados nas estatísticas do PRONATEC/IFMG *campus* Congonhas.

Isto posto, é importante salientar que a pesquisa foi realizada em quatro etapas. A primeira consistiu na revisão bibliográfica, etapa inicial da pesquisa. A segunda etapa foi a pesquisa documental e a análise de informações referentes à evasão e à permanência no PRONATEC como já explicado ao longo do texto. A terceira etapa constou da aplicação de questionários para os alunos permanentes no programa e da análise dos dados coletados. A quarta e última etapa foi a realização de entrevistas semiestruturadas e a análise dos depoimentos dos participantes da pesquisa.

Dessa forma, buscou-se compreender e detalhar as causas da evasão e da permanência, além dos problemas que o programa enfrenta e o perfil do seu aluno. Esse estudo poderá contribuir inclusive para que a política pública seja direcionada para o público a que se destina e para que haja uma melhor gestão acadêmica e administrativa do programa.

3.3.1 A pesquisa bibliográfica e documental

A pesquisa bibliográfica é o primeiro passo de toda pesquisa científica (Marconi; Lakatos, 2011). As autoras explicam que esse tipo de pesquisa "se constitui no caminho para se conhecer a realidade ou para descobrir verdades parciais" (Marconi; Lakatos, 2011, p. 43). Foram pesquisados estudos sobre os temas PRONATEC, evasão e permanência, conforme descrito no tópico 2.1, do capítulo 2 *"Panorama da produção intelectual sobre o tema".* Essa etapa tinha como objetivo levantar a produção intelectual relacionada com a pesquisa e ainda elaborar um quadro com os principais fatores que causam a evasão (Apêndice A), descritos nas referidas produções.

O levantamento bibliográfico, a leitura e a análise de estudos sobre a evasão e permanência escolar também foram necessários para apontar indicadores de evasão que pudessem contribuir para o entendimento do problema, sobretudo no Ensino Técnico, e para a elaboração de questões que integraram os instrumentos de coleta de dados utilizados na pesquisa de campo. Esse embasamento teórico também foi imprescindível para análise e discussão dos dados obtidos. Assim, foram identificados, inicialmente, artigos publicados em periódicos nacionais, anais de congressos especializados, além de teses e dissertações.

É importante ressaltar que a pesquisa bibliográfica permeou todas as etapas da pesquisa, para gerar embasamento teórico, sustentação e contraposição de argumentos verificados no decorrer do estudo.

A pesquisa documental, por sua vez, possibilitou o acesso a fontes primárias de dados para este estudo. Para Martins (2008, p. 46), a pesquisa documental "é necessária para o melhor entendimento do caso e também para corroborar evidências coletadas por outros instrumentos e outras fontes, possibilitando a confiabilidade de achados através de triangulação de dados e de resultados".

Essa etapa compreendeu a análise de Legislações referentes ao PRONATEC, tais como Leis, Resoluções e Portarias; documentos oficiais como Projeto Político Pedagógico dos cursos; e relatórios de controle mensal, diários de classe e dados inseridos no SISTEC[61] para verificar o quantitativo de alunos evadidos e permanentes. Os resultados desse tópico estão descritos no Capítulo 4.

---

[61] Esta etapa de verificação de dados iniciou-se após a autorização do Diretor Geral IFMG *campus* Congonhas e do Coordenador Adjunto do PRONATEC – IFMG *campus* Congonhas, conforme Anexo B.

3.3.2 O questionário

O Questionário é definido como um "conjunto de questões sistematicamente articuladas, que se destinam a levantar informações escritas por parte dos sujeitos pesquisados, com vistas a conhecer a opinião dos mesmos sobre os assuntos em estudo" (Severino, 2007, p. 125). Essas questões devem ser claras e objetivas, de modo que o participante não tenha dúvidas e não dê respostas lacônicas; além disso, devem ser pertinentes ao objeto em estudo (SEVERINO, 2007).

O Questionário da Pesquisa de Campo, Apêndice D, foi elaborado pela autora, de acordo com a leitura dos estudos descritos na Tabela 1, que discutem o PRONATEC, a permanência e o fenômeno da evasão escolar na educação profissional no Brasil, em seus diversos aspectos.

A elaboração do Questionário, segundo Gil (1999), deve estar de acordo com o alcance dos objetivos da pesquisa.

> Construir um questionário consiste basicamente em traduzir os objetivos da pesquisa em questões específicas. As respostas a essas questões é que irão proporcionar os dados requeridos para testar as hipóteses ou esclarecer o problema da pesquisa. As questões constituem, pois, o elemento fundamental do questionário (GIL, 2009, p. 129).

Na pesquisa qualitativa, os questionários para coleta de dados "podem ser instrumentos especificamente desenvolvidos, criados pelos próprios pesquisadores, segundo necessidades e circunstâncias específicas de seus estudos" (Lankshear; Knobel, 2008, p. 139). Dessa forma, o questionário deste estudo foi elaborado com duas partes. A primeira parte traz questões fechadas que buscam traçar o perfil socioeconômico do aluno. A segunda parte está voltada para o curso e para as questões relacionadas à evasão e à permanência no programa. As questões buscaram investigar as opiniões, os interesses, as expectativas, os sentimentos e os fatores que fazem os alunos permanecerem no curso ou as motivações que os fazem "pensar" em abandonar o curso.

Em relação ao pré-teste, sabe-se que este tem a função de testar o questionário após a sua conclusão, para verificar a "ambiguidade das questões, existência de perguntas supérfluas, adequação ou não da ordem de apresentação das questões, se são muito numerosas ou, ao contrário, necessitam ser complementadas etc." (Marconi; Lakatos, 2011, p. 133). Para a realização deste, foi solicitada às supervisoras da unidade de Congonhas, que aplicassem um questionário teste em cada turma do curso técnico subsequente, para um dos alunos

permanentes no PRONATEC[62]. A aplicação do questionário teste iria aferir a qualidade do questionário, principalmente, conforme explica Gil (1999), em relação à clareza e precisão dos termos; à forma das questões; ao desmembramento das questões; à ordem das questões e à introdução do questionário.

Junto com o questionário foram enviadas às supervisoras do PRONATEC uma avaliação do questionário, para que os aplicadores pudessem descrever as dificuldades e dúvidas apontadas pelos respondentes, caso tenham existido. Essa etapa tem grande importância dentro da pesquisa, pois conforme ressalta Gil (1999):

> Para que o pré-teste seja eficaz é necessário que os elementos selecionados sejam típicos em relação ao universo, e que aceitem dedicar para responder ao questionário maior tempo que os respondentes definitivos. Isto porque, depois de responderem ao questionário, os respondentes deverão ser entrevistados a fim de se obterem informações acerca das dificuldades encontradas (GIL, 1999, p. 137).

Com base nos questionários de pré-teste e no documento de avaliação dos questionários que foram devolvidos, identificaram-se as falhas, as questões ambíguas e problemáticas e os conceitos que geravam dúvidas aos respondentes. A partir de então foi reelaborado o questionário, em uma versão final, para a aplicação aos participantes da pesquisa. A etapa posterior foi a impressão desses questionários para serem aplicados aos alunos do PRONATEC – IFMG *campus* Congonhas, nas cidades de Belo Vale, Congonhas, Desterro de Entre Rios, Entre Rios de Minas, Jeceaba, Moeda e São Brás do Suaçuí.

Na pesquisa de campo, dos 134 questionários esperados[63] conseguiu-se aplicar 85. A aplicação foi realizada presencialmente[64], nos meses de junho e julho de 2016, nas sete cidades mencionadas. Sobre a aplicação dos questionários, é importante ressaltar que foram utilizadas as instruções do Manual de Aplicação de Questionários (UFMG, 2011), adaptando-as para a presente pesquisa.

A Tabela 08 mostra o quantitativo de questionários respondidos e faltantes na pesquisa de campo.

---

[62] A aplicação do questionário teste deve ser feita para uma amostra reduzida (MARCONI; LAKATOS, 2011).

[63] Do total de 259 alunos matriculados nos cursos técnicos subsequentes, obrigatoriamente deveriam ser retirados 125 alunos, sendo 87 que já haviam concluído o curso no período da aplicação e 38 matriculados nos cursos que foram cancelados.

[64] Foi-se, presencialmente, a cada uma das unidades de ensino para aplicar os questionários. Juntamente com eles, foi entregue o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) – Apêndice C, que foi devidamente preenchido e assinado pelo participante e pela coordenadora da pesquisa.

Tabela 8 – Questionários respondidos e não respondidos pelos alunos permanentes do PRONATEC – IFMG *campus* Congonhas.

UNIDADE REMOTA	CURSO	RESPONDIDOS	NÃO RESPONDIDOS
Belo Vale	Eventos	0	5
	Segurança do Trabalho	7	4
	Saúde Bucal	0	11
	Agropecuária	0	8
	Informática	1	4
Subtotal de Belo Vale		**8**	**32**
Congonhas	Segurança do Trabalho	4	6
	Meio Ambiente	0	7
	Nutrição e Dietética	0	5
	Saneamento	0	6
	Logística	2	14
	Computação Gráfica	1	5
	Secretaria Escolar	3	0
	Biblioteca	6	2
	Conservação e Restauro	0	6
	Equipamentos de Engenharia	0	16
Subtotal de Congonhas		**16**	**51**
Desterro de Entre Rios	Meio Ambiente	6	4
	Informática	1	3
	Logística	7	1
	Segurança do Trabalho	8	2
Subtotal de Desterro de Entre Rios		**22**	**10**
Entre Rios de Minas	Edificações	6	0
	Enfermagem	0	16
Subtotal de Entre Rios de Minas		**6**	**16**
Jeceaba	Enfermagem	4	8
	Mecânica	12	0
Subtotal de Jeceaba		**16**	**8**
Moeda	Informática	4	3
	Mineração	0	14
Subtotal de Moeda		**4**	**17**
São Brás do Suaçuí	Segurança do Trabalho	1	9
	Meio Ambiente	5	2
	Informática	6	1
	Logística	1	12
Subtotal de São Brás do Suaçuí		**13**	**24**
TOTAL GERAL		**85**	**174**[65]

Fonte: Dados da pesquisa de campo – Questionários – organizados pela autora.

Algumas dificuldades foram encontradas no momento da aplicação do questionário, sendo elas relacionadas à distância das cidades de aplicação, à resistência de alguns alunos em responder, à conclusão de alguns cursos e, principalmente, a ausência de muitos alunos em sala de aula. Diante dessas dificuldades, alcançou-se 63,4% do total da população.

[65] Desse total, 87 alunos já haviam concluído o curso e 38 não entraram na contagem, visto que os cursos técnicos em Agropecuária, Equipamentos de Engenharia e Mineração foram cancelados.

Realizada a aplicação dos questionários, passou-se para o tratamento estatístico das respostas, pois, conforme menciona Gil (1999, p. 71), “os dados obtidos mediante levantamentos podem ser agrupados em tabelas, possibilitando a sua análise estatística. As variáveis em estudo podem ser codificadas, permitindo o uso de correlações e outros procedimentos estatísticos”. Dessa forma, teve início o agrupamento das informações obtidas, em consonância com o tratamento estatístico dos dados dos questionários, que será detalhado no capítulo seguinte.

Na análise dos dados, cada questionário recebeu um código de identificação para que o sigilo em relação ao aluno fosse mantido. Os códigos eram compostos pela letra A (aluno) e por um número, de 1 a 85 (número total de participantes), ficando A1, A2 e assim sucessivamente.

3.3.3 A entrevista

As entrevistas, por sua natureza interativa, permitem “tratar de temas complexos que dificilmente poderiam ser investigados adequadamente através de questionários, explorando-os em profundidade” (Alves-Mazzotti; Gewandsznajder, 1998, p. 168). Na pesquisa, foi utilizado o modelo de entrevistas semiestruturadas e reflexivas, realizadas nos meses de junho, julho e agosto de 2016, na cidade de Congonhas e na Reitoria, situada na capital Belo Horizonte.

Triviños (1987) complementa que esse tipo entrevista

> parte de certos questionamentos básicos, apoiados em teorias e hipóteses, que interessam à pesquisa, e que, em seguida, oferecem amplo campo de interrogativas, fruto de novas hipóteses que vão surgindo à medida que se recebem as respostas do informante. Desta maneira, o informante, seguindo espontaneamente a linha de seu pensamento e de suas experiências dentro do foco principal colocado pelo investigador, começa a participar na elaboração do conteúdo da pesquisa. [...] (a entrevista semiestruturada) mantém a presença consciente e atuante do pesquisador e, ao mesmo tempo, permite a relevância na situação do ator. Este traço [...] favorecenão só a descrição dos fenômenos sociais, mas também sua explicação e a compreensão de sua totalidade, tanto dentro de sua situação específica como de situações de dimensões maiores (TRIVIÑOS, 1987, p.146-152).

Conforme afirmam Alves-Mazzotti e Gewandsznajder (1998), quando se trata de entrevista semiestruturada, frequentemente é possível indicar o número de entrevistas e o tipo de respondentes. Nesta pesquisa foram entrevistados 10 (dez) gestores acadêmicos do PRONATEC – IFMG *campus* Congonhas, pois conforme mencionado anteriormente, estes são os responsáveis pelo acompanhamento da evasão no programa.

O Roteiro da Entrevista Semiestruturada (Apêndice E) foi elaborado com 7 (sete) perguntas norteadoras, buscando identificar os motivos da evasão e da permanência e a opinião dos participantes sobre o PRONATEC. Segundo Marconi e Lakatos (2011), a técnica deve ser efetuada face a face, de maneira metódica, pois irá proporcionar ao entrevistador, verbalmente, a informação necessária para a sua pesquisa. Assim, os entrevistados foram solicitados a falar sobre os motivos que ocasionam a evasão e a permanência nos cursos técnicos subsequentes do PRONATEC; se a instituição desenvolve alguma ação para minimizar o problema da evasão; quais as possíveis soluções para minimizar este problema; se a bolsa constitui um incentivo para o aluno permanecer no programa e a sua opinião sobre os aspectos principais do programa. As entrevistas foram gravadas e posteriormente, transcritas para consequente levantamento de unidades de significação e determinação de categorias, já que o tratamento e a análise dos dados foram realizados por meio da análise de conteúdo.

Para citação dos descritores no Capítulo 4, o entrevistado recebeu um código de identificação para que o sigilo fosse mantido. Os códigos eram compostos pela letra E (entrevistado) e por um número, de 1 a 10 (número total de participantes), ficando E1, E2 e assim sucessivamente.

3.4 Instrumentos e procedimentos de tratamento, interpretação e análise dos dados

As pesquisas qualitativas geram um enorme volume de dados que devem ser organizados e compreendidos através de um “processo continuado em que se procura identificar dimensões, categorias, tendências, padrões, relações, desvendando-lhes o significado” (ALVES-MAZZOTTI; GEWANDSZNAJDER, 1998, p. 170).

Desse modo, as respostas dos questionários foram tabuladas manualmente e posteriormente transcritas no programa Excel e, em seguida, gerou-se um banco de dados para posterior análise Estatística Descritiva dos dados obtidos. Segundo Marconi e Lakatos (2011),

> os dados colhidos pela pesquisa apresentar-se-ão “em bruto”, necessitando da utilização da estatística para seu arranjo, análise e compreensão. Outra parte importante é a tentativa de determinação da fidedignidade dos dados, por intermédio do grau de certeza que se pode ter acerca dos mesmos. A estatística não é um fim em si mesma, mas instrumento poderoso para a análise e interpretação de um grande número de dados, cuja visão global, pela complexidade, torna-se difícil (MARCONI; LAKATOS, 2011, p. 112-113).

Para o tratamento dos dados, foram utilizados dois métodos de apresentação: o método gráfico, uma forma de apresentação, “cujo objetivo é o de produzir, no investigador ou no

público em geral, uma impressão mais rápida e viva do fenômeno em estudo, já que os gráficos falam mais rápido à compreensão que as séries" (Crespo, 1995, p. 38), e o método numérico, que possibilita uma inspeção mais rigorosa dos dados (Moreira, 2012). A organização tabular dos dados foi feita por meio da tabulação simples, de acordo com as regras descritas por Gil (1999):

> A Tabulação é o processo de agrupar e contar os casos que estão nas várias categorias de análise. Pode haver tabulação simples e cruzada. A tabulação do primeiro tipo, que também é denominada marginal, consiste na simples contagem das frequências das categorias de cada conjunto. A tabulação cruzada, por sua vez, consiste na contagem das frequências que ocorrem juntamente em dois ou mais conjuntos de categorias, por exemplo: tabulação dos casos referentes às categorias de renda e de escolaridade (GIL, 1999, p. 171).

Realizada a coleta de dados e a sua tabulação, a próxima fase foi a de análise e interpretação dos dados. Esse será o assunto do próximo capítulo.

A análise dos dados, assim como sustenta Gil (1999, p. 168), "tem como objetivo organizar e sumariar os dados de forma tal que possibilitem o fornecimento de respostas ao problema proposto para investigação". No que diz respeito à interpretação dos dados, o autor explica que tem "como objetivo a procura do sentido mais amplo das respostas, o que é feito mediante sua ligação a outros conhecimentos anteriormente obtidos" (GIL, 1999, p. 168).

Nas entrevistas, a análise dos dados foi realizada por uma categorização dos seus diferentes conteúdos, a fim de identificar informações recorrentes, frases, palavras que traduzam as concepções, ideologias, dentre outros aspectos. Será levada em consideração a subjetividade envolvida no processo de coleta (SZYMANSKI, 2004).

Além disso, foi utilizado como método a análise de conteúdo fundamentada por Bardin (2011, p. 44). Este método consiste em um conjunto de técnicas de análise das comunicações com o objetivo de se obter, por "procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens". Desse modo, foi elaborado um quadro com 5 (cinco) categorias para as entrevistas semiestruturadas aplicadas, buscando-se analisar a presença ou a ausência de uma ou de várias características do texto. Essas categorias foram elaboradas a partir das respostas obtidas pelo corpo administrativo e pedagógico, sendo, dessa forma, possível organizar os dados, formando assim, categorias, assim como orienta Bardin (2011), estabelecendo-se unidade de registro e frequências em suas respectivas categorias, conforme Quadro 9.

A classificação das categorias se deu de acordo com a natureza semântica das unidades de registro, conforme alternativa recomendada pelo método, de acordo com os temas referentes à sua formulação, bem como a relação com a recorrência encontrada.

Quadro 9 – Categorias das entrevistas e suas definições.

CATEGORIA	DEFINIÇÃO
Fatores relacionados à evasão	Esta categoria resume as respostas dos participantes no que diz respeito aos fatores que levaram a evasão, tais como: atraso no pagamento das bolsas; paralisação dos cursos; dificuldades na contratação dos professores ,etc.
A relação da bolsa de estudos com a permanência	Nesta categoria, os participantes falam sobre a relação da bolsa de estudos com a permanência: se essa contribui ou não para que a permanência escolar ocorra.
Fatores que podem contribuir para a permanência	Esta categoria sintetiza as resposta dos participantes no que tange as motivações para que a permanência nos cursos técnicos subsequentes ocorra, tais como: não paralisação; regularização nos pagamentos das bolsas; regularização no cronograma dos cursos, etc.
Estratégias e ações de combate à evasão	Esta categoria aponta quais estratégias o IFMG *campus* Congonhas tem feito para minimizar a evasão e consequentemente, maximizar a permanência; bem como aponta as falhas expostas pelos participantes nas críticas e sugestões sobre o programa.
Avaliação, sugestões e críticas em relação ao PRONATEC	Esta última categoria sintetiza as respostas dos participantes em relação à avaliação do PRONATEC, além de sugestões e críticas ao programa. Dentre elas: programa necessário; necessidade de reorganização do programa; programa no IFMG foi o segundo maior do país, etc.

Fonte: Dados da pesquisa – Entrevistas – organizados pela autora.

O próximo capítulo trará a análise de cada categoria apresentada, de acordo com os temas que a formaram, a sua relação com a frequência encontrada. Serão analisados os demais dados coletados na pesquisa de campo.

CAPÍTULO 4 – ANÁLISE DA EVASÃO E DA PERMANÊNCIA NO PRONATEC – IFMG *CAMPUS* CONGONHAS

Conforme mencionado, o abandono da educação profissional técnica pode ocorrer de três formas: "o abandono escolar, a transição para o mundo do trabalho e a transição para o ensino superior" (Dore, Sales e Castro, 2014, p. 379-380). Outros autores analisam os dados de suas pesquisas se amparando em outras categorias, a saber: a exclusão da escola, o abandono da escola ou desistência de prosseguir com os estudos, o abandono sem transferir para outra escola e o abandono a partir do primeiro mês de início do curso (ALMEIDA; BARBOSA, 2010; MACHADO, 2009; MATIAS, 2003; NUNES *et al*, 2007).

Para realização da análise descrita neste capítulo, foi utilizado o conceito de evasão apresentado por Dore e Lüscher (2011), ou seja, a saída do aluno da instituição sem a conclusão do nível de ensino. E entendeu-se por permanência, aquela condição em que o estudante se mantém frequentando o curso no qual se matriculou, com uma expectativa conclusão do curso na mesma instituição de ensino. Também será considerada permanência, a situação em que, em algum momento, o estudante trancou a matrícula, mas retornou ao mesmo curso e instituição, permanecendo no curso com uma expectativa de conclusão do mesmo (BASSO, 2014).

Em relação ao modelo teórico para análise dos fatores relacionados à evasão no PRONATEC – IFMG *campus* Congonhas, baseou-se no de Rumberger e Lim (2008), que afirmam que existem dois grandes grupos de fatores que influenciam as taxas de conclusão: fatores individuais e fatores institucionais.

No primeiro tópico será abordado o perfil do aluno permanente, pois dados referentes à situação econômico-financeira e o perfil geral do aluno do PRONATEC são "informações relevantes para a caracterização das causas da evasão e das respectivas estratégias para combate ao problema" (Brasil, TCU, 2012, p. 20). Posteriormente, será realizada a análise das categorias apresentadas no Quadro 9, da página 122, relacionando os dados das entrevistas, dos questionários e da pesquisa bibliográfica presentes nesse estudo.

4.1 Perfil do aluno permanente

Oitenta e cinco alunos, matriculados e frequentes nos cursos técnicos subsequentes do PRONATEC – IFMG *campus* Congonhas[66], das cidades de Belo Vale, Congonhas, Desterro de Entre Rios, Entre Rios de Minas, Jeceaba, Moeda e São Brás do Suaçuí responderam ao

[66] Nesta pesquisa denominados "permanentes".

questionário e por meio dele foi possível conhecê-los, identificar o perfil e coletar suas opiniões. A tabela 8 traz a quantidade de participantes de cada curso.

Alguns itens do questionário não foram marcados e, portanto, não foram mencionados nesses resultados.

Características Pessoais

As primeiras questões referiam-se às características pessoais dos alunos permanentes no PRONATEC – IFMG *campus* Congonhas. A Tabela 9 traz a síntese das respostas.

Tabela 9 – Características pessoais dos alunos permanentes do PRONATEC – IFMG *campus* Congonhas.

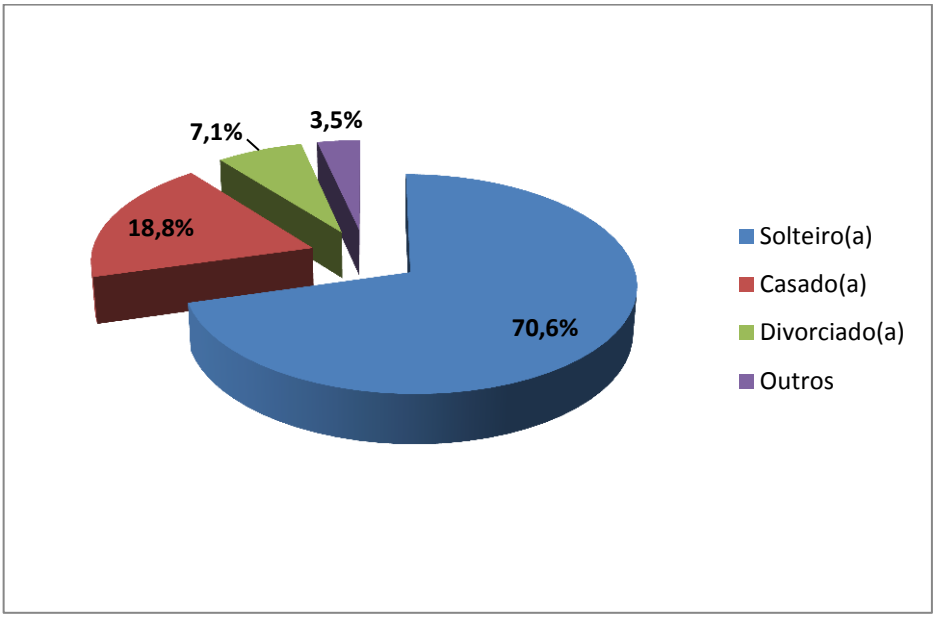
CARACTERÍSTICAS		N	%
Estado civil	Solteiro(a)	60	70,6
	Casado(a)	16	18,8
	Divorciado	6	7,1
	Outros	3	3,5
Idade	15 - 18	24	28,2
	19 – 24	23	27,1
	25 – 30	18	21,2
	31 - 35	10	11,8
	Acima de 35	8	9,4
	Sem resposta	2	2,4
Sexo	Feminino	61	71,8
	Masculino	24	28,2
Filhos	Sim	29	34,1
	Não	53	62,4
	Sem resposta	3	3,5
Número de filhos	Nenhum	54	63,5
	1	15	17,6
	2	9	10,6
	3 ou mais	5	5,9
	Sem resposta	2	2,4

Fonte: Dados da pesquisa de campo organizados pela autora.

Estado Civil

Em relação ao estado civil, de acordo com o Gráfico 3, a maior parte dos participantes é solteira representando 70,6% do total seguida dos 18,8% casados.

Gráfico 3 – Porcentagem dos alunos permanentes por estado civil.



Fonte: Dados da pesquisa de campo organizados pela autora.

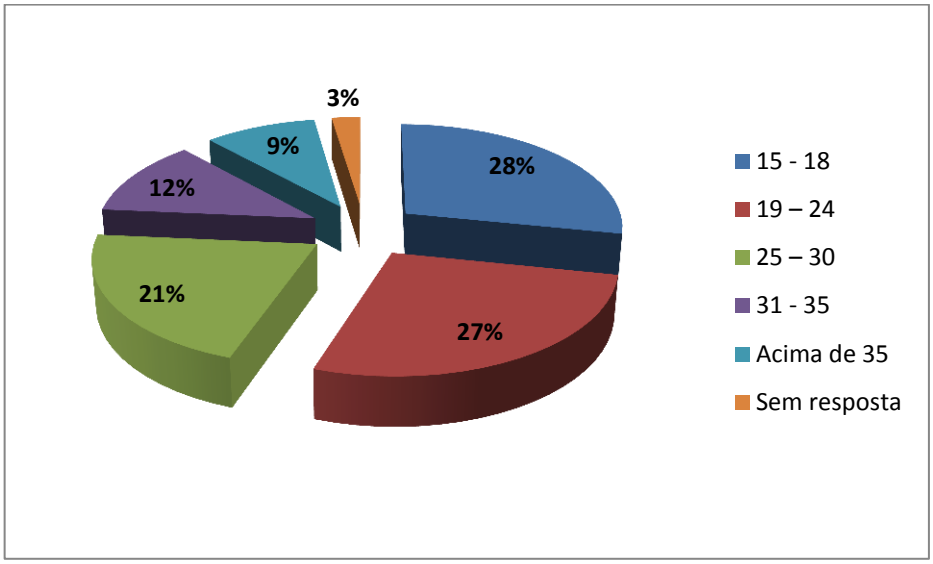
As pesquisas sobre evasão, em seus resultados, apontam que uma das causas predominantes para que ela ocorra está relacionada à família e aos filhos (Gomes, Laudares (2016); Leite, Guimarães (2015); Andrade *et al* (2015); Castro, Dore (2015); Franco, Gandolfi, Gandolfi (2014); Cruz (2013); Detregiachi Filho (2012); Almeida (2012); Rosa, Dias (2012); Lüscher, Dore (2011); Borges (2011)). Duas dessas pesquisas mencionam especificamente o casamento como um motivo para a evasão (Franco, Gandolfi, Gandolfi (2014); Borges (2011)). Coincidentemente, nesta pesquisa, observa-se que o estado civil que predomina é o de solteiros.

Faixa Etária

No que diz respeito à faixa etária dos alunos, a maioria (gráfico 4) estava na faixa dos 15 aos 18 anos de idade (28,2%). Na sequência, apareceram aqueles com idades de 19 a 24 anos (27,1%) e 25 a 30 anos (21,2%). Percebe-se que grande parte dos alunos permanentes do programa é jovem[67], representando aproximadamente 76% do total.

[67] De acordo com o parágrafo 1º do artigo 1º do Estatuto da Juventude (*Lei n. 12.852, de 5 de agosto de 2013*), são consideradas jovens as pessoas com idade entre 15 (quinze) e 29 (vinte e nove) anos de idade (BRASIL, 2013d).

Gráfico 4 – Faixa etária dos alunos permanentes.



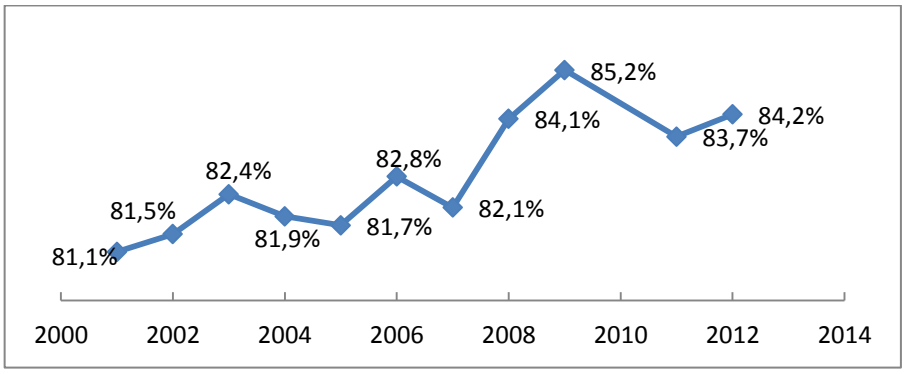
Fonte: Dados da pesquisa de campo organizados pela autora.

Nos últimos anos, os dados indicam uma expansão intensa da oferta da Educação Profissional que foi motivada, principalmente, "por políticas e investimentos federais com foco no oferecimento de maiores oportunidades educacionais aos jovens em idade escolar adequada ao ensino médio", conforme comprova o MEC em seu relatório.

> Isso foi feito por meio da Educação Profissional integrada ao Ensino Médio, como opção ao ensino médio regular, e a ampliação da oferta dos cursos de qualificação profissional para jovens e adultos em defasagem escolar, em articulação com a elevação da escolaridade. Desse modo, procurou-se propiciar o resgate das pessoas que não tiveram a oportunidade de completar sua escolarização e aliar esse processo à formação profissional para o mundo do trabalho (BRASIL, 2014c, p. 32-33).

De acordo com o gráfico abaixo, a taxa de frequência escolar da população entre 15 e 17 anos apresentou variações da ordem de 4,1% no período considerado (teve um crescimento de 3,8%), passando de 81,1%, em 2001, para 84,2%, em 2012.

Gráfico 5 – Taxa de frequência escolar da população entre 15 e 17 anos. 2001 – 2014.



Fonte: Adaptado de BRASIL, (2014c, p. 30).

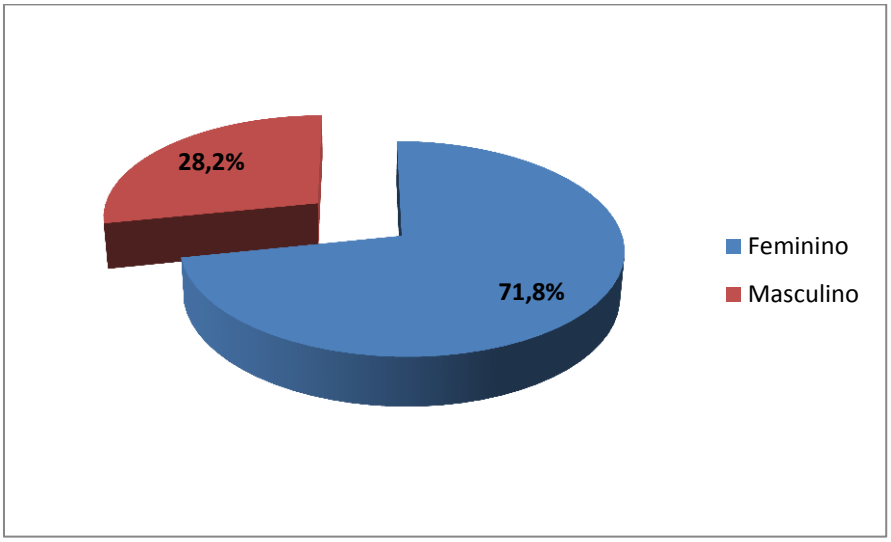
Campos (2014) informou que, no programa semanal "Café com a Presidenta", Dilma Rousseff declarou que 60% das matrículas do PRONATEC se ligavam a jovens na faixa etária entre 17 e 29 anos, o que, para ela, evidencia que eles avaliam o Programa como oportunidade de se qualificarem e obterem inserção laboral. Essa análise corresponde aos dados encontrados nesta pesquisa.

Já as autoras Regattieri e Castro (2009) afirmam haver mais jovens de 15 a 24 anos trabalhando do que estudando. A presente pesquisa não confirma esses dados, visto que 55,3% dos alunos permanentes no PRONATEC – IFMG *campus* Congonhas está no grupo etário de 15 a 24 anos.

Sexo

O gênero predominante foi o feminino (71,8%) como mostra o Gráfico 6.

Gráfico 6 – Sexo dos alunos permanentes.



Fonte: Dados da pesquisa de campo organizados pela autora.

No estudo de Bonfim (2009), sobre a situação das mulheres na educação profissional de nível médio, a autora encontra, por meio da retrospectiva histórica, que elas empreenderam um avanço na sociedade depois da entrada na escola, no mercado de trabalho e na vida política do país, apesar de ainda persistirem alguns desafios, principalmente em relação às mulheres pobres e de cor/raça negra. De acordo com o *Relatório Educação para Todos no Brasil, 2000-2015*, do Ministério da Educação, em relação à afirmação anterior, pode-se acrescentar que “ainda que persistam desafios, as mulheres brasileiras conquistaram a

universidade (onde já são maioria) e ocupam posições estratégicas na vida econômica, social e política do País" (BRASIL, 2014c, p. 48).

O mesmo relatório traz considerações importantes sobre a questão do gênero na educação profissional nos anos de 2002 a 2012. A Tabela 10 traz informações sobre as matrículas na Educação Profissional por gênero, que confirmam maior acesso da população feminina nessa modalidade de ensino.

Tabela 10 - Matrículas na Educação Profissional por gênero no Brasil. 2002 e 2012.

ANO	TOTAL	FEMININO	MASCULINO
2002	565.042	273.592	291.450
2012	1.063.655	568.590	495.065

Fonte: BRASIL (2014c, p. 45).

Carvalho (2003) citada por Almeida (2012) acrescenta algumas informações a respeito do gênero.

> Ao verificar o sucesso e o fracasso escolar associados ao sexo, mostrou que os anos médios de estudo por grupo de sexo inverteu-se nos últimos 40 anos quando as mulheres melhoraram a média de estudos em comparação com os homens. Ao verificar a taxa de analfabetismo de homens jovens entre 15 a 19 anos, observa-se que há quase o dobro de homens em comparação às mulheres, portanto há um indicador muito forte de que a escola está fracassando para determinados grupos do sexo masculino, em um momento estratégico da idade ativa para entrar no mercado de trabalho (ALMEIDA, 2012, p. 98 *apud* Carvalho, 2003).

Realizando um comparativo entre a faixa etária e o sexo dos alunos, percebe-se que há um alto índice de jovens do sexo feminino que são permanentes no programa. De acordo com a tabela 11, 56,6% estão entre 15 e 24 anos.

Tabela 11 – Classificação dos alunos permanentes quanto à idade e sexo.

FAIXA ETÁRIA	SEXO FEMININO		SEXO MASCULINO		TOTAL GERAL	
15 a 18 anos	19	32,2%	5	20,8%	24	28,9%
19 a 24 anos	13	22,0%	10	41,7%	23	27,7%
25 a 30 anos	14	23,7%	4	16,7%	18	21,7%
31 a 35 anos	7	11,9%	3	12,5%	10	12,1%
Acima de 35	6	10,2%	2	8,3%	8	9,6%
Total Geral	**59**	**100%**	**24**	**100%**	**83**[68]	**100%**

Fonte: Dados dos questionários da pesquisa de campo organizados pela autora.

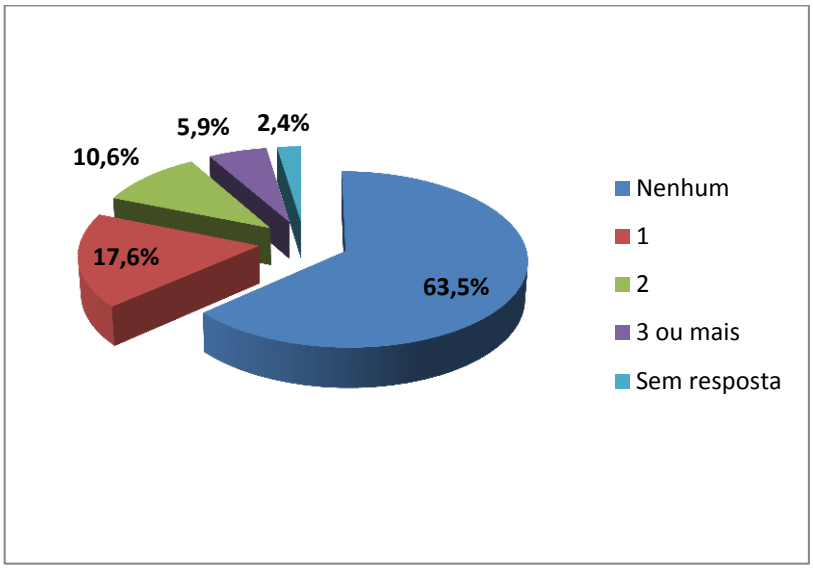
[68] Dois respondentes não marcaram resposta para esta questão.

É notável a predominância do gênero feminino no programa (71, 1%) e da faixa etária entre 15 e 18 anos (28,9%) na Unidade Gestora de Congonhas (incluindo as unidades remotas).

Quantidade de filhos

Em relação à quantidade de filhos, a grande maioria não tinha nenhum (65,0%)[69] e 18,1% tinha apenas um filho.

Gráfico 7 – Porcentagem dos alunos permanentes por quantidade de filhos.



Fonte: Dados da pesquisa de campo organizados pela autora.

Situação da renda e do trabalho

Conhecidas as características pessoais, serão apresentadas as informações sobre a renda e sobre o trabalho dos alunos permanentes.

Tabela 12 – Informações sobre a renda e sobre o trabalho dos alunos permanentes.

(Continua)

INFORMAÇÃO	ALTERNATIVA	N	%
Renda individual (em salário mínimo)	Menor que 1	11	12,9
	1	29	34,1
	2 a 5	12	14,1
	Não possui renda	31	36,5
	Sem resposta	2	2,4

[69] Dois alunos deixaram essa questão sem resposta, não sendo, portanto, computados no quantitativo. Foi calculada a porcentagem de acordo com 83 questionários.

Tabela 12 – Informações sobre a renda e sobre o trabalho dos alunos permanentes.

(Conclusão)

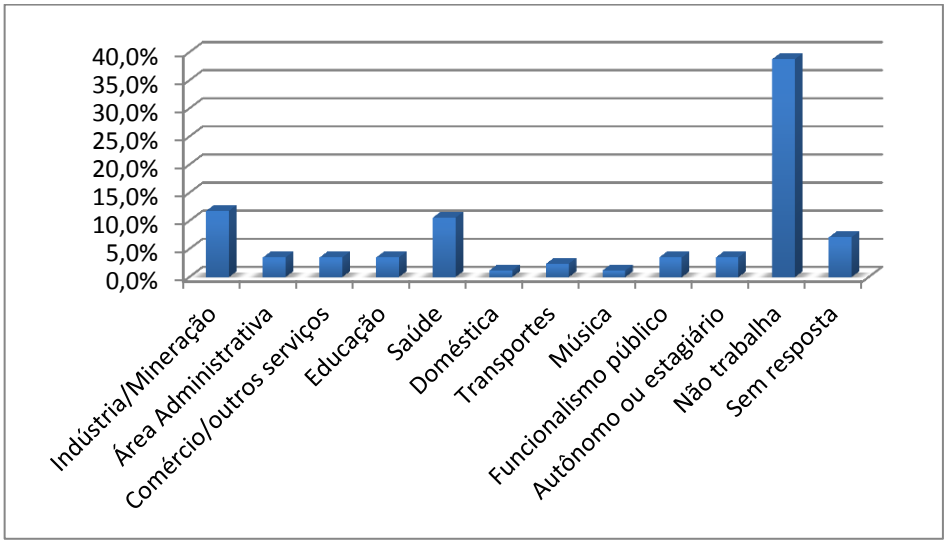
INFORMAÇÃO	ALTERNATIVA	N	%
Renda família (em salário mínimo)	Menor que 1	4	4,7
	1	24	28,2
	2 a 5	47	55,3
	5 a 10	5	5,9
	Acima de 10	1	1,2
	Sem resposta	4	4,7
Ocupação principal em 2016	Indústria/Mineração	10	11,8
	Área Administrativa	3	3,5
	Comércio	11	12,9
	Educação	3	3,5
	Saúde	9	10,6
	Doméstica	1	1,2
	Transportes	2	2,4
	Música	1	1,2
	Funcionalismo público	3	3,5
	Autônomo ou estagiário	3	3,5
	Não trabalha	33	38,8
	Sem resposta	6	7,1
Ocupação principal relacionada com a área do curso em que está matriculado	Sim	7	8,2
	Não	78	91,2
Pretensão em trabalhar na área do curso	Sim	78	91,2
	Não	6	7,1
	Sem resposta	1	1,2
Trabalho com registro em carteira profissional	Sim	24	28,2
	Não	59	69,4
	Sem resposta	2	2,4

Fonte: Dados da pesquisa de campo organizados pela autora.

De acordo com a Tabela 12, apesar de 54,1% dos alunos permanentes trabalharem, ainda é bastante elevado o número de alunos que não trabalharam durante o curso (38,8%). Dos alunos que trabalhavam, apenas 8,2% declararam que o ocupação atual tinha relação com o curso em que estavam matriculados e 91,2% afirmaram que as atividades exercidas por eles não apresentavam relação com a área dos cursos técnicos por eles seguida. Além disso, foi constatado que 91,2% desses alunos têm a pretensão em trabalhar na área do curso.

A ocupação dos alunos que trabalhavam estava distribuída nas mais diversas áreas destacando-se a indústria, mineração e saúde.

Gráfico 8 – Ocupação no ano de 2016 dos alunos permanentes.



Fonte: Dados da pesquisa de campo organizados pela autora.

A renda individual de 47% dos alunos que trabalhavam durante a realização do curso era menor ou igual a um salário mínimo. É importante lembrar que 36,5% não tinham qualquer renda no momento da aplicação dos questionários.

Em relação ao registro profissional na carteira, apenas 28,2% dos que trabalham tem esse tipo de registro. A grande maioria não apresenta registro na carteira profissional (69,4%).

No que concerne à renda familiar, a maior parte está situada na faixa entre 2 a 5 salários mínimos (55,3%) seguida de 28,2% com 1 salário mínimo.

Aspectos relacionados à residência

A Tabela 13 traz as informações referentes à residência.

Tabela 13 – Informações sobre a residência do aluno permanente.

(Continua)

INFORMAÇÃO	SITUAÇÃO	N	%
Reside	Sozinho	2	2,4
	Com os pais/família	60	70,6
	Com o cônjuge	16	18,8
	Outros	4	4,7
	Sem resposta	3	3,5
Tipo de residência	Própria	35	41,2
	Própria dos pais	36	42,4
	Alugada	9	10,6
	Cedida	2	2,4
	Outros	2	2,4
	Sem resposta	1	1,2

Tabela 13 – Informações sobre a residência do aluno permanente.

(Conclusão)

INFORMAÇÃO	SITUAÇÃO	N	%
Quantidade de pessoas na mesma residência	1	5	5,9
	2	15	17,6
	3	23	27,1
	4	23	27,1
	5	10	11,8
	Mais de 5	9	10,6
Município de residência	Belo Vale	7	8,2
	Congonhas	13	15,3
	Desterro de Entre Rios	19	22,4
	Entre Rios	10	11,8
	Jeceaba	14	16,5
	Moeda	4	4,7
	Pereirinhas	1	1,2
	São Brás do Suaçuí	8	9,4
	Sem resposta	9	10,6

Fonte: Dados da pesquisa de campo organizados pela autora.

A maior parte reside com a família (70,6%) ou com o cônjuge (18,8%), ou seja, um total de 89,4% tem um grupo familiar constituído. Uma pequena parcela mora sozinho ou mora com outras pessoas. Percebe-se também que a grande maioria tem residência própria, seja ela do próprio aluno (41,2%) ou de seus pais (42,2%). Mas ainda existem os que moram em casa de aluguel ou cedidas.

Sobre a quantidade de pessoas que residem na mesma casa, verifica-se que um número elevado reside com três (27,1%) ou quatro (27,1%) pessoas, totalizando 54,2%.

Nas cidades de Desterro de Entre Rios (22,4%), Jeceaba (16,5%) e Congonhas (15,3%) reside a maioria dos alunos.

Escolaridade dos alunos permanentes e de seus pais

A escolaridade dos alunos permanentes e de seus pais foi condensada na tabela a seguir.

Tabela 14 – Informações sobre escolaridade dos alunos permanentes e de seus pais.

(Continua)

INFORMAÇÃO	SITUAÇÃO	N	%
Local em que cursou o ensino fundamental e médio	Sempre em escola pública	82	96,5
	Parte em escola pública parte em escola particular	3	3,5

Tabela 14 – Informações sobre escolaridade dos alunos permanentes e de seus pais.

(Conclusão)

INFORMAÇÃO	SITUAÇÃO	N	%
Nível de escolaridade hoje	Técnico incompleto	72	84,7
	Técnico completo	4	4,7
	Superior incompleto	2	2,4
	Superior completo	3	3,5
	Pós-graduação	1	1,2
	Sem resposta	3	3,5
Formação em outro curso técnico	Não	73	85,9
	Sim	7	8,2
	Sem resposta	5	5,9
Escolaridade do pai	Nenhuma	3	3,5
	Ensino fundamental incompleto	45	52,9
	Ensino fundamental completo	12	14,1
	Ensino médio incompleto	1	1,2
	Ensino médio completo	12	14,1
	Técnico incompleto	1	1,2
	Técnico completo	4	4,7
	Pós-graduação	1	1,2
	Não soube informar	6	7,1
Escolaridade da mãe	Nenhuma	3	3,5
	Ensino fundamental incompleto	41	48,2
	Ensino fundamental completo	15	17,6
	Ensino médio incompleto	5	5,9
	Ensino médio completo	8	9,4
	Técnico completo	4	4,7
	Superior incompleto	2	2,4
	Superior completo	4	4,7
	Pós-graduação	2	2,4
	Não soube informar	1	1,2

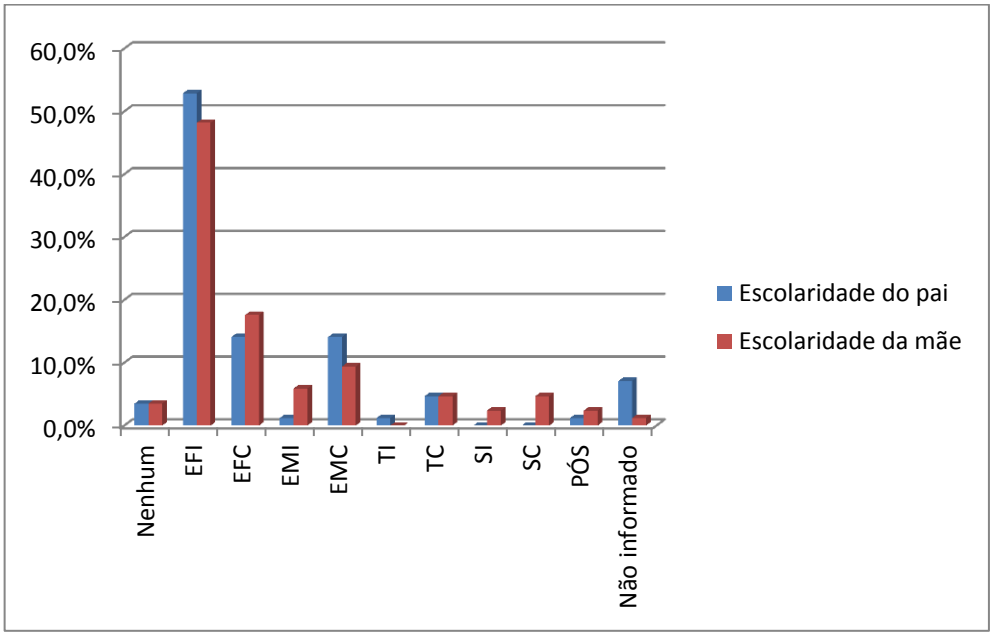
Fonte: Dados da pesquisa de campo organizados pela autora.

De acordo com os dados, a maioria dos alunos terminou o ensino médio nas escolas públicas das cidades em que residiam ou em cidades próximas (96,5%). O nível de escolaridade no momento da pesquisa, ou seja, o ano de 2016, estava concentrado no tópico “técnico incompleto” (84,7%).

Ainda em relação à escolaridade do aluno permanente, foi questionado se eles possuíam outro curso técnico. A maior parte respondeu que não (85,9%). Os que responderam sim citaram os cursos de Mineração, Magistério, Zootecnia, Enfermagem e Eletromecânica.

Sobre a escolaridade dos pais dos alunos permanentes, o Gráfico 09 faz um comparativo entre eles.

Gráfico 9 – Escolaridade dos pais dos alunos permanentes[70].



Fonte: Dados da pesquisa de campo organizados pela autora.

Nota-se que a escolaridade da mãe é relativamente maior que a escolaridade do pai, visto que as mães possuíam 23,6% de escolaridade entre o ensino médio completo e a pós-graduação e os pais 21,2%. Contudo a maioria, tanto de mães quanto de pais, não possui nem o Ensino Fundamental.

Apesar de não ter analisado especificamente esse aspecto, salienta-se a sua relevância, pois, conforme ressalta Rumberger (2004), o capital cultural familiar[71] é um fator importante para o sucesso ou fracasso do estudante durante sua trajetória escolar. Machado e Gonzaga (2007) relatam que jovens com famílias cujo capital cultural é maior têm maior êxito na permanência na escola, estando o status socioeconômico e educacional positivamente correlacionado entre gerações.

Acesso à internet e atividades de lazer

A tabela 15 mostra os dados relativos ao acesso à internet, onde acessa e para qual finalidade. Também está presente uma questão sobre o que o aluno faz em seus momentos de lazer.

---

[70] Legenda para este gráfico: EFI – Ensino Fundamental Incompleto; EFC – Ensino Fundamental Completo; EMI – Ensino Médio Incompleto; EMC – Ensino Médio Completo; TI – Técnico Incompleto; TC – Técnico Completo; SI – Superior Incompleto; SC – Superior Completo; PÓS – Pós-graduação.

[71] Capital cultural familiar diz respeito ao nível educacional dos pais, à renda familiar e à estrutura da família (ALMEIDA, 2012).

Tabela 15 – Acesso à internet e atividades de lazer dos alunos permanentes.

INFORMAÇÃO	SITUAÇÃO	N	%
Acesso à internet	Não	2	2,4
	Sim	83	97,6
Local de acesso à internet[72]	Em casa	72	57,1[73]
	No trabalho	27	21,4
	Na escola	5	4,0
	Na *Lan House*	9	7,1
	Na casa de amigos/parentes	9	7,1
	Outros	3	2,4
	Sem resposta	1	0,8
Finalidade do uso da internet	Estudar	72	19,4
	Assistir filmes/ler livros	36	9,7
	Trabalhar	33	8,9
	Fazer pesquisas	68	18,3
	Buscar entretenimento	33	8,9
	Digitar textos, planilhas e/ou apresentações	29	7,8
	Enviar e receber e-mails	44	11,9
	Acessar redes sociais	50	13,5
	Outros	4	1,1
	Sem resposta	2	0,5
Ocupação nas horas de lazer	Assiste televisão	52	15,0
	Lê livros e/ou jornais e/ou revistas	38	11,0
	Pratica esportes	24	6,9
	Sai com amigos	44	12,7
	Frequenta cinema e/ou teatro e/ou show	21	6,1
	Frequenta bares e/ou restaurantes	26	7,5
	Fica em casa	48	13,8
	Vai à igreja	50	14,4
	Visita amigos e/ou familiares	41	11,8
	Outros	3	0,9

Fonte: Dados da pesquisa de campo organizados pela autora.

Em relação ao acesso à internet, apesar de a maioria ter esse acesso, verificou-se que 2,4% não o têm. A maior parte dos que afirmam ter acesso o fazem dentro de sua própria casa (57,1%) ou em seu trabalho (21,4%). Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (IBGE, 2014, p. 156) "no ano de 2013, o uso da internet subiu de 20,5% para 67,4%". "Em 2014, mais de 28 milhões de domicílios estavam ligados à internet no Brasil, ou seja, um

[72] O total excede o número de parcelas porque o participante pode marcar mais de uma alternativa nos itens "Local de acesso à internet", "Finalidade do uso da internet" e "Ocupação nas horas de lazer".
[73] Porcentagem dos itens mencionados na Tabela 15 foi calculada com base no número de respostas e não com base no número de participantes. As demais Tabelas apresentam a porcentagem calculada com base no número de participantes.

percentual de 42,1% de domicílios com bens e serviços de acesso à informação e comunicação no total de domicílios particulares permanentes" (IBGE, 2016, p. 26).

Quanto à finalidade do acesso à internet, a maioria acessa para estudar (19,4%), para fazer pesquisas (18,3%) e para contatar redes sociais (13,5%).

No que diz respeito à ocupação nas horas vagas ou de lazer houve um equilíbrio entre assistir televisão (15%), ir à igreja (14,4%) ou ficar em casa (13,8%). A prática de esportes é bem pequena e representa apenas 6,9%.

Conclui-se, que as características predominantes entre os alunos permanentes do PRONATEC – IFMG *campus* Congonhas são: sexo feminino, idade entre 15 e 18 anos, solteiro, não tem filhos, mora com os pais, família ou cônjuge em casa própria dos pais. A residência possui entre três e quatro pessoas. A maioria dos alunos trabalha e possui renda individual de um salário mínimo e renda familiar entre 2 a 5 salários mínimos. Em relação à escolaridade dos pais, percebe-se que a escolaridade da mãe é relativamente maior que a do pai. Nos momentos vagos ou de lazer os alunos assistem televisão. Quanto ao acesso à internet, a grande maioria acessa em casa para estudar ou realizar pesquisas. No que diz respeito à rede de ensino da qual são egressos, praticamente todos os alunos vieram de escolas públicas e no momento da pesquisa tinham o seguinte nível de escolaridade: "curso técnico incompleto". Por fim, a pretensão em trabalhar na área do curso foi quase unânime entre os respondentes.

4.2 A Evasão e a Permanência no PRONATEC – IFMG *campus* Congonhas

A evasão "é um fenômeno complexo, multifacetado e multicausal, atrelado a fatores pessoais, sociais e institucionais, que podem resultar na saída provisória do aluno da escola ou na sua saída definitiva do sistema de ensino" (Dore; Sales; Castro, 2014, p. 386). Esse conjunto de fatores deve ser analisado dentro de um contexto.

Segundo Rumberger e Lim (2008), existem dois grandes grupos de fatores que influenciam as taxas de conclusão: fatores individuais e fatores institucionais. Fatores individuais relevantes são: a) histórico escolar nos níveis precedentes de ensino; b) quantidade de retenções (atrasos escolares); c) características sociodemográficas dos alunos (idade, raça, se trabalha ou não, etc.). Já os fatores institucionais importantes são, primeiramente, aqueles relacionados à família dos estudantes: a) a renda per capita; a estrutura (um ou dois pais de família, o número de dependentes, etc.); c) escolaridade dos pais. Em segundo lugar, é importante coletar informações sobre as escolas: a) nível acadêmico dos estudantes ao iniciar

os cursos; b) recursos de infraestrutura existente nas escolas; c) políticas estudantis adotadas nas escolas (BRASIL, TCU, 2012).

Máximo (2013) afirma que há indícios de que o PRONATEC, em geral, tem um alto índice de evasão[74]. O autor fez um levantamento no SENAI e no Instituto Federal da Bahia (IFBA) e informou que, nas duas instituições, o índice de abandono do PRONATEC é bastante superior à média verificada no ensino médio brasileiro, que fica em torno de 10%.

Em relação à evasão, evidencia-se que, no contexto pesquisado, é bastante alta. A média de evasão nos cursos, conforme demonstra a Tabela 16, é de 68,7%.

Tabela 16 – Percentual de alunos evadidos por curso e por cidade.

CIDADE	CURSO	ALUNOS MATRICULADOS	ALUNOS PERMANENTES	ALUNOS EVADIDOS	PERCENTUAL DE EVASÃO POR CURSO (%)
Belo Vale	Eventos	26	5	21	80,8
	Segurança do Trabalho	28	11	17	60,7
	Saúde Bucal	25	11	14	56,0
	Agropecuária	24	8	16	66,7
	Informática	28	5	23	82,1
Congonhas	Segurança do Trabalho	31	10	21	67,7
	Meio Ambiente	30	7	23	76,7
	Nutrição e Dietética	30	5	25	83,3
	Saneamento	29	6	23	79,3
	Logística	29	16	13	44,8
	Computação Gráfica	15	6	9	60,0
	Secretaria Escolar	25	3	22	88,0
	Biblioteca	19	8	11	57,9
	Conservação e Restauro	16	6	10	62,5
	Equipamentos de Engenharia	16	3	13	81,3
Desterro de Entre Rios	Meio Ambiente	28	10	18	64,3
	Informática	28	4	24	85,7
	Logística	29	8	21	72,4
	Segurança do Trabalho	28	10	18	64,3
Entre Rios	Edificações	29	6	23	79,3
	Enfermagem	51	16	35	68,6
Jeceaba	Enfermagem	30	12	18	60,0
	Mecânica	35	12	23	65,7
Moeda	Informática	22	7	15	68,2
	Mineração	25	14	11	44,0
São Brás do Suaçuí	Segurança do Trabalho	30	10	20	66,7
	Meio Ambiente	30	7	23	76,7
	Informática	27	7	20	74,1
	Logística	29	13	16	55,2
TOTAL		**792**	**246**	**546**	**-**
MÉDIA DA EVASÃO NO PRONATEC – IFMG *CAMPUS* CONGONHAS					**68,7**[75]

Fonte: Dados da pesquisa documental organizados pela autora.

[74] O autor utiliza o termo indícios, pois, no ano da publicação dessa notícia, não havia sido realizado um levantamento completo sobre a evasão no PRONATEC.
[75] Calculada pela média aritmética simples.

Os dados mostraram o alto índice de evasão. Um dos entrevistados fala isso: *"Em geral, os cursos ofertados a noite, na modalidade subsequente, eles já apresentam um índice elevado de evasão."* (E2, 2016). Em consonância com a colocação desse entrevistado, Paixão *et al* (2014, p. 327), em um levantamento realizado na RFEPCT de Minas Gerais, nos anos de 2006 a 2010, afirmam que "no que diz respeito à distribuição por modalidade educacional principal do curso técnico realizado, considerando as duas amostras (evadidos e diplomados), metade das evasões ocorre na modalidade subsequente". A alta taxa de evasão nos cursos dessa modalidade já foi também evidenciada em outros estudos (SOARES, 2010; DORE, LÜSCHER, 2011; BRASIL, TCU, 2012).

O Quadro 9, da página 122, traz as 5 (cinco) categorias definidas a partir das entrevistas semiestruturadas realizadas na pesquisa de campo, trazendo a posição dos participantes sobre esses aspectos[76]. Nele serão apresentados os resultados extraídos dessas entrevistas composta por 7 (sete) questões, com um grupo de 10 (dez) pessoas, entre os gestores acadêmicos do programa, conforme mencionado no capítulo que apresenta os aspectos metodológicos da pesquisa.

A partir das entrevistas semiestruturadas foi possível identificar as percepções dos participantes sobre a evasão, sendo constatados os seguintes aspectos: paralisação dos cursos, atraso no pagamento das bolsas, distância da escola, dificuldade de conciliar o trabalho e os estudos, dificuldades na contratação de professores, atraso no início e no término do curso, problemas relacionados ao transporte.

Os resultados apresentados contribuíram, em conjunto com os dados extraídos dos questionários aplicados aos alunos permanentes, para que fosse possível compreender os motivos da evasão/permanência nos cursos técnicos subsequentes do PRONATEC – IFMG *campus* Congonhas.

A seguir são discutidas as categorias indicadas no Quadro 9, da página 122.

1ª Categoria: Fatores relacionados à evasão

O conhecimento das causas da evasão escolar, de acordo com Rumberger (2004), é considerado chave para se encontrar soluções para tal fenômeno.

Diante disso, essa categoria registra a opinião dos coordenadores, dos supervisores de cursos e dos orientadores pedagógicos em relação aos fatores que causam a evasão. O fator apontado como principal para que a evasão ocorresse, com a maior frequência de respostas foi

[76] Ver Quadro 8 da página 108.

a paralisação dos cursos, que gerava atraso no início o no fim do cronograma do curso e os atrasos nos pagamentos dos bolsistas. Isso foi mencionado por sete entrevistados. Na fala dos entrevistados, pode-se perceber que esses fatores estão interligados.

> Eu acho que essa questão da paralisação dos cursos é um dos pontos de atenção do programa. Essa questão da organização, de como começaram os cursos, pois se você começa mal, tende a ir mal. Então esse início dos cursos, a forma como foi. O IFMG assumiu muito compromisso, assumiu muitos cursos, então isso tudo em alguma medida prejudica o funcionamento dos cursos. [...] O principal fator é o atraso de pagamento das bolsas, isso estaria junto com a primeira questão. A paralisação acontece em função da falta de pagamento dos bolsistas e isso é muito preocupante (E1).

> É a paralisação dos cursos. É um problema muito sério, os cursos são paralisados por problemas de pagamentos, falta de professores, falta de material. Mas, se for para consolidar isso em uma resposta bem objetiva é a paralisação dos cursos. Ele pensa que vai fazer o curso em dois anos e o curso paralisa toda hora, e aí se passam dois anos e ele ainda não fez nem a metade do curso. [...] Então é a paralisação que leva ao não cumprimento do cronograma inicial do curso. [...] Inclusive fizemos um levantamento dessa evasão e o que estamos tentando fazer é de alguma forma atacar essa questão da paralisação, que é o principal motivo (E3).

> As diversas paralisações nos cursos, decorrentes da falta de recurso financeiro para dar sequência, é o principal motivo (E5).

Sobre paralisações e atrasos no calendário acadêmico dos cursos técnicos subsequentes e nos demais cursos do PRONATEC não foram encontradas referências na produção intelectual relacionadas a esse aspecto. Dessa forma, esses fatores foram comparados às greves, visto que essas são definidas como a suspensão ou a interrupção dos trabalhos dentro das instituições. Nas greves da educação, algumas vezes ocorre a suspensão do calendário acadêmico e, com isso, o atraso nas atividades letivas. Nesse sentido, os estudos de Soares (2006); Biazus (2003) e Paredes (1994) ao se referirem às causas da evasão nas instituições investigadas, indicam as greves e paralisações como decisivas para que o aluno abandone o curso. Segundo Soares (2006, p. 36), "não foi realizado um acompanhamento junto aos alunos que abandonaram o curso, mas percebeu-se que a greve tem uma certa influência no índice de evasão"[77].

A dificuldade do aluno em conciliar o trabalho, a vida pessoal e os estudos aparece em segundo lugar na frequência de citações. De acordo com os entrevistados, o PRONATEC não tem ações voltadas diretamente para o público a que se destina, ou seja, a escola não está preparada para o aluno trabalhador.

---

[77] O autor elaborou uma tabela relacionando a greve dos professores e o calendário acadêmico, mostrando o índice de evasão nos períodos de greve ou não. Ficou constatado que a evasão é maior nos períodos de paralisação (SOARES, 2006).

> Eu atribuo principalmente ao fato da centralidade da vida do adulto não consistir mais nos estudos. Então o sujeito adulto tem outras finalidades, compromissos com a família, no trabalho, que não a escola. E isso acaba tomando muito o foco e o tempo da pessoa, impedindo às vezes de frequentar a escola da forma regular assim como acontece com os alunos que fazem o ensino médio ou o curso técnico diurno. Então essa questão do trabalho, da família é uma questão que influencia muito nessa evasão nos cursos técnicos. O principal fator seria este, porque isto ocorre em cursos do PRONATEC e em cursos que não são do PRONATEC. Os cursos técnicos subsequentes já registram esse elevado índice de evasão, principalmente por isto, a empresa não libera, a empresa não mexe na sua escala de trabalho, o professor, por sua vez, não é flexível, ele mantém as mesmas regras, o mesmo rigor, aí a escola é a mesma, o espaço é o mesmo. Então, a gente não tem no Brasil, pelo menos não nesse modelo de escola regular, uma escola preparada para o trabalhador, que tenha regras para o trabalhador, para o adulto. Nós pegamos o nosso modelo que é aplicado ao ensino diurno, aos jovens, que tem todo o tempo e disponibilidade para o estudo, toda infraestrutura que a família oferece para ele estar aqui na escola e aplicamos para o sujeito trabalhador. Ele não consegue se adequar, ele começar a faltar porque o filho adoeceu e ele precisa acompanhar esse filho e quando ele volta, ele já perdeu a matéria, já perdeu o conteúdo, a dinâmica da sala, já não vai bem em uma avaliação e nós não temos uma metodologia que vai repor isso. Então nossa escola, da forma que ela está organizada, ela não atende ao seu público alvo, que seria o público trabalhador, em geral (E2).

> Naturalmente nos cursos subsequentes a evasão é muito grande, em qualquer instituição. Por ter um perfil de alunos trabalhadores, que estão fora da escola há muito tempo e quando encaram uma forma de ensino ou conceitos antigos que já aprenderam há mais tempo, sentem uma dificuldade na escola e acabam desanimando. Conciliar a rotina de trabalhadores, às vezes, donas de casa que voltam a estudar numa perspectiva de um possível trabalham, acabam encontrando dificuldade de conciliar as questões da vida com os estudos. Todos esses, naturalmente, são fatores, que nos cursos subsequentes, ocasionam a evasão. Não tem um fator principal que seja motivador. Eu acho que é muito da identidade de cada aluno (E8).

> O nosso aluno é trabalhador e alguns trabalham de turno (E10).

Em relação aos estudos sobre essa temática, praticamente em todas as áreas da educação profissional e da educação superior, há uma recorrência desse fator (Gomes e Laudares, 2016; Rodrigues, Rodrigues e Viroli, 2015; Paixão, Dore e Margiotta, 2015; Figueiredo, 2015; Valverde e Coutinho, 2015; Leite e Guimarães, 2015; Andrade *et al*, 2015; Costa e Silva, 2015; Queiroz, Brandão e Santos, 2015; Franco, Gandolfi e Gandolfi, 2014; Basso, 2014; Silva, 2014; Silva, 2013; Cruz, 2013; Ens e Ribas, 2013; Araújo, 2013; Detregiachi Filho, 2012; Arruda, 2012; Almeida, 2012; Araújo, 2012; Moreira, 2012; Rose e Dias, 2012; Dore e Lüscher, 2011; Silva, 2011, Costa Jr, 2010).

Essas pesquisas apontam que a conciliação do trabalho com a vida pessoal e, ainda, com os estudos, geralmente é o principal fator apontado pelos alunos evadidos. Assim como apontam Queiroz, Brandão e Santos (2015, p. 367): “em primeiro lugar, o fator mais recorrente é o trabalho”. Valverde e Coutinho (2015, p. 124) também afirmam que em sua pesquisa, “o principal motivo da evasão é a dificuldade de conciliar o trabalho com o curso”.

Outro fator da evasão está relacionado ao problema com os professores, tanto no que se refere à contratação quanto ao seu despreparo e à falta de motivação das aulas.

> Esse modelo de contratar professor é um ponto de atenção também. Pois você faz um processo simplificado, faz uma análise de currículo e o professor está lá dando a disciplina, né? Eu acho que isso é ponto de atenção também (E1).

> [...] porque a contratação era feita por módulo. [...] Falta de pagamento do professor, desestimulando o professor a ministrar os conteúdos em sala de aula, os conteúdos que deveriam ser devidamente ministrados e atraso no início do módulo por questão de contratação de professores bolsistas. Bolsistas não habilitados para ministrarem nos cursos técnicos, porque os cursos ocorrem nas cidades, nas pequenas cidades de Minas Gerais, e a comunidade desses locais não está habilitada para ministrar os cursos. Então, você tem que buscar bolsista, professores, em cidades próximas e isso gera um custo para o bolsista, e como os pagamentos para esse bolsista não são pagos em dia, eles desistem muito rapidamente e o aluno fica sem aula (E4).

> De ser um curso que iniciava na cidade e você conseguir profissionais daquela habilitação, daquelas disciplinas, de alguém ir para aquela cidade lecionar, de não ter uma aula motivadora, de ser uma aula que motivasse os alunos. A grande dificuldade de encontrar profissionais, professores para estarem nessa realidade também é um fator desmotivador. A distância, porque todos os profissionais que acabavam indo para a cidade, das disciplinas técnicas tinham que ser de fora, porque na região, naquela cidade não tinham profissionais habilitados para lecionar. Aí esbarramos também numa questão, não justificando essa falta de motivação da aula, mas acaba sendo um problema, que para as disciplinas técnicas nós já precisamos de um profissional técnico, geralmente um engenheiro, que não tem noção didática nenhuma para lecionar. Então, ele chega ali com uma experiência restrita apenas a própria experiência enquanto estudante e tenta reproduzir aquilo, não levando coisas novas pra sala de aula. Então foram vários desafios que acabou desmotivando o aluno. [...] Na cidade de Belo Vale, por exemplo, também houve evasão em alguns cursos porque nós não conseguimos professores para todas as disciplinas que ofertávamos. Então, por exemplo, conteúdos muito específicos, nós não conseguíamos, nos processos seletivos, profissionais que fossem atender aquela disciplina. Então, às vezes o aluno tinha duas disciplinas com um professor e três sem professor. Então ele tinha aula às vezes terça, às vezes quarta, e os outros três dias sem aula, porque a gente não conseguiu o professor. E sendo, na Rede Federal, os processos seletivos muito morosos, não ficavam na responsabilidade do *campus*, dependia da reitoria publicar, isso demorava mais ainda os processos. Então edital que na média demorava trinta dias, demorava de dois a três meses para ser publicado, para aí então, fazer o processo seletivo de análise de currículo e então homologar o resultado, esperar deferimento após os recursos, para a homologação e aí sim começar os processos de contratos. Então tudo isso foram fatores nos cursos do PRONATEC que levaram a uma desmotivação e consequentemente a uma evasão. [...] A questão de o professor trabalhar insatisfeito, porque a bolsa não era paga mensalmente, em dia (E8).

As produções de Figueiredo (2015); Matos, Vasconcelos e Santos (2015); Costa e Silva (2015); Silva (2014); Franzoi, Silva e Costa (2013); Araújo (2012); Rosa e Dias (2012); Rocha (2011); Verhine e Melo (2008) estão alinhadas com esse ponto de vista.

Verhine e Melo (2008) e outros autores veem como um das causas da evasão escolar o fato de a escola possuir professores despreparados, fazendo uso de metodologias inadequadas e pouco motivadoras. Além disso, Matos, Vasconcelos e Santos (2015) trazem como um dos fatores que levaram os alunos à evasão escolar a ausência de professores.

Especificamente sobre o PRONATEC, Franzoi, Silva e Costa (2013, p. 11) afirmam que o programa "ignora a formação dos professores para atuar com este público que, muitas vezes, não têm escolaridade suficiente para os cursos propostos". E completam, alegando que a "sua escolaridade é insuficiente, por exemplo, para a compreensão dos cálculos necessários para realizar um curso de Desenho Técnico; ou conhecem muito pouco de Informática para realizar um curso de Redes de Computadores".

A falta de infraestrutura do PRONATEC também foi citada pelos participantes principalmente acerca de laboratórios.

> Aí o aluno vai desistir porque não tem laboratório, vai desistir por N motivos, acho que é por aí que passa. Também por causa de estrutura física, parte prática. Pensa bem, estamos ofertando 53 turmas de enfermagem e o IFMG não tem *expertise* nenhuma nessa área, e isso é um risco para o programa, um risco para os cursos. Então eu acho que passa por essas coisas a evasão (E1).

> Nós temos cursos de Informática que não tem laboratório de informática, temos cursos de enfermagem sem ter um laboratório de ciências, de tecnologia, que seja mínimo na escola, de saúde bucal. Então são cursos que às vezes exigiriam certa estrutura para estarem funcionando e isso não aconteceu. [...] agora um curso técnico tem que ter uma estrutura melhor. [...] Imagina um técnico de enfermagem prestando socorro, ele tem que ter uma prática de qualidade. Temos tentado incentivar as visitas técnicas para melhorar essa questão. Agora estamos tentando fazer um contato para o curso de enfermagem de Entre Rios fazer um plantão de 24 horas no hospital João XXIII, para terem minimamente um contato com a realidade de um grande hospital de emergência de Minas Gerais (E2).

> O fato de não ter uma estrutura (E8).

Melo e Rocha (2015); Matos, Vasconcelos e Santos (2015); Araújo (2013); Silva (2011); Rocha (2011) discutem essa questão. Tanto nessas pesquisas, como na fala dos entrevistados, estão presentes depoimentos de alunos e de professores que dependem dos laboratórios para vivenciar melhor experimentos práticos, muitas vezes essenciais para o curso. Isso desmotiva o aluno e o levaria a abandonar a escola.

Um dos entrevistados ainda declarou que a alta defasagem no processo ensino-aprendizagem foi um dos fatores da evasão (E10). Nos estudos de Leite e Guimarães (2015), Silva (2015), Cruz (2013), Dore, Sales e Castro (2014), Silva (2011), esse fator está presente como um dos responsáveis pela evasão escolar. Uma relação análoga a essa temática pode ser feita com a dificuldade no acompanhamento de algumas disciplinas. Nesse sentido, os estudos de Gomes e Laudares (2016), Melo e Rocha (2015), Costa e Silva (2015), Silva (2014), Araújo (2013), Detregiachi Filho (2012), Rosa e Dias (2012) afirmam que as dificuldades nas disciplinas e o fracasso escolar podem estar ligados ao abandono do curso pelo aluno.

Dore, Sales e Castro (2014, p. 383) afirmam que nos estudos que elas revisaram (Almeida, Barbosa, 2010; Machado, 2009; Matias, 2003; Nunes *et al*, 2007; Silva, Pelissari,

Steimbach, 2013) “são apontados fatores referentes ao processo de ensino-aprendizagem: dificuldade nas disciplinas e reprovação, ou seja, os estudantes que enfrentam dificuldades para aprender podem ter um sentimento de fracasso e desmotivação, o que pode levar à repetência e ao abandono”.

O último fator apresentado estava associado à falta de transporte, que também estava ligado à distância da escola e ao horário das aulas.

> Particularmente nos cursos das cidades que eu atuava, vários outros fatores interferiam, como por exemplo, na cidade de Moeda os alunos são todos da zona rural e na cidade não tem ônibus coletivo internamente. Então, à noite, para eles saírem da roça para irem para a escola que é central, onde funcionavam os cursos, eles tinham dificuldade. Tinham que ir de carona, ou o pai tinha que levar, ou dividir, por exemplo, às vezes um não tinha carro e morava distante do que tinha carro. Aí o que tinha carro migrava de “rocinha” em “rocinha”, distrito em distrito para pegar todos, encher e levar para o centro para poder estudar, o que também era uma dificuldade, gerou evasão [...] Então tinha um desafio que era o pessoal, da dificuldade de sair da roça para ir para o centro da cidade no horário noturno para estudar, tinha a questão da motivação da aula, que também foi uma dificuldade. [...] Tinha um aluno que tinha uma moto e que levava três para a aula. E ele ainda era aluno. Fazia 3 viagens para que todos tivessem oportunidade. Por mais que a comunidade tentasse se ajudar, não era uma coisa só do tipo eu preciso estudar, porque ali não tem uma escola técnica. Os alunos geralmente migram para Brumadinho ou para Belo Vale ou para cidades fora, como Congonhas, Lafaiete, BH, para terem oportunidade ou de um ensino técnico ou de uma universidade. Quando chega o PRONATEC é uma chance única, só que o sacrifício, porque o próprio município não oferece a estrutura urbana necessária para que ele vá para a escola no horário noturno. Uma das coisas que aconteceu foi que nós tivemos que fazer uma adequação do horário de aula. Geralmente o horário de aula é de 18:30 às 22 horas ou de 19 às 22:30 horas, com 5 horários de 45 minutos. Lá, os alunos conseguiam ficar até 21 horas, não conseguimos estender o horário até 21:30 horas, porque mais do que isso, a dificuldade de chegar nas roças que eles moravam eram pior ainda, era muito mais complicado. São estradas de terra, longe, que às vezes era 30 km de distância. O PRONATEC ainda não alcançou todo o perfil, não encontramos apoio necessário do município, pois uma parte do acordo deveria ser cumprido pelo município. Quem permaneceu morava mais perto, assim como Belo Vale. Belo Vale é um pouco maior. Lá também tinha as caronas, os que buscavam os que moravam nas roças. Mas eles encontravam muitas dificuldades (E8).

As dificuldades relativas ao transporte da residência ou do trabalho para a escola estão presentes em quase todas as pesquisas sobre o fenômeno da evasão (Gomes e Laudares, 2016; Matos, Vasconcelos e Santos, 2015; Simões, 2015; Mantoanelli e Mattedi, 2015; Valverde e Coutinho, 2015; Franco, Gandolfi e Gandolfi, 2014; Silva, 2014; Silva, 2013; Ens e Ribas, 2013; Cruz, 2013; Araújo, 2013; Almeida, 2012; Arruda, 2012; Moreira, 2012; Lüscher e Dores, 2011; Silva, 2011; Oliveira, 2011). Esses estudos trazem contribuições principalmente no que se refere ao custo do transporte, à dificuldade de locomoção para a escola, à distância da escola e da residência e até mesmo a falta de transporte.

A mesma situação relatada pelos entrevistados é constatada na pesquisa de Mantonalli e Mattedi (2015, p. 356).

> Como os *Campi* localizam-se em cidades mais distantes dos grandes centros e também em muitas o acesso ao transporte público se dá apenas quatro vezes ao dia. No período noturno esta situação agrava-se ainda mais, pois para frequentar as aulas os alunos muitas vezes submetem-se a caronas, transporte locado ou gastam muito para utilizar veículo próprio (MANTONALLI E MATTEDI, 2015, p. 356).

Uma das questões do questionário dizia respeito às dificuldades ao iniciar o curso. O percentual de 21,2% deles afirmou ter tido dificuldade no início e dentre elas: as relacionadas às paralisações e qualidade do curso (55,6%)[78], falta de professores (5,6%), falta de informações (5,6%), conciliação entre trabalho, família e estudos (5,6%), transporte para a escola (11,1%).

55,6% dos alunos declararam que já pensaram em abandonar os cursos. Os principais motivadores que os levaram a pensar nesse abandono estão descritos na Tabela 17.

Tabela 17 – Motivadores para que os alunos permanentes pensassem em abandonar o curso. 2016.

MOTIVADOR PARA A EVASÃO	RESPONDENTES	PERCENTUAL (%)
Paralisações e férias prolongadas	23	50,0
Atraso no início e no fim do curso	17	36,9
Falta e demora na contratação de professores	14	30,4
Falta de planejamento e comprometimento da instituição	7	15,2
Falta de material didático	3	6,5
Atraso no pagamento das bolsas	2	4,3
Falta de comprometimento do professor	2	4,3
Carga horária extensa	2	4,3
Dificuldades em conciliar família, trabalho e estudos	2	4,3
Doença ou falecimento de pessoa da família	2	4,3
Número reduzido de alunos ao longo do curso	1	2,2
Falta de transporte	1	2,2
Dificuldade financeira	1	2,2

Fonte: Dados da pesquisa de campo organizados pela autora.

Os fatores relacionados à evasão estão ligados a diferentes aspectos. A Tabela 18 a seguir traz uma síntese das respostas obtidas.

Tabela 18 – Síntese dos fatores relacionados à evasão no PRONATEC – IFMG *campus* Congonhas, segundo os participantes da pesquisa de campo. 2016.

(Continua)

FATOR DE EVASÃO	ALUNO PERMANENTE	ENTREVISTADO
Paralisações e férias prolongadas	23	7
Atraso no início e no fim do curso	17	7
Falta e demora na contratação de professores	14	3

[78] Porcentagem calculada com base nos 18 respondentes.

Tabela 18 – Síntese dos fatores relacionados à evasão no PRONATEC – IFMG *campus* Congonhas, segundo os participantes da pesquisa de campo. 2016.

(Conclusão)

FATOR DE EVASÃO	ALUNO PERMANENTE	ENTREVISTADO
Falta de planejamento e comprometimento da instituição	7	-
Falta de material didático	3	-
Atraso no pagamento das bolsas	2	7
Falta de comprometimento do professor	2	-
Carga horária extensa	2	-
Dificuldades em conciliar família, trabalho e estudos	2	4
Doença ou falecimento de pessoa da família	2	-
Número reduzido de alunos ao longo do curso	1	-
Falta de transporte/distância da escola	1	1
Falta de infraestrutura (laboratórios, etc.)	-	3
Defasagem no processo de ensino-aprendizagem	-	1

Fonte: Dados da pesquisa de campo organizados pela autora.

Constatada a diversidade de fatores que afetam a evasão, "pode-se inferir que desenhar políticas ou estratégias de combate à evasão nos Institutos Federais" e no âmbito do PRONATEC, constitui-se em uma tarefa complexa. Isso também porque, tanto nos Institutos Federais, quanto no PRONATEC, a oferta de cursos se dá para públicos bastante heterogêneos em termos acadêmicos e sociais. E "essas diferenças fazem com que políticas específicas devam ser elaboradas para cada segmento" (BRASIL, TCU, 2012, p. 16).

2ª Categoria: A relação da bolsa de estudos com a permanência

O PRONATEC oferta, por meio da Bolsa-Formação, uma bolsa de estudos para o aluno matriculado. O valor dessa bolsa é de R$ 2,00 (dois reais) por hora/aula assistida e devidamente comprovada. De acordo com o artigo 6º, parágrafo 4º, da *Lei n. 12.513/2011*,

> Os valores das Bolsas-Formação concedidas na forma prevista no *caput* correspondem ao custo total do curso por estudante, incluídos as mensalidades, encargos educacionais e o eventual custeio de transporte e alimentação ao beneficiário, vedada cobrança direta aos estudantes de taxas de matrícula, custeio de material didático ou qualquer outro valor pela prestação do serviço (BRASIL, 2011).

Esse valor recebido pelo aluno pode ser comparado aos valores pagos aos alunos por meio da assistência estudantil[79], que, em conformidade com o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), deve cobrir áreas como alimentação, transporte, apoio pedagógico, entre outros (Brasil, 2010b). Em relação a isso, Santana (2010) afirma que os

[79] Comparou-se a bolsa de estudos recebida pelo aluno do PRONATEC aos valores recebidos a título de assistência estudantil, visto que não foi encontrado um estudo que versava especificamente do impacto das bolsas recebidas pelos alunos do PRONATEC.

programas de governo foram criados para dar condições de ampliação do acesso e permanência dos jovens na educação profissional, por meio de ações de assistência estudantil.

Dessa forma, os entrevistados foram levados a falar sobre a contribuição da bolsa de estudos e setenta por cento[80] deles alegaram que a bolsa constitui um incentivo para que eles permaneçam no curso. Segundo eles, têm-se as informações que se seguem.

> Constitui, pois eles mesmos procuram, tem grupos de *WhatsApp* e me conhecem fora do IFMG e que são alunos do PRONATEC. E já aconteceu até situação constrangedora de colocar no grupo: "E aí, E2, quando vai sair a nossa bolsa?" (risos). Então isso para o aluno conta, pois no momento de crise que o país vive atualmente, qualquer recurso que entra é muito bem vindo (E2).
>
> Sem dúvida, porque a promessa que foi feita para o aluno é que essa bolsa seria para alimentação e transporte. E o aluno se inscreveu no curso com essa intenção, de que receberia essa bolsa, pequena que fosse, para conseguir, pelo menos, se transportar para a escola (E4).
>
> Sim. Pois querendo ou não, a bolsa ajuda no lanche, no transporte. Não deveria, mas o aluno conta com esse dinheiro para se manter (E7).
>
> Sim. Muitos deles buscam esse auxílio por menor que seja. [...] Então, era a única motivação que o aluno tinha para estar ali, por mais que nos esforçássemos. Então a assistência é um fator importante sim. Mesmo porque muitos, por menor que seja o valor da bolsa, eles veem nessa bolsa uma oportunidade de, às vezes, até comer melhor. Porque tínhamos perfil de aluno que vivenciavam uma situação de pobreza (E8).

Diversos estudos confirmam que as bolsas, relacionadas à assistência estudantil, contribuem de fato para a permanência escolar (Oliveira, 2015; Santos, Queiroz e Silva, 2015; Almeida, Souza e Diniz, 2015; Silva *et al*, 2015; Franco, Gandolfi, Gandolfi, 2014; Ferreira, 2014; Barros, 2013, 2015; Moreira, 2012; Faria, 2011; Noro, 2011; Franzoi *et al*, 2010; Araújo e Morgado, 2007). Os dados dessas pesquisas evidenciam que os bolsistas compreendem que a finalidade da bolsa é a promoção da sua permanência na instituição, relacionando-a a uma condição essencial para a conclusão dos seus cursos, principalmente quando relatam a situação de baixa condição socioeconômica da família e a sua preocupação quanto ao impacto dos gastos relativos a sua escolarização no orçamento doméstico (OLIVEIRA, 2015).

Para Setton (2009, p. 33), "o recebimento mensal da bolsa auxílio, certamente possibilita ao estudante certa tranquilidade, uma relativa distância das emergências de sobrevivência material". Franzoi *et al* (2010, p. 178), na pesquisa sobre o PROEJA[81], relata

---

[80] Quatro dos entrevistados mencionados (E2, E4, E7, E8) responderam "sim" e trouxeram justificativas para a resposta afirmativa. Os três outros entrevistados (E5, E6, E9) responderam apenas sim, sem colocar uma justificativa para esta questão.

[81] De acordo com a *Resolução n. 10/2008-CD, de 25 de maio de 2008*, o Ministério da Educação, através do Programa de Assistência Estudantil de Fomento ao Estudo para alunos do PROEJA, viabilizou a criação de uma

que “conforme depoimentos coletados nos Institutos Federais, esta bolsa, apesar de seu valor irrisório, faz diferença para a presença do aluno em sala de aula, colaborando para sua permanência no curso”. Faria (2011) ainda complementa que um maior número de bolsas foi o fator preponderante para a permanência dos estudantes do Programa Conexão de Saberes (PCS) da Universidade Federal de Tocantins.

Especificamente em relação ao PRONATEC, o estudo de Franco, Gandolfi, Gandolfi (2014, p. 10) corrobora que “tudo leva a crer que a bolsa auxílio é essencial para o cumprimento dos objetivos do programa, trazidos na *Lei n. 12.513/2011*, em seu primeiro artigo”.

Outros entrevistados responderam que as bolsas nem sempre contribuem para a permanência ou não são determinantes para que ela ocorra.

> Eu acho que ajuda, mas não entendo que isso é o determinante não. Eu acho que o determinante é o aluno ver que o curso tem qualidade, que ele tem perspectiva de ser um profissional, eu acho que isso é mais importante do que a bolsa. Mas a bolsa tem a sua importância, ela ajuda sim em alguma medida (E1).

> Em alguns casos sim. Em algumas regiões de Minas, em algumas cidades que a vulnerabilidade é alta, e dependendo da modalidade do curso. Nos cursos técnicos eu acho que depende da região mesmo. Agora se for um curso do programa Mulheres Mil (que não é objeto da pesquisa), pode influenciar mais, porque não trabalha, por exemplo. Mas no curso técnico depende da região. Por exemplo, lá em Desterro de Entre Rios às vezes tem um aluno da roça que precisa ir para cidade, precisa pagar o transporte. Então isso pode influenciar muito pra ele. E o aluno dentro de Congonhas mesmo isso pode não influenciar tanto. Então depende da região (E3).

> Nem sempre. No momento de crise e atraso de bolsa, quem realmente queria estudar permaneceu no curso (E10).

Na mesma direção, os estudos de Coelho (2014) e Pereira (2011) constatam que as bolsas nem sempre são fatores determinantes para que a permanência escolar ocorra.

> Apontou-se também que as atuais políticas de apoio à permanência nas instituições pesquisadas não são reconhecidas pelos estudantes nem por eles identificadas como fundamentais para a sua permanência escolar, caracterizando-se mais como política de transferência de renda do que como incentivo ao estudo (COELHO, 2014, p. 9).

Pereira (2011, p. 112) também alega que, em relação às bolsas pagas pelo PROEJA, “nenhum indivíduo apontou o recebimento da bolsa subsídio de cem reais (R$100,00) como fator determinante de permanência”.

No que diz respeito aos cursos técnicos subsequentes ofertados pelo PRONATEC – IFMG *campus* Congonhas, somente as turmas que iniciaram as atividades no início do ano de

---

Bolsa de Assistência ao Estudante destinando o valor de R$100,00 (cem reais) para cada participante, visando o custeio de despesas com transporte, alimentação e aquisição de material didático (ARAÚJO, 2012).

2013 foram contempladas como as bolsas mencionadas anteriormente. As Tabelas 19 e 20 trazem o percentual de evasão nos cursos com e sem bolsas de estudos.

Tabela 19 – Percentual de evasão e a sua relação com o recebimento da bolsa de estudos – Cursos COM Bolsa-Formação Estudante.

CIDADE	CURSO	PERCENTUAL DA EVASÃO (%)
Belo Vale	Eventos	80,8
	Segurança do Trabalho	60,7
	Saúde Bucal	56,0
Congonhas	Segurança do Trabalho	67,7
	Meio Ambiente	76,7
	Nutrição e Dietética	83,3
	Saneamento	79,3
	Logística	44,8
Entre Rios de Minas	Edificações	79,3
São Brás do Suaçuí	Segurança do Trabalho	66,7
MÉDIA DA EVASÃO DOS ALUNOS COM BOLSA		**69,5**[82]

Fonte: Dados da pesquisa documental organizados pela autora.

Tabela 20 – Percentual de evasão e a sua relação com o recebimento da bolsa de estudos – Cursos SEM Bolsa- Formação Estudante.

CIDADE	CURSO	PERCENTUAL DA EVASÃO (%)
Belo Vale	Agropecuária	66,7
	Informática	82,1
Congonhas	Computação Gráfica	60,0
	Secretaria Escolar	88,0
	Biblioteca	57,9
	Conservação e Restauro	62,5
	Equipamentos de Engenharia	81,3
Desterro de Entre Rios	Meio Ambiente	64,3
	Informática	85,7
	Logística	72,4
	Segurança do Trabalho	64,3
Entre Rios de Minas	Enfermagem	68,6
Jeceaba	Enfermagem	60,0
	Mecânica	65,7
Moeda	Informática	68,2
	Mineração	44,0
São Brás do Suaçuí	Meio Ambiente	76,7
	Informática	74,1
	Logística	55,2
MÉDIA DA EVASÃO DOS ALUNOS SEM BOLSA		**68,3**[83]

Fonte: Dados da pesquisa documental organizados pela autora.

[82] Calculada por meio da média Aritmética Simples.
[83] Calculada por meio da média Aritmética Simples.

Os dados evidenciam que a diferença da média da evasão nos cursos com ou sem bolsa são mínimas (1,2%). Essa pequena diferença pode ter como justificativa o atraso das bolsas, conforme manifestam os entrevistados.

> Então houve essa promessa inicial, até onde eu sei o MEC cumpre com a parte dele, pois havia esse recurso e conforme eu mencionei, houve uma devolução de recurso, que veio para pagar esses alunos, pela não utilização. E nós nos perdemos na gestão do recurso, porque nós temos medo de pagar, pois respondemos enquanto gestores públicos por esse recurso. Então nós fazemos muitas planilhas, muitos controles para justificar a entrada dessa bolsa na conta do estudante. E às vezes nós nos perdemos nesses processos. E eu falo tanto da bolsa-formação do aluno quanto a do docente, que são tantas planilhas e tantas conferências que temos feito que, as vezes, demoramos sete meses para realizar um pagamento. Então a pessoa trabalhou em março do ano passado e não recebeu até hoje. E isso causa um mal estar institucional enorme pra gente, com a comunidade, com os alunos, muitos alunos continuaram no curso mesmo sem a bolsa. Um fato que eu acho interessante a gente levantar é o que fizeram esses alunos não desistirem. Talvez se estivéssemos pagando regularmente teríamos perdido menos alunos do que perdemos. Então essa ajuda de custo ela é importante sim. Depois nós começamos a abrir cursos sem esse incentivo, o que também é uma comparação boa para se fazer. Será que a evasão neles é maior? Eu acredito que seja maior nesses que não tem recurso. Então nesse momento de crise a bolsa é um incentivo para o aluno permanecer no curso. Às vezes o aluno deixa o curso para ocupar um posto de trabalho. A ajuda de custo que ele recebe é pouca e permite a ele se desdobrar e continuar fazendo o curso, não abrindo mão deste em prol do trabalho. Ou, às vezes hora-extra, tem que fazer hora-extra para ganhar um salário melhor, pois eu estou fazendo um curso e ganhando um dinheiro, vou deixar de fazer hora-extra para estudar (E2).
>
> [...] e aí essa bolsa não foi paga, essa promessa não foi cumprida. Então isso teve um impacto nos alunos (E4).
>
> Houve uma certa desorganização da instituição no pagamento dessas bolsas para o aluno. E isso impactou demais e não adiantava o discurso, “olhem a oportunidade que vocês estão tendo”, “vocês têm que sair e percorrer longas distâncias se quiserem fazer um ensino como esse”, mas isso não adiantava, porque a própria estrutura da escola, por essas dificuldades e esses desafios que nós apontamos, tinha que ser tudo muito perfeito, rodar tudo muito “bonitinho”, professor em sala de aula, motivado, com material, para que o aluno não desse tanta importância para o dinheiro (E8).

A bolsa, segundo os entrevistados, constituía um incentivo para a permanência. Apesar de os dados não confirmarem essa informação, é possível que a bolsa não tenha contribuído, visto que foram relatados diversos atrasos no seu pagamento.

3ª Categoria: Fatores que podem contribuir para a permanência

A permanência escolar é um direito constitucional expresso no inciso I do artigo 206: “igualdade de condições para o acesso e permanência na escola” (Brasil, 1988). A permanência pode ser compreendida como um desafio ou como uma meta, mas segundo Abreu (2012, p. 168), de alguma forma será considerada como “estratégia para pagar dívida histórica daqueles que foram destituídos de seus direitos, inclusive a educação”.

Além disso, pode assumir significados diferentes para os sujeitos a quem se destina esse direito e, por isso, devem ser consideradas as "variáveis de ordem objetiva e subjetiva que influenciam na decisão de se permanecer ou não em um curso até a sua conclusão" (OLIVEIRA, 2015).

Diante dessas informações, buscou-se conhecer a opinião dos participantes da pesquisa quanto aos fatores e às ações que garantem a permanência do aluno no curso técnico subsequente do PRONATEC. Sobre isso, um entrevistado apresentou a informação a seguir.

> E querer estar na escola, ainda mais em um curso subsequente, em que o aluno já passou da fase escolar obrigatória, ele está ali para buscar algo além, a mais. Então, eu tenho que querer muito, ou pelo meu próprio esforço, pela minha automotivação ou por algo que a escola me ofereça. A permanência no subsequente ela é mais difícil, porque se eu não quiser muito, a escola acaba se mostrando como algo rígido, quadro e giz e eu aqui, mais nada a oferecer. Muito no retratinho antiquado. A menos que o professor seja muito bom, tenha essa motivação, mas, uma vez que eu tenho uma insatisfação do profissional, ele levava isso para o aluno. Então, nós tínhamos problemas muito sérios (E8).

O principal fator mencionado diz respeito à gestão e à organização do programa, especialmente em relação, novamente, ao pagamento de bolsas.

> [...] queria reforçar que na questão da bolsa-formação, presente na legislação de instituição do PRONATEC, o estudante tem direito e que nós não estamos repassando esse valor. Não acho que ele é fundamental não, não acho que nós devemos levar para o lado de pagar o sujeito para estudar, mas foi feita uma pactuação, foi feita uma promessa de que essa pessoa receberia esse recurso. E ai esse recurso contribui para a permanência? Contribui. Eu já recebi ligação de gente falando assim: eu contava com esse recurso para pagar o transporte e hoje eu não tenho. Então, uma forma de contribuir com a permanência seria repassar essa bolsa que o aluno tem direito e nós do IFMG não conseguimos, desde julho do ano passado, aproximadamente, repassar nenhum valor para os estudantes. Eu já recebi famílias que recebiam esse recurso por meio do aluno, procurando documentos do aluno para entrar na justiça e receber esse recurso, que é direito dele. O recurso vem pra conta do *campus* e já voltou para a conta da reitoria porque não foi gasto. Acho que o grande problema do programa hoje é gestão. [...] O PRONATEC não teve uma gestão, ele cresceu de forma desordenada na nossa região. Hoje, nós temos seis unidades e 49 cursos, aproximadamente. Mas já tivemos 12 unidades, mas mesmo as seis nós não temos infraestrutura para acompanhar e nós sofremos muito com problemas de 2014 e 2015 por causa desse tamanho, desse tanto de unidades. Nós não temos um programa específico para matricular os alunos do PRONATEC, agora estão estudando a possiblidade de inclui-los no sistema do IFMG, porque eles são alunos do IFMG tanto quanto os outros. [...] O PRONATEC são mais cursos do IFMG e por um acaso recebemos as bolsas, mas poderíamos nem receber para assumirmos essas turmas, como faríamos, com o Instituto, o *campus* aceitou abrir 49 cursos sem professores e sem equipe, sem prédio, sem laboratório. Então hoje nós enfrentamos problema de toda ordem. O pessoal está formando em enfermagem, por exemplo, e tem a obrigatoriedade de, no mínimo, 600 horas de estágio supervisionado por enfermeiro, formado em curso superior e registro no COREN e eu não sei como vou proporcionar isso para os alunos, pois eles podem ir ao conselho pegar o seu registro e não conseguirem. O Conselho Regional de Biblioteca também já entrou em contato conosco perguntando a formação de quem atua no curso de Biblioteca, que há exigências do conselho de pessoas que sejam formadas na área, e em Congonhas nós quase não temos pessoas com essa formação

> superior em Biblioteconomia e habilitado pra isso. Acabamos colocando pessoas com outras formações e não específica da área, por não termos profissionais na região (E2).
>
> Vai muito de encontro com o que a escola tem a oferecer, e o PRONATEC na realidade que nós trabalhamos, passou por muitos desafios. Passamos por um problema orçamentário muito grave. Então, os alunos não tinham a assistência que é prometida, que é a assistência estudantil (E8).
>
> [...] o pagamento frequente dos auxílios contribui para essa permanência, mas outros fatores citados na questão anterior também são fundamentais[84] (E9).

Rodrigues, Rodrigues e Viroli (2015) afirmam que a estrutura organizacional das escolas está entre as possíveis causas de evasão no Instituto Federal de Brasília. Particularmente sobre o atraso no pagamento das bolsas, Araújo (2012) alegou que essa foi a causa com o maior índice de queixas dos alunos evadidos no Instituto Federal do Maranhão[85]. De acordo com os estudos apontados na 2ª Categoria, as bolsas e auxílios estudantis contribuem efetivamente para que a permanência escolar ocorra. Assim, esse atraso pode levar o aluno a evadir.

Outro fator apontado estava relacionado à qualidade dos cursos, das aulas e dos professores.

> Outra coisa é a qualidade do curso, se o professor que está ali está desempenhando um bom papel, se o aluno sente segurança nisso ele tende a ficar também. Eu acho que o determinante é o aluno ver que o curso tem qualidade (E1).
>
> Então, eu acho que a evasão é minimizada com a qualidade do curso, o que prende muito o aluno, quando ele vê que o curso é bem organizado, bem estruturado e temos traços pedagógicos bem definidos, que é o que nos falta. Às vezes o curso está funcionando na unidade e nós aqui em Congonhas, e a pessoa representando não tem tanta informação também, e eles se sentem muito soltos, muito abandonados mesmo, sem orientação específica. [...] E isso influencia na permanência do aluno, porque ele acredita naquilo que ele vê, pois ele larga o conforto da família e do lar para ter uma experiência de qualidade, de conhecimento, quer ter um retorno de conhecimento, pois para assumir um posto de trabalho não basta um certificado, que não vai atuar por ele (E2).
>
> Eu acho que a qualidade do ensino é muito importante. Principalmente a qualidade do ensino [...] para que o aluno permaneça. Bons profissionais dentro da sala de aula, bons professores (E4).
>
> Qualidade das aulas, professores capacitados e criativos, credibilidade dos cursos, aulas de campo e diversificadas (E5).
>
> Então, o fator principal de permanência é uma motivação de aula, mas não só na aula. Também uma motivação para a vida, pois o curso noturno ele tem que ser visto como uma motivação para a vida, porque a maioria dos que estão ali, estão

---

[84] O entrevistado E9, mencionou os seguintes fatores na questão anterior: "Maior comprometimento da coordenação do PRONATEC em resolver as demandas apresentadas pelos discentes, docentes, apoios e supervisores, como atraso no pagamento, melhor estrutura física, atraso dos materiais e apostilas, dentre outras".

[85] 40% dos alunos reclamavam sobre o atraso das bolsas (ARAÚJO, 2012, p. 85).

> procurando uma oportunidade de prosperar, de melhorar de vida, de ter um emprego melhor (E8).
>
> Qualidade nas aulas; professores bem formados; aulas práticas e visitas técnicas (E10).

Ligados a esse fator, os estudos de Oliveira (2015), Borges (2011) e Paredes (1994), apontam que a qualidade do curso influencia na permanência dos alunos. Oliveira (2015, p. 145) afirma que, "nos depoimentos dos bolsistas, são recorrentes as declarações sobre a qualidade do ensino, a rotina intensa de estudos e as exigências próprias do mundo acadêmico como um diferencial do CEFET-MG". Paredes (1994, p. 23) ainda complementa: "por outro lado, não podem ser esquecidas as falhas, apontadas por grande parte dos alunos, relativas à baixa qualidade dos cursos". Com o exposto, percebe-se que a qualidade tanto do curso, quanto das aulas, interfere na permanência dos alunos, sendo um fator primordial para a maximização dessa.

Quanto à qualidade dos cursos, ela está relacionada à questão da infraestrutura do PRONATEC, como laboratórios ou visitas técnicas. Os entrevistados afirmaram que essas questões estão diretamente ligadas à permanência escolar.

> Primeiramente, o curso do PRONATEC tem uma comparação com o curso do IFMG, pois aqui no *campus* nós temos uma estrutura de laboratório, que são bem equipados, de professores fixos, e o programa é desenvolvido em parceria com as prefeituras. Então, a informação que eu tenho é de que na pactuação, o IFMG e o Governo Federal entrariam com as bolsas, com os docentes, com a bolsa-formação e a Prefeitura entraria com a infraestrutura, com a escola, municipal no caso, e de que mais o curso precisasse. Porém, isso não vem acontecendo de uma forma satisfatória, pois os alunos reclamam muito da infraestrutura dos cursos, faltam laboratórios, faltam materiais, falta acesso a internet. [...]. Não houve essa contrapartida da Prefeitura. A prefeitura simplesmente abriu o prédio que ela tinha, e nós nem podemos colocar a culpa nas prefeituras, pois elas são um ente que recebem uma menor quantidade de recursos. [...] Então a forma que nós organizamos o PRONATEC na região não foi uma forma que contribuiu muito para que a permanência dos alunos ocorresse. Então a evasão do aluno é por isso: ele chega e desanima quando vê uma infraestrutura inadequada para que o seu curso ocorra. Há muitas dúvidas se o curso dele está realmente preparando para o mercado (E2).
>
> E ele ter a estrutura mínima para fazer esse curso, por exemplo, o curso de Edificações, ele precisa ter um material, um laboratório para ele fazer aulas práticas. Então eu acho que isso é uma coisa que a gente não enxerga muito no PRONATEC e precisaria ter essa estrutura (E3).
>
> [...] laboratórios apropriados, o que não tem, pois nós, infelizmente não conseguimos oferecer nas cidades, porque é uma parceria com as Prefeituras, e elas não atenderam a contento, sabe? Essa questão de laboratório de informática. Temos tentado algumas visitas técnicas, e isso tem ocorrido, porque os professores que permanecem tem dado essa contribuição de fazer visita técnica com os alunos, de aula prática, como por exemplo, em Belo Vale que tem curso técnico em Saúde Bucal, a prefeitura tem oferecido um estágio (apesar de no PRONATEC o estagio não ser obrigatório), pois esse curso precisa de aula prática. Então, o que temos tentado é isso, mas nem sempre é possível, como um convênio com um hospital para

> o curso de enfermagem é quase impossível, pois não querem ceder. [...] a estrutura física para aulas práticas são os principais fatores (E4).
>
> [...] não temos dentro da escola uma biblioteca que oferece material para aqueles cursos específicos, não temos laboratórios. [...] Tínhamos dentistas que estavam ali para dar aulas nos cursos da área de saúde, mas eu não tinha, por exemplo, um posto de saúde, um posto de atendimento, uma estrutura adequada para que os alunos fizessem simples testes de puncionar uma veia, num curso de enfermagem, ou para aferir uma pressão. Nós não tínhamos material para que o aluno vivenciasse essa prática. Particularmente no curso técnico em Saúde Bucal, a dentista que assumiu as disciplinas, era profissional do município e ela conseguiu firmar um convênio com o este para que, em rodízio, os alunos tivessem aulas práticas dentro da Unidade de Saúde da cidade de Belo Vale. Então, a gente teve que fazer toda uma organização para que o aluno estivesse tendo, durante o dia, as aulas práticas. E isso estimulou muito. Foi um dos cursos que tivemos menos evasão, mas não foi nula. Foi a menor (E8).

As produções de Melo e Rocha (2015); Rodrigues, Rodrigues e Viroli (2015); Matos, Vasconcelos e Santos (2015); Faria (2014); Souza (2014); Palácio (2012); Silva (2013); Araújo (2013); Noro (2011); Silva (2011); Oliveira (2011); Rocha (2011); Costa (2007) dialogam com essa questão. Assim, segundo Souza (2014), os participantes da pesquisa enfatizaram que a instituição já dispõe de uma infraestrutura adequada que contribui para a permanência do aluno, visto que isso é fundamental para garantir que o aluno permaneça e não apenas tenha acesso à instituição.

O número de paralisações sofridas pelo programa no decorrer de sua vigência comprometem a regularização do calendário acadêmico dos cursos[86]. As paralisações estavam ligadas à contratação dos professores e aos pagamentos das bolsas dos alunos, dos professores e da equipe de apoio do PRONATEC como mostra a fala dos entrevistados.

> Hoje mesmo eu recebi aqui uma senhora que teve que locomover o filho para Belo Vale para poder fazer o curso de Saúde Bucal que se iniciou em dezembro de 2013, que era pra ter sido encerrado em dezembro de 2015 e que nós não temos previsão de encerramento. Então o curso tem se prolongado muito, chegando, algumas vezes, a ser comparado com a duração de um curso superior. Então a pessoa fez um planejamento de vida para fazer aquele curso, que tem início e tem que ter o fim. Essa previsão tem que ser cumprida. E o PRONATEC, entre um período ou outro de férias às vezes fica com o aluno 3 meses em casa esperando a retomada de aulas. E isso é muito desanimador para os estudantes e nós perdemos muitos. Não é o caso da sua pesquisa, mas o concomitante, por exemplo, fazia o curso junto com o ensino médio regular, que terminou, está nas universidades fazendo o curso superior e abandonaram o curso do PRONATEC conosco, por não termos cumprido o período que tínhamos programado para cumprir com ele (E2).
>
> Como poderíamos reduzir esses 68,7%, criando de alguma maneira, um meio para que esses cursos cumprissem o cronograma inicial, porque aí já não geraria a desmotivação no aluno no que diz respeito a paralisação constante. Então, eu acho que atacando essa questão, nós reduziríamos bastante esse índice, que é o que temos feito até agora. [...] É o aluno entrar no curso e ter a noção de que aquele curso vai

[86] O diálogo com o referencial teórico dessa questão está presente na página 139.

> seguir as seguintes etapas e vai terminar na data x. Eu acho que isso é primordial, o cronograma ser cumprido fielmente (E3).
>
> As outras são: a diminuição do tempo entre um módulo e outro, tentar principalmente cumprir o prazo do curso, porque, no meu ponto de vista, o que mais causa evasão é a demora em terminar o curso, porque todo mundo tem uma previsão para estudar. Um curso que dura dois anos, que deveria durar 1 ano e meio, 2 anos, se ele dura 3 anos, os alunos têm outras prioridades (E4).
>
> Que o calendário fosse mais certo, com dia para iniciar, dia para terminar; que tivesse realmente já os professores, para que quando terminasse cada disciplina, que o módulo tivesse uma sequência, que às vezes não tem. Temos que ficar puxando disciplina porque fica um buraco. Por exemplo, no segundo módulo, teriam cinco disciplinas, mas não consegue professor, mas consegue dos próximos módulos, aí puxa a disciplina para tapar os buracos. Eu acho que se conseguisse isso, um calendário mais condizente com as datas de início e término e os editais para contratação também saíssem nas datas certas, para não permitir esses buracos, muita coisa se resolveria (E7).
>
> Depois disso, alguns alunos desistiram por causa do prazo, pois era um curso de 2 anos que acabou se estendendo por mais tempo. [...] Calendário escolar não era condizente com o ano civil. Então, o módulo que acabaria em 6 meses, ele acabava estendendo um pouco mais, por causa da contratação de professor para uma disciplina. Por exemplo, um curso que era para ter terminado em, no máximo, um ano, se estendia para 1 ano e meio, 1 ano e 7 meses, quase 2 anos, por causa dessa dificuldade de contratação. Então, a gente não tinha muito o que fazer para reverter a questão da evasão, pois os mecanismos que a escola tem, que as vezes são muito limitados, iam contra a própria escola. Por exemplo, daria para fazer um curso de 800 horas. Numa escola normal, com a sua organização escolar adequada, ele faz em um ano, e como tinham essas dificuldades de publicação de edital, da organização do próprio Instituto na oferta das disciplinas, na dificuldade de conseguir profissionais para se deslocarem de outras cidades para trabalharem nessas cidades mais do interior, tudo isso atrasava. Então, a gente não conseguia falar com o aluno: "volta, para a escola, fica aqui, permanece, vamos tentar reverter essa situação". As vezes o aluno voltava, mas ele encontrava a mesma realidade. A escola não conseguia oferecer aquilo que ela se propunha, então o aluno chega e encontra a mesma realidade que é o fator desmotivador, ele não vai voltar (E8).

Um dos entrevistados ainda mencionou outro fator relacionado à questão de o aluno ver com o curso a possibilidade de uma profissão para conseguir se inserir no mercado de trabalho.

> Eu acho que quando uma pessoa vem para buscar uma profissão, aí ela vê no curso uma possível profissão, então isso a ajuda ficar. [...] Então eu acho que passa por isso, mas a permanência passa pela necessidade, pois se a pessoa vê ali uma profissão, a possibilidade de ser um profissional no final do curso, ela faz um esforço para ficar. Esse é o principal ponto (E1).

Para a entrevistada E8, os fatores que podem contribuir para a permanência são:

> [...] ter uma infraestrutura adequada, ter motivação do professor, perceber que ele planejou, se importou de estar ali comigo, e que mesmo sem estrutura ele se preocupou em me oferecer algo bacana, trouxe um conhecimento prático. E isso nós não tivemos nos cursos do PRONATEC. Pela insatisfação de todo mundo, por causa do dinheiro, pela falta de experiência docente e por não ter essa relação de amor pela educação, de se sentir importante como um profissional que está levando não só conhecimento, mas uma formação humana, isso tudo são fatores relevantes para que

> o aluno permaneça principalmente no noturno. Essa compreensão dele enquanto um ser que está ali buscando essa força, muitas vezes, mais do que o próprio conhecimento (E8).

Um dos entrevistados mencionou que seria possível descobrir com os alunos alguns motivos, de ordem pessoal, que contribuíram para a sua permanência.

> Então a permanência do estudante tem vários fatores, acho que na sua etapa de coleta com eles, você vai ser mais feliz nessa questão e acho que você vai encontrar problemas da ordem pessoal, que interferem muito, como o emocional da pessoa, a questão do trabalho, a questão da família, mas também tem o nosso lado que temos que reconhecer como instituição, que nós poderíamos fazer muito mais por esses cursos, por esses alunos e pela sua permanência, em termos de estrutura, de qualidade e tudo (E2).

Para os alunos permanentes, participantes da pesquisa de campo, o fator que mais contribuiu para a sua permanência foi a vontade de adquirir conhecimentos e o gosto pela área e pelos estudos (24,2%)[87], seguido pela vontade de se capacitar e se inserir no mercado de trabalho (21,7%) e pela paciência, persistência e perseverança (20,8%). Outros fatores foram indicados como: boa qualidade do curso; incentivo da família, dos colegas e dos professores; melhoria da renda e qualidade de vida pessoal e da família; diploma; e vontade de trabalhar na área.

Os resultados da pesquisa de Basso (2014) vão de encontro de algumas das causas registradas pelos alunos nesta pesquisa, a saber:

> Os resultados apontam que a permanência dos estudantes no curso técnico do PRONATEC está relacionada à satisfação, à integração, ao desenvolvimento psicossocial e cognitivo e ao comprometimento com a profissão e o curso, que envolvem aspectos de pré-ingresso, referentes aos determinantes da escolha profissional e do ensino técnico, às expectativas educacionais e às perspectivas dos estudantes sobre seu futuro e carreira, e às vivências pessoais e contextuais durante o curso. Em relação às vivências pessoais, os estudantes referiram a identificação com a profissão e com o curso, as condições físicas e psicológicas e o desenvolvimento de competências cognitivas. Quanto às vivências contextuais mais importantes, foram apontados no ambiente familiar a convivência e relacionamento entre pais e filhos e a percepção de apoio recebido; no ambiente social o apoio de amigos, professores e colegas e os relacionamentos interpessoais; no ambiente educacional a qualidade do curso e o uso de estratégias autorreguladas de aprendizagem e; no aspecto vocacional/profissional, além da identificação com a profissão, as oportunidades do mercado de trabalho e as necessidades de emprego. Também foram apontadas outras variáveis intervenientes, como as dificuldades financeiras, a mudança de cidade e a gratuidade do curso. Esses resultados sugerem a importância de ampliar os estudos na área vocacional e de carreira no contexto do ensino técnico, bem como para o desenvolvimento de práticas de intervenção visando à permanência e êxito do estudante no curso (BASSO, 2014, p. 13).

Outros estudos como: Paredes (1994); Bardagi e Hutz (2008); Pinheiro (2003); Pinheiro e Ferreira (2002 e 2003); Rowan-Kenyon, Bell e Perna (2008); Silva e Ferreira

[87] Porcentagem calculada com base no número de respostas e não com base no número de participantes, visto que o respondente poderia marcar mais de um fator relacionado à sua permanência no curso.

(2009); Silva, Abrantes e Duarte (2009); Noro (2011); Faria (2014); Pessanha e Carmo (2015) também trazem contribuições nesse sentido.

Dentre esses, o ponto mais citado diz respeito ao apoio familiar. Basso (2014, p. 160) afirma que "a presença da família foi apontada como importante e fundamental no decorrer do curso, apoiando, incentivando e motivando o estudante para que possa superar suas dificuldades e persistir nos objetivos de vida e de carreira", não apenas na educação profissional, mas também nas demais modalidades.

A Tabela a seguir traz uma síntese das respostas dos alunos permanentes e dos participantes da entrevista, indicando os fatores relacionados à permanência nos cursos e a frequência com a qual eles são mencionados.

Tabela 21 – Síntese dos fatores relacionados à permanência no PRONATEC – IFMG *campus* Congonhas, segundo os participantes da pesquisa de campo. 2016.

FATOR DE PERMANÊNCIA	ALUNO PERMANENTE	ENTREVISTADO
Vontade de adquirir conhecimentos, gosto pela área e pelos estudos	29	-
Capacitação e inserção no mercado de trabalho	26	1
Paciência, persistência e perseverança	25	-
Curso de boa qualidade	7	6
Incentivo da família, dos colegas e dos professores	6	-
Vontade de trabalhar na área que é ampla	5	-
Pelo diploma	5	-
Melhorar a renda e a qualidade de vida pessoal e da família	5	-
Sem resposta	3	-
Necessidade de formação técnica para o emprego	3	-
Falta de opção	2	-
Ocupar a cabeça por motivo de doença	1	-
Familiar não permitiu o abandono do curso	1	-
Por ser na cidade em que reside	1	-
Conseguiu estágio na área do curso	1	-
Gestão e organização do programa	-	5
Infraestrutura (laboratórios, visitas técnicas, etc)	-	4
Regularização do calendário acadêmico	-	6
Professores responsáveis e motivados	-	1

Fonte: Dados da pesquisa de campo organizados pela autora.

Em relação aos motivos da permanência, os discursos não estão alinhados, pois apenas duas respostas coincidem. No entanto, é possível inferir que a permanência permeia diferentes aspectos, tais como questões relacionadas à infraestrutura, motivação, qualidade do curso. É necessário que se busque cada vez mais conhecer tanto a opinião dos gestores e da área

pedagógica do programa, quanto dos discentes, para que medidas eficientes sejam implantadas com objetivos de se alcançar a redução dos índices de evasão.

4ª Categoria: Estratégias e ações de combate à evasão

A busca por estratégias e ações de combate à evasão deve ser uma constante, não apenas na educação profissional, mas em todo âmbito da educação. Segundo Dore e Lüscher (2011), o sistema de ensino deve assegurar a diversidade de escolhas à população que deseja ou precisa retornar à sua formação. As instituições escolares devem buscar soluções para os problemas que estão na sua área de competência e o sistema produtivo estimular o jovem a retomar seu processo formativo.

Assim sendo, os entrevistados se pronunciaram quanto às ações que poderiam ser desenvolvidas para que o índice de alunos permanentes aumentasse e para que a evasão fosse minimizada ou até mesmo eliminada. As opiniões estavam bastante alinhadas entre si.

> Eu acho que para eliminar a evasão seria essencial que os pagamentos estivessem em dia e se fizesse um acompanhamento pedagógico mais próximo, tentando entender quais são as dificuldades que ele tem, né? Fazer o acompanhamento pedagógico com os professores também, entendendo a disciplina. Porque quando você tem o processo de avaliação, você procurar entender se uma parcela é o professor, se a outra parcela se é o aluno, e acompanhar isso para tentar minimizar a desistência. Enfim, eu acho que passa por isso aí (E1).

> O professor ser temporário, bolsista e não ter vínculo nenhum também prejudica muito. Às vezes iniciamos a disciplina com um professor, mas chegam a passar 2, 3 até que ela se encerre. E isso causa um desânimo no aluno e principalmente o prolongamento dos cursos (E2).

> Olha, eliminada é difícil, porque até a forma de seleção (conforme eu falei, o nosso maior problema é o não cumprimento do cronograma devido a paralisação dos cursos) dos cursos pode facilitar essa evasão também. Então, a gente conseguiria reduzir esse índice de 68,7%, mas não eliminar [...] Agora para levar esse número a zero, nós ainda não temos dados para que isso ocorra. Eu acho muito difícil levar a zero pela própria estrutura do programa. Por exemplo, vou dar o exemplo de Congonhas, nós temos uma turma do curso de Nutrição e ela só vai acontecer daquela vez. Então o aluno às vezes desanima ou tem um problema, pois ele precisa de que trabalhar, ele perde disciplina e não vai ter como repor essa disciplina. Então ele vai evadir, pois o curso não tem continuidade. E também é fácil entrar nesses cursos, então, por exemplo, no IFMG você faz um processo seletivo e querendo ou não isso cria uma pressão para você permanecer ali. Já no PRONATEC eu não sinto isso nos alunos, pois passa a sensação de ser fácil de entrar, apesar de termos exceções (E3).

> Eu acho que deveriam ter sido desenvolvidas ações pedagógicas mesmo, de instrumentos mesmo em sala de aula para evitar essa evasão. Eu não sei se foi desenvolvida alguma coisa, pois eu não sou orientadora pedagógica, existia um orientador; e não sei como funcionava a orientação, mas se tentaram alguma coisa não surtiu nenhum efeito [...] O pagamento das bolsas para os alunos, em dia, para ele terem condições de chegar na escola, principalmente os da zona rural. Os pagamentos dos professores em dia, porque para evitar que o professor retire do seu

> próprio bolso o custo que ele tem, porque ele tem um custo para ir para a escola (E4).
>
> Pagamento em dia da bolsa escolar e calendário acadêmico correto (E5).
>
> A regularização dos pagamentos. Promover uma ação mostrando aos alunos que eles pertencem ao IFMG, e o quão importante seria ter um diploma de uma instituição federal, o quanto isso seria um diferencial na vida profissional deles (E6).
>
> Não sei se seria um pouco utopia, mas que nós tivéssemos professores totalmente empenhados pela causa educacional, não apenas financeira, que é o que acabamos vendo no PRONATEC, na nossa realidade, pois paga-se mais pelo PRONATEC, paga-se bem; que esses que estão ali pela causa educacional se empenhassem a fazer aulas diferenciadas, mesmo com a pouca estrutura, porque são cursos oferecidos com baixa estrutura (E8).
>
> Maior comprometimento da coordenação do PRONATEC em resolver as demandas apresentadas pelos discentes, docentes, apoios e supervisores, como atraso no pagamento, melhor estrutura física, atraso dos materiais e apostilas, dentre outras (E9).
>
> Maior apoio da Prefeitura e da comunidade local, fornecendo transporte aos alunos; as empresas, com os alunos cursando PRONATEC, deveriam flexibilizar horário de trabalho até o aluno se formar (E10).

A produção acadêmica que trata dessa questão é ampla. Relacionada às estratégias e às ações para a redução da evasão, foram encontrados os seguintes estudos: Caprio *et al* (2015); Dutra, Castelo Branco e Brom (2015); Oliveira *et al* (2015); Silva e Lima (2015); Silva, Queiroz e Santos (2015); Chagas, Santos e Faria (2015); Rambo, Carrasco e Costa (2015); Silveira e Azeredo (2015); Temoteo *et al* (2015); Silva, Silva e Lopes (2015); Menezes e Schimit (2015); Rodrigues (2012); Dore e Lüscher (2011).

Assim como relatam os entrevistados, as estratégias apontadas nessas pesquisas estão relacionadas, em sua maioria, à avaliação diagnóstica, ao acompanhamento estratégico ou ao monitoramento constante da evasão. Para Dore e Lüscher (2011), a melhor estratégia para as políticas de controle da evasão é a prevenção, pois se os alunos em situação de risco de evasão forem identificados antecipadamente, é possível buscar soluções para o problema antes que ele se manifeste. Nessa perspectiva, planejar a expansão da educação profissional com qualidade social é pensar além da ampliação do acesso, e é necessária também, sintonia com as demandas de mercado.

Os depoimentos dos participantes da pesquisa de Contarine (2014) sobre o PRONATEC mostraram que uma das formas de prevenção da evasão foi realizar um acompanhamento diário da frequência, feita pelos professores e pelo setor pedagógico.

Máximo (2013) ressalta que o monitoramento contribui para a redução dos índices de evasão nas instituições, pois:

> no Sistema S, que responde por cerca de 40% do estoque de matrículas do PRONATEC em escolas do SENAI, SENAC, SENAR e SENAT, há um melhor monitoramento. Somente nas unidades do SENAI, que já ofereceram mais de 720 mil vagas do programa, a evasão atinge 19,35% nos cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC), cuja carga horária mínima é de 160 horas, e de 10% nos cursos técnicos, com jornada mínima de 800 horas (MÁXIMO, 2013, p. 1).

Nesta pesquisa, foi questionado ainda se o IFMG *campus* Congonhas desenvolve alguma ação para acompanhar a evasão dos alunos do PRONATEC e, consequentemente, minimizar seu efeito. A maior frequência de respostas estava ligada ao não desenvolvimento de qualquer ação por parte da instituição.

> Na verdade quando eu assumi, no final de setembro de ano passado, eu já assumi as turmas rodando e nós ainda não conseguimos implantar nenhuma política pra acompanhar a evasão em si. Tem essa comissão acontecendo aqui no IFMG e o pessoal está concluindo o relatório e saindo o resultado, se tiver alguma ação que der para aproveitar no Pronatec, nós iremos aproveitar. Nós sabemos que a evasão é muito alta, mas quando eu assumi não tinha nada implementado nesse sentido. [...] Então, essa questão da evasão, eu penso que quando eles fizeram o PRONATEC, ele é um programa de massa, né? Para muita gente, oferta muita vaga, então a evasão, naturalmente seria muito alta mesmo. Mas hoje nós não temos como acompanhar essa evasão. Apenas sabemos que ela é muito alta e a gente ainda vai dispara uma ação para acompanhar isso, se for o caso (E1).
>
> Não. O IFMG não desenvolve nenhuma ação (E7).

Em relação à fala do entrevistado E1 sobre o alto índice de evasão em cursos em que a oferta de vaga é grande ser natural, Steimbach, Pelissari e Silva (2013) e Tontini (2013) salientam que, no caso específico da educação profissional técnica de nível médio, apesar do significativo aumento na oferta de vagas ocorrido nos últimos anos, há casos em que a taxa de abandono passa de 75%.

Sobre as ações de combate à evasão, os participantes ainda afirmaram que eles mesmos, coordenadores, supervisores de curso e orientadores pedagógicos, em conjunto com os ocupantes dos cargos de apoio às atividades acadêmicas e administrativas[88], fizeram alguns trabalhos para minimizar a evasão.

> Eu tive a preocupação de criar a área de ensino dentro do PRONATEC, colocar adjuntos na área de ensino, mas nós, nesses pouco mais de 8 meses, ainda não conseguimos atacar essa questão da evasão. E para te falar a verdade, eu nem sei muito como fazer isso. Pensando que o aluno evadiu, aí, vamos supor, ele perdeu

[88] Esse cargo tem as seguintes atribuições, de acordo com o Regimento: apoiar a gestão acadêmica e administrativa das turmas; acompanhar e subsidiar a atuação dos professores; auxiliar os professores no registro da frequência e do desempenho dos estudantes no SISTEC; participar de encontros de coordenação; realizar matrícula dos estudantes, a emissão de certificados e a organização de pagamentos dos bolsistas, entre outras atividades administrativas e de secretaria determinadas pelos coordenadores geral e adjunto; prestar apoio técnico em atividades laboratoriais ou de campo. Os candidatos são selecionados via edital de seleção. As atividades exercidas por esse bolsista não caracteriza vínculo empregatício e os valores recebidos a título de bolsa não se incorporam, para qualquer efeito, ao vencimento, salário, remuneração ou proventos recebidos (IFMG, 2015a).

uma ou duas disciplinas, aí como eu vou repor essas disciplinas, uma vez que eu pactuo um curso com x horas, por exemplo, 1.200 horas. Eu não tenho recurso para pagar além dessas horas. E uma vez que a aula já aconteceu, como que a gente vai fazer? (E1).

Nós estamos com um grupo, uma comissão de evasão para realizar esse estudo e levantamento no ensino regular ofertado no *campus*, pois aqui em Congonhas nós temos o PRONATEC praticamente em unidades remotas e não no *campus*. Então nós começamos esses trabalhos para fazer esse levantamento em relação aos cursos ofertados aqui no *campus* do IFMG. Já nos cursos do PRONATEC nós não temos metodologias para acompanhar esse índice. [...] Então, assim, tudo o que é feito no PRONATEC no IFMG é feito por meio de planilhas, que é um sistema extremamente frágil de controle, deixa muito a desejar. Então a gente não tem esse controle, não temos ações desenvolvidas e nem esse levantamento sequer registrado de uma forma oficial, tudo por meio de planilhas e papel. Então se o professor vai a aula hoje, passa-se a lista de presença, a pessoa que está na unidade remota nos dando apoio encaminha isso pra gente por meio de papel, e pedimos que passem compilado por semana e no final do mês mande o acumulado do mês também, as presenças e faltas de cada aluno. Os alunos assinam a lista de presença diariamente, mas como nós temos 49 cursos em 6 unidades, fica difícil acompanhar cada uma das turmas. A gente não tem esse método hoje. Eu também, cabe ressaltar, assumi o PRONATEC de janeiro deste ano pra cá, sendo que as aulas efetivamente começaram em meados de março, no dia 13, na maioria das nossas unidades remotas. Então essa experiência que eu relato são de dois meses. Então não estamos tendo esse controle. Temos bolsas a serem pagas que estamos com problemas na identificação das listas e as listas têm que estar corretas para que o pagamento seja feito, o aluno só pode ser pago se estiver no SISTEC. Temos turmas com 13 frequentes, mas apenas 4 estão no SISTEC e somente estes poderão receber recurso. Os demais eu não posso passar o recurso pra eles. Estamos ainda com este problema para administrar. Estamos recebendo essas planilhas ainda para fazer esse levantamento. Por isso, o ideal é que você faça também essa entrevista lá na escola, que acompanhou desde o início os processos e podem te dar melhores informações desde o princípio, em relação a fatores que podem ter levado a essa evasão, ao aluno desistir (E2).

Inclusive fizemos um levantamento dessa evasão e o que estamos tentando fazer é de alguma forma atacar essa questão da paralisação, que é o principal motivo. Tentando colocar os pagamentos em dia, olhando a questão da contratação do professor, pois antes tínhamos um problema com os editais, que demoravam a sair e isso nós conseguimos contornar. Era o que estava visível, mas a gente ainda não teve no momento isso como um todo. Por exemplo, às vezes temos uma unidade que faz esse trabalho, mas não é uma política da coordenação geral. Não foi feito um trabalho com o aluno para saber qual o motivo dessa evasão. Só temos os indícios (E3).

Nós temos tentando, junto com a coordenação adjunta, diminuir essa morosidade para iniciar os módulos. Então, nos últimos tempos, os alunos que permaneceram tem ficado até hoje, porque a gente está tentando não dar nem um período de recesso entre um módulo e outro, mas não é uma coisa institucionalizada não. É uma ação do *campus* Congonhas. Não sabemos como acontece nas outras cidades ou até mesmo na outra região que eu não acompanho. Mas na região que eu acompanho, composta por Congonhas, Moeda e Belo Vale, temos tentado fazer dessa forma, porque o que nos permitem fazer, porque em outras questões não temos o que fazer, como em relação ao atraso de pagamento. Temos ainda buscado parceira com a prefeitura para poder ver se ela cede transporte para os alunos, pois a falta de pagamento para o aluno prejudica o transporte, porque normalmente eles são de zona rural e não tem com ir para a escola. Em alguns casos a própria prefeitura oferece o transporte para o aluno. E são ações que nem são pedagógicas, mas é o que temos tentado fazer junto com a coordenação adjunta do *campus* e com a prefeitura. Evitar a demora entre os módulos e buscar resolver (E4).

> Quem faz isso são os supervisores que tentam chamar, conversar e tentar resolver a situação. Mas nem sempre tem sucesso não (E7).

> A equipe de apoio, supervisão e coordenação fazem reuniões contínuas para analisar cada caso separadamente. Existe nivelamento no Módulo 1 dos cursos PRONATEC para minimizar a defasagem de aprendizagem, incentivando o aluno a permanecer no curso (E10).

Um dos entrevistados relatou que ligava para o aluno na tentativa de entender o problema e incentivá-lo a retornar e não abandonar definitivamente o programa.

> Nas cidades que eu atuava, qual era a orientação que nós passávamos: o supervisor do curso detectou que o aluno faltou mais de uma vez naquela semana, ele tinha a atribuição de ligar para aquele aluno e saber o que tinha acontecido com ele, se tinha saído ou estava com algum problema. Muitos já apontavam a desistência mesmo, pelos motivos que eu te apontei na questão 1. E aí nós não conseguíamos reverter. Outros porque tinham a expectativa muito grande e aí quando viam a infraestrutura para aquele curso desanimavam e acabavam desistindo do curso. Aí nós fazíamos esses relatórios de evasão. Acabou que a gente tinha esses relatórios de índice de evasão, mas não tínhamos muito o que fazer. Tínhamos apenas o diálogo para fazer com que esse aluno voltasse para o curso, por quê? Tivemos problemas sérios com contratos, então muitos professores desistiam pelo meio do caminho ou pela dificuldade na contratação, por não conseguir o profissional específico para aquela disciplina (E8).

Em seu estudo, Silva e Lima (2015) alegam que uma das alternativas usadas na tentativa de fazer o aluno evadido retornar ao curso, era também entrar em contato com esse aluno.

> As iniciativas adotadas propiciaram ganhos tanto para a instituição quanto para os educandos. Segundo Fiorentini (2014) melhorar a educação em relação à quantidade e qualidade tem sido uma das grandes metas de vários países. Na busca deste objetivo, quando verificamos ou somos informados da possibilidade de desistência de algum aluno, entramos em contato, imediatamente, para sabermos o motivo da possível desistência e tentar, através do diálogo e conscientização, reverter a situação, o que resultou em êxito em alguns casos (SILVA e LIMA, 2015, p. 106).

Em contrapartida, outros participantes expressaram certo desconhecimento em relação aos mecanismos adotados no combate à evasão: *"Se foi feito, nós não participamos"* (E6); "*Atualmente existe um grupo que vem discutindo a evasão no IFMG, porém não sei ao certo se envolve os alunos do PRONATEC"* (E9).

O lançamento dos alunos e da sua condição de frequência aos cursos, no SISTEC, também tem sido um problema constante no acompanhamento da evasão no PRONATEC – IFMG *campus* Congonhas, como relatado pelo entrevistado E2.

> O Governo Federal tem como exigência que nós lancemos as frequências no SISTEC, um sistema dele[89]. Então lá que nós lançamos esse número de evasão. E a gente não tem nem a informação. Por exemplo, nós temos turmas funcionando com 2 estudantes. Nós não temos nem a informação se isso está dentro do esperado, dentro da legislação, se teríamos que agregar essa turma a outras da região, nós não temos essa informação. Porque o curso do PRONATEC é meio fechado. Já fui

[89] Ver página 52.

> informado que nós não podemos lançar nem um tipo de evasão, nem um tipo de movimentação para as turmas, então é como se a turma começasse cheia e fosse até o fim cheia no SISTEC, no programa de controle (*sic*). Mas isso não ocorre. Apesar de lançar frequência, presenças e faltas só para os alunos, eu não tenho um método de retirar o restante. Não tem essa opção no programa para excluir alguns como ocorre no regular, que informa mensalmente para o governo no SISTEC, quem concluiu, quem desligou, quem evadiu. Então eu faço esse acompanhamento mais de perto, mensal, nos cursos regulares do IFMG. Agora no PRONATEC, temos informações de que não é possível retirar, que é feita uma pactuação com o governo e nessa pactuação é informado o período de início do curso e o período de término. E dentro desses períodos é como se o aluno não tivesse essa opção de desligamento. Nós temos até problemas, inclusive, aqui nos cursos regulares do IFMG, de alunos que vem do PRONATEC de outras regiões, de outro estado, porque no estado de Minas Gerais a rede estadual também oferta o programa aqui em Congonhas, o SESC oferta PRONATEC aqui em Congonhas, não é só o IFMG que oferta. Então alunos que vem deles, por exemplo, nós não conseguimos incluí-lo no curso regular porque eles começaram o curso e desistiram e enquanto o curso não terminar, tem-se a informação de que não pode retirar essa pessoa do sistema, ele fica com dois vínculos (E2).

A Tabela 22 traz um resumo das respostas dos participantes da pesquisa no que diz respeito às ações e estratégias a serem desenvolvidas para que a evasão seja minimizada ou até mesmo erradicada.

Tabela 22 – Ações a serem desenvolvidas no âmbito do PRONATEC IFMG – *campus* Congonhas para minimizar/erradicar a evasão, segundo os participantes da pesquisa de campo.

AÇÕES	FREQUÊNCIA
Regularização dos pagamentos das bolsas (professores e alunos)	6
Cronograma correto do curso	4
Organização completa da gestão do programa	4
Processos seletivos melhores e mais ágeis	3
Melhorar infraestrutura (laboratórios, materiais, internet)	2
Constantes acompanhamento pedagógico e monitoramento da evasão	2
Maior apoio da Prefeitura (transporte, infraestrutura)	2
Empresas flexibilizarem o horário do aluno trabalhador	1

Fonte: Dados da pesquisa de campo – questionários e entrevistas – organizados pela autora.

Algumas dessas ações também são descritas no trabalho de Oliveira *et al* (2015), tais como: monitoramento e enfretamento permanente da evasão, elaboração de projeto pedagógico adequado, revisão da prática pedagógica docente, melhoria dos processos seletivos de docentes, incluindo exigência de formação pedagógica, melhoraria da infraestrutura do *campus*, acompanhamento pedagógico e interação com os coordenadores e secretários.

5ª Categoria: Avaliação, sugestões e críticas em relação ao PRONATEC

Nesta categoria estão sintetizadas as respostas dos entrevistados às questões 6 e 7, referentes à avaliação, às sugestões e críticas em relação ao PRONATEC. Ao final são apresentadas as posições dos alunos permanentes sobre a mesma questão, colocada na última pergunta do questionário.

Assim, foi solicitado aos entrevistados que expressassem a opinião sobre o PRONATEC e se pronunciassem sobre a avaliação e a expectativa sobre o programa. Além disso, indagou-se se teriam mais alguma consideração sobre o programa ou sobre a evasão e a permanência. 40% deles não fizeram ponderações. Os demais apontaram questões e também deram algumas sugestões. As avaliações e expectativas foram separadas por tópicos para facilitar a sua compreensão.

Sobre esta categoria não foram encontradas publicações que se relacionassem com os dados obtidos. Essa ausência pode ser justificada pelo fato de esta pesquisa ser um estudo de caso e os elogios e as críticas e sugestões apresentadas serem muito específicas do *lócus* estudado e relacionadas aos procedimentos, ações e problemas internos a ele.

Elogios

O programa não recebeu apenas críticas. Foram apontados aspectos positivos, tais como a abrangência do PRONATEC e a quantidade de pessoas capacitadas.

> Eu acho que um programa igual ao PRONATEC/Bolsa-Formação, ele era necessário aqui no nosso país mesmo. [...] Ele dá oportunidade, ele chega aonde a Rede Federal não chega e as universidades não alcançam. Então eu vejo dessa forma, eu acho muito válido, mas o programa tem que ser revisto, pois a forma de funcionamento teria que mudar (E1).

> A ideia de fornecer o curso foi boa no momento, ela trouxe uma discussão, igual Biblioteca mesmo, pois a maioria dos funcionários de biblioteca na região não tem formação específica. Então há uma discussão sobre o livro na escola, na biblioteca, sobre como organizar um acervo, sobre como incentivar a leitura dos usuários. Na semana passada eu pude participar de um projeto de incentivo a leitura com as crianças na nossa unidade remota na escola municipal Michael de Souza Pereira, que foi maravilhoso, levando mais para a fantasia. Então, o conhecimento está presente nos cursos? Não posso dizer que não está. Os cursos têm levado debates para os alunos, tem feito à diferença. Em Belo Vale, por exemplo, todos os alunos que estão fazendo o curso de saúde bucal, estão inseridos na rede pública, fazendo estágio, aula prática dentro da clínica da cidade, nos consultórios de dentistas. Então o pessoal reconhece isso. Em entre rios, o curso de enfermagem também está com os alunos inseridos no hospital, com aula prática e eles elogiam muito. No curso de enfermagem em Jeceaba tem bombeiro que trabalha dentro da VSB e que não tinha conhecimentos específicos, dizendo que tem aprendido muita coisa no curso e que tem utilizado esse conhecimento na empresa. O programa tem levado o conhecimento aos lugares mais distantes. E eu vejo a unidade remota como uma UNED, tal qual era antigamente, assim como Congonhas foi de Ouro Preto. Mas a

UNED tinha uma estrutura mais elaborada. O PRONATEC deu muito certo com os cursos FIC's, eu acredito. Com os técnicos nós temos muitos problemas (E2).

Mas também temos que ver o que o programa levou de bom para essas cidades onde ele está acontecendo, pois levou formação para o local, levou conhecimento, ao invés do aluno se deslocar de lá, como acontece em Entre Rios, os alunos pegam ônibus e viajam quase uma hora para chegar aqui em Congonhas para estudar, que a aula acaba 22h30min e eles ainda demoram uma hora para chegarem em casa. Eles tiveram a oportunidade de fazer isso perto de casa. Esse lado eu avalio como positivo. Levou também recurso para a cidade, como em Desterro de Entre Rios e Belo Vale, representa muita coisa, pois são cidades pequenas e levou recurso para a economia local. Esse professor e esse aluno que recebeu esse recurso, ele gatou ele lá. Então foi também uma forma de distribuir renda. Acredito que seja por isso que, mesmo com todos esses problemas, as pessoas ainda querem os cursos do PRONATEC. Os prefeitos querem fazer mais pactuação, teve secretario de educação que já afirmou que o prefeito quer sim, quer investir no curso técnico, principalmente por ser ano eleitoral, e eles querem colocar no programa eleitoral que irão abrir cursos do PRONATEC, do IFMG na cidade deles. Isso e um lado positivo. Os gestores não podem avaliar só um lado da moeda. Tem que avaliar os dois lados. Muitos alunos esperando apenas o certificado para melhorarem ou conseguirem um emprego, já ouvi muitos relatos nesse sentido. Já tivemos colação de grau aqui no *campus*. Satisfação das pessoas de entrarem no IFMG para receberem seus diplomas. Talvez não conseguissem entrar pelo vestibular, que é um funil, entra 100 e sai 30. É um critério de exclusão, até que ponto é justo esse vestibular? Será que é apenas um fator de esforço da pessoa? Ser justo não é tratar de forma igualitária. Esse lado o PRONATEC fez justiça. Técnico Logística, disse rumo a Engenharia de Produção do IFMG. Quero também ressaltar aspecto positivo e não apenas criticar (E2).

Eu acho que a ideia, a ideologia é muito boa mesmo. Quando nós chegamos com a possibilidade desses cursos na cidade, era uma animação geral, porque os alunos de lá não tem condições de vir até Congonhas, por exemplo, fazerem os cursos técnicos daqui do *campus*. Esse é um fator importante, por causa da distância mesmo. Então, ao invés do aluno ter que sair da sua casa, para vir até outra cidade para fazer o curso, ele tem a oportunidade de fazer praticamente do lado da sua casa, isso realmente é uma ideia fantástica. Outra coisa que talvez tenha impactado no número enorme de inscrições foi o fato de não ter vestibular, diferente do que acontece aqui no *campus*. Então, era só o aluno se inscrever, que se tivesse dentro do limite de vagas, ele já estaria matriculado. Então a ideia realmente é fantástica (E4).

É um programa que contribui para a melhoria da qualidade do ensino médio público, onde os órgãos federais responsáveis deveriam fazer alguns ajustes necessários para evitar tamanha evasão e ganhar credibilidade junto aos alunos e profissionais envolvidos no programa. [...] São cursos bons, com boa saída para o mercado de trabalho, profissionais bem capacitados envolvidos com o programa (E5, 2016).

É um excelente programa, a proposta dele em levar ensino profissionalizante e de qualidade aos menos favorecidos têm feito a diferença na vida de muita gente (E6).

Eu acho que é um programa muito bom, que a ideia muito boa. [...] Tem lugares que o programa funciona muito bem (E7).

Eu sei de experiências que do PRONATEC muito positivas. Eu tive oportunidade de fazer o curso do PRONATEC empreendedor, que veio um material riquíssimo para que os alunos tivessem acesso, mas esse material só chegou depois que eu mesma já tinha desligado do PRONATEC. Então tem muito recurso bacana, muita coisa boa, muitas instituições que conseguem fazer com que ele seja essa positividade no interior, principalmente se o município abraça essa causa, mas ele ainda é um desfaio para muitos. Por exemplo, eu atendi 3 cidades, e nessas cidades, a que tinha

> apoio do município, a coisa fluía muito melhor. [...] Em algumas localidades a gente consegue desde que o município nos dê apoio (E8).
>
> Vejo como uma excelente oportunidade de ensino e o acesso democrático a educação (de qualidade) (E9).
>
> Programa excelente. Promove a inclusão social e dá oportunidade de estudos e qualificação (E10).

A autora comunga com as opiniões dos entrevistados sobre o PRONATEC ser um programa bom, uma oportunidade de qualificação para jovens e adultos, principalmente no que diz respeito às cidades pequenas do interior do Estado, em que têm acesso a cursos de qualificação profissional. Contudo o que faltou na implantação dos cursos em pauta teria sido um planejamento mais rigoroso.

Críticas

As críticas ao programa também estavam presentes nos discursos dos entrevistados e estavam relacionadas aos diferentes aspectos do programa como: o nome do IFMG *campus* Congonhas; a oferta dos cursos; os pagamentos de bolsas; a infraestrutura; o planejamento; e questões orçamentárias.

> Então, será que valeu a pena para o IFMG, pois nós temos um nome na cidade, como instituição educacional e as pessoas confiam no nosso trabalho, quando falamos que o curso e a equipe são do IFMG, isso tem um peso. Tanto é que com todos os problemas, nós temos procura quase diária por cursos. Quando estou nas prefeituras, eles sempre colocam para fazermos novas pactuações, abrir novos cursos, porque eles confiam no nome e na marca IFMG. Então temos que pensar melhor na hora de pactuar para darmos mais assistência, pois a quantidade não anda junto com a qualidade, infelizmente. Então, quanto mais cursos mais materialidade, mais transportes, mais apoio, mais equipe. Então temos que pensar nisso, também na qualificação da equipe que está lá e como esse curso está acontecendo, pois não é apenas qualificar por qualificar, pois não resolve o problema do sujeito (E2).
>
> Eu já fui muito crítico do PRONATEC, pois o primeiro contato que você tem é mesmo muito crítico e você acaba avaliando negativamente. Pois você vê que é uma forma que as políticas usam os cursos para trazer menos impacto financeiro. Você leva muita formação, é um carro-chefe de campanha, tem uma visibilidade enorme, número de matrículas enorme. Existem metas alcançadas, o PRONATEC do IFMG chegou a ser o segundo maior do Brasil, então o programa cresceu muito. A primeira opinião que a gente tem realmente é de crítica. Porque tem cursos que já tem no IFMG e que o PRONATEC abre em cidades próximas com o pagamento de bolsas, o aluno recebe para estudar, como por exemplo, Técnico em Mecânica em Entre Rios (E2).
>
> Nós precisamos ter dados e repensar essa ampliação. Eu costumo comparar o programa com o orçamento familiar, pois você tem o seu orçamento, sabe as despesas que têm, o que você deve priorizar e o que você não pode de forma alguma gastar mais do que você tem para receber. Nós de Congonhas não temos acesso ao orçamento, tudo é resolvido entre Reitoria e MEC, mas o que me parece é que os gestores do programa programaram mais despesas do que receitas. Porque o programa é suficiente. Atualmente nós estamos pagando o ano de 2015 com

recursos de 2016, vamos pagar o ano de 2016 com recursos de 2017. E lá no final, quando acabar o recurso? Já tive experiência de trabalhar em outros programas de governo e o orçamento vem de uma vez e você faz o planejamento. São x bolsas para x alunos. Nós temos hoje aqui, 15 bolsistas, mas já tivemos bem mais. A reitoria tem na faixa de 40, 50 bolsistas. O programa sustenta isso com o que? As turmas que não estão no cadastradas no SISTEC nós não recebemos recursos por elas. Se em uma turma temos quatro alunos no SISTEC e dez não, somente posso pagar a bolsa para os quatro e como vou explicar isso para os outros dez que estão fazendo o mesmo curso e não estão recebendo? A orientação que é dada é para entrar na justiça. Muito complicado encaminhar uma pessoa para resolver uma pendência na justiça, uma vez que ela confiou no seu trabalho, confiou na sua instituição. O que se comenta aqui na região é que se for à justiça recebe. Tem casos que foram no Ministério público e eles receberam. É triste para nós, enquanto gestão, estarmos vivendo essa realidade (E2).

Fomos ampliando sem ter infraestrutura, sem ter condições e planejamento. Não vai aparecer na gravação, mas o PRONATEC não tem nem lugar para guardar os documentos dos seus alunos. Estamos em uma sala com pilhas de papéis soltos. Não tem lugar para guardar a certidão de nascimento do aluno, sua ficha cadastral, entre outros. Não tem um número de matricula aqui no IFMG. Quando ele precisa fazer um estágio ele não tem nem numero de matricula, não tem uma infraestrutura básica. Vale a pena crescer a qualquer custo? Muitas universidades disseram não ao reuni, dois CEFETs disseram não. A expansão tem atrativos, mas que o gestor tem que avaliar bem. Até onde vale a pena ter um número exorbitante de bolsistas. Poderíamos ter poucas turmas aqui no *campus*, nas unidades gestoras. Eu tenho cidade que tem dificuldade de olhar um e-mail, pois além de tudo estão a mais de 90 km. Expectativa é de muita cautela, pé no chão. Temos cursos fechando por falta de professor, porque eles não estão recebendo. Quando recebemos pessoas novas para ingressar no programa, principalmente que estão em cidades pequenas, já sabem desses atrasos nos pagamentos, avisamos que os pagamentos podem demorar a sair. E isso desmotiva o professor e consequentemente desmotiva o aluno, pois aquele não dá aula satisfeito. Tem pessoas que saem de outras cidades para dar aula. Precisaria do dinheiro para pagar o transporte. Forma sucateada de contratação, não tem vínculo e nenhum dos outros direitos trabalhistas. Professor se sente desvalorizado e passa isso para os alunos, que acabam protestando, fazendo abaixo-assinado (E2).

Eu avalio que perdemos uma grande chance de levar ensino técnico de qualidade para quem precisa. Eu acho que se perdeu no caminho. Era uma grande oportunidade de implementar um bom programa nessas cidades (E4).

[...] o ruim, que deu errado, foi essa falta de organização para começar. Eu acho que se tivesse começado com mais seriedade aqui no IFMG, a coisa teria tido um resultado muito bom, porque realmente tinha levado o ensino técnico a muita gente que não tinha condições. Igual em cidades como Jeceaba, Belo Vale, Moeda, São Brás, que são menores, afastadas e as pessoas precisam se deslocar de lá para estudar, seria ótimo. O problema é que começou o programa desestruturado e ficou bagunçado. [...] Só ressaltar que faltou seriedade para começar e isso foi o grande problema. Estamos resolvendo problemas do ano passado ainda. Não tínhamos respostas para as demandas (E7).

[...] diferente daquela que eu não tinha apoio, como por exemplo, Moeda. A escola nos limitava, as supervisoras de curso ficavam na cantina, pois não tinham sala para ficar, não tinham computador para usar, tinham que levar a sua própria rede de internet e o próprio computador para realizar a suas atividades, suas orientações. Ele ainda não atende toda a expectativa da legislação não. [...] mas o apoio ainda não acontece em todas as localidades não. [...] Mas os problemas que nós tivemos de organização administrativa interferiram demais no que de fato importante para o programa atingir essas pessoas. Faltou uma compreensão maior das pessoas que vieram participar do programa, sejam como bolsista formadores ou como

> educandos, do que é de fato o programa, não houve uma clareza do que é o programa, qual é a verdadeira sensibilidade que o PRONATEC propõe; e isso não houve (E8).

Percebe-se mais uma vez que os problemas relacionados ao planejamento e à organização acadêmica e administrativa estão presentes nos discursos dos entrevistados. Essas adversidades, tais como atraso no pagamento das bolsas, ampliação da oferta de cursos sem o devido planejamento, falta de infraestrutura, falta de transporte, entre outros mencionados, podem ter contribuído com a evasão. Dessa forma, as críticas aqui apontadas poderão servir de base para que o PRONATEC – IFMG *campus* Congonhas seja revisto e readequado, tornando-se um programa eficiente e de índice elevado de qualidade.

Críticas em relação à implantação e à execução do PRONATEC

As críticas relatadas não diziam respeito apenas ao programa em geral, mas também estavam relacionadas à implantação e à execução do PRONATEC – IFMG *campus* Congonhas, descritas a seguir.

> O que eu vejo como problema foi a forma como ele começou, essa questão de acompanhamento dele, eu acho que nós teríamos que ter instrumentos de tecnologia da informação para fazermos uma gestão administrativa e acadêmica do programa, de uma forma mais eficiente, né? A falha é essa, mas o programa é necessário e bem importante (E1)

> [...] Então, a ideia geral do programa é muito boa, assim como a maioria das políticas em nosso país, são pensadas de forma correta, muito boa, muito avançadas. O problema é na prática, quando vai se implantar o programa, até mesmo pelas dimensões do nosso país, esse programa não vem conforme foi idealizado. Quando chega na prática ele vai tomando outros formatos, outros sentidos. Igual eu mencionei, no âmbito do IFMG eu avalio que tiveram problema de gestão, que estamos passando por eles. Difícil gerir tantos cursos, com uma equipe tão pequena, para se ter uma ideia, nós temos no *campus* 46 técnicos administrativos e 65 professores para seis cursos, basicamente, Engenharia de Produção, Engenharia Mecânica, Licenciatura em Física, Edificações, Mecânica, Mineração. E nós temos 49 cursos no PRONATEC e temos uma equipe de 15 pessoas. A gente ainda tem essa bolsa-formação para o estudante que a gente tem que gerir e pagar. Então pra eu chegar e depositar na conta de um estudante hoje o recurso, eu tenho que pegar a planilha que a pessoa fez a chamada diariamente na escola, que ela me enviou, fazer uma planilha interna, que vai para a contabilidade para ser lançada na lista de credor, tem muito problema de conta, de dinheiro que volta, que a pessoa informada, que a conta abriu e fechou. Tem pessoas que abriram contas somente para receberem esse recurso do PRONATEC, que só fica aberta enquanto você está recebendo recurso. No momento que você para de receber recursos, por exemplo, como mencionei, tem quase um ano que não pagamos alunos, ela fecha. Quando formos depositar os recursos as contas com certeza já estarão fechadas e o recurso vai voltar, ai temos que entrar em contato com o aluno para abrir nova conta e nos informar. Agora você imagina a logística de pessoal necessária para fazer isso. Seria um setor muito grande para fazer isso. E eu tenho meia pessoa, meia carga horária para fazer isso, porque eu peguei um apoio pedagógico que eu tenho, com outra atribuição, e pedir para ele assumir mais essa atribuição. A carga horária é baixa, limitada a 14 horas semanais, seguindo a legislação, não podendo ultrapassar, tendo que dar conta de

> fazer tudo isso. Deveríamos ter acordado assim: aumentou uma unidade remota, qual estrutura irá aumentar? Porque nós ainda fazemos o serviço interno do IFMG, nós não vivemos apenas de PRONATEC (E2).
>
> Ressaltar duas especificidades do PRONATEC: a troca de gestão no IFMG, em outubro de 2015, com a troca houve um estudo, levantamento em torno do PRONATEC, houve-se mudança desde o coordenador adjunto até a coordenação geral, que atuava na reitoria. Primeiramente, criou-se comissão de diagnóstico do PRONATEC na reitoria. Pairou uma incerteza muito grande em relação a quem estava envolvido no PRONATEC, as pessoas que estavam no PRONATEC, entre os bolsistas que estavam no programa sobre a continuidade do mesmo. E isso foi muito ruim para todo mundo, porque isso chega ao aluno, chega ao professor, chega ao supervisor, no apoio, e todo mundo entra em *stand by* para saber o que vai acontecer agora. É um programa de governo, maior do que o IFMG, mas houve essa incerteza. Essas trocas trouxeram muito atraso no desenvolvimento do programa. Pior ficou a situação do PRONATEC no IFMG *campus* Congonhas de dezembro pra cá, pois se resolveu que entraria as férias regulares e nessas férias bolsistas, colaborados, apoios, docentes e alunos foram surpreendidos com a notícia de que todos estavam dispensados. Com essa dispensa, ninguém mais estaria na equipe do PRONATEC quando voltassem às aulas no outro ano, que seria agora nesse ano de 2016. Então isso trouxe um prejuízo enorme, enorme. Conseguimos reverter a questão do docente, pois até o docente que faltava, por exemplo, quatro, cinco horas aula no módulo seria dispensado. E como contratar docente para terminar essas aulas? Com isso, muitos professores e supervisores ficaram magoados, ressentidos com o programa, com o IFMG. Até hoje eu tenho dificuldade de recolher documentos que estão com as pessoas, pois estas levaram os documentos para casa: "não recebi, e ainda fui dispensado, da forma como foi, por um e-mail", assim que eles falam. Então enquanto eu não receber eu não vou devolver. Isso aconteceu semana passada com uma supervisora, dizendo que tudo que ela tinha que entregar já tinha entregado, e agora só faltava ela receber. Que dia que sairá a minha bolsa? Então é uma situação muito difícil de administrar. Eu fico o dia inteiro, grande parte, resolvendo questões de pagamentos atrasados, respondendo e-mails. O tempo que eu poderia estar dedicando em melhorar o pedagógico e os processos do programa, eu passo respondendo e-mails sobre pagamentos atrasados. O que nós temos que fazer, nós fazemos, que é conferir as folhas de ponto e encaminhar para a reitoria, mesmo dos atrasados. E isso tem provocado certo atraso, pois nos não estamos pensando 2016, não estou gastando minhas energias em 2016, eu ainda estou em 2015. Eu ainda brinco que eu queria o réveillon do PRONATEC, para mudar de ano, pois eu ainda não mudei de ano no PRONATEC. E isso me preocupa muito, pois essas pessoas trabalharam, confiaram em nossos serviços e tem o direito de receber suas bolsas. Muitos estão aguardando essas bolsas para fazer cirurgias, para casar, para viajar, que é de direito delas, já que prestaram o serviço. Essa é uma preocupação muito grande que eu tenho. Eu gostaria de destacar que isso poderá fazer uma diferença mito grande, pois se você fizer um histórico da evasão, você vai sentir de que do ano passado para esse ano ela aumentou fortemente, mas devido a todas essas incertezas que o programa passou. Se entrevistar um bolsista que não está mais, mas que esteve no ano passado poderá perceber esse sentimento ruim que ficou para o IFMG e para o IFMG *campus* Congonhas. Nós fomos divulgar o vestibular e fomos mal recebidos em uma cidade por causa dos processos mal encaminhados do PRONATEC. Então é isso, sempre há muita coisa para falar, mas espero ter contribuído para a pesquisa (E2).

Novamente a fala dos entrevistados evidencia nas críticas, tanto em relação ao programa quanto em relação à sua execução, que boa parte dos problemas estava relacionada à falta de planejamento e organização do programa.

Expectativas em relação ao PRONATEC

Somente metade dos entrevistados opinou sobre as expectativas em relação ao programa.

> Não sei se o programa continua por causa do momento político que o país está vivendo. É difícil saber se o programa continua (E1).
>
> Em relação à expectativa, eu já falei muito sobre o programa, mas acho que está na hora de encolher um pouco, pois cresceu muito. Tem unidades gestoras na região como Ouro Preto que abriram novos cursos recentemente, mas já temos uma diretriz da reitoria que não é para iniciarmos novas turmas. Estamos com problemas de gestão e seria imprudente da nossa parte abrir novas turmas nesse momento. Então, a expectativa que eu vejo é de parar para refletir sobre o que fizemos, sobre o que podemos fazer, se tiver uma expectativa de ampliação, de abrir novas turmas, que seja de uma forma mais planejada. Hoje nós não sabemos quantos bolsistas temos, quanto gastamos com folha de pagamento, não sabemos quantos alunos recebem bolsa, não temos o planejamento mínimo das nossas ações. Então fica impossível levantar a expectativa dessa forma desorganizada como está (E2).
>
> Eu acho que a perspectiva é o programa ser repensado mesmo (E3).
>
> E a expectativa é que infelizmente não vai durar muito tempo, porque foi um programa político, infelizmente, o peso político foi grande, porque inchou muito a máquina no início, ficou caro, ficou insustentável. Eu já vi outros programas assim e infelizmente teve um cunho mais político do que pedagógico. Eu acho que não resiste por muito tempo não (E4).
>
> Hoje, na nossa realidade de IFMG, eu não tenho grandes expectativas, pelos problemas orçamentários que nós tivemos, eu acho que isso acabou queimando um pouco o nome da instituição, então, assim, hoje aqui eu ainda não tenho uma expectativa muito positiva em relação ao programa, mas eu acredito no programa (E8).

Para finalizar, foram dadas algumas sugestões sobre o funcionamento, a gestão e a organização do programa como um todo.

> Nós temos feito de tudo para que o programa melhore, nós adotamos algumas medidas e, agora, tão logo, nós vamos conseguir fazer gestão acadêmica do programa; estamos melhorando os processos de pagamento também. Vamos adotar um *software* para pagamento e isso vai agilizar o processo, pois perdemos muito tempo nessa questão de preparar contrato e apurar frequência, então nós estamos querendo informatizar nesse sentido. [...] Só quero colocar que se o PRONATEC do IFMG funcionasse nos seus respectivos *campi* a situação do programa seria muito melhor, em função de estarmos em 130 cidades, né? O Instituto já é continental e a gente está presente em 130 cidades deixa o nosso trabalho muito complicado. Quando você tem uma unidade gestora, que a unidade remota está a 420 Km, fica difícil de você acompanhar isso e enfim, eu acho que o Instituto não poderia ter assumido um PRONATEC tão grande. Se for assumir novas turmas no futuro, iremos pactuar em cidades até 70 Km da unidade gestora. Fizemos um estudo do território de minas gerais, fizemos um mapeamento das cidades em volta de cada unidade gestora, aí achamos razoável, se você tem cidades até 70 Km é possível você gerenciar e acompanhar o programa. E se pudermos ofertar mais cursos dentro das nossas unidades gestoras, aí é um ganho, pois o Instituto ganha e a comunidade ganha. É o que almejamos fazer é dessa forma (E1).
>
> Assim como todo programa deve avaliado periodicamente, para sempre ser melhorado e reestruturado, buscando sempre melhorar (E2).

> Eu acho que o programa precisa ser repensado, em relação a sua estrutura, em relação à forma que os cursos são propostos, as exigências do MEC para que um curso possa funcionar, regular o PRONATEC (E3).
>
> [...] talvez o gerenciamento do programa ser a distância, o que dificulta muito. Porque eu acho, inclusive eu já trabalhei com EAD, se fosse o inverso, se o curso fosse a distância e o gerenciamento presencial, talvez desse mais certo, entendeu? O problema maior é ter sido gerenciado a distância. Você não consegue, apesar de ter alguns supervisores ali na cidade tentando gerenciar, supervisionar cada curso, mas o gerenciamento de fato só acontece a distância. Não conseguimos ir nas cidades mais do que uma ou duas vezes por mês, o que deixa as coisas muito soltas, perdida. Essa também é uma das causas de evasão. Porque você não está ali para ver de fato se o professor está ministrando o conteúdo na sala de aula. Eu já tive caso, por exemplo, de chegar à cidade, e o aluno, da zona rural que trabalhou o dia todo capinando, trabalhando pesado na roça, questionar: "estou muito preocupado para saber que profissional eu vou ser quando estiver no mercado de trabalho, porque a professora que vocês contrataram, chega aqui na porta, olha pra gente, vai lá, assina o ponto e vai embora. Não estamos tendo conteúdo". Nós a chamamos para conversar e ela falou que foi apenas uma ou duas vezes que fez isso, porque não estava passando muito bem, mas que a falta de pagamento implicou muito nessa sua atitude. Então, não é uma escola comum, porque numa escola comum você tem coordenador pedagógico ali, para verificar essas coisas todos os dias, se isso tem ou não acontecido, para chamar atenção, advertir. Eu acho que tem acontecido isso mais vezes e com outros profissionais também, porque eles não tem motivação para entrar dentro da sala de aula para ministrar os conteúdos, além de não ter a habilitação necessária, nem o pagamento. Teríamos que começar o programa do zero novamente e reorganizá-lo (E4).
>
> O programa é de grande importância na formação de jovens e adultos e deveria permanecer, com mais recursos do governo federal. E que também as autoridades envolvidas pudessem dar mais atenção e investimento, recuperando assim a credibilidade, perdida no decorrer dos cursos, por causa das inúmeras paralisações causadas pela falta de recursos financeiros (E5).
>
> Necessita apenas de uma reestruturação, a partir de agora já sabemos quais foram os pontos francos e os fortes, podendo assim minimizar os problemas e alavancar com os cursos (E6).
>
> A Reitoria deveria dar mais apoio, mais respostas, mais treinamentos e que tudo fosse padronizado, pois muita coisa era feita de forma diferente em cada *campus* (E7).
>
> Precisaria se fazer um trabalho muito maior e mais amplo para que a própria comunidade, que é atendida pelo Instituto, compreenda o PRONATEC e se sintam família Instituto. Isso não aconteceu. Se vier com outro modelo, outro formato, com esse trabalho de conscientização e as pessoas abraçando verdadeiramente a causa, talvez isso possa ser mudado na realidade. Eu acredito no programa, mas não da forma como aqui na nossa instituição ele está sendo conduzido (E8).
>
> [...] portanto precisa ser mais bem gerido (E9).
>
> O programa é novo. Sinto falta de encontros, seminários e congressos para debater e aperfeiçoar o programa (E10).

Apesar da emissão de certificados e de toda estrutura disponibilizada pelo IFMG, fica evidente que o PRONATEC passa a constituir, diante de suas necessidades, quase que uma escola paralela, com suas próprias regras, professores, sistema de matrículas e inclusive

processo seletivo diferenciado, como uma "escola com vida própria que orbita os institutos federais, mas não se submete completamente aos seus regramentos e projetos políticos" (FRANZOI *et al*, 2013, p. 13).

O entrevistado E2 elogiou a realização da presente pesquisa e mencionou a necessidade de se realizar mais pesquisas sobre o PRONATEC:

> Gostaria de parabenizá-la pela escolha do objeto de pesquisa, o PRONATEC, e ressaltar que precisamos de muitas pesquisas dentro do programa, em relação ao aluno, evasão, permanência e ao professor, esse sujeito que está atuando no programa (E2).

Além das entrevistas, solicitou-se aos alunos que avaliassem o curso em que estavam matriculados por meio do penúltimo item do questionário. Essa avaliação teve o número de respostas entre bom (40%), regular (25,9%) e muito bom (16,7%). Dessa forma, percebe-se que o programa tem algumas falhas, mas os alunos reconhecem os seus pontos positivos.

Também foi solicitado que escrevessem no último item do questionário, sugestões, críticas ou outras informações sobre o curso em que estavam matriculados ou sobre o PRONATEC de uma forma geral. As considerações foram bastante diversificadas e 11,8% deixaram a questão sem resposta. Em relação às críticas, grande parte mencionou a falta de planejamento, organização, comprometimento e incentivo da instituição e dos governantes (52,9%). As paralisações e atrasos na conclusão dos cursos aparecem com 43,5%, o pagamento de bolsas atrasadas com 18, 8% e a demora na contratação e a falta de professores com 10,6%.

Em relação às sugestões e elogios, encontraram-se: o curso é bom ou excelente; o programa é bom, mas deve-se melhorar a sua estrutura que é precária; o número de aulas práticas, visitas técnicas e ofertas de estágio devem ser ampliados; deve haver uma revisão na grade curricular e redução na carga horária.

A tabela a seguir traz uma síntese das respostas dos alunos permanentes e dos participantes da entrevista, relacionando as críticas, elogios e sugestões e a frequência com que aparecem.

Tabela 23 – Síntese das críticas, elogios e sugestões sobre o PRONATEC – IFMG *campus* Congonhas, segundo os participantes da pesquisa de campo. 2016.

(Continua)

CRÍTICA, ELOGIO, SUGESTÃO	ALUNO PERMANENTE	ENTREVISTADO
Falta planejamento, organização, comprometimento e incentivo da instituição e dos governantes com os alunos	45	7

Tabela 23 – Síntese das críticas, elogios e sugestões sobre o PRONATEC – IFMG *campus* Congonhas segundo os participantes da pesquisa de campo. 2016.

(Conclusão)

CRÍTICA, ELOGIO, SUGESTÃO	ALUNO PERMANENTE	ENTREVISTADO
Paralisações e atraso na conclusão dos cursos atrapalham	37	10
Pagamento de bolsas atrasados	16	10
Bom ou excelente curso	13	-
Programa bom, mas com estrutura precária que precisa de melhorias	10	3
Falta material e qualidade no curso	9	-
Demora na contratação e falta de professores atrapalha	9	-
Ampliação no número de vagas, de aulas práticas, de visitas técnicas e de ofertas de estágio	6	4
Revisão da grade curricular e redução da carga horária do curso	5	-
Professores, coordenadores e supervisores sem comprometimento	4	-
Alto índice de evasão	3	-
Necessidade de maiores investimentos no programa	2	-
Necessidade de melhorar a comunicação e o esclarecimento de dúvidas sobre o programa	2	-
Boa proposta, mas profissionais não são qualificados	2	-
Programa para garantir votos e enganar a população	1	-
Boa proposta e/ou oportunidade de uma formação técnica/qualificação profissional	1	8
Professores e supervisores bons	1	-
Curso muito básico	1	-
Qualidade dos debates e das ações realizadas nos cursos	-	2
Forma de distribuição de renda	-	1
Ausência de vestibular como ponto positivo	-	2
Ampliação da equipe administrativa	-	2
Sugestão de realização de encontros, seminários e congressos para debater e aperfeiçoar o programa	-	1

Fonte: Dados da pesquisa de campo organizados pela autora.

Em síntese, as opiniões dos alunos e entrevistados estiveram alinhadas no que diz respeito à evasão e à permanência no PRONATEC – IFMG *campus* Congonhas, principalmente no que diz respeito aos fatores relacionados à evasão e às críticas, sugestões e elogios sobre o programa. Foi possível verificar, por meio das respostas tanto dos entrevistados, quanto dos alunos permanentes que responderam ao questionário, que o programa apresenta questões muito positivas como a ampliação do acesso da educação profissional para cidades do interior, mas também é necessário que haja uma avaliação e um remodelamento do programa caso esse continue em vigor, para a sua melhoria.

À GUISA DE CONCLUSÃO

A partir da inquietação vivenciada no decorrer da atuação como professora no PRONATEC – IFMG *campus* Congonhas no que diz respeito às altas de evasão, delineou-se o objetivo principal desta pesquisa, que foi contribuir para a compreensão dos motivos individuais e institucionais que levam os alunos do PRONATEC, por intermédio da Bolsa-Formação, ofertado pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais (IFMG) *campus* Congonhas, a evadirem do curso técnico subsequente ou nele permanecerem até o momento da pesquisa de campo.

As questões que mobilizaram a pesquisa foram: qual o perfil dos alunos que permanecem no PRONATEC – IFMG *campus* Congonhas? Qual a taxa de evasão e a taxa de permanência nos cursos da educação profissional técnica de nível médio ofertados pelo IFMG *campus* Congonhas por meio do PRONATEC? Quais são os fatores que levam à evasão ou à permanência na educação técnica de nível médio descrita na produção acadêmica? Quais são os fatores responsáveis pela evasão e pela permanência nos cursos técnicos de nível médio, segundo os participantes da pesquisa? O que o IFMG *campus* Congonhas tem feito para que a evasão nos cursos técnicos subsequentes, ofertados pelo PRONATEC, seja minimizada e consequentemente a permanência maximizada?

Para contextualizar a educação profissional no Brasil, apresentou-se, em linhas gerais, um histórico desta, iniciando com a sua trajetória no Período Colonial, passando de forma breve pelo Brasil Império, pela Primeira República Brasileira e pelo Segundo Período Republicano até chegar aos tempos atuais, onde foram criados os Institutos Federais e, posteriormente o PRONATEC. Também foram abordadas as políticas públicas para a educação profissional, apresentando-se conceitos e identificando as voltadas para a educação técnica de nível médio de 1996 até o ano de 2011. Verificou-se, com isso, que a educação profissional no Brasil evoluiu ao longo dos anos, principalmente no que diz respeito à ampliação do acesso e à democratização do ensino, mas ainda não conseguiu minimizar o dualismo nem a formação para o mercado de trabalho, presentes nessa modalidade de ensino.

A educação profissional, em seu processo de expansão e interiorização, tem proporcionado tanto a ampliação física das escolas, quanto a democratização da oferta de vagas nas instituições que compõem a Rede Federal de Educação Profissional, Cientifica e Tecnológica. O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) faz parte desse processo. O programa, instituído no ano de 2011, tem, como finalidade, a

ampliação da oferta de educação profissional e tecnológica, por meio de programas, projetos e ações de assistência técnica e financeira.

O PRONATEC, apesar de apresentar uma ideia de democratização da educação e de inclusão de classes menos favorecidas na educação profissional e tecnológica, vem recebendo críticas na produção intelectual, com as quais a autora concorda. Entre elas, destacam-se: a transferência de recursos públicos e de responsabilidades do Estado para instituições privadas, a formação para o mercado de trabalho, a reciclagem de políticas públicas voltadas para a educação profissional e o número exagerado de iniciativas que não contribui para o aumento da escolaridade dos brasileiros.

O IFMG *campus* Congonhas aderiu ao PRONATEC no ano de 2012, quando se iniciaram as suas primeiras turmas. Desde então, já foram ofertados 55 cursos FIC e 43 cursos técnicos de nível médio, tanto na modalidade subsequente, quanto na modalidade concomitante. Até o mês de março de 2017, o PRONATEC – IFMG *campus* Congonhas capacitou mais de 850 alunos nesses cursos.

Considerando os objetivos desta pesquisa, foram adotados os seguintes procedimentos metodológicos: a) revisão bibliográfica sobre os temas relacionados à pesquisa, utilizando-se os seguintes descritores: “Evasão e Permanência PRONATEC”; “Evasão Educação Profissional” e “Permanência Educação Profissional”; b) estudo sobre o contexto histórico da educação profissional no Brasil e políticas públicas voltadas para a educação profissional técnica de nível médio; c) estudo documental sobre o PRONATEC em documentos legais e infralegais, produções acadêmicas e documentos internos do IFMG *campus* Congonhas; d) identificação de estudos e aspectos teóricos que descrevem e analisam o fenômeno da evasão e as formas de prevenção desse fenômeno com base em revisão bibliográfica; e) identificação, por meio de entrevistas e questionários, de fatores que levam o aluno dos cursos do PRONATEC a evadir; f) análise e interpretação dos dados coletados, com base em Bardin (2011).

Particularmente em relação à evasão e à permanência, conforme mencionado, foi feito um estudo bibliográfico, levantando-se as produções acadêmicas disponíveis em base de dados confiáveis. Nas pesquisas encontradas nessa investigação foram sugeridas pesquisas, principalmente sobre o estudo da evasão em outras instituições que ofertassem o PRONATEC, tais como os Institutos Federais e escolas da rede estadual de ensino. Notou-se também, que diversos são os modelos teóricos e conceituais que buscam esclarecer o fenômeno da evasão escolar, mas determinou-se que, nesta pesquisa, a análise dos fatores

relacionados à evasão seria feita à luz da teoria da performance escolar de Rumberger e Lim (2008), que apontam dois grandes grupos de fatores que influenciavam as taxas de conclusão dos cursos, ou seja, os individuais e os institucionais.

Apresentadas as fundamentações teóricas e identificados os conceitos relacionados à evasão e à permanência escolar na educação profissional que serviram como base teórica para esta pesquisa, foi realizado um levantamento diagnóstico sobre a evasão e a permanência no PRONATEC ofertado pelo IFMG *campus* Congonhas. Constatou-se que o índice médio de evasão nos cursos técnicos subsequentes do PRONATEC – IFMG *campus* Congonhas era de 68,7%. O curso que apresentou o maior índice de evasão é o Técnico em Secretaria Escolar, oferecido no município de Congonhas, tendo um índice de 88,0% e o que se revelou com o menor índice de evasão é o Técnico em Mineração oferecido na cidade de Moeda, com 44,0%. Este foi cancelado no ano de 2015 e aquele será concluído no ano de 2017.

Para conhecer o perfil dos alunos permanentes, os fatores relacionados à permanência e os motivadores para a evasão, além de sugestões e críticas ao PRONATEC – IFMG *campus* Congonhas, realizou-se, no âmbito deste estudo, uma pesquisa de campo, aplicando-se questionários a 85 alunos matriculados e frequentes nos cursos técnicos subsequentes do programa. Utilizou-se também a entrevista semiestruturada, realizada com os gestores do PRONATEC – IFMG *campus* Congonhas, a fim de identificar: fatores relacionados à evasão e à permanência; aspectos relacionados à Bolsa-Formação; e críticas e sugestões para o programa.

Com a realização da pesquisa de campo, verificou-se que o aluno permanente do PRONATEC – IFMG *campus* Congonhas é do sexo feminino (71,8%), tem entre 15 e 18 anos (28,2%), é solteiro (70,6%), não tem filhos (62,4%), mora com os pais, família ou cônjuge (89,4%), em casa própria dos pais (42,4%). A residência possui entre três e quatro pessoas (54,2%).

Em relação ao trabalho, a maioria dos alunos trabalha (54,1%) e possui renda individual de um salário mínimo (34,1%) e renda familiar entre 2 a 5 salários mínimos (55,3%). Sobre a pretensão em trabalhar na área do curso essa foi quase unânime entre os respondentes (91,2%). Quanto à escolaridade dos pais, constatou-se que a escolaridade da mãe é relativamente maior que a do pai. Nos momentos de lazer os alunos assistem televisão (15,0%) ou vão à igreja (14,4%). No tocante ao acesso à internet, a grande maioria tem acesso (97,6%) e o realizam em casa (57,1%) para estudar (19,4%) ou fazer pesquisas (18,3%).

Por fim, no que diz respeito à rede de ensino da qual eram egressos, praticamente todos os alunos vieram de escolas públicas (96,5%) e no momento da pesquisa tinham o seguinte nível de escolaridade: “curso técnico incompleto” (84,7%).

No que concerne aos fatores relacionados à evasão no PRONATEC – IFMG *campus* Congonhas, os entrevistados e os alunos permanentes tinham posições parecidas. O fator mais mencionado pelos dois grupos estava relacionado às paralisações, férias prolongadas e atrasos no início e fim do curso. Os demais fatores apontados foram: falta e demora na contratação de professores, falta de planejamento e comprometimento da instituição, falta de material didático, atraso no pagamento das bolsas, falta de comprometimento do professor, carga horária extensa, dificuldades em conciliar família, trabalho e estudos, doença ou falecimento de pessoa da família, número reduzido de alunos ao longo do curso, falta de transporte/distância da escola, falta de infraestrutura (laboratórios, etc.) e defasagem no processo de ensino-aprendizagem. Constata-se, portanto, que os fatores são diversificados e necessitam de um tratamento específico para cada um deles, buscando-se alternativas e ações para que o fenômeno da evasão seja minimizado dentro do PRONATEC – IFMG *campus* Congonhas.

Quanto à bolsa recebida pelo aluno matriculado e frequente nos cursos técnicos subsequentes do PRONATEC – IFMG *campus* Congonhas, verificou-se que segundo os entrevistados e os alunos permanentes, esta constitui um incentivo para a permanência. Apesar de os dados documentais não confirmarem essa informação[90], uma possível justificativa é a de que, por diversos atrasos no pagamento das bolsas, estas não teriam contribuído efetivamente para a permanência escolar no programa.

Sobre os fatores relacionados à permanência, foram mencionados pelos participantes, os seguintes motivos: vontade de adquirir conhecimentos, gosto pela área e pelos estudos; capacitação e inserção no mercado de trabalho; paciência, persistência e perseverança; boa qualidade do curso; incentivo da família, dos colegas e dos professores; vontade de trabalhar na área que é ampla; diploma; melhoraria da renda e da qualidade de vida pessoal e da família; necessidade de formação técnica para o emprego; falta de opção; ocupação da cabeça por motivo de doença; não permissão do abandono do curso por parte de familiar; oferta na cidade em que reside; ter conseguido estágio na área do curso; gestão e organização do

[90] A pesquisa documental realizada em listas de presença e diários de classe demonstrou que a bolsa de estudos não foi determinante para que o aluno do PRONATEC – IFMG *campus* Congonhas permanecesse no curso em que estava matriculado, apesar dos entrevistados e da referência bibliográfica afirmarem que esta bolsa constitui um fator importante para a permanência escolar.

programa; infraestrutura (laboratórios, visitas técnicas, etc.); regularização do calendário acadêmico; professores responsáveis e motivados. Nota-se que em relação aos motivos da permanência, os discursos dos alunos permanentes e dos entrevistados não estão alinhados, pois apenas duas respostas coincidiram, sendo elas: capacitação e inserção no mercado de trabalho e curso de boa qualidade.

As estratégias e ações de combate à evasão apontadas pelos entrevistados dizem respeito, principalmente, ao monitoramento e ao acompanhamento pedagógico do aluno. Os entrevistados ainda relataram que o IFMG não tem desenvolvido qualquer ação para prevenir ou combater a evasão no PRONATEC.

As sugestões da autora, baseadas nas respostas dos alunos permanentes e dos entrevistados, para minimizar a evasão e consequentemente aumentar a permanência escolar são: reavaliar a questão administrativa e pedagógica do programa, buscar ouvir mais o que os alunos têm a dizer (dúvidas, críticas, anseios etc.), estabelecer critérios mais fechados para a contratação de professores, acompanhar os alunos de perto, a fim de ter uma relação mais profunda como os mesmos, para que se sintam motivados e não abandonem o curso.

No que diz respeito a críticas, elogios e sugestões sobre o PRONATEC – IFMG *campus* Congonhas, segundo os participantes da pesquisa de campo, diversos foram os apontamentos. As críticas foram: falta de planejamento, organização, comprometimento e incentivo da instituição e dos governantes com os alunos; paralisações e atraso na conclusão dos cursos; pagamento atrasado das bolsas; bom ou excelente curso; programa bom, mas com estrutura precária que precisa de melhorias; falta de material e qualidade no curso; demora na contratação e falta de professores; ampliação no número de vagas, de aulas práticas, de visitas técnicas e de ofertas de estágio; professores, coordenadores e supervisores sem comprometimento; alto índice de evasão; profissionais não qualificados; programa para garantir votos e enganar a população; curso muito básico. Os elogios foram: boa proposta e/ou oportunidade de uma formação técnica/qualificação profissional; professores e supervisores bons; qualidade dos debates e das ações realizadas nos cursos; ausência de vestibular como ponto positivo; programa como forma de distribuição de renda. As sugestões foram: revisão da grade curricular e redução da carga horária do curso; necessidade de maiores investimentos no programa; necessidade de melhorar a comunicação e o esclarecimento de dúvidas sobre o programa; ampliação da equipe administrativa; realização de encontros, seminários e congressos para debater e aperfeiçoar o programa.

Constata-se, portanto, que as opiniões dos alunos e dos entrevistados estão bastante alinhadas no que diz respeito à evasão, à permanência e ao PRONATEC – IFMG *campus* Congonhas como um todo.

As informações aqui explicitadas poderão contribuir para que ações sejam implementadas, a fim de se prevenir o fenômeno da evasão e ainda de se ampliarem os índices de permanência no programa. Poderão contribuir ainda para que as falhas detectadas pelos sujeitos sejam corrigidas, e o PRONATEC ganhe um novo rumo no IFMG como um todo, cumprindo seus objetivos de ampliação, democratização e interiorização da oferta da educação profissional no Brasil.

Como sugestões para pesquisas futuras, ficam as seguintes: analisar a evasão nas instituições federais, estaduais e municipais que ofertam o PRONATEC, do ponto de vista do aluno evadido e também realizar estudos sobre os egressos do programa, verificando sua inserção no mercado de trabalho, ou seja, verificando se o programa cumpriu com o objetivo de acesso ao ensino técnico, mas também ao emprego.

REFERÊNCIAS

ABREU, E. M. C. de. *A assistência ao estudante no contexto da expansão da educação profissional e tecnológica no Maranhão:* avaliação do processo de implementação. 2012. 197 f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) – Universidade Federal do Maranhão, 2012.

ADACHI, A. A. C. T. *Evasão e evadidos nos cursos de graduação da Universidade Federal de Minas Gerais*. 2009. 214 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.

AGUIAR, G. E. L. *Permanência e evasão do aluno universitário:* estudo da experiência do Centro Universitário São Camilo, São Paulo, à luz da Bioética. 2012. 120 f. Dissertação (Mestrado em Bioética) – Centro Universitário São Camilo, São Paulo, 2012.

ALMEIDA, L. J. de. *A evasão escolar no Programa SENAC de Gratuidade (PSG):* um estudo de caso no Distrito Federal. 2012. 135 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Católica de Brasília, Brasília, 2012.

ALMEIDA, E. E. de; SOUZA, Vanda Lúcia de Batista dos Santos; DINIZ, Adriana Valéria Santos. O enfrentamento da evasão escolar no planejamento institucional do IFPB. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E EVASÃO ESCOLAR, 4., 2015, Belo Horizonte. *Anais do IV Colóquio Internacional sobre Educação Profissional e Evasão Escolar*. Belo Horizonte: RIMEPES, 2015. p. 256.

ALMEIDA, A. C.; BARBOSA, Cláudio Luiz de Alvarenga. Análise de fatores intraescolares no processo de evasão escolar: a prática docente e o abandono no curso técnico em agropecuária integrado ao ensino médio da Escola Agrotécnica Federal de Barbacena – MG. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA, 2, 2010, Belo Horizonte. *Anais do II SENEPT.* Belo Horizonte: CEFET, 2010. p. 1.

ALVES-MAZZOTTI, A. J. Usos e abusos dos estudos de casos. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 36, n. 129, p. 637-651. set./dez. 2006.

ALVES-MAZZOTTI, A. J., GEWANSZDNAJDER, Fernando. *O método nas ciências naturais e sociais:* pesquisas quantitativas e qualitativas. São Paulo: Pioneira, 1998. v. 1. 203 p.

ANDRADE, R. de C. de A. *et al.* Evasão na educação profissional técnica de nível médio do CEFET-MG: um estudo de caso. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E EVASÃO ESCOLAR, 4., 2015, Belo Horizonte. *Anais do IV Colóquio Internacional sobre Educação Profissional e Evasão Escolar*. Belo Horizonte: RIMEPES, 2015. p. 138.

ANDRÉ, M. E. D. A. de. *Estudo de caso em pesquisa e avaliação educacional.* Brasília: Liber Livro, 2005.

ANDREOLLA, F. O abandono aos cursos do programa nacional de acesso ao ensino técnico e emprego (PRONATEC): um estudo de caso. In: SEMINÁRIO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO DA REGIÃO SUL – ANPED SUL, 10., 2014, Florianópolis. *Anais do X Anped*

Sul. Florianópolis: UDESC, 2014. p. 1-19. Disponível em: <http://xanpedsul.faed.udesc.br/arq_pdf/1099-0.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2016.

ANTUNES, R. O mundo precarizado do trabalho e seus significados. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho,* v. 2, n.1, p. 55-72, 1999, *s.l.*. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org /pdf/cpst/v2/v2a08.pdf>. Acesso em: 19 dez. 2016.

ARAÚJO, C. F. de. *A evasão na educação profissional de nível técnico:* um estudo realizado com base na trajetória escolar e no depoimento do aluno evadido. 2013. 166 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Humano: formação, políticas e práticas sociais) – Universidade de Taubaté, Taubaté, 2013.

ARAÚJO, E. de J. M. *Evasão no PROEJA:* estudo das causas no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão/IFMA – *campus* Monte Castelo. 2012. 116 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Católica de Brasília, Brasília, 2012.

ARAÚJO, D. P. de; MORGADO, Maria Aparecida. Educação e Juventude: um panorama da assistência estudantil e de seus usuários na UFMT (Cuiabá). In: ENCONTRO NACIONAL DA ABRAPSO, 14., 2007, Rio de Janeiro. *Anais do XIV Encontro Nacional da ABRAPSO*. Rio de Janeiro: Diálogos em Psicologia Social, 2007.

ARROYO, M. Políticas Educacionais, Igualdade e Diferenças. *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação* (*RBPAE).* v. 27, n. 1, p. 83-94, jan./abr. 2011. Disponível em: < www.scielo.br/pdf/es/v31n113/17>. Acesso em: 01 dez. 2015.

BACEN. 2017. *Conceito de Taxa Selic*. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/htms/selic/conceito_taxaselic.asp>. Acesso em: 10 jan. 2017.

BAGGI, C. A. S.; LOPES, D. A. L. Evasão e avaliação institucional no ensino superior: uma discussão bibliográfica. *Avaliação,* Campinas; Sorocaba, SP, v. 16, n. 2, p. 355-374, jul. 2011.

BALL, S. Aprendizagem ao longo da vida, subjetividade e a sociedade totalmente pedagogizada. *Revista Educação,* Rio Grande do Sul, v. 36, n. 2, p. 144-155, maio-ago, 2013.

BARDAGI, M. P., HUTZ, C. S. Apoio parental percebido no contexto da escolha inicial e da evasão de curso universitário. *Revista Brasileira de Orientação Profissional*, v. 9, n. 2, p. 31-44, 2008.

BARDIN, L. *Análise de conteúdo.* São Paulo: Edições 70, 2011.

BARLEM, J. G. T., *et al*. Opção e evasão de um curso de graduação em enfermagem: percepção de estudantes evadidos. *Revista Gaúcha Enfermagem*, Porto Alegre, v. 33, n. 2, p. 132-138, 2012.

BARROS, G. de S. F. *Análise do programa institucional de bolsas de iniciação à docência e sua relação com a permanência nos cursos de licenciatura do Instituto Federal do Norte de Minas Gerais - campus Salinas*: limites e perspectivas. 2013. 132 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação) – Universidade de Brasília, Brasília 2013.

BARROS, G. de S. F. O PIBID e a permanência nas licenciaturas do Instituto Federal do Norte de Minas Gerais – *campus* Salinas: desafios do cenário real. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E EVASÃO ESCOLAR, 4., 2015, Belo Horizonte. *Anais do IV Colóquio Internacional sobre Educação Profissional e Evasão Escolar*. Belo Horizonte: RIMEPES, 2015. p. 264.

BASSO, C. *Aspectos pessoais e contextuais favoráveis à permanência de estudantes em cursos técnicos do PRONATEC*. 2014. 198 f. Tese (Doutorado em Psicologia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014.

BEATRICI, A. F.; GALLINA, F. S. Um olhar sobre a evasão escolar: do capital cultura à relação com o saber. In: SEMINÁRIO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO DA REGIÃO SUL - ANPED SUL, 10., 2014, Florianópolis. *Anais do X Anped Sul*. Florianópolis: UDESC, 2014. Disponível em: <http://xanpedsul.faed.udesc.br>. Acesso em: 10 dez. 2016.

BIAZUS, C. A. *Sistema de fatores que influenciam o aluno a evadir-se dos cursos de graduação na UFSM e na UFSC:* um estudo no curso de Ciências Contábeis. 2003. 190 f. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) – Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, 2003.

BOGDAN, R.; BIKLEN, S. K. *Investigação qualitativa em educação*: uma introdução a teoria e aos métodos. Porto: Porto, 1999.

BORGES, S. M. *Fatores determinantes da evasão escolar no ensino superior:* o estudo de caso do ILES/ULBRA de Itumbiara. 2011. 77 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Desenvolvimento Regional) – Faculdades Alves Faria, Goiânia, 2011. Disponível em: <www.alfa.br>. Acesso em: 10 dez. 2015.

BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. Tradução de Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil; São Paulo: Difel, 1989.

BRASIL. Constituição(1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*, 1988. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988. 292 p.

BRASIL. Decreto nº 2.208, de 17 de abril de 1997. Regulamenta o § 2 º do art. 36 e os arts. 39 a 42 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da União*, Brasília, 18 abr. 1997. Disponível em: <http://www.in.gov.br>. Acesso em: 28 nov. 2016.

BRASIL. Decreto nº 5.154, de 24 de julho de 2004. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, 26 jul. 2004. Disponível em: <http://www.in.gov.br>. Acesso em: 28 nov. 2016. 2004a.

BRASIL. Decreto nº 5.478, de 24 de junho de 2005. Institui, no âmbito das instituições federais de educação tecnológica, o Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA. *Diário Oficial da União*, Brasília, 27 jun. 2005. Disponível em: <http://www.in.gov.br>. Acesso em: 28 nov. 2016. 2005d.

BRASIL. Decreto nº 5.840, de 13 de julho de 2006. Institui, no âmbito federal, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos - PROEJA, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, 14 jul. 2006. Disponível em: <http://www.in.gov.br>. Acesso em: 28 nov. 2016.

BRASIL. Decreto nº 5.557, de 05 de outubro de 2005. Regulamenta o Programa Nacional de Inclusão de Jovens - ProJovem instituído pela Lei nº 11.129, de 30 de junho de 2005, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, 2005. Disponível em: <http://www.in.gov.br>. Acesso em: 28 nov. 2016. 2005b.

BRASIL. Decreto nº 7.589, de 26 de outubro de 2011. Institui a Rede e-Tec Brasil. *Diário Oficial da União*, Brasília, 27 out. 2011. Disponível em: <http://www.in.gov.br>. Acesso em: 28 nov. 2016. 2011a.

BRASIL. Decreto nº 53.324, de 18 de Dezembro de 1963. Aprova o Programa Intensivo de Preparação da Mão-de-Obra Industrial e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, 19 dez. 1963. Disponível em: <http://www.in.gov.br>. Acesso em: 28 nov. 2016.

BRASIL. Decreto nº 70.882, de 27 de Julho de 1972. Dispõe sobre o Programa Intensivo de Preparação de Mão-de-Obra – PIPMO e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, 28 jul. 1972. Disponível em: <http://www.in.gov.br>. Acesso em: 28 nov. 2016.

BRASIL. Decreto Imperial nº 2, 02 de dezembro de 1837. Convertendo o Seminario de S. Joaquim em collegio de instrucção secundaria, com a denominação de Collegio de Pedro II, e outras disposições. *Coleção de Leis do Império do Brasil*, Rio de Janeiro, 1837. Disponível em: < http://www2.camara.leg.br>. Acesso em: 28 nov. 2016.

BRASIL. Decreto Presidencial nº 7.566, de 23 de setembro de 1909. Créa nas capitaes dos Estados da Escolas de Aprendizes Artífices, para o ensino profissional primario e gratuito. *Diário Oficial da União*, Brasília, 1909. Disponível em: <http://www.in.gov.br>. Acesso em: 28 nov. 2016.

BRASIL. Lei nº 6.545, de 30 de junho de 1978. Dispõe sobre a transformação das Escolas Técnicas Federais de Minas Gerais, do Paraná e Celso Suckow da Fonseca em Centros Federais de Educação Tecnológica e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, 04 jul. 1978. Disponível em: <http://www.in.gov.br>. Acesso em: 28 nov. 2016.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da União*, Brasília, 23 dez. 1996. Disponível em: <http://www.in.gov.br>. Acesso em: 28 nov. 2016.

BRASIL. Lei nº 10.260 de 12 de julho de 2001. Dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao estudante do Ensino Superior e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, 13 jul. 2000.

BRASIL. Lei nº 11.129, de 30 de junho de 2005. Institui o Programa Nacional de Inclusão de Jovens – ProJovem; cria o Conselho Nacional da Juventude – CNJ e a Secretaria Nacional de Juventude; altera as Leis nos 10.683, de 28 de maio de 2003, e 10.429, de 24 de abril de 2002; e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, 01 jul. 2005a.

BRASIL. Lei nº 11.180, de 23 de setembro de 2005. Institui o Projeto Escola de Fábrica, autoriza a concessão de bolsas de permanência a estudantes beneficiários do Programa Universidade para Todos – PROUNI, institui o Programa de Educação Tutorial – PET, altera a Lei nº 5.537, de 21 de novembro de 1968, e a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, 26 set. 2005c.

BRASIL. Lei nº 11.184, de 07 de outubro de 2005. Dispõe sobre a transformação do Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná em Universidade Tecnológica Federal do Paraná e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, 10 out. 2005. Disponível em: <http://www.in.gov.br>. Acesso em: 28 nov. 2016. 2005f.

BRASIL. Lei nº 11.195, de 18 de novembro de 2005. Dá nova redação ao § 5º do art. 3º da Lei no 8.948, de 8 de dezembro de 1994. Diário Oficial da União, Brasília, 18 nov. 2005 - Edição extra. *Diário Oficial da União*, Brasília, 18 nov. 2005. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/l11195.htm>. Acesso em: 01 dez. 2016.

BRASIL. Lei nº 11.741, de 16 de julho de 2008. Altera dispositivos da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica. *Diário Oficial da União*, Brasília, 17 jul. 2008. Disponível em:<https://www.planalto. gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11741.htm>. Acesso em: 01 dez. 2016.

BRASIL. Lei nº 11.892, de 29 dez. 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, 30 dez. 2008. Disponível em: <http://www.in.gov.br>. Acesso em: 15 nov. 2015. 2008a.

BRASIL. Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011. Institui o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) [...] e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, 27 out. 2011. Disponível em: <http://www.in.gov.br>. Acesso em: 15 nov. 2015.

BRASIL. Lei nº 12.816, de 05 de junho de 2013. Altera as Leis nos 12.513, de 26 de outubro de 2011, para ampliar o rol de beneficiários e ofertantes da Bolsa-Formação Estudante [...]. *Diário Oficial da União*, Brasília, 06 jun. 2013. Disponível em: <http://www.in.gov.br>. Acesso em: 15 nov. 2015. 2013b.

BRASIL. Lei nº 12.852, de 05 de agosto de 2013. Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude - SINAJUVE. *Diário Oficial da União*, Brasília, 06 ago. 2013. Disponível em: <http://www.in.gov.br>. Acesso em: 15 nov. 2016. 2013d.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, 26 jun. 2014. Disponível em: <http://www.in.gov.br>. Acesso em: 15 nov. 2016. 2014e.

BRASIL. Medida Provisória nº 441, de 28 de dezembro de 2007. Dispõe sobre o Programa Nacional de Inclusão de Jovens - ProJovem, instituído pela Lei no 11.129, de 30 de junho de 2005, altera a Lei no 10.836, de 9 de janeiro de 2004, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, 28 dez. 2007. Disponível em: <http://www.in.gov.br>. Acesso em: 15 nov. 2016. 2007a.

BRASIL. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Resolução nº 30, de 22 de junho de 2007. Estabelece orientação e diretrizes para concessão de assistência financeira e para a execução e concessão de bolsa-auxílio no âmbito do Programa Escola de Fábrica. *Diário Oficial da União*, Brasília, 26 jun. 2007. Disponível em: <http://www.in.gov.br>. Acesso em: 15 nov. 2016. 2007b.

BRASIL. Ministério Extraordinário de Política Fundiária. Portaria nº 10, de 16 de abril de 1998. Cria o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA, vinculando ao Gabinete do Ministro e aprovou o seu Manual de Operações. *Diário Oficial da União*, Brasília, 24 abr. 1998. Disponível em: <http://www.in.gov.br>. Acesso em: 15 nov. 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria nº 1.005, de 10 de setembro de 1997. Institui, no âmbito da Secretaria de Educação Média e Tecnológica - SEMTEC, a Unidade de Coordenação do Programa - UCP, incumbida de adotar as providências necessárias à implementação do PROEP. *Portal MEC*, set. 1997. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/Port1005.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2016. 1997a.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria nº 907, de 20 de setembro de 2013. Estabelece as diretrizes e normas gerais para o funcionamento das Escolas Técnicas vinculadas às Universidades Federais. *Diário Oficial da União*, Brasília, 31 dez. 2013. Disponível em: <http://www.in.gov.br>. Acesso em: 15 nov. 2016. 2013g.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria nº 1.291, de 30 de dezembro de 2013. Estabelece diretrizes para a organização dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e define parâmetros e normas para a sua expansão. *Diário Oficial da União*, Brasília, 23 set. 2013. Disponível em: <http://www.in.gov.br>. Acesso em: 15 nov. 2016. 2013h.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria nº 160, de 5 de março de 2013. Dispõe sobre a habilitação das instituições privadas de ensino superior e de educação profissional técnica de nível médio e sobre a adesão das respectivas mantenedoras ao Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – Pronatec, e dá outras providências. Brasília, 5 mar. 2013. *Portal MEC*, mar. 2013. Disponível em: <http://pronatec.mec.gov.br/images/stories/ pdf/portaria1_160_050313.pdf>. Acesso em: 20 ago 2016. 2013c.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria nº 161, de 6 de março de 2013. Dispõe sobre o Fundo de Financiamento Estudantil, na modalidade de educação profissional e tecnológica. Brasília. 6 mar. 2013. *Portal MEC*. Disponível em: <http://pronatec.mec.gov.br/images/stories/pdf/portaria_161_060313.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2016. 2013a.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria nº 168, de 7 de março de 2013. Dispõe sobre a oferta da Bolsa-Formação no âmbito do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - Pronatec, de que trata a Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011, e dá outras providências. Brasília. 6 mar. 2013. *Portal MEC*. Disponível em:

<http://pronatec.mec.gov.br/images/stories/pdf/port_168_070313.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2016. 2013e.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria nº 817, de 13 de agosto de 2015. Dispõe sobre a oferta da Bolsa-Formação no âmbito do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – Pronatec, de que trata a Lei no 12.513, de 26 de outubro de 2011, e dá outras providências. *Portal MEC*. Disponível em: <http://pronatec.mec.gov.br/images/stories/pdf/ portaria_mec_817_13082015.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2016. 2015a.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria nº 12/2016. Aprova a quarta edição do Guia Pronatec de Cursos de Formação Inicial e Continuada - FIC. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=41251-portaria-012-2016-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 15 dez. 2016. 2016c.

BRASIL. Ministério da Educação. 2004. *Políticas Públicas para a Educação Profissional e Tecnológica*. Brasília, 2004. (Proposta em discussão).

BRASIL. Ministério da Educação. 2005. *Projeto Escola de Fábrica.* Brasília, 2005. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/projeto.pdf>. Acesso em: 27 dez. 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. 2007. ***PROEJA: Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Jovens e Adultos:*** Documento Base. 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf2/proeja_fundamental _ok.pdf>. Acesso em: 25 out. 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. 2009. *Histórico da Educação Profissional*. Centenário da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/centenario/ historico_educacao_profissional. pdf>. Acesso em: 15 out. 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. *Diretrizes e Políticas da Educação Profissional e Tecnológica:* 2003-2010. Disponível em: <http://www.ia.ufrrj.br/ppgea/EIEA/versao/.../encontro%20maio-09%20II.ppt>. Acesso em: 08 dez. 2016. 2011b.

BRASIL. Ministério da Educação. 2012. *O Sistec.* Disponível em: <http://sitesistec.mec.gov.br/o-sistema-menu-principal-140>. Acesso em: 10 dez. 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. 2013. *Educação Profissional*: dúvidas e preocupações são expostas em evento do PRONATEC. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/content/article? id=19281:duvidas-e-preocupacoes-sao-expostas-em-evento-do-pronatec>. Acesso em: 01 set. 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. 2014. *Documento orientador para a superação da evasão e retenção na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica*. MARTIN, Adriana Paula *et al* (Orgs.). Disponível em: <www.ifto.edu.br/portal/docs/proen/doc_orientador_evasao_retencao_setec.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. 2014. *A Bolsa-Formação do Pronatec.* Disponível em: <http://repositorio.enap.gov.br/bitstream/handle/1/2142/A%20Bolsa-Forma%C3%A7%C3%A3o%20do%20Pronatec.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 15 dez. 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. 2016. *Instituições Parceiras.* Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/pronatec/instituicoes-parceiras>. Acesso em: 10 dez. 2016d.

BRASIL. Ministério da Educação. *Expansão da Rede Federal*. 2016. Disponível em: <http://redefederal.mec.gov.br/expansao-da-rede-federal>. Acesso em: 08 ago. 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. *Base Legal* – PRONATEC. 2016. Disponível em: em: <http://pronatec.mec.gov.br/institucional/base-legal>. Acesso em: 08 fev. 2014. 2016e.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. *Manual de Operações do PRONERA.* Disponível em: <http://www.incra.gov.br/sites/default/files/uploads/reforma-agraria/projetos-e-programas/pronera/manual_pronera_-_18.01.16.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2016.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Observatório Brasileiro de APL. 2011. *APL's, o que são?* Disponível em: <http://portalapl.ibict.br/menu/itens_menu/apls/apl_o_que _sao.html>. Acesso em: 01 dez. 2015.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Orçamento Federal. *Sistema Integrado de Administração Financeira – SIAFI.* Disponível em: <http://www.orcamentofederal.gov.br/glossario-1/sistema-integrado-de-administracao-financeira-siafi >. Acesso em: 10 jan. 2017.

BRASIL. Ministério do Turismo. Pronatec Turismo. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/turismo/programas_acoes/Pronatec_turismo/>. Acesso em 08 ago. 2016. 2012c.

BRASIL. Portal Brasil. Cidadania e Justiça. 2014. *Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).* Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2012/03/fundo-de-amparo-ao-trabalhador-fat>. Acesso em: 10 dez. 2016. 2014a.

BRASIL. Portal Brasil. Economia e Trabalho. 2014. *Parceria Público-Privada (PPP).* Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2012/04/parceria-publico-privada-ppp>. Acesso em: 10 dez. 2016. 2014b.

BRASIL. Resolução CD/FNDE nº 4, de 16 de março de 2012. Altera a Resolução CD/FNDE nº 62, de 11 de novembro de 2011. *Diário Oficial da União*, Brasília, 19 mar. 2012. Disponível em: <http://www.in.gov.br>. Acesso em: 17 nov. 2016. 2012a.

BRASIL. Resolução nº 194, de 23 de setembro de 1998. Estabelece critérios para transferência de recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, ao Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador - PLANFOR, [...]. *Diário Oficial da União*, Brasília, 29 set. 1998. Disponível em: <http://www.in.gov.br>. Acesso em: 17 nov. 2016.

BRASIL. Resolução nº 333, de 10 de julho de 2003. Institui o Plano Nacional de Qualificação – PNQ e estabelece critérios para transferência de recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT ao PNQ, [...]. *Diário Oficial da União*, Brasília, 14 jul. 2003. Disponível em: <http://www.in.gov.br>. Acesso em: 15 nov. 2016.

BRASIL. Resolução nº 04, de 16 de março de 2012. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Altera a Resolução CD/FNDE nº 62, de 11 de novembro de 2011. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/fndelegis/action/UrlPublicasAction .php?acao=abrirAtoPublico&sgl_tipo=RES&num_ato=00000004&seq_ato=000&vlr_ano=2012&sgl_orgao=CD/FNDE/MEC>. Acesso em: 15 nov. 2015.

BRASIL. Resolução nº 01, de 05 de dezembro de 2014. Atualiza e define novos critérios para a composição do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos, disciplinando e orientando os sistemas de ensino e as instituições públicas e privadas de Educação Profissional e Tecnológica quanto à oferta de cursos técnicos de nível médio em caráter experimental, observando o disposto no art. 81 da Lei nº 9.394/96 (LDB) e nos termos do art. 19 da Resolução CNE/CEB nº 6/2012. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16705-res1-2014-cne-ceb-05122014&category_slug=dezembro-2014-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 10 dez. 2016.

BRASIL. Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário. 2016. *Histórico.* Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/pagina/hist%C3%B3rico>. Acesso em: 20 dez. 2016. 2016a.

BRASIL. Senado Federal. 2015. *Glossário Legislativo:* Sistema S. Disponível em: <http://www12.senado.leg.br/noticias/glossario-legislativo/sistema-s>. Acesso em: 15 out. 2015.

BRASIL. *Relatório de Auditoria na Rede Federal de Educação Profissional*. Tribunal de Contas da União, Brasil, Brasília, 2012.

BRASIL. Ministério da Educação. *Relatório Educação para Todos no Brasil, 2000-2015.* Brasília: MEC, 2014. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0023/002325/232565por.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2016. 2014c.

CAIRES, V. G. *Políticas para a Educação Profissional e a articulação entre o Ensino Profissional e o Ensino Médio:* estudo comparativo sobre o Ensino Integrado, em uma Instituição da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica de Minas Gerais. 2016. 392 f. (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016.

CAMPOS, A. C. *Dilma: Pronatec terá 8 milhões de matrículas até o fim do ano.* Agência Brasil, Brasília. 03 fev. 2014. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/es/node/902380>. Acesso em: 03 fev. 2014.

CANESSO, R. C. do C. C. *A permanência escolar e a prática pedagógica de sala de aula na educação profissional*. 2016. 114 f. Dissertação (Mestrado em Educação Tecnológica) – Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016.

CANESSO, R.C. do C.; OLIVEIRA, M. R. N. S. Aspectos da prática didática e da evasão escolar na educação profissional. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E EVASÃO ESCOLAR, 4., 2015, Belo Horizonte. *Anais do IV Colóquio Internacional sobre Educação Profissional e Evasão Escolar*. Belo Horizonte: RIMEPES, 2015. p. 70.

CAPES. 2009. *Conceito de Qualis.* Disponível em: <http://www.capes.gov.br/component/content/article?id=2550:capes-aprova-a-nova-classificacao-do-qualis>. Acesso em: 10 dez. 2016.

CAPRIO, M. *et al.* A avaliação diagnóstica como estratégia de prevenção de evasão em cursos técnicos concomitantes e subsequentes. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E EVASÃO ESCOLAR, 4., 2015, Belo Horizonte. *Anais do IV Colóquio Internacional sobre Educação Profissional e Evasão Escolar*. Belo Horizonte: RIMEPES, 2015. p. 6.

CARDOSO, L. PROEP quer avaliar funcionamento das escolas profissionalizantes. 2007. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/fnde/sala-de-imprensa/noticias/itemlist /tag/PROEP%20(Programa%20de%20Expans%C3%A3o%20da%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20Profissional). Acesso em: 15 dez. 2016.

CARNEVALLI, J. A.; MIGUEL, P. A. C. *Desenvolvimento da pesquisa de campo, amostra e questionário para um estudo tipo survey sobre a aplicação do QFD no Brasil*. Disponível em: <http://www.etecagricoladeiguape.com. br/ projetousp/Biblioteca/ENEGEP2001_TR21_0672.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2016.

CARRASCO, L. M. C. M.; COSTA, R. C. F.; RAMBO, M. C. D. Identificar os estudantes com altas habilidades/superdotação como forma de prevenir o fracasso e a evasão escolar. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E EVASÃO ESCOLAR, 4., 2015, Belo Horizonte. *Anais do IV Colóquio Internacional sobre Educação Profissional e Evasão Escolar*. Belo Horizonte: RIMEPES, 2015. 203 p.

CARVALHO, M. P. de. Sucesso e fracasso escolar: uma questão de gênero. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 29, n. 1, p. 185-193, jan/jul. 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ep/v29n1/a13v29n1.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2016.

CASTIONI, R. Planos, projetos e programas de educação profissional: agora é a vez do PRONATEC. *Sociais e Humanas*, Santa Maria, v. 26, n. 01, p. 25-42, jan./abr. 2013. Disponível em:<http://cascavel.ufsm.br/revistas/ojs-2.2.2/index.php/sociaisehumanas/article/view/5921/pdf>. Acesso em: 10 maio 2013.

CASSIOLATO, M. M. M. C.; GARCIA, R. C. (Orgs.). *PRONATEC*: Múltiplos arranjos e ações para ampliar o acesso à educação profissional. Texto para discussão / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - Brasília: IPEA, 2014.

CASTRO, T. L. de; DORE, Rosemary. Evasão nos cursos de licenciatura dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E EVASÃO ESCOLAR, 4., 2015, Belo Horizonte. *Anais do IV Colóquio Internacional sobre Educação Profissional e Evasão Escolar*. Belo Horizonte: RIMEPES, 2015. p. 160.

CGU. *Relatório de Auditoria Anual de Contas – PRONATEC*. 2014. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16416-setec-relatorio-de-auditoria-certificado-e-parecer-exercicio-2013&category_slug=setembro-2014-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 15 dez. 2016.

CHAGAS, C. G.; SANTOS, G. S. dos; FARIA, G. Mineração de dados com informações socioeconômicas para apoiar o controle de evasão. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E EVASÃO ESCOLAR, 4., 2015, Belo Horizonte. *Anais do IV Colóquio Internacional sobre Educação Profissional e Evasão Escolar*. Belo Horizonte: RIMEPES, 2015. 250 p.

CHRISTOPHE, M. *A legislação sobre a Educação Tecnológica, no quadro da Educação Profissional brasileira.* 2005. Disponível em: <tupi.fisica.ufmg.br/michel/docs/Artigos_e_textos/.../educacao%20tecnologica.pd>. Acesso em: 10 dez. 2015.

COELHO, A. J. dal P. *Permanência e abandono escolar na educação profissional:* um estudo sobre instituições federais de Joinville e Jaraguá do Sul. 2014. 227 f. Dissertação (Mestrado em Tecnologia) – Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2014.

CONCEICAO, V. L. da. *Psicologia, desigualdade e permanência de alunos em escola técnica profissional de nível médio.* 2012. 138 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Salgado de Oliveira, Niterói, 2012.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO (CNTE). Os riscos do PRONATEC para a educação técnica profissional. *Revista Retratos da Escola*, Brasília, v. 5, n. 8, jan./jun. 2011.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES EM ESTABELECIMENTOS DE ENSINO (CONTEE). *Posicionamento da CONTEE sobre o Projeto de Lei 1209/2011*. 2014. Disponível em: <http://www.contee.org.br/noticias/contee/docs/PRONATEC.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2016.

CONTARINE, M. L. M. *Políticas Públicas para a Educação Profissional:* um estudo em um Curso Técnico de Nível Médio, ofertado pelo PRONATEC, em Belo Horizonte. 2014. 294 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014.

CORDÃO, F. A. Educação Profissional: Cidadania e Trabalho. Entrevista concedida a Carlos Roberto Jamil Cury. *Boletim Técnico do Senac*, Rio de Janeiro, v. 32, n. 1, p. 46 a 55, jan./abr. 2006.

COSTA JÚNIOR, W. S. *Evasão em cursos gratuitos:* uma análise de suas principais causas e identificação de perfil dos alunos evadidos no Senac de Sete Lagoas. Pedro Leopoldo. 2010. 148 f. Dissertação (Mestrado em Administração), Faculdades Pedro Leopoldo, Pedro Leopoldo, 2010.

COSTA, L. F. de B. Representações e significados do PRONATEC por concluintes do ensino médio na rede estadual de Minas Gerais. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E EVASÃO ESCOLAR, 4., 2015, Belo Horizonte. *Anais do*

IV Colóquio Internacional sobre Educação Profissional e Evasão Escolar. Belo Horizonte: RIMEPES, 2015. p. 338.

COSTA, M. C. F. da S.; SOEIRA, Elaine dos Reis; BRASILEIRO, Reina Maria de Oliveira. A evasão estudantil nos cursos de licenciatura do Instituto Federal de Alagoas: a formação docente em questão. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E EVASÃO ESCOLAR, 4., 2015, Belo Horizonte. *Anais do IV Colóquio Internacional sobre Educação Profissional e Evasão Escolar*. Belo Horizonte: RIMEPES, 2015. p. 23.

COSTA, S. M. Evasão na Universidade deve cair 26% em cinco anos. *Jornal UFC*, n. 17, 2007. Disponível em: <http://www.ufc.br/portal/images/stories/_files/comunicacao_ marketing/jornalufc/jornalufc17_2007.pdf>. Acesso em: 27 set. 2016.

COSTA, T. M. de A.; SILVA, I. C. de S. Licenciaturas em química do IFG *campus* Uruaçu: a voz dos que optaram por evadir. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E EVASÃO ESCOLAR, 4., 2015, Belo Horizonte. *Anais do IV Colóquio Internacional sobre Educação Profissional e Evasão Escolar*. Belo Horizonte: RIMEPES, 2015. p. 236.

CRESPO, A. A. *Estatística fácil*. 13. ed. São Paulo: Saraiva, 1995.

CRUZ, A. P. da. Evasão nos cursos técnicos profissionalizantes: uma análise das principais causas e identificação de perfil dos alunos evadidos no SENAC Sete Lagoas. 2013. 91 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Administração) – Fundação Pedro Leopoldo, Pedro Leopoldo, 2013.

CUNHA, L. A. *O Ensino Profissional na Irradiação do Industrialismo.* São Paulo: Unesp; Brasília, DF: Flacso, 2000.

DELPHINO, F. B. de B. *A educação profissional*: contraponto entre as políticas educacionais e o contexto do mundo produtivo. São Paulo: Ícone, 2010.

DETREGIACHI FILHO, E. *A evasão escola na educação tecnológica:* estudo de uma unidade do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza. 2012. 127 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual Paulista, Marília, 2012.

DIAS, D. de S.; OLIVEIRA, N. Geração de competências no Brasil: uma análise do Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador (PLANFOR). Disponível em: <http://saogabriel.pucminas.br/administracao/wp-content/uploads/2013/08/Gest%C3%A3o-de-Compet%C3%AAncias-no-Brasil.pdf>. Acesso em: 16 nov. 2016.

DORE, R. Ensino Técnico no Brasil: 90 anos das Escolas Técnicas Federais. *Universidade e Sociedade.* Brasília, v. 18, p. 108-115, 1999.

DORE, R. Gramsci e o debate sobre a escola pública no Brasil. *Cadernos Cedes*, Campinas, v. 26, n. 70, p. 329-352, set-dez. 2006. Disponível em: <http://www.cedes. unicamp.br>. Acesso em: 10 dez. 2016.

DORE, R.; LÜSCHER, A. Permanência e evasão na educação técnica de nível médio em Minas Gerais. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 41, n. 144, set./dez. 2011, p 772-789. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext &pid=S0100-15742011000300007&Ing=pt&nrm=iso>. Acesso em: 15 nov. 2015.

DORE, R. INEP, 2011. *Projeto Educação Profissional no Brasil e Evasão Escolar. Coordenadora*: Rosemary Dore Heijman. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/ observatorio-da-educacao/visualizar/-/asset_publisher/La44/content/projeto%3A-educacao-profissional-no-brasil-e-evasao-escolar?redirect=http%3A%2F%2Fportal.inep.gov.br% 2Fweb%2 Fobservatorio-da-educacao%2Fnucleo-único>. Acesso em: 05 set. 2015.

DORE, R.; LÜSCHER, A. Z. Política educacional no Brasil: educação técnica e abandono escolar. In: *RBPG*, Brasília, supl. 1, v. 8, p. 147 - 176, dez., 2011. Disponível em: <http://www2.capes.gov.br/rbpg/images/stories/downloads/ RBPG/Vol.8_suplemento/capitulo5.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2016.

DORE, R.; SALES, P. E. N.; CASTRO, T. L. de. Evasão nos cursos técnicos de nível médio da rede federal de educação profissional de Minas Gerais. In: DORE, Rosemary; ARAÚJO, Adilson César de; MENDES, Josué de Sousa (Orgs.). *Evasão na educação:* estudos, políticas e propostas de enfrentamento. Brasília: IFB/CEPROTEC/RIMEPES, 2014, p. 379-414.

DUARTE, A. C. C.; ROCHA, D.; REGO, I. L. Evasão, descontinuidade, retorno, conclusão de alunos na educação técnica tecnológica profissional: uma amostragem do IFTO – Palmas. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E EVASÃO ESCOLAR, 4., 2015, Belo Horizonte. *Anais do IV Colóquio Internacional sobre Educação Profissional e Evasão Escolar*. Belo Horizonte: RIMEPES, 2015. p. 166.

DUTRA, L. R.; CASTELO BRANCO, G. A. L. A.; BROM, P. C. Acompanhamento qualitativo de ingresso, evasão e desligamento discente no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E EVASÃO ESCOLAR, 4., 2015, Belo Horizonte. *Anais do IV Colóquio Internacional sobre Educação Profissional e Evasão Escolar*. Belo Horizonte: RIMEPES, 2015. p.53.

ENS, R. T.; RIBAS, M. S. Políticas educacionais e o acesso e permanência na educação de jovens e adultos. In: SEMINÁRIO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO DA REGIÃO SUL - ANPED SUL, 9., 2012, Caxias do Sul. *Anais do IX Anped Sul*. Caxias do Sul: USC, 2012. Disponível em: http://www.ucs.br/etc/ conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/paper/viewFile/1685/709. Acesso em: 10 set. 2015.

FALCÃO, M.; COSTA, B.; PINHO, A. *Dilma diz que ensino técnico será porta de saída do Bolsa Família.* Folha de São Paulo. 28 abr. 2011. Disponível em:< http://www1.folha.uol.com.br/poder/2011/04/908623-dilma-diz-que-ensino-tecnico-sera-porta-de-saida-do-bolsa-familia.shtml>. Acesso em: 15 mar. 2016.

FARIA, D. S. A. *O PROEJA ensino médio no IFRN – campus Caicó:* causas da desistência e motivos da permanência. 2014. 134 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2014.

FARIA, D. C. *Acesso e permanência dos estudantes de origem popular à educação superior:* uma avaliação do programa conexões de saberes na UFT *campus* de Palmas. 2011. 241 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Avaliação de Políticas Públicas) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2011.

FERREIRA, R. G. *Os estudantes do PROEJA no IFRN*: a contribuição de seus arranjos culturais para a permanência no curso técnico de nível médio integrado em alimentos. 2014. 140 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal da Paraíba, João pessoa, 2014.

FIGUEIREDO, K. N. R. W. A. *Evasão escola*: um estudo de caso no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins – *campus* Porto Nacional. 2015. 154 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2015.

FONSECA, C. S. da. *História do ensino industrial no Brasil*. Rio de Janeiro: SENAI/DN/ DPEA, 1986, 5 v.

FRANÇA, J. L.; VASCONCELLOS, A. C. de. *Manual para Normalização de publicações técnico-científicas.* 9. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

FRANCO, J. C. M.; GANDOLFI, P. E.; GANDOLFI, M. R. C. Principais fatores da evasão do programa de qualificação profissional PRONATEC SENAC/Ituiutaba – MG. In: Encontro da ANPAD, 38., 2014, Rio de Janeiro. *Anais do XXXVIII EnANPAD.* Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/gedap/eventos-academicos/eventos-2014/enanpad-2014>. Acesso em: 15 dez. 2015.

FRANZOI, N. L. e*t al.* Escola, Saberes e Trabalho: a pesquisa do PROEJA no Rio Grande do Sul. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 35 n. 1, jan/abr. 2010.

FRANZOI, N. L.; SILVA, C. O. B.; COSTA, R. de C. D.. PROEJA e PRONATEC: a dança dos atores entre a formulação e a implementação de políticas governamentais. In: SIMPÓSIO DA ANPAE, 26., 2013, Recife. [*Anais eletrônico do XXVI Simpósio da Anpae.]*. Recife: UFPE, 2013. Disponível em: <http://www.anpae.org.br/simposio26/1comunicacoes/ NairaLisboaFranzoi-ComunicacaoOral-int.pdf >. Acesso em: 01 dez. 2015.

FREITAS, K. S. de. Alguns estudos sobre evasão e persistência de estudantes. *EccoS*, São Paulo, v. 2, n. 1, p. 247, 264./junho de 2009.

FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M.. A Política de Educação Profissional no Governo Lula: um percurso histórico controvertido. *Educação & Sociedade.* Campinas, v. 26, n. 92, p. 1087-1113, Especial Out., 2005. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em: 01 dez. 2016.

FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M. Perspectivas sociais e políticas da formação de nível médio: avanços e entraves nas suas modalidades. *Educação & Sociedade.* Campinas, v. 32, n. 116, p. 619-638, jul-set, 2011. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em: 01 dez. 2015.

GATTI, B. A. Estudos quantitativos em educação. *Educação e Pesquisa.* São Paulo, v. 30, n. 1, p. 11-30, jan./abr. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ep/v30n1/a02v30n1.pdf>. Acesso em: 24 maio 2017.

GEGLIO, P. C.; ROSA, A. C.; DIAS, V. G. As causas da evasão de alunos de um programa de educação de jovens e adultos. *Trabalho & Educação,* Belo Horizonte, v.21, n.1, p.53-64, jan./abr., 2012.

GIL, A. C. *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social.* 4. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GILIOLI, R. de S. P. *Evasão em instituições federais de ensino superior no Brasil: expansão da rede, Sisu e desafios*. Brasília: Câmara dos Deputados, 2016.

GODOY, A. S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. *Revista de Administração de Empresas,* São Paulo, v. 35, n. 2, p. 57-63, mar-abr. 1995.

GOMES, R. F.; LAUDARES, J. B. Estudo dos fatores de evasão escolar do curso técnico em enfermagem do Instituto Federal do Norte de Minas Gerais. *Trabalho & Educação,* Belo Horizonte, v. 25, n. 1, p. 17-33, jan-abr., 2016.
GUGELMIN, L. ; SANTOS, G. D.; PONTAROLO, E. Análise estatística de evasão escolar na educação profissional do colégio estadual de pato branco. *Trabalho & Educação,* Belo Horizonte, v.24, n.2, p. 209-227, mai-ago, 2015.

GUIMARÃES, C. Educar para o setor produtivo: Pronatec é carro-chefe das parcerias-privadas na Educação Profissional. *Revista Poli,* Rio de Janeiro, p. 10-13, maio/jun. 2013.

GUIMARÃES, C. Rumos da educação profissional: versão final do PRONATEC mantém as principais polêmicas do projeto original. *Revista Poli,* Rio de Janeiro, p. 18-20, jan./fev. 2012.

GUIMARÃES, C.; JÚNIA, R. *PRONATEC:* público e privado na educação profissional. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio. 29 abr. 2011. Disponível em: <http://www.epsjv.fiocruz.br/índex.php?Area=Noticia&Num=507>. Acesso em: 27 set. 2016.

HÖFLING, E.de M. Estado e Políticas (Públicas) Sociais. In: *Caderno Cedes,* ano XXI, n. 55. Campinas, Unicamp, 2001. Disponível em: <http://scielo.br/pdf/ccedes/ v21n55/5539>. Acesso em: 01 dez. 2016.

IBGE. Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira. *Estudos & Pesquisas: informação demográfica e socioeconômica*, n. 34. Rio de Janeiro: IBGE, 2014. 214 p.

IBGE. *Acesso à internet e à televisão e posse de telefone móvel celular para uso pessoal*. Coordenação de Trabalho e Rendimento. Rio de Janeiro: IBGE, 2016. 89 p.

IFMG. *Plano de Desenvolvimento Institucional:* IFMG 2014-2018. Minas Gerais: IFMG, 2015. 247 p.

IFMG. *Regimento Interno do programa Bolsa-Formação do PRONATEC/IFMG*. Disponível em<http://www.ifmg.edu.br/downloads/2016fevereiro/ RegimentoPronatec.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2016. 2015a.

IFMG. *Portarias de autorização dos cursos técnicos subsequentes do PRONATEC*. Disponível em: <www.ifmg.edu.br>. Acesso em: 20 dez. 2016.

INACIO, R. S. B. *Educação profissional para jovens e adultos:* determinações escolares e sociofamiliares para permanência e sucesso no PROEJA. 2011. 203 f. Dissertação (Mestrado em Políticas Sociais) – Universidade Cruzeiro do Sul, São Paulo, 2011.
INEP/MEC. *Enciclopédia de pedagogia universitária:* glossário vol. 2 / Editora-chefe: Marilia Costa Morosoni. – Brasília: INEP, 2006.

JORGE, T. A. da S. Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador - PLANFOR. In: OLIVEIRA, D.A.; DUARTE, A.M.C.; VIEIRA, L.M.F. *DICIONÁRIO:* trabalho, profissão e condição docente. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010. CDROM.

JUNG, P. R; SILVA, M. M. da. A qualificação profissional dos jovens nos moldes da teoria do capital humano repaginada: apontamentos sobre o Pronatec. In: SEMINÁRIO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO DA REGIÃO SUL - ANPED SUL. 10., 2014. *Anais do X Seminário Anped Sul.* Florianópolis: UDESC, 2014. Disponível em: <http://xanpedsul.faed.udesc.br/arq_pdf/887-1.pdf> Acesso em: 12 jan. 2015.

JUNGES, M.; FACHIN, P. Inclusão excludente. *IHU On-Line*, São Leopoldo, n. 281, ano 8, 10 nov. 2008. Disponível em: <http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2310&secao=281>. Acesso em: 8 nov. 2016.

KATREIN, B. H. S. *Os processos de permanência dos estudantes do PROEJA do IFSul – campus Pelotas*. 2012. 173 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de educação, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2012.

KUENZER, A. Z. A educação profissional nos anos 2000: a dimensão subordinada das políticas de inclusão. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 27, n. 96, p. 877-910, out. 2006. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/es/v27n96/a12v2796.pdf>. Acesso em: 02 ago. 2016.

KUENZER, A. Z.; FERRETI, C. *Políticas públicas referentes à formação profissional no Brasil*, 1999. mimeo.

LANKSHEAR, C.; KNOBEL, M. *Pesquisa pedagógica:* do projeto à implantação. Porto Alegre: Artmed, 2008.

LEITE, F. G. M.; GUIMARÃES, E. R. Evasão na educação profissional no Instituto Federal de Pernambuco: um olhar pedagógico. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E EVASÃO ESCOLAR, 4., 2015, Belo Horizonte. *Anais do IV Colóquio Internacional sobre Educação Profissional e Evasão Escolar*. Belo Horizonte: RIMEPES, 2015. p. 134.

LIMA, Marcelo. Perspectivas e riscos da educação profissional do Governo Dilma: educação profissional local e antecipação ao Programa Nacional de Acesso à Escola Técnica (Pronatec). In: 34ª Reunião Anual da ANPED, 2011, Natal. *Anais*... Natal, RN: Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Educação, 2011b, p.1-16.

LIMA, Marcelo. Problemas da educação profissional do governo Dilma: PRONATEC, PNE e DCNEMs. *Trabalho e Educação,* Belo Horizonte, v. 21, n.2, p. 73-91, maio/ago. 2012.

LIMA, Marcos Ricardo de. *PRONATEC - Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego:* uma crítica na perspectiva marxista. Disponível em: <http://www.estudosdotrabalho.org/texto/gt1/pronatec.pdf>. Acesso em: maio 2013.

LIMA, Marcelo. Gazeta do Povo. Disponível em: <http://www.gazetadopovo.com.br/ vidaecidadania/conteudo.phtml?id=1281412>. Acesso em: 10. ago. 2014.

LÜSCHER, A. Z.; DORE, R. Política educacional no Brasil: educação técnica e abandono escolar. *RBPG*, Brasília, supl. 1, v. 8, p. 147 - 176, dezembro 2011. | Políticas, Sociedade e Educação.

MACHADO, M. R. *A evasão nos cursos de agropecuária e informática/nível técnico da Escola Agrotécnica Federal de Inconfidentes, MG (2002 a 2006).* 2009. 134 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

MACHADO, M. M. GARCIA, L. T. Passado e Presente na Formação de Trabalhadores Jovens e Adultos. *Revista Brasileira de Educação de Jovens e Adultos*, v. 1, n. 1, p. 45-64. 2013.

MANFREDI, S. M. *Educação Profissional no Brasil*. São Paulo: Cortez Editora, 2002, 317 p.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. *Metodologia do Trabalho Científico:* procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

MARTINS, G. de A. *Estudo de caso:* uma estratégia de pesquisa. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MATIAS, I. S. *Centro Federal de Educação Tecnológica do Amazonas:* uma reflexão sobre as condições de ingresso, permanência e evasão escolar. 2003. 90 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003.

MATOS, I. A.; VASCONCELOS, D. M. B. P.; SANTOS, M. C. O. dos. A evasão escolar no IFTO campi Araguaína e Porto Nacional: da estatística ao enfrentamento. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E EVASÃO ESCOLAR, 4., 2015, Belo Horizonte. *Anais do IV Colóquio Internacional sobre Educação Profissional e Evasão Escolar*. Belo Horizonte: RIMEPES, 2015. 16 p.

MÁXIMO, L. Programa de ensino técnico tem evasão de 19%. Valor econômico – São Paulo. 1º Caderno. Página A4. São Paulo, 16 set. 2013.

MELO, R. F. de; ROCHA, R. P. da. Fatores influenciadores da evasão no curso técnico em informática para internet modalidade EAD polo Araguatins – TO. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E EVASÃO ESCOLAR, 4., 2015, Belo Horizonte. *Anais do IV Colóquio Internacional sobre Educação Profissional e Evasão Escolar*. Belo Horizonte: RIMEPES, 2015. 183 p.

MEDINA, M. A. L. *Causas de evasão em programas de qualificação profissional:* análise dos casos de Osasco e Bogotá. 2012. 226 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão e Políticas Públicas). Escola de Administração Pública de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (FGV), São Paulo, 2012.

MENEZES, A.; SCHIMITT, J. Plano institucional de monitoramento e intervenção para a superação da evasão/retenção escolar Instituto Federal Catarinense – IFC 2015/2016. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E EVASÃO ESCOLAR, 4., 2015, Belo Horizonte. *Anais do IV Colóquio Internacional sobre Educação Profissional e Evasão Escolar*. Belo Horizonte: RIMEPES, 2015. 306 p.

MENEZES, E. T. de; SANTOS, T. H. dos. Verbete UNED (Unidade de Ensino Descentralizada). In: *DICIONÁRIO Interativo da Educação Brasileira*: Educabrasil. São Paulo: Midiamix, 2001. Disponível em: <http://www.educabrasil.com.br/uned-unidade-de-ensino-descentralizada/>. Acesso em: 15 nov. 2015.

MINCATO, R. Políticas públicas e sociais: uma abordagem crítica e processual. In: OLIVEIRA, Mara de; BERGUE, Sandro Trescastro (Org.). ***Políticas públicas:*** definições, interlocuções e experiências. Caxias do Sul: Educs, 2012. p. 81-97.

MONTALVÃO, L. A. Do PIPMO ao PRONATEC*:* história e atualidade das políticas nacionais de formação da classe trabalhadora. *Observatório em Debate*, n. 2, dez. 2015. p. 2-26.

MOREIRA, P. R. *Evasão Escolar nos Cursos Técnicos do PROEJA na Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica de Minas Gerais*. 2012. 143 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012.

MOREIRA, P. R. A organização da educação profissional e a questão do dualismo escolar. In: *Trabalho & Educação*/*Universidade Federal de Minas Gerais*, Belo Horizonte, v. 22, n. 1, 183-195, jan-abr, 2013.

MOURA, D. H.; GARCIA, S. R. de O.; RAMOS, M. N. *Educação profissional técnica de nível médio integrada ao ensino médio*. Brasília: MEC, 2007. (Documento Base).

NORO, M. M. C. *Gestão de processos pedagógicos no PROEJA:* razão de acesso e permanência. 2011. 177 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

NUNES, E. F. P. A. *et al*. Análise da evasão de alunos dos cursos de profissionalização da área de enfermagem no Paraná. *Ciência, Cuidado e Saúde*, v. 6, n. 4, p. 433–440, out. 2007.

OIT. *Programa Nacional de Qualificação (PNQ).* 2017. Ministério do Trabalho e Emprego. Brasil. Disponível em: <https://www.oitcinterfor.org/experiencia/programa-nacional-qualifica%C3%A7%C3%A3o-pnq-minist%C3%A9rio-do-trabalho-e-emprego-brasil>. Acesso em: 20 dez. 2016.

OLIVEIRA, C. V. de *et al.* Diagnóstico e enfrentamento da evasão no âmbito do IFRJ. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E EVASÃO

ESCOLAR, 4., 2015, Belo Horizonte. *Anais do IV Colóquio Internacional sobre Educação Profissional e Evasão Escolar*. Belo Horizonte: RIMEPES, 2015. 82 p.

OLIVEIRA, G. E. *Permanência Escolar e a Política de Assistência Estudantil na Educação Profissional Técnica de Nível Médio:* estudo de caso no CEFET-MG. 2015. 169 f. Dissertação (Mestrado em Educação Tecnológica) – Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015.

OLIVEIRA, I. R. de. *A evasão no PROEJA ministrado pelo Instituto Federal do Espírito Santo campus Santa Teresa*. 2011. 131 f. Dissertação (Mestrado em Ciências) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2011.

OLIVEIRA, M. A. de. *Pronatec:* resultados e perspectivas. 2012. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/docman/?task=doc_download&gid=12132&Itemid= >. Acesso em: 10 set. 2016.

PACHECO, E.; REZENDE, C. Institutos Federais: um futuro por armar. In: SILVA, Caetana Jurazy Rezende (Org.). *Institutos Federais lei 11.892, de 29/11/2008:* comentários e reflexões. Natal: IFRN, 2009. 70 p.

PASSEDES, D. B. M. S. Expansão e evasão no ensino médio e técnico no Brasil e Argentina. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E EVASÃO ESCOLAR, 4., 2015, Belo Horizonte. *Anais do IV Colóquio Internacional sobre Educação Profissional e Evasão Escolar*. Belo Horizonte: RIMEPES, 2015. 171 p.

PAIXÃO, E. L. *et al*. Transição escola trabalho e perfis de estudantes evadidos e diplomados na educação profissional técnica no Brasil. In: DORE, Rosemary; ARAÚJO, Adilson César de; MENDES, Josué de Sousa (Orgs.). *Evasão na educação:* estudos, políticas e propostas de enfrentamento. Brasília: IFB/CEPROTEC/RIMEPES, 2014, p. 315-342.

PAIXÃO, E. L.; HEIJMANS, R. D.; MARGIOTTA, U. Transição da educação profissional para o mundo do trabalho, perfis de egressos diplomados/evadidos e fatores associados à permanência e ao abandono escolar. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E EVASÃO ESCOLAR, 4., 2015, Belo Horizonte. *Anais do IV Colóquio Internacional sobre Educação Profissional e Evasão Escolar*. Belo Horizonte: RIMEPES, 2015. 358 p.

PALACIO, P. da P. *Políticas de acesso e permanência do estudante da Universidade Federal do Ceará (UFC).* 2012. 124 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2012.

PARANHOS, M. Organismos Internacionais e a Política de Educação Profissional Brasileira. In: SEMINÁRIO DE PESQUISA, 4., 2009, Rio de Janeiro. *Anais do Seminário de Pesquisa:* a crise da sociabilidade do capital e a produção do conhecimento. Coordenadores: Gaudêncio Frigotto, Maria Ciavatta e Marise Ramos. Rio de Janeiro: UFF, UERJ e EPJJV, 2013.

PAREDES, A. S. *A evasão do terceiro grau em Curitiba:* documento de trabalho n. 6. São Paulo: Nupes/USP, 1994.

PEREIRA, A. L. G. O PRONATEC e a educação profissional nos governos da frente popular. In: SIMPÓSIO DA ANPAE, 27., 2015, Olinda. [*Anais eletrônico do XXVII Simpósio da Anpae.]*. Olinda: UFPE, 2015. Disponível em: <http://www.anpae.org.br/simposio2015/#/>. Acesso em: 01 dez. 2016.

PEREIRA, J. V. *O PROEJA no Instituto Federal de Goiás – campus Goiânia*: um estudo sobre os fatores de acesso e permanência na escola. 2011. 154 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

PEREIRA, L. A. C. *Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.* 2008. Disponível em: <portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf3/artigos_ifet_ jornal.pdf>. Acesso em: 28 nov. 2016.

PESSANHA, J. H. da S.; CARMOS, G. T. do. Aspectos da permanência escolar no PROEJA: movimentos da persistência. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E EVASÃO ESCOLAR, 4., 2015, Belo Horizonte. *Anais do IV Colóquio Internacional sobre Educação Profissional e Evasão Escolar*. Belo Horizonte: RIMEPES, 2015. 65 p.

RAMBO, M. C. D.; CARRASCO, L. M. C. M.; COSTA, R. C. F. O uso de metodologias ativas na disciplina de Matemática como estratégia para prevenir a evasão escolar. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E EVASÃO ESCOLAR, 4., 2015, Belo Horizonte. *Anais do IV Colóquio Internacional sobre Educação Profissional e Evasão Escolar*. Belo Horizonte: RIMEPES, 2015. 282 p.

RAMOS, L. da F. *O PRONATEC como política social de estado:* historicidade e contradição na construção de uma política para educação profissional. 2014. 118 f. Dissertação (Mestrado em Educação Profissional em Saúde) – Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Rio de Janeiro, 2014.

RAMOS, M. Projetos societários em disputa no Brasil contemporâneo: a universalização da educação básica e a educação profissional. In: MOURA, Dante Henrique (Org.). *Educação Profissional:* desafios teórico-metodológicos e políticas públicas. Natal: IFRN, 2016, p. 121-144.

REGATTIERI, M.; CASTRO, J. M. (Orgs.). *Ensino médio e educação profissional: desafios da integração.* Brasília: UNESCO, 2009.

RIBEIRO, J. PRONATEC diante da inclusão excludente e da privatização da formação. In: *Revista Textual*, v. 1, n. 19, maio, 2014. Disponível em: <https://issuu.com/sinprors/docs /sinpro_-_revista_textual_-_maio_201_0854b7c74dd581>. Acesso em: 15 dez. 2016.

ROCHA, W. M. da. *Educação de jovens e adultos e a evasão escolar:* o caso do Instituto Federal do Ceará – *campus* de Fortaleza. 2011. 155 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Ceará. Faculdade de educação, Fortaleza, 2011.

RODRIGUES, F. M.; RODRIGUES, L. G. da S. M.; VIROLI, S. L. M. Fatores que contribuem para evasão escolar na rede federal de educação profissional e tecnológica. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E EVASÃO

ESCOLAR, 4., 2015, Belo Horizonte. *Anais do IV Colóquio Internacional sobre Educação Profissional e Evasão Escolar*. Belo Horizonte: RIMEPES, 2015. p. 188.

RODRIGUES, S. M. Y. O. *Investigando a evasão acadêmica para subsidiar propostas de políticas públicas de acesso e permanência na UNESPAR / FECILCAM* . 2012. 97 f. Dissertação. (Mestrado Profissional em Políticas Públicas) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2012.

ROWAN-KENYON, H. T.; BELL, A. D.; PERNA, L. W. Contextual influences on parental involvement in college going: variations by socioeconomic class. *The Journal of Higher education*, v. 79, n. 5, p. 564-586. 2008.

ROUSSEFF, D. Governo cria incentivos para formação técnica de jovens e trabalhadores. Brasília, Distrito Federal, 14 fev. 2011. Entrevista concedida a Luciano Seixas no Programa Café com a Presidenta. Disponível em: <http://cafe.ebc.com.br/cafe/arquivo/governo-cria-incentivos-para-formacao-tecnica-de-jovens-e-trabalhadores>. Acesso em: 15 nov. 2015.

RUA, M. das G. Análise de política públicas: conceitos básicos. In: RUA, M. G.; Carvalho, M. (Org.). *O estudo da política:* tópicos selecionados. Brasília: Paralelo 15, 1998. p. 231-260.

RUMBERGER, R. W. High School dropouts: a review of issues and evidence. *Review of Educational Research*, v. 57, p. 101-121, 1987.

RUMBERGER, R. W. Why students drop out of school. In: ORFIED, G. (Org.). Dropouts in America: Confronting the Graduation Rate Crisis. Cambridge, MA: Harvard Education Press, 2004, p. 131-155.

RUMBERGER, R. W.; LIM, S. A. *Why students drop out of school:* a review of 25 years of research. Research Report n.15, University of California, 2008.

RUMBERGER, R. *Dropping out:* Why students drop out of high school and what can be done about it. Cambridge: Harvard University Press, 2011.

SALDANHA, L. de L. W. O Pronatec e a relação ensino médio e educação profissional. In: SEMINÁRIO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO DA REGIÃO SUL - ANPED SUL. 9., 2012, Caxias do Sul: UCS, 2012. Disponível em: <http://www.ucs.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/paper/viewFile/1713/14>. Acesso em: 12 jan. 2016.

SALES, P. E. N. Métodos de pesquisa para a identificação de fatores de evasão e permanência na educação profissional. *Caderno Cedes*, Campinas, v. 34, n. 94, p. 403-408, set.-dez., 2014.

SANSIL, C. da S. S.; FRANCISCO, A. L.; SILVA, C. A. dos S. A. e. Fatores de abandono e permanência na EPT: possibilidades e desafios no século XXI. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E EVASÃO ESCOLAR, 4., 2015, Belo Horizonte. *Anais do IV Colóquio Internacional sobre Educação Profissional e Evasão Escolar*. Belo Horizonte: RIMEPES, 2015. 178 p.

SANTANA, E. B. As políticas públicas de ação afirmativa na educação e sua compatibilidade com o princípio da isonomia: acesso às universidades por meio de cotas para

afrodescendentes**.** *Ensaio: Avaliação e políticas públicas em educação*, Rio de Janeiro, v. 18, n. 69, p. 736-760, out./dez. 2010.

SANTOS, J. A. dos. A trajetória da educação profissional. In: LOPES, E. M. T.; FARIA FILHO, L. M.; VEIGA, C. G. (Org.). *500 anos de educação no Brasil*. 4. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

SANTOS, V. C. A. dos S.; QUEIROZ, A. P. T. de; SILVA, A. L. da. Evasão na educação profissional: identificando caminhos de permanência sob o olhar da assistência estudantil. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E EVASÃO ESCOLAR, 4., 2015, Belo Horizonte. *Anais do IV Colóquio Internacional sobre Educação Profissional e Evasão Escolar*. Belo Horizonte: RIMEPES, 2015. 141 p.

SARAVIA, E. Introdução à teoria da política pública. In: SARAVIA, Enrique; FERRAREZI, Elisabete. (Orgs.). *Políticas públicas.* Coletânea v. 1. Brasília: ENAP, 2006, p. 21-42. Disponível em: <http://www.enap.gov.br/index.php?option=com_docman& task=cat_view&gid=858&dir=ASC&order=name&limit=5&limitstart=0> Acesso em: 13 ago. 2016.

SAVIANI, D. *A nova lei da educação*: trajetória, limites e perspectivas. 4. ed. Campinas: Autores Associados, 1998.

SAVIANI, D. O choque teórico da politecnia. *Trabalho, Educação e Saúde*, v. 1, n. 1. p. 131-152, 2003. Disponível em: < http://www.revista.epsjv.fiocruz.br/ upload/revistas/r41.pdf>. Acesso em: 05 jan. 2017.

SECCHI, L. *Políticas Públicas:* Conceitos, Esquemas de Análise, Casos Práticos. São Paulo: Cengage Learning, 2010.

SERVIDORES FEDERAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA, PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA - SINASEFE. *Debate qualificado no Seminário que discutiu o PRONATEC no IFSC*. 01 jun. 2013. Disponível em: <http://www.sinasefe-sc.org.br/templates/80/noticia_visualizar.jsp?idEmpresa=89&idNoticia=13655&idUser=3251716>. Acesso em: 21 ago. 2016.

SETTON, M. da G. J. Sociologia de Bernard Lahire. *Pedagogia Contemporânea 1 Educação, Escola e Desigualdade*. São Paulo: Segmento, 2009.

SEVERINO, A. J. *Metodologia do trabalho científico.* 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SIMÕES, C. H. IFMS em Aquidauana: uma política de inclusão. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E EVASÃO ESCOLAR, 4., 2015, Belo Horizonte. *Anais do IV Colóquio Internacional sobre Educação Profissional e Evasão Escolar*. Belo Horizonte: RIMEPES, 2015. 208 p.

SILVA, A. L. da; QUEIROZ, Ana Paula Torres de; SANTOS, Vanessa Conceição Alves dos. Mecanismo de informação como estratégia de prevenção à evasão na educação profissional. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E EVASÃO ESCOLAR, 4., 2015, Belo Horizonte. *Anais do IV Colóquio Internacional sobre Educação Profissional e Evasão Escolar*. Belo Horizonte: RIMEPES, 2015. 245 p.

SILVA, C. J. R. (Org.). *Institutos Federais Lei 11.892, de 29/12/2008:* comentários e reflexões. Natal: IFRN, 2009. 70 p. Disponível em: <http://portal.mec. gov.br/index.php?option=com_docman&view= download&alias=3753-lei-11892-08-if-comentadafinal&Itemid=30192>. Acesso em: 28 nov. 2016.

SILVA, C. A. C. da. *O Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA) em um Centro Estadual de Educação Profissional*: evasão e remanescência. 2014. 111 f. Dissertação (Mestrado em Tecnologia) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2014.

SILVA, C. R. da; PIMENTEL, B. R.; FINARDI, K. R. Refletindo sobre a Evasão em um Curso Técnico do Pronatec. *UNOPAR Cient., Ciênc. Human. Educ.,* Londrina, v. 15, n. 3, p. 239-247, out. 2014.

SILVA, D. de; MOURA, D. H.; SOUZA, L. M. de. Uma Avaliação Política do PRONATEC: ideologia, teoria e objetivos implícitos. In: MOURA, Dante Henrique (Org.). *Educação Profissional:* desafios teórico-metodológicos e políticas públicas. Natal: IFRN, 2016, p. 145-168.

SILVA, F. B. dos S.; LIMA, M. C. G.. Estratégias de monitoramento contra a evasão na educação profissional. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E EVASÃO ESCOLAR, 4., 2015, Belo Horizonte. *Anais do IV Colóquio Internacional sobre Educação Profissional e Evasão Escolar*. Belo Horizonte: RIMEPES, 2015. p. 104.

SILVA, J. A.; SILVA, J. C. N.; LOPES, K. M.V. A inclusão na rede federal de educação profissional: a permanência/evasão de alunos com necessidades específicas do *campus* Porto Nacional do IFTO. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E EVASÃO ESCOLAR, 4., 2015, Belo Horizonte. *Anais do IV Colóquio Internacional sobre Educação Profissional e Evasão Escolar*. Belo Horizonte: RIMEPES, 2015. 39 p.

SILVA, M. R.; PELISSARI, L. B.; STEIMBACH, A. A. Juventude, escola e trabalho: permanência e abandono na educação profissional técnica de nível médio. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 39, n. 2, p. 403–417, abr. 2013.

SILVA, M. C. Evasão no Instituto Federal do Tocantins – *campus* Gurupi: causas de abandono e permanência. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E EVASÃO ESCOLAR, 4., 2015, Belo Horizonte. *Anais do IV Colóquio Internacional sobre Educação Profissional e Evasão Escolar*. Belo Horizonte: RIMEPES, 2015. 146 p.

SILVA, M. R. da. A política de integração curricular no âmbito do PROEJA: entre discursos, sujeitos e práticas. *Ensaio: avaliação e políticas públicas em educação,* Rio de Janeiro, v. 19, n. 71, p.307-326, set. 2011. Trimestral. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/ensaio/v19n71/a05v19n71.pdf>. Acesso em: 11 maio 2015.

SILVA, Roberto Bitencourt da. A Educação Técnica e Profissional e a Lei do Pronatec. *Democratizar*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, jan./jul. 2012.

SILVA, S. M. da G. da. PRONATEC: ruptura com a integração entre educação profissional e educação de jovens e adultos. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E EVASÃO ESCOLAR, 4., 2015, Belo Horizonte. *Anais do IV Colóquio Internacional sobre Educação Profissional e Evasão Escolar*. Belo Horizonte: RIMEPES, 2015. p. 326.

SILVA, S. L. R.; FERREIRA, J. A. G. (2009). Família e ensino superior: que relação entre dois contextos de desenvolvimento? *Exedra: Revista Científica*, 1, 101-126. Disponível em: <http://www.exedrajournal.com/docs/01/101-126.pdf>. Acesso em: 25 ago. 2015.

SILVA, W. A. *Fatores de Permanência e Evasão no Programa de Educação Profissional de Minas Gerais (PEP/MG):* 2007 a 2010. 2013. 221 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013.

SILVA, W. F. Evasão escolar nos cursos técnicos integrados do IFBA *campus* Eunápolis. In: SIMPÓSIO DA ANPAE, 25., 2011, São Paulo. [*Anais eletrônico do XXV Simpósio da Anpae.]*. São Paulo: USP/PUC-SP, 2011. Disponível em: <http://www.anpae.org.br/simposio2011>. Acesso em: 01 dez. 2015.

SILVEIRA, R. B.; BRITTES, L. R. Evasão e reprovação na educação profissional e tecnológica: dimensões do currículo no programa permanência e êxito. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E EVASÃO ESCOLAR, 4., 2015, Belo Horizonte. *Anais do IV Colóquio Internacional sobre Educação Profissional e Evasão Escolar*. Belo Horizonte: RIMEPES, 2015. 116 p.

SILVEIRA, T. T. *O Ensino Técnico, a Criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e a Educação Física*: capturas neoliberais e formas de resistência. 2014. 239 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014.

SOARES, I. S. Evasão, retenção e orientação acadêmica: UFRJ – Engenharia de Produção – estudo de caso. In: COBENGE, 34., 2006, Passo Fundo. *Anais do XXXVI COBENGE*. Passo Fundo: Universidade de Passo Fundo, 2006. p. 8-27.

SOARES, T. M. (Coord.) *et al*. Determinantes do abandono do Ensino Médio pelos jovens do Estado de Minas Gerais. *Relatório da Pesquisa sobre Abandono Escolar (PSAE).* Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora : (CAEd/UFJF), 2010.

SOUZA, J. A. da S. *Permanência e evasão escolar:* um estudo de caso em uma instituição de ensino profissional. 2014. 152 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública) – Universidade Federal de Juiz de Fora, 2014.

SOUZA, M. Z. M. de. *Educar, Trabalhar, Civilizar no Asilo de Meninos Desvalidos (1875-1894):* caminhos possíveis. 2008. 114 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

SOUZA, T. R. de A. *Estudo das relações entre a permanência no ensino técnico e a assistência estudantil no IFTM – campus Paracatu*. 2015. 148 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de Brasília. Faculdade de educação, Brasília, 2015.

STEIMBACH, A. A.; PELISSARI, L. B.; SILVA, M. R. Juventude, escola e trabalho: permanência e abandono na educação profissional técnica de nível médio. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, *Ahead of print*, nov. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1517-97022013000200008&script=sci_abstract&tlng=pt >. Acesso em: 06 abr. 2014.

SZYMANSKI, H. (Org.), ALMEIDA, L. R. de, BRANDINI, R. C. A. R. *A entrevista na pesquisa em educação:* a prática reflexiva. Brasília: Liber Livro, 2004.

THEODOULOU, S. Z. The Contemporary Language of Public Policy: A Starting Point. In: THEODOULOU, Stella Z; CAHN, Matthew A. (Org.). *Public Policy:* The Essential Readings. New Jersey: Prentice Hall, 1995. cap. 1, p. 1-9.

TINTO, V. *Leaving college*: rethinking the causes and cures of student attrion. 2. ed. Chicago: The University of Chicago, 1993. 312 p.

TONTINI, G. *et al*. Pode-se Identificar a Propensão e Reduzir a Evasão de Alunos? Ações Estratégicas e Resultados Táticos para Instituições de Ensino Superior. In: *Revista da Avaliação da Educação Superior*, v. 19, n. 1, 2013.

TRIVIÑOS, A. N. S. *Introdução à pesquisa em ciências sociais:* a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

TROGIANI, C. de R.; PEREIRA, L. V.; CAMPOS, L. H. de; MEDINA, M. A. L. *Desafios para a implementação do Programa PRONATEC Osasco sem miséria*. 2012. 150 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão e Políticas Públicas) – Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2012.

UFMG. *Manual de Aplicação de Questionários.* Belo Horizonte: UFMG, 2011.

VALVERDE, D. O.; COUTINHO, F. S. de A. Evasão escolar em cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC) do Instituto Federal de Brasília – *campus* Ceilândia. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E EVASÃO ESCOLAR, 4., 2015, Belo Horizonte. *Anais do IV Colóquio Internacional sobre Educação Profissional e Evasão Escolar*. Belo Horizonte: RIMEPES, 2015. 121 p.

VERHINE, R. E.; MELO, A. M. P. de. Causes of school failure: the case of the state of Bahia in Brazil. *NGO Education and Development Library*, Prospects, v. 18, n. 4, p. 557-568, 1988.

VIEIRA, L. C.; GUIMARÃES, J. de M. M.; COSTA, G. F. A evasão nos cursos técnicos a distância nos institutos federais: um estudo de caso dos cursos do IFSULDEMINAS. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E EVASÃO ESCOLAR, 4., 2015, Belo Horizonte. *Anais do IV Colóquio Internacional sobre Educação Profissional e Evasão Escolar*. Belo Horizonte: RIMEPES, 2015. 28 p.

YIN, R. K. *Case study research*: design and methods. London: Sage, 1984.

WALDOW, C. As políticas educacionais do governo Dilma, a formação para o trabalho e a questão do pronatec: reflexões iniciais. In: SEMINÁRIO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO

DA REGIÃO SUL - ANPED SUL. 10, 2014. *Anais do X Seminário Anped Sul.* Florianópolis: UDESC, 2014. Disponível em: <http://xanpedsul.faed.udesc.br/arq_pdf/1765-0.pdf> Acesso em: 12 jan. 2015.

ZAMBONI, V. de P. G.; SANTOS, T. A.; OLIVEIRA, M. R. N. S. Políticas Públicas na Educação Profissional de Jovens e Adultos: PROEJA E PRONATEC. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL TRABALHO, RELAÇÕES DE TRABALHO, EDUCAÇÃO E IDENTIDADE - SITRE, 6., 2016, Belo Horizonte. *[Anais eletrônicos do VI SITRE]*. Belo Horizonte: CEFET-MG, 2016. Disponível em: <http://www.sitre.cefetmg.br/anais.jsp>. Acesso em: 02 jan. 2017.

APÊNDICES

Apêndice A – Síntese de estudos relacionados à evasão de estudantes

Quadro 10 - Fatores relacionados à evasão de estudantes segundo produção intelectual – 2011- 2016[91].

(Continua)

AUTOR/ANO	FATORES RELACIONADOS À EVASÃO
Gomes; Laudares (2016)	- Necessidade de trabalhar - Falta de identificação com o curso - Embasamento teórico insuficiente / dificuldade com o curso - Dificuldade de transporte - Fatores familiares - Falta de conhecimento sobre o curso - Mercado de trabalho não é atrativo - Condição financeira desfavorável - Fragilidade no processo seletivo - Muito tempo fora da escola - Gravidez - Falta de avaliação dos resultados dos cursos - Reprovação - Problemas pessoais - Desejo pelo ensino superior
Melo; Rocha (2015)	- Dificuldades em disciplinas críticas, tais como: Lógica da Programação, Estrutura de dados, Banco de Dados e Programação Dinâmica para Internet - Interação entre professores e alunos - Adaptação a modalidade EAD - Insatisfação com a infraestrutura do polo EAD
Rodrigues; Rodrigues; Viroli (2015)	- Nível socioeconômico do aluno - Estrutura organizacional e pedagógica das escolas - Política educacional - Relação da escola com a cultura jovem - “Necessidade” de o jovem ter que optar por estudar ou trabalhar - Questões curriculares.
Paixão; Dore; Margiotta (2015)	- Conciliar trabalho e estudo - Desinteresse por profissão/curso
Figueiredo (2015)	- Motivo de trabalho - Aprovação em vestibulares para cursos superiores - Período de durabilidade do curso - Docentes não tinham perfil para trabalhar na modalidade - Falta de experiência do docente em sala de aula - Não reconhecimento do aluno com o curso

[91] Nesse quadro foram abordados apenas os estudos constantes na revisão bibliográfica descrita no capítulo 2, tópico 2.1, que traziam em seu conteúdo fatores relacionados à evasão.

Quadro 10 - Fatores relacionados à evasão de estudantes segundo produção intelectual – 2011- 2016.

(Continua)

AUTOR/ANO	FATORES RELACIONADOS À EVASÃO
Matos; Vasconcelos; Santos (2015)	**Fatores externos** - Desinteresse nas atividades escolares - Desconhecimento da estrutura curricular da instituição - Desemprego dos familiares - Violência - Falta de transporte urbano e intermunicipal **Fatores internos** - Corpo docente insuficiente - Ausência de professores - Qualificação insuficiente - Infraestrutura insuficiente - Falta de refeitório no campus - Desmotivação - Despreparo - Desvalorização da classe - PCC Fragmentado **Fatores individuais** - Desmotivação - Despreparo - Desvalorização - Quadro de servidores insuficiente
Valverde; Coutinho (2015)	- Incompatibilidade do horário do curso com o do trabalho - Incompatibilidade de horário com outro curso - Segurança - Falta de transporte
Leite; Guimarães (2015)	- Trabalho - Problemas familiares - Excesso de atividades - Menor incidência de motivos relacionados à instituição e ao ensino-aprendizagem
Andrade et al (2015)	- Aprovação para o ensino superior - Atividade profissional em área diferente do curso escolhido - Situação socioeconômica - Falta de afinidade com o curso - Problemas familiares - Dificuldades em conciliar trabalho e escola
Silva (2015)	- Problemas de aprendizagem ou dificuldades nas disciplinas (em especial matemática, física e química) - Repetência - Dificuldade de relacionamento do estudante (professor ou colega de sala) - Frustração de expectativas em relação ao curso - Fatores como horário e carga horária do curso - Excesso de disciplinas - Formação precária do ensino fundamental - Motivação, interesse ou compromisso com o curso
Castro; Dore (2015)	- Problemas relacionados à formação e ao trabalho docente, como formação profissional ineficaz, baixo nível salarial e falta de condições apropriadas para o exercício da profissão - Podem estar ligados à convivência com os pares, professores, com sua família, etc.

Quadro 10 - Fatores relacionados à evasão de estudantes segundo produção intelectual – 2011- 2016.

(Continua)

AUTOR/ANO	FATORES RELACIONADOS À EVASÃO
Costa; Silva (2015)	- Conciliar trabalho e estudo e/ou falta de disposição e tempo para o estudo - Metodologia e relação professor-aluno - Dificuldade nas disciplinas extras - Curso difícil - Falta de aptidão para o curso de Licenciatura - Rigor nas apresentações dos trabalhos (seminários) - Reprovações - Deslocamento (distância da residência) - Reopção de curso em outra Instituição de Ensino - Ordem pessoal - Problema de saúde devido à exigência do curso - Concurso público
Queiroz; Brandão; Santos (2015)	- Questões relacionadas ao trabalho, tais como falta de tempo, jornadas excessivas e dificuldade de conciliar o trabalho - Imaturidade vocacional - Ingresso em curso superior
Franco; Gandolfi; Gandolfi (2014)	**Fatores internos** - Desentendimento com professores - Desinteresse pelo curso - Início de outro curso ou graduação - Inserção no mercado de trabalho **Fatores externos** - Conciliação entre o curso técnico e as outras atividades que o aluno desempenha, como trabalho, vida pessoal e o ensino regular **Motivos de ordem pessoal** - Casamento - Gravidez - Dificuldade em locomoção até o local das aulas - Mudança de cidade
Silva (2014)	- Falta de condições de transporte - Compromissos com a família e com o trabalho - Localização da instituição - Falta de opções de cursos de qualidade próximos de suas residências - Mudança de curso - Falta de comprometimento do professor - Dificuldades no acompanhamento das aulas e das disciplinas - Dificuldades na realização do estágio - Relacionamento entre os alunos - Não sabe dizer a causa - Falta de professor - Problemas pessoais - Não gostar do curso
Sales (2014)	Apresenta Métodos de pesquisa para a identificação de fatores de evasão e permanência na Educação Profissional, como o Método baseado nos estudos de Rumberger e Lim (2008).

Quadro 10 - Fatores relacionados à evasão de estudantes segundo produção intelectual – 2011- 2016.

(Continua)

AUTOR/ANO	FATORES RELACIONADOS À EVASÃO
Silva (2013)	**Fonte A** - Problemas financeiros dificultavam a permanência na escola - Dificuldade de dialogar com a coordenação da escola - Excessivo número de aulas teóricas - Falta de disponibilidade de laboratórios para as aulas práticas - Conciliar trabalho com o estudo - A dificuldade para a prática do estágio **Fonte B** - Deixar o curso para trabalhar - Dificuldade de conciliar trabalho com o estudo - Inadequação de turno - Condições financeiras para permanecer no curso - Tempo gasto com transporte **Fonte C** - Conciliar trabalho com estudo - A dificuldade financeira para permanecer no curso - Início dos estudos em curso superior - Tempo e dinheiro gasto com transporte
Cruz (2013)	- O horário de trabalho era incompatível com o de estudo - Não apresentaram motivo - Mudança de domicílio, impedindo continuidade dos estudos - Problema relacionado à saúde pessoal ou familiar - Dificuldade de transporte para chegar à escola, sendo de outra cidade - Dificuldade de aprendizado - Realização de outro curso técnico concomitantemente ao do Senac - Mudança para outra cidade - Custo de transporte para chegar à escola - Sem ter com quem deixar os filhos
Araújo (2013)	- Horário de trabalho - Necessidade de trabalhar - Dificuldade de acompanhar o curso e as matérias - Localização da escola - Aspectos de segurança, como assaltos e roubos no entorno da escola - Problemas de infraestrutura - Problemas didático-pedagógicos
Aguiar (2012)	- Desemprego - Dificuldades financeiras - Dificuldade de transporte e de moradia - Notas baixas - Desempenho acadêmico insuficiente
Detregiachi Filho (2012)	-Dificuldades no início dos cursos, tais como: acadêmicas, acompanhar o desenvolvimento das disciplinas e deficiência na formação básica - Dificuldades financeiras e econômicas - Dificuldade em conciliar trabalho, estudo e família

Quadro 10 - Fatores relacionados à evasão de estudantes segundo produção intelectual – 2011- 2016.

(Continua)

AUTOR/ANO	FATORES RELACIONADOS À EVASÃO
Almeida (2012)	- Transferência geracional (nível de escolaridade dos pais) - Busca pelo emprego - Histórico anterior de reprovações e abandonos - Opção por curso superior - Conflito entre trabalho e estudo - Necessidade de sustentar a família - Cobrança do marido para cuidar do filho doente - Falta de apoio familiar para cuidar de filhos - "Vitimização" e transferência de responsabilidades - Turno em que estava matriculado - Impossibilidade de transferência de turno - Má comunicação entre escola e aluno - Impossibilidade de trancamento e retorno futuro - Burocracia escolar - Problemas no processo de avaliação - Conflitos com professores - Falta de coerência entre as ações tomadas e a percepção do mercado de trabalho - Dificuldade para custear o transporte - Decepção anterior com curso técnico - Falta de afinidade com o curso - Necessidade de cuidar dos serviços domésticos - Problemas de saúde
Barlem et al (2012)	- Aprovação no curso de primeira opção - Desconhecimento acerca da profissão - Dificuldades financeiras - Desvalorização profissional
Araújo (2012)	- Alunos já tinham o ensino médio - Falta de conhecimento - Coincidência com o horário de trabalho - Projeto não fez jus ao produtivo - Faltas do professor em sala de aula - Atraso no pagamento de bolsas - Coincidência de horário de aula - Discussões com a coordenação do curso
Moreira (2012)	**Fatores individuais** - Dificuldade em conciliar o horário de trabalho e estudo - Necessidade de trabalhar - Escola ser distante do trabalho/casa - Dificuldades financeiras para realizar o curso - Falta de motivação para continuar os estudos **Fatores vinculados ao contexto da escola** - Falta de assistência financeira - Falta de flexibilidade nos horários para cursar as matérias - Excesso de matérias no curso - Existência de professores muito exigentes
Geglio; Rosa; Dias (2012)	- Dificuldade em entender os conteúdos de algumas disciplinas - Impossibilidade de cumprir o percentual de 75% de frequência nas aulas - Ausência de professores - Demora em receber o material pedagógico - Cansaço dos alunos trabalhadores - Impossibilidade de conciliar estudos com as atividades da vida pessoal, principalmente os alunos que são chefes de família

Quadro 10 - Fatores relacionados à evasão de estudantes segundo produção intelectual – 2011- 2016.

(Continua)

AUTOR/ANO	FATORES RELACIONADOS À EVASÃO
Lüscher; Dore (2011)	- Emprego - Desistente/sem justificativa - Horário incompatível - Estudos - Ingresso no curso superior - Mudança de município - Saúde - Transporte - Gravidez - Achou muito difícil - Não se identificou com o curso - Filhos
Dore; Lüscher (2011)	- Mudança de município - Ingresso no curso superior - Emprego - Estudos - Transporte - Saúde - Filhos - Não se identificou com o curso - Horário incompatível - Desistente/Sem justificativa - Gravidez - Achou muito difícil
Borges (2011)	- Mercado de Trabalho - Baixa Remuneração do profissional - Gravidez - Dificuldades Financeiras - Fatores Problemáticos do Curso - Carreira Instável - Casamento - Filhos - Falta de vocação - Falta de tempo para terminar a monografia - Perda de benefícios (por reprovação) - Valor do curso altíssimo
Silva (2011)	**Fatores externos** - Situação econômico-financeira - Incompatibilidade entre os horários - Necessidade de trabalhar - Dificuldades de deslocamento - Estrutura familiar - Falta de aptidão para a profissão - Mudança de interesse profissional ou pessoal - Desconhecimento a respeito do curso - Adaptação à modalidade de educação profissional - Dificuldade de aprendizagem procedente das séries anteriores - Descompromisso com o autodesenvolvimento - Realização do curso no período de quatro anos - Grau de dificuldade de exercícios e provas - Excesso de atividades e tarefas avaliativas - Falta de associação entre teoria e prática (continua...)

Quadro 10 - Fatores relacionados à evasão de estudantes segundo produção intelectual – 2011- 2016.

(Conclusão)

AUTOR/ANO	FATORES RELACIONADOS À EVASÃO
Silva (2011)	**Fatores internos** - Custo financeiro para manter o curso - Laboratórios e equipamentos para as aulas práticas - Falta de atenção e atendimento às solicitações - Pressão da sociedade e da família - Carga horária total de aulas - Reprovação em mais de uma disciplina no semestre - Exigência de estágio obrigatório
Oliveira (2011)	- Falta de identificação com a especialização profissional oferecida que possui demanda restrita no mercado de trabalho - Despreparo do corpo docente para atuação na modalidade de ensino - Dificuldades relativas à acessibilidade, especialmente no tocante à falta de meios de transporte
Rocha (2011)	- Currículo não contempla as especificidades da modalidade - Sistema de avaliação inadequado - Corpo docente não estava preparado e nem disposto a assumir o desafio imposto pela Direção - Infraestrutura material deficitária (principalmente laboratórios) - Material didático inadequado ao aluno

Fonte: Dados da pesquisa bibliográfica organizados pela autora.

Apêndice B – Cidades que ofertaram cursos do PRONATEC vinculadas ao IFMG.

Quadro 11 – Unidades Gestoras do IFMG e municípios de oferta do PRONATEC sob a responsabilidade das unidades.

(Continua)

UNIDADE GESTORA – *CAMPUS*	MUNICÍPIO DE OFERTA
Bambuí	Abaeté, Araújos, Bambuí, Bom Despacho, Bom Sucesso, Campos Altos, Córrego Danta, Cristais, Dores do Indaiá, Iguatama, Leandro Ferreira, Luz, Matutina, Medeiros, Moema, Oliveira, Ribeirão Vermelho, Rio Paranaíba, São Gotardo, São Tiago, Tiros, Vargem Bonita.
Betim	Betim, Brumadinho, Carmo do Cajuru, Carmópolis de Minas, Ibirité, Itaguara, Itatiaiuçu, Itaúna, Maravilhas, Mário Campos, Mateus Leme, Nova Serrana, Papagaios, Pará de Minas, Passa Tempo, Piracema, Pitangui, São Gonçalo do Pará, São Joaquim de Bicas, São Tiago.
Congonhas	Belo Vale, Catas Altas da Noruega, Congonhas, Cristiano Otoni, Desterro de Entre Rios, Entre Rios de Minas, Itaverava, Jeceaba, Lamim, Moeda, Piedade dos Gerais, Resende Costa, Rio Espera, Santa Cruz de Minas, Santana dos Montes, São Brás do Suaçuí.
Conselheiro Lafaiete	Brás Pires, Conselheiro Lafaiete, Divinésia, Dores do Turvo, Ponte Nova, São Miguel do Anta, Senador Firmino, Teixeiras, Viçosa.
Formiga	Alpinópolis, Arcos, Boa Esperança, Campo Belo, Candeias, Capitólio, Cláudio, Conceição da Barra de Minas, Formiga, Guapé, Ijaci, Itapecerica, Lagoa da Prata, Lavras, Luminárias, Martinho Campos, Nazareno, Nepomuceno, Pains, Passos, Perdões, Pimenta, Piumhi, Pompéu, Santo Antônio do Amparo, São Roque de Minas, São Sebastião do Paraíso.
Governador Valadares	Aimorés, Alpercata, Alvarenga, Campanário, Capitão Andrade, Central de Minas, Divinópolis, Frei Inocêncio, Galiléia, Governador Valadares, Itanhomi, Itueta, Jampruca, Marilac, Mathias Lobato, Mesquita, Nanuque, Naque, Periquito, Pescador, Resplendor, São Geraldo do Baixo, São José da Safira, Serra dos Aimorés, Virgolândia.
Nova Lima	Augusto de Lima, Buenópolis, Corinto, Curvelo, Felixlândia, Morro da Garça, Nova Lima, Raposos, Rio Acima, Santo Hipólito.
Ouro Branco	Abre Campo, Alto Rio Doce, Bela Vista de Minas, Capela Nova, Caputira, Caranaíba, Carandaí, Carangola, Cipotânea, Conselheiro Lafaiete, Manhumirim, Nova Era, Ouro Branco, Pedra Bonita, Piranga, Ponte Nova, Raul Soares, Ressaquinha, Rio Casca, Santa Margarida, Santana do Manhuaçu, São Domingos do Prata, São Pedro dos Ferros.

Quadro 11 – Unidades Gestoras do IFMG e municípios de oferta do PRONATEC sob a responsabilidade das unidades.

(Conclusão)

UNIDADE GESTORA – *CAMPUS*	MUNICÍPIO DE OFERTA
Ouro Preto	Alfredo Vasconcelos, Alvinópolis, Antônio Prado de Minas, Astolfo Dutra, Barão de Cocais, Bela Vista de Minas, Caputira, Carangola, Catas Altas, Divino, Dom Silvério, Guiricema, Inhapim, Itabira, Itabirinha, Itabirito, Jequeri, João Monlevade, Luisburgo, Manhuaçu, Mariana, Marliéria, Matipó, Orizânia, Ouro Preto, Paula Cândido, Pedra Dourada, Piedade de Ponte Nova, Pocrane, Presidente Bernardes, Rio Doce, Santa Bárbara, São Francisco do Glória, São João do Manhuaçu, São José do Goiabal, São Pedro dos Ferros, Senhora dos Remédios, Sericita, Visconde do Rio Branco.
Ribeirão das Neves	Confins, Cordisburgo, Lagoa Santa, Matozinhos, Ribeirão das Neves, São José da Lapa, Sete Lagoas, Vespasiano.
Sabará	Caeté, Jaboticatubas, Sabará, Taquaraçu de Minas.
Santa Luzia	Santa Luzia
São João Evangelista	Água boa, Alvorada de Minas, Capelinha, Carbonita, Carmésia, Coluna, Conceição do Mato Dentro, Coroaci, Couto de Magalhães de Minas, Divinolândia de Minas, Gonzaga, Gouveia, Guanhães, Ipatinga, Itamarandiba, Peçanha, Rio Vermelho, Sabinópolis, Santa Efigênia de Minas, Santa Maria do Suaçuí, São Gonçalo do Rio Preto, São João Evangelísta, São José do Jacuri, São Pedro do Suaçuí, São Sebastião do Maranhão, Senhora do Porto, Serro, Sobrália, Virginópolis, Virgolândia.

Fonte: Dados da pesquisa documental organizados pela autora.

Apêndice C – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE MINAS GERAIS

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Você está sendo convidado (a) para participar, como voluntário, em uma pesquisa, provisoriamente intitulada *"EVASÃO E PERMANÊNCIA NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO DO PRONATEC NO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MINAS GERAIS",* em virtude de pertencer ao corpo discente e ao corpo administrativo do referido programa, sendo, portanto um possível participante da minha pesquisa. Trata-se de uma pesquisa do Programa de Pós-Graduação em Educação Tecnológica, nível Mestrado, do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais, tendo como pesquisadora principal Talitha Araújo Santos (IFMG/CEFET-MG) e orientadora Profa. Dra. Maria Rita Neto Sales Oliveira (CEFET-MG).

O objetivo geral da pesquisa é "compreender os motivos individuais e institucionais que levam os alunos do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) ofertado pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais, *campus* Congonhas (IFMG), a abandonarem o curso técnico subsequente ou nele permanecerem até o momento da pesquisa de campo".

Caso você aceite o convite, sua participação na pesquisa consistirá em responder a um **questionário**, contendo perguntas fechadas e poucas perguntas abertas que será aplicado pela pesquisadora principal em horário e local a ser agendado, de acordo com sua disponibilidade e com duração aproximada de 15 minutos. O outro convite é para participação em uma **entrevista semiestruturada**, contendo perguntas relacionadas à evasão e à permanência escolar no PRONATEC ofertado pelo IFMG *campus* Congonhas, que será conduzida pela pesquisadora principal em horário e local a ser agendado, de acordo com a sua disponibilidade e com duração aproximada de 20 minutos.

Os procedimentos aplicados na pesquisa não oferecem prejuízos, constrangimentos ou riscos a sua integridade moral, física, mental ou efeitos colaterais. As informações obtidas por meio

da coleta de dados serão utilizadas para alcançar o objetivo proposto e você terá a garantia de receber esclarecimentos sobre qualquer dúvida relacionada à pesquisa, podendo ter acesso aos dados em qualquer etapa do estudo. Sua identidade será resguardada, garantindo o sigilo das informações. Para preservar sua identidade, seu questionário será identificado por um número, na ordem da realização da atividade, seguido de letras relativas à sua categoria profissional que compõe o corpo discente e administrativo do PRONATEC/IFMG.

Sua participação não é obrigatória, sendo que, a qualquer momento da pesquisa, você poderá desistir e retirar seu consentimento. Sua recusa não trará nenhum prejuízo para sua relação com a pesquisadora, com o IFMG ou com o CEFET-MG. Caso tenha dúvidas sobre o comportamento da pesquisadora ou sobre as mudanças ocorridas na pesquisa que não constam no TCLE, e caso se considere prejudicado (a) na sua dignidade e autonomia, você pode entrar em contato com o (a) pesquisador (a), por meio dos números de telefone que estarão indicados ao final deste texto, ou com o Comitê de Ética em Pesquisa do IFMG.

Os benefícios relacionados à sua participação implicam um melhor entendimento do fenômeno da evasão e das questões que motivam a permanência dos estudantes em cursos técnicos de nível médio nas instituições federais de ensino, particularmente no âmbito do PRONATEC ofertado pelo IFMG.

Suas informações relativas ao questionário serão transcritas e utilizadas para a elaboração do relatório da dissertação e/ou de artigo científico, podendo ainda serem apresentados em seminários, congressos e eventos similares, para proporcionar o desenvolvimento científico da área de saber que está em estudo. Como já dito, sua participação é voluntária, não havendo remuneração para tal, mas nenhum gasto financeiro de sua parte.

Este termo de consentimento livre e esclarecido é feito em duas vias, sendo que uma delas ficará em seu poder e a outra em posse da pesquisadora principal. Dessa forma, se você concorda em participar da pesquisa explicitada, rubrique as folhas deste termo e assine seu nome no local indicado abaixo.

Desde já agradecemos sua colaboração.

CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO DA PESSOA COMO PARTICIPANTE DE PESQUISA

Eu,_____, RG _____ CPF_____, abaixo assinado, concordo em participar do estudo como participante. Fui devidamente informado (a) e esclarecido (a) pela pesquisadora sobre a pesquisa e os procedimentos nela envolvidos, bem como os benefícios decorrentes da minha participação. Foi-me garantido que posso retirar meu consentimento a qualquer momento.

Local:_____ Data ____/_____/_____.

Nome do (a) participante: _____

Assinatura do participante de pesquisa: _____

Pesquisadora principal: Talitha Araújo Santos CPF: xxx.xxx.xxx-xx

Assinatura: _____

Informações:
Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais - Mestrado em Educação Tecnológica
Coordenador: Prof. Dr. Irlen Antônio Gonçalves
Av. Amazonas, 7675 – Nova Gameleira- CEP: 30510-000
Belo Horizonte, MG, Brasil
Tel.: (31) 3319-6806 – e-mail: et@dppg.cefetmg.br
Pesquisadora principal: Talitha Araújo Santos
Tel.: (31) 99722-3607 – E-mail: talithaas@gmail.com

Apêndice D – Questionário – pesquisa de campo – 2016.

CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA

QUESTIONÁRIO DA PESQUISA: EVASÃO E PERMANÊNCIA NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO DO PRONATEC NO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MINAS GERAIS.

Meu nome é Talitha Araújo Santos. Sou aluna regular do Mestrado em Educação Tecnológica ofertado pelo CEFET-MG e estou elaborando uma dissertação, orientada pela Profª Drª Maria Rita Neto Sales Oliveira. O objetivo da pesquisa é compreender os motivos intraescolares, extraescolares e individuais que levam os alunos do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), ofertado pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais, *campus* Congonhas (IFMG), a abandonarem o curso técnico subsequente ou nele permanecerem até o momento da pesquisa de campo. Sua contribuição é muito importante para que possamos atingir o objetivo mencionado. Agradecemos sua participação.

Caro(a) Aluno(a),

Em primeiro lugar agradecemos sua participação nesta pesquisa.

Todas as informações coletadas neste questionário são CONFIDENCIAIS e seu nome não aparecerá em nenhum momento como resposta individual. Caso tenha alguma dúvida, você poderá solicitar esclarecimentos a respeito, em qualquer momento.

Os conhecimentos resultantes desta pesquisa serão divulgados em revistas especializadas, em congressos e simpósios educacionais e em uma dissertação de mestrado.

Esta pesquisa e este questionário serão aprovados pelo Comitê de Ética do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais.

Necessitamos da sua assinatura abaixo como confirmação de sua concordância espontânea e voluntária em participar desta pesquisa.

Declaração de consentimento

Declaro que li as informações acima antes de assinar e que fui devidamente informado(a) e esclarecido sobre esta pesquisa e sobre as informações contidas neste documento. Dou meu consentimento, de livre e espontânea vontade, para participar deste estudo.

Nome:

Telefone contato: ( ) e-mail:

Assinatura: Local e Data:

PRIMEIRA PARTE – Levantamento do perfil

1. Estado Civil a. ☐ Solteiro(a) b. ☐ Casado(a) c. ☐ Viúvo(a) d. ☐ Separado(a) e. ☐ Divorciado(a) f. ☐ Outros	2. Idade a. ☐ de 15 a 18 anos b. ☐ de 19 a 24 anos c. ☐ de 25 a 30 anos d. ☐ de 31 a 35 anos e. ☐ Acima de 35 anos
3. Sexo a. ☐ Feminino b. ☐ Masculino	4. Município de residência:
5. Você tem filhos? a. ☐ Sim b. ☐ Não	6. Se tiver filhos, quantos? a. ☐ 1 b. ☐ 2 c. ☐ 3 ou mais d. ☐ Não se aplica
7. Qual a sua renda mensal individual? a. ☐ Menor que 1 salário mínimo b. ☐ 1 salário mínimo c. ☐ De 2 a 5 salários mínimos d. ☐ De 5 a 10 salários mínimos e. ☐ Não possuo renda	8. Qual é a sua renda mensal familiar? a. ☐ Menor que 1 salário mínimo b. ☐ 1 salário mínimo c. ☐ De 2 a 5 salários mínimos d. ☐ De 5 a 10 salários mínimos e. ☐ Maior que 10 salários mínimos
9. Você mora a. ☐ Sozinho(a) b. ☐ Com os pais/família c. ☐ Com o(a) cônjuge d. ☐ Com amigos e. ☐ Outros _____	10. Sua casa é a. ☐ Própria b. ☐ Própria dos pais c. ☐ Alugada d. ☐ Cedida e. ☐ Outros _____
11. Número de pessoas que residem com você a. ☐ 1 b. ☐ 2 c. ☐ 3 d. ☐ 4 e. ☐ 5 f. ☐ Mais de 5	12. Qual é o grau de instrução do seu pai? a. ☐ Não tem escolaridade b. ☐ Ensino fundamental incompleto c. ☐ Ensino fundamental completo d. ☐ Ensino médio incompleto e. ☐ Ensino médio completo f. ☐ Curso técnico incompleto g. ☐ Curso técnico completo h. ☐ Ensino superior incompleto i. ☐ Ensino superior completo j. ☐ Pós-graduação

13. Qual é o grau de instrução da sua mãe? a. ☐ Não tem escolaridade b. ☐ Ensino fundamental incompleto c. ☐ Ensino fundamental completo d. ☐ Ensino médio incompleto e. ☐ Ensino médio completo f. ☐ Curso técnico incompleto g. ☐ Curso técnico completo h. ☐ Ensino superior incompleto i. ☐ Ensino superior completo j. ☐ Pós-graduação	14. Você tem acesso a computador/internet? a. ☐ Sim b. ☐ Não
15. Na questão anterior, em caso afirmativo, onde acessa? (Caso necessário marque mais de uma opção) a. ☐ Em casa b. ☐ No trabalho c. ☐ Na escola d. ☐ Na Lan House e. ☐ Na casa de amigos/parentes f. ☐ Outros_____	16. Você utiliza o computador/internet para qual finalidade? (Caso necessário marque mais de uma opção) a. ☐ Estudar b. ☐ Assistir filmes, ler livros c. ☐ Trabalhar d. ☐ Fazer pesquisas e. ☐ Buscar entretenimento f. ☐ Digitar textos, planilhas, apresentações g. ☐ Enviar e receber e-mails h. ☐ Acessa redes sociais i. ☐ Outros_____
17. Em suas horas de lazer o que você faz? (Caso necessário marque mais de uma opção) a. ☐ Assiste televisão b. ☐ Lê livros/revistas/jornais c. ☐ Pratica esportes d. ☐ Sai com os amigos e. ☐ Vai ao cinema/teatro/shows f. ☐ Vai a bares e restaurantes g. ☐ Fica em casa h. ☐ Vai a igreja i. ☐ Visita amigos/familiares j. ☐ Outros _____	18. Qual o seu nível de escolaridade hoje? a. ☐ Curso técnico incompleto b. ☐ Curso técnico completo c. ☐ Ensino superior incompleto d ☐ Ensino superior completo e. ☐ Pós-graduação
19. Onde cursou ensino fundamental e médio? a. ☐ Sempre em escola pública b. ☐ Parte em escola pública, parte em escola particular c. ☐ Sempre em escola particular d. ☐ Em escola particular com bolsa e. ☐ Outros _____	
20. Você possui algum curso técnico? a. ☐ Não b. ☐ Sim Qual? _____	

SEGUNDA PARTE – Identificação do curso, do trabalho e dos motivos da permanência.

1. Curso que está matriculado:	2. Ano e semestre de ingresso no curso:
3. Trabalha na área do curso? a. ☐ Sim b. ☐ Não	4. Trabalha em qual área?
5. Você trabalha com carteira assinada? a. ☐ Sim b. ☐ Não	6. Você pretende trabalhar na mesma área do curso do qual está participando do PRONATEC? a. ☐ Sim b. ☐ Não
7. Como você ficou sabendo dos cursos do PRONATEC? a. ☐ Pelo rádio b. ☐ Pela televisão c. ☐ Pela internet d. ☐ Através de panfletos, cartazes, outdoors e. ☐ Através de parentes f. ☐ Através de colegas/amigos g. ☐ Divulgação na escola c. ☐ Outros _____	
8. Por que decidiu fazer esse curso? a. ☐ Por ser gratuito b. ☐ Por gostar da área do curso c. ☐ Porque procuro um emprego/salário melhor d. ☐ Porque moro perto da escola onde o curso acontece e. ☐ Para atender uma exigência da família f. ☐ Por causa da qualidade do curso g. ☐ Para capacitar e me inserir no mercado de trabalho h. ☐ Nenhum desses motivos acima i. ☐ Outros _____	
9. Teve dificuldades ao iniciar o curso? a. ☐ Não b. ☐ Sim Qual(is)? _____	
10. Qual módulo do curso você está? a. ☐ 1º b. ☐ 2º c. ☐ 3º d. ☐ 4º	11. Já pensou em abandonar o curso? a. ☐ Não b. ☐ Sim. Por quê?_____ _____ _____

12. Qual a sua avaliação sobre o curso técnico ofertado pelo PRONATEC em que está matriculado? a. ☐ Muito bom b. ☐ Bom c. ☐ Regular d. ☐ Ruim e. ☐ Muito ruim f. ☐ Não sei avaliar	13. O que fez você permanecer até hoje no curso técnico no qual está matriculado? _____ _____ _____ _____ _____ _____ _____

14. Deixe sua sugestão, crítica ou algum registro a respeito do curso que está matriculado ou sobre o PRONATEC de uma forma geral.

Apêndice E – Roteiro de entrevista semiestruturada – pesquisa de campo – 2016.

Entrevistados: Gestores acadêmicos do PRONATEC – IFMG *campus* Congonhas.

Caro(a) bolsista

Em primeiro lugar agradecemos sua participação nesta pesquisa.

Os responsáveis pela pesquisa são: a mestranda Talitha Araújo Santos e sua orientadora Profª Drª Maria Rita Neto Sales Oliveira – CEFET-MG.

As informações aqui declaradas são CONFIDENCIAIS e seu nome não aparecerá em nenhum momento como resposta individual.

Caso tenha alguma dúvida, você poderá solicitar esclarecimentos a respeito, em qualquer momento.

Os conhecimentos resultantes desta pesquisa serão divulgados em revistas especializadas, em congressos e simpósios educacionais e em uma dissertação de mestrado.

A pesquisa e este questionário deverão ser aprovados pelo Comitê de Ética do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais.

Declaração de consentimento

Declaro que, li as informações acima e que fui devidamente informado(a) e esclarecido(a) sobre a pesquisa a que se referem. Dou meu consentimento, de livre e espontânea vontade, para participar do estudo.

Nome:

Telefone contato: ( ) e-mail:

Assinatura: Local e Data:

1.ª Questão

De acordo com o levantamento realizado em documentos (listas de presença e diários de classe) no PRONATEC ofertado pelo IFMG *campus* Congonhas, percebe-se que os cursos técnicos subsequentes tem um alto índice de evasão (média: 68,7%). Segundo você, quais os motivos que levam o aluno a evadir? Qual o principal fator dessa evasão?

2.ª Questão

O IFMG desenvolve alguma ação para acompanhar o índice de evasão escolar e minimizar seus efeitos?

3.ª Questão

Quais ações poderiam ser desenvolvidas para que a evasão seja minimizada ou até mesmo eliminada?

4.ª Questão

Em relação à permanência escolar, quais os fatores você considera que são relevantes para que esta ocorra?

5.ª Questão

A bolsa recebida pelo aluno constituiu um incentivo para este permanecer no curso?

6.ª Questão

Qual a sua opinião sobre o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - PRONATEC? Qual a sua avaliação e a expectativa em relação ao programa?

7.ª Questão

Mais alguma consideração relevante a respeito do programa, da evasão ou da permanência?

ANEXOS

Anexo A – Parecer do Comitê de Ética Plataforma Brasil

TALITHA ARAUJO SANTOS Pesquisador | V3.0

Cadastros

Sua sessão expira em: 38 min 50

DETALHAR PROJETO DE PESQUISA

DADOS DA VERSÃO DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: EVASÃO E PERMANÊNCIA NOS CURSOS TÉCNICOS DE NÍVEL MÉDIO DO PRONATEC: estudo de caso no IFMG Campus Congonhas
Pesquisador Responsável: TALITHA ARAUJO SANTOS
Área Temática:
Versão: 1
CAAE: 58382016.5.0000.5588
Submetido em: 04/08/2016
Instituição Proponente: Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais
Situação da Versão do Projeto: Aprovado
Localização atual da Versão do Projeto: Pesquisador Responsável
Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

PLATAFORMA BRASIL VISÃO RAIZ PLATAFORMA BRASIL

Comprovante de Recepção: PB_COMPROVANTE_RECEPCAO_765731

LISTA DE PESQUISADORES DO PROJETO

CPF/Documento	Nome	Atribuição	E-mail	Currículo	Tipo de Análise	Ação
073.968.176-17	TALITHA ARAUJO SANTOS	Contato Científico, Contato Público, Pesquisador principal	talithaas@gmail.com	Lattes CV	PROPONENTE	

LISTA DE COMITÊS DE ÉTICA DO PROJETO

Comitê de Ética	Tipo de Vínculo	Ação
5588 - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais - IF SUDESTE - MG	COORDENADOR	

LISTA DE INSTITUIÇÕES DO PROJETO

CNPJ da Instituição	Razão Social	Tipo de Instituição	Comitê de Ética	Ação
17.220.203/0001-96	Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais	PROPONENTE		

LISTA DE PROJETOS RELACIONADOS

Tipo	CAAE	Versão	Pesquisador Responsável	Comitê de Ética	Instituição	Origem	Última Apreciação	Situação	Ação
P	58382016.5.0000.5588	1	TALITHA ARAUJO SANTOS	5588 - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais - IF SUDESTE - MG	Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais	PO	PO	Aprovado	

LEGENDA:

(*) Tipo

P = Projeto de Centro Coordenador Pp = Projeto de Centro Participante Pc = Projeto de Centro Coparticipante

(*) Formação do CAAE

Ano de submissão do Projeto Tipo do centro Código do Comitê que está analisando o projeto

n n n n n n a a . dv . t x x x . l l l l

Sequencial para todos os Projetos submetidos para apreciação Dígito verificador Sequencial, quando estudo possui Centro(s) Participante(s) e/ou Coparticipante(s)

(*) Origem / Última Apreciação

PO = Projeto Original de Centro Coordenador POp = Projeto Original de Centro Participante POc = Projeto Original de Centro Coparticipante
E = Emenda de Centro Coordenador Ep = Emenda de Centro Participante Ec = Emenda de Centro Coparticipante
N = Notificação de Centro Coordenador Np = Notificação de Centro Participante

Voltar

Anexo B – Autorização para coleta de dados e uso do nome-IFMG *campus* Congonhas

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MINAS GERAIS
CAMPUS CONGONHAS
Avenida Michael Pereira de Souza, nº 3007 – Bairro Campinho – Congonhas – Minas Gerais – CEP 36.415-000
(31) 3731-8100 – gabinete.congonhas@ifmg.edu.br

AUTORIZAÇÃO PARA COLETA DE DADOS E USO DO NOME

Congonhas, 01 de julho de 2015.

Prezado Sr. Joel Donizete Martins.
Diretor Geral do IFMG campus Congonhas

Prezado Sr. Diego de Araújo São Pedro
Coordenador Adjunto do PRONATEC Congonhas

Venho por meio desta, solicitar a vossa senhoria autorização para a realização da coleta de dados da pesquisa intitulada "Evasão e Permanência na Educação Profissional Técnica de Nível Médio do PRONATEC" sob a minha responsabilidade e orientação da Prof.ª Doutora Maria Rita Neto Sales Oliveira, do Mestrado em Educação Tecnológica do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET-MG). Solicito ainda autorização para uso do nome do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais campus Congonhas na referida pesquisa, visto que a mesma se constitui em um estudo de caso.

O trabalho tem como objetivo compreender os motivos intraescolares, extraescolares e individuais que levam os alunos do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), por intermédio da Bolsa-Formação, ofertado pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais (IFMG) *campus* Congonhas, a evadirem do curso técnico subsequente ou nele permanecerem até a conclusão do mesmo.

Informo que o referido projeto será submetido à avaliação ética da Plataforma Brasil, e me comprometo a encaminhar a vossa senhoria uma cópia do parecer ético após a sua emissão.

Desde já, coloco-me à disposição para esclarecimentos de qualquer dúvida que possa surgir.

Antecipadamente agradeço à colaboração.

Talitha Araújo Santos
Pesquisadora responsável

Para Preenchimento da Instituição Coparticipante

Deferido (X) Indeferido ( )

Assinatura _____ Joel Donizete Martins, Diretor Geral, IFMG - Campus Congonhas Data: 01/07/15.

Carimbo: _____.

Assinatura _____ Data: 01/07/15

Carimbo: _____.

Diego de Araújo São Pedro
Coordenador Adjunto do Pronatec
IFMG - Câmpus Congonhas
SIAPE: 1731525

Anexo C – Síntese de estudos relacionados à evasão escolar segundo Cruz (2013)

Quadro 12 – Síntese de estudos relacionados à evasão de estudantes. Décadas de 1970 e 1980.

AUTOR/ANO	SÍNTESE DO ESTUDO
Spady (1970)	**Interação** Interação entre características de estudantes e ambiente institucional
Tinto (1975, 1987, 1993)	**Causas sociais:** - Nível socioeconômico da família - Expectativa dos pais a respeito do futuro do filho - Habilidades acadêmicas - Conhecimentos adquiridos - Gênero e raça - Comprometimento do aluno com a instituição - Adaptação
Astin (1971, 1983)	**Teoria do envolvimento** Usa conceitos de estudos organizacionais sobre a falta de trabalhadores ao emprego e sua evasão. Examina como os atributos das organizações educacionais e a estrutura de recompensa afetam a satisfação e a persistência dos estudantes.
Bean (1980)	- Atitudes - Adaptação Fatores externos: - Aprovação da família - Encorajamento dos amigos - Qualidade da instituição - Situação financeira - Oportunidade de transferir-se para outra instituição (pública)
Bean, Metzner (1985)	Variáveis acadêmicas: - Hábitos de estudo - Disponibilidade para o curso Idade - *Status* de resiliência - Estudantes com mais de 24 anos são tratados como não tradicionais Variáveis ambientais: - Finanças - Horas de trabalho - Encorajamento externo - Oportunidade de transferência

Fonte: CRUZ (2013, p. 31-32).

Quadro 13 – Síntese de estudos relacionados à evasão de estudantes. Década de 1990.

(Continua)

AUTOR/ANO	SÍNTESE DO ESTUDO
Paredes (1994)	- Opção pelo trabalho - Matrículas simultâneas nas duas instituições por temor de não conseguir vaga - Falta de informações prévias sobre o conteúdo do curso e prática profissional - Equívoco quanto às aspirações ou vocações pessoais - Qualidade dos cursos (abaixo das expectativas) - Problemas organizacionais (horários, conteúdos das disciplinas) e conjunturais (greves) - Imaturidade - Instabilidade familiar (casamentos desfeitos) - Escolha inadequada do curso - Despreparo do aluno, que inviabiliza o acompanhamento do curso, primeiros semestres - "Curso tampão" é abandonado tão logo se consiga vaga no curso pretendido - Conhecimento das condições precárias de remuneração do magistério - Dificuldades de colocação profissional - Empregos públicos que oferecem estabilidade, garantias e remuneração nem sempre obtidas com um diploma de ensino superior
Brasil/MEC (1997)	**Causas internas:** a) Relativos a questões acadêmicas: - Currículos desatualizados, alongados - Rígida cadeia de pré-requisitos para as disciplinas - Falta de clareza sobre o próprio projeto pedagógico do curso b) Relativos a questões didático-pedagógicas: - Critérios impróprios de avaliação do desempenho discente - Falta de formação pedagógica ou ao desinteresse do docente - Ausência ou ao pequeno número de programas institucionais para o estudante - Cultura institucional de desvalorização da docência na graduação Insuficiente estrutura de apoio ao ensino de graduação (laboratórios de ensino, equipamentos de informática, etc.) - Inexistência de um sistema público nacional que viabilize a racionalização da utilização das vagas, afastando a possibilidade da matrícula em duas universidades **Causas externas:** - Habilidade de estudo - Formação escolar anterior - Escolha precoce da profissão - Dificuldades pessoais de adaptação à vida universitária - Incompatibilidade entre a vida acadêmica e as exigências do mundo do trabalho - Desencanto ou da desmotivação dos alunos com cursos escolhidos (continua...)

Quadro 13 – Síntese de estudos relacionados à evasão de estudantes. Década de 1990.

(Conclusão)

AUTOR/ANO	SÍNTESE DO ESTUDO
Brasil/MEC (1997)	- Dificuldades na relação ensino-aprendizagem - Reprovações constantes - Baixa frequência às aulas - Desinformação a respeito da natureza dos cursos - Descoberta de novos interesses - Desvalorização da profissão - Reconhecimento social da carreira escolhida - Afetos à qualidade do ensino fundamental - Dificuldades financeiras do estudante - Dificuldades de atualizar a universidade frente aos avanços tecnológicos, econômicos e sociais.
Gomes (1998)	**Causas externas:** - Desprestígio do curso - Falta de perspectivas profissionais aliada a questões financeiras - Dificuldades para conciliar jornada de trabalho e estudo - Período de viagem (alunos que se deslocam diariamente para frequentar as aulas) - Relação custo-benefício - Opção equivocada **Causas internas:** - Falta de informação sobre os cursos oferecidos - Aspectos pedagógicos dos cursos - Atuação de alguns professores - Discriminação dos professores em relação aos alunos - Professores não capacitados para o ensino de certas disciplinas - Metodologia de ensino dos professores

Fonte: CRUZ (2013, p. 33-34).

Quadro 14 – Síntese de estudos relacionados à evasão de estudantes. Década de 2000.

(Continua)

AUTOR/ANO	SÍNTESE DO ESTUDO
Noronha, Carvalho e Santos (2001)	- Ajustamento do aluno com o curso ou decepção - Vocação - Oportunidades profissionais pequenas do curso - Dificuldades acadêmicas - Estímulos sociais e estímulos econômicos - *Status* profissional que a carreira tinha - Pouco envolvimento com o curso - Impossibilidade de trabalhar e estudar - Processo de integração (grau de integração ou interação do aluno com o ambiente) - Melhor qualidade em outra faculdade no mesmo curso - Oportunidade de emprego em outra cidade - Simultaneidade de dois cursos e escolha pelo outro - Imaturidade - Por ter passado em mais de um curso e ter optado pelo outro - Casamento

Quadro 14 – Síntese de estudos relacionados à evasão de estudantes. Década de 2000.

(Continua)

AUTOR/ANO	SÍNTESE DO ESTUDO
Scharget e Smink (2002)	Psicológicas (individuais) Imaturidade Rebeldia Sociológicas Não pode ser encarado como um fato isolado Mudanças de cidade Novos ritmos de trabalho acadêmico Organizacionais (aspectos das instituições) Metodologias de ensino Interacionais (Conduta do aluno em relação aos fatores interacionais e pessoais) Adaptação à vida universitária Econômica Custos e benefícios ligados à decisão
Pereira (2003)	Interno - Infraestrutura deficitária - Acervo desatualizado - Métodos de avaliação docente - Deficiência didático-pedagógica dos professores Externo - Dificuldades financeiras - Escolha equivocada do curso - Falta de base para acompanhar o curso escolhido - Ser admitido em um curso que não foi a sua primeira opção
Biazus (2003)	Internas Atitude comportamental: - Falta de respeito dos professores para com os alunos - Impontualidade dos professores - Didática ineficiente dos professores - Forma inadequada com que os professores falam do curso - Orientação insuficiente da coordenação do curso, quando solicitadas informações Motivos institucionais - Laboratórios: insuficientes (equipamentos de informática e conexão com a Internet) - Existência de greves, com prejuízos do calendários escolar - Falta de programa de apoio mais amplo aos alunos carentes - Aspectos inadequados das salas de aula ao ensino (físicos, didáticos, recursos audiovisuais) - Biblioteca insuficiente com relação a livros, periódicos, revistas, etc. - Falta da empresa júnior para a prática do curso Requisitos didático-pedagógicos - Currículo inadequado às exigências/interesses do mercado de trabalho - Pouca ênfase nas disciplinas profissionalizantes - Cadeia rígida de pré-requisitos - Sistema inadequado de avaliação das disciplinas - Falta de associação entre a teoria e a prática nas disciplinas (continua...)

Quadro 14 – Síntese de estudos relacionados à evasão de estudantes. Década de 2000.

(Conclusão)

AUTOR/ANO	SÍNTESE DO ESTUDO
Biazus (2003)	- Pouca motivação por parte dos professores - Inadequação entre os conteúdos das disciplinas
Gaioso (2005)	- Problemas financeiros - Falta de orientação profissional e desconhecimento da metodologia do curso - Deficiência da educação básica - Busca de herança profissional - Mudança de endereço - Problemas financeiros - Horário de trabalho incompatível com o do estudo - Concorrência entre IES privadas - Imaturidade - Reprovação sucessiva - Falta de perspectivas de trabalho - Ausência de laços afetivos na universidade - Falta de um referencial na família - Entrar na faculdade por imposição - Casamentos não planejados / nascimento de filhos
Fiegehen (2006)	Quatro categorias - Externas ao sistema educacional superior - Próprias do sistema institucional - Causas acadêmicas - Caráter pessoal dos estudantes

Fonte: CRUZ (2013, p. 35-36).